



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

TRAMITAÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 17/2022

OBJETO

LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS

Nº 05/2022

VALOR ORÇADO R\$ 129.987.597,42 (CENTO E VINTE E NOVE MILHÕES NOVECENTOS E OITENTA E SETE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

ÓRGÃO SOLICITANTE: PRESIDENCIA.

SOLICITAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pouso Alegre, 22 de Fevereiro de 2022.

Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.

Tendo presente à necessidade da **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas neste Termo de Referência, solicito a Vossa Senhoria, a abertura de processo licitatório visando à execução da referida contratação.

Sendo o que nos cabia para o momento, reiteramos votos de estima e cordial apreço.

Atenciosamente,



Moacir Franco
Diretor Executivo da AMESP

Ao
Ilmo. Sr.
Wagner do Couto
Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP.



CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA
TERMO DE REFERÊNCIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO É COMPOSTO POR 104 (CENTO E QUATRO) FOLHAS, SENDO O TERMO DE REFERÊNCIA COM 20 (VINTE) FOLHAS, O ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM 14 (QUATORZE) FOLHAS, ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM 6 (SEIS) FOLHAS, ANEXO III – DEMONSTRATIVO DO BDI COM 2 (DUAS) E O ANEXO IV – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - A.R.T. COM 3 (TRÊS) FOLHAS E ANEXO V – DEMONSTRATIVO MEMÓRIA DE CÁLCULO COM 56 (CINQUENTA E SEIS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

TERMO DE REFERÊNCIA: "RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA"**1. DADOS DO EMPREENDIMENTO E DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Licitação:	RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA
Local:	Região abrangida pelos municípios integrantes da AMESP
Município:	Municípios diversos - Sede em Pouso Alegre / MG
Estado:	Minas Gerais
Cliente:	CONSÓRCIO AMESP Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí
CNPJ:	20.362.307/0001-40
Responsável Técnico:	Carlos Henrique Amaral Rossi Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho CREA-MG: 46.052/D / RNP: 140295523-5
ART nº:	MG20220866139 (REGISTRADA EM 21/01/2022)
E-mail:	eng.carlosrossi@gmail.com icthys@icthusengenharia.com
Telefone:	(35) 3025.6092
Celular:	(35) 99730.8483 / (31) 98766.8483
Data:	21 de janeiro de 2022

2. INTRODUÇÃO

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada, utilizando-se para valores as referências governamentais e cotação de mercado (quando não houver índice de referência) e para os quantitativos índices estimados de consumo – por não haver índices regionais para servir de referência, para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

3. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, para fornecimento e serviços técnicos, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:

As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Especificações Técnicas;
- Composição de BDI;

5. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS.**5.1. DO LOCAL:**

5.1.1. Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço;

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP

BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

5.1.2. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço;

5.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s);

5.2.2. Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados;

5.2.3. O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento;



5.3. DOS PRAZOS:

- 5.3.1.** A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III);
- 5.3.2.** Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 5.3.3.** O prazo para início da **MANUTENÇÃO ASFÁTICA (TAPA BURACO)** será de até **07 (sete) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela prefeitura consorciada;
- 5.3.4.** O prazo para início de **RECOMPOSIÇÃO DE VIAS** será de até **07 (sete) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela prefeitura consorciada;
- 5.3.5.** O prazo para início de **PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS** será de até **07 (sete) dias**, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela prefeitura consorciada;
- 5.3.6.** A manutenção asfáltica e recomposição de vias, pode ter o prazo prorrogado por igual período em caráter excepcional e devidamente justificado, fazendo-se obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, dentro do prazo de 72 horas;

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 6.1.** Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do Termo de Recebimento.

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 7.1.** Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos dos contratos firmados, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;
- 7.2.** O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste;
- 7.3.** Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades dos Municípios;
- 7.4.** As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelos municípios consorciados deverão obedecer aos seguintes critérios;
- 7.4.1.** Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas;
- 7.4.2.** Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas;
- 7.5.** A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços;
- 7.6.** A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços;
- 7.7.** Os locais da execução dos serviços serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

- 7.8. A execução e qualidade dos serviços, bem como as horas trabalhadas pelos Profissionais necessários requisitados, serão acompanhados e fiscalizados por servidores devidamente designados Departamento de Obras de cada Município;
- 7.9. Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato;
- 7.10. Ao final de cada serviço, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de toda a execução, conforme ordem de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG;
- 7.11. A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades de serviços executados. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições;
- 7.12. Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição;
- 7.13. A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto;
- 7.14. Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante;
- 7.15. Todo o ferramental e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de rotina das equipes são de responsabilidade única e exclusiva da Empresa Contratada;
- 7.16. As equipes serão vistoriadas sistematicamente "sem aviso prévio", pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade do ferramental necessário e do equipamento mínimo à sua disposição para atendimento aos serviços constantes da planilha;
- 7.17. A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos das equipes até que se regularize tal situação;
- 7.18. A Empresa Contratada, ao realizar atividades próximas as vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis;
- 7.19. A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços;
- 7.20. Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;
- 7.21. Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários;

8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

A Empresa Contratada responsável pela execução dos serviços estará obrigada a:

- 8.1. Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato;
- 8.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza;
- 8.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas;
- 8.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização;
- 8.5. Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela execução dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA;
- 8.6. Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário;
- 8.7. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados;
- 8.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;
- 8.9. Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços executados;
- 8.10. Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais;
- 8.11. Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada;
- 8.12. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos;



- 8.13.** A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres;
- 8.14.** Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite;
- 8.15.** A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;
- 8.16.** Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada;
- 8.17.** A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;
- 8.18.** Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para execução dos trabalhos dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;
- 8.19.** A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a execução dos trabalhos, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público;
- 8.20.** A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos;
- 8.21.** A Empresa Contratada, durante todo o período de execução dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente;
- 8.22.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.23.** Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 8.24.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 8.25.** Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;



- 8.26.** *Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante;*
- 8.27.** *Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas;*
- 8.28.** *Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento;*
- 8.29.** *O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada;*
- 8.30.** *Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.;*
- 8.31.** *A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável (vapores orgânicos VOP2); bandeira; protetor solar; protetor auditivo;*
- 8.32.** *Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP;*
- 8.33.** *Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;*
- 8.34.** *Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento;*
- 8.35.** *Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;*
- 8.36.** *Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;*
- 8.37.** *Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;*
- 8.38.** *Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato;*
- 8.39.** *Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados;*
- 8.40.** *Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor;*

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:**

- 9.1. Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços;
- 9.2. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital;
- 9.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;
- 9.4. Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços;
- 9.5. Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão;
- 9.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas;
- 9.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos;
- 9.8. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;
- 9.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor.
- 9.10. Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada;
- 9.11. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora;
- 9.12. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do projeto básico/croqui, pela fiscalização e medição dos serviços;
- 9.12. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;
- 9.13. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação;
- 9.14. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;
- 9.15. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço;
- 9.16. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados;
- 9.17. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído;

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 10.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s);
- 10.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s)

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

10/104

Assinatura

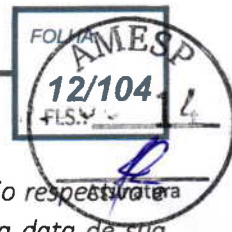
atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do TCU:

TABELA nº 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO			
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	m3	>=	35.000,00
1.2	Aterro compactado	m3	>=	35.000,00
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km	m3	>=	11.500,00
2	ESCOVAÇÃO, DEMOLIÇÃO , FRESAGEM E TRANSPORTE			
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria	m3	>=	22.750,00
2.2	Fresagem até 5,0 cm	m2	>=	312.500,00
2.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	503.187,50
3	BASE			
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão	m3	>=	11.250,00
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples	m3	>=	13.750,00
3.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	750.000,00
4	CORREÇÃO PAVIMENTO			
4.1	Reperfilamento de Pavimento	T	>=	1.500,00
4.2	Transporte DMT até 30 km	TxKM	>=	45.000,00
5	PAVIMENTAÇÃO			
5.1	Pintura de Ligação	m2	>=	200.000,00
5.2	Execução de CBUQ - Binder	m3	>=	5.000,00
5.3	Execução de CBUQ	m3	>=	6.125,00
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO			
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm	m2	>=	32.500,00
7	TAPA BURACO			
7.1	Execução de Tapa Buraco	m3	>=	625,00
8	SINALIZAÇÃO			
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva	m	>=	4.000,00
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço	m2	>=	45,00
9	MANUTENÇÃO E REPARO			
9.1	Defensa semi-maleável	m	>=	875,00
9.2	Meio fio de concreto	m	>=	3.750,00
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada	m2	>=	125,00



10.3. *Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nos respectivos Conselhos - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:*

ITEM	DESCRIÇÃO
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria
1.2	Aterro compactado
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO , FRESAGEM E TRANSPORTE
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria
2.2	Fresagem até 5,0 cm
2.3	Transporte DMT até 30 km
3	BASE
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples
3.3	Transporte DMT até 30 km
4	CORREÇÃO PAVIMENTO
4.1	Reperfilamento de Pavimento
4.2	Transporte DMT até 30 km
5	PAVIMENTAÇÃO
5.1	Pintura de Ligação
5.2	Execução de CBUQ - Binder
5.3	Execução de CBUQ
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm
7	TAPA BURACO
7.1	Execução de Tapa Buraco
8	SINALIZAÇÃO
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço
9	MANUTENÇÃO E REPARO
9.1	Defensa semi-maleável
9.2	Meio fio de concreto
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada



- 10.4. Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação;
- 10.5. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades);
- 10.6. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação;
- 10.7. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado;
- 10.8. Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras;
- 10.9. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: 1 (um) Engenheiro Civil e/ou Geólogo devidamente registrado(s) e regular(es) com a entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- 10.10. A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU;
- 10.11. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

11. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- 11.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha a substituí-lo;
- 11.2. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador;
- 11.3. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- 11.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em Jornal; ou
 - c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou



d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

- 11.5. Os documentos relativos aos itens 11.4, deverá ser apresentado contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis;
- 11.6. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações;
- 11.7. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

- ✓ **Índice de Liquidez Geral (ILG)** expressado da forma seguinte:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** expressado da forma seguinte:

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

- ✓ **Grau de endividamento (GE)** expressado da forma seguinte:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

- 11.8. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 11.7. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC;
- 11.9. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações;
- 11.10. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

12. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

12.1. DO VALOR:

- 12.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta licitação aproximadamente é de **R\$ 129.987.597,42 (cento e vinte e nove milhões novecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e noventa e sete reais e quarenta e dois centavos)**, que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Edital;

12.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 12.2.1.** As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este;
- 12.2.2.** Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de **5 (cinco) dias** contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço;
- 12.2.3.** Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida;
- 12.2.4.** Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos **Serviços executados**, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa;
- 12.2.5.** As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes;
- 12.2.6.** As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico;
- 12.2.7.** Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços;
- 12.2.8.** Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados;
- 12.2.9.** Juntamente com o resultado de cada serviço, sejam eles relatórios de ensaio, laudos ou outros, deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital;

12.3. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

- 12.3.1.** Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA;
- 12.3.2.** O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;
- 12.3.3.** A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- 12.3.4.** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela

fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser vistada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.;

12.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2011;

12.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

12.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS;

12.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual;

12.3.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes;

12.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.3.10. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços;

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

13.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - **Pregão Presencial para Registro de Preços** - do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

14.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

- 14.2.** A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.
- 14.3.** A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 14.6. desta cláusula.
- 14.4.** Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata.
- 14.5.** Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.).
- 14.6.** Além dessas penalidades, com fundamento nos Art. 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 3 e nº 4 a seguir:

TABELA nº 3	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

TABELA nº 4		
ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05

Continua....

TABELA nº 4 (Continuação)

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

Continuação

14.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 5.

14.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 5, a seguir:

TABELA nº 5		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

14.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o Município, se, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

14.10. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 10.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



- c) *demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;*
- d) *reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;*
- e) *ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 10.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;*
- f) *apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;*
- g) *inexecução total do objeto;*
- 14.11.** *As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE/GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado;*
- 14.12.** *O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;*
- 14.13.** *Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;*
- 14.14.** *Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;*
- 14.15.** *A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;*
- 15. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS:**
- 15.1.** *A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público;*
- 15.2.** *A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente;*
- 15.3.** *A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações;*
- 15.4.** *Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93;*
- 15.5.** *A execução dos serviços contratados será pelo regime de empreitada por preço global;*
- 15.6.** *A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá*

exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

16. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

16.1. *Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada;*

16.1.1. *Os preços propostos serão fixos e irremutáveis pelo período de um ano;*

16.2. *Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta;*

16.3. *Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato;*

16.3.1. *A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual;*

16.3.2. *Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional;*

16.4. *Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;*

16.5. *Na hipótese de a empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.;*

16.5.1. *O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas;*

16.5.2. *Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade;*

16.5.3. *Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação;*

16.6. *Fica facultada a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada;*



16.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo;



16.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;

16.7.2. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão;

16.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada;

16.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos;

16.10. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado;

16.11. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

17. DOS RELATÓRIOS.

17.1. A empresa contratada deverá apresentar aos Órgãos Participantes, junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício aprazado, os seguintes relatórios:

- a) Relatórios dos Ensaios dos Materiais a serem aplicados nas Vias dos Municípios;
- b) Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

18.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido;

18.1.2. A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos;

18.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às

condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização;

- 18.3.** *A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente;*
- 18.4.** *Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência;*
- 18.5.** *Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório;*
- 18.6.** *A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;*
- 18.7.** *Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente.*

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 19.1.** *A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.*

20. JUSTIFICATIVA.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

*O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidência que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que **a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos.***

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691**

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.02.21 16:00:58 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Eng^o Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D





CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA**

ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO I – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA” E É COMPOSTO POR 14 (QUATORZE) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

O presente detalhamento tem por finalidade, especificar os serviços e definir padrões mínimos necessários para a execução dos serviços acima, conforme a seguir:

FLS.: 28

Assinatura

1. CONSIDERAÇÕES

- 1.1. As especificações destinam-se a definir todos os materiais e serviços a serem executados.
- 1.2. Os serviços serão executados de acordo com as especificações técnicas e normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e de órgãos vinculados aos serviços de pavimentação (DER/ DNIT/ etc.) planilhas de custos, em conformidade com as solicitações dos Municípios consorciados.
- 1.3. A empresa contratada deverá - obrigatoriamente - providenciar junto às concessionárias prestadoras de serviços públicos e órgãos competentes, os registros, projetos, e autorizações regulamentares e pertinentes, necessárias ao desenvolvimento dos serviços de que trata o Contrato, responsabilizando-se pela solidez das benfeitorias existentes, bem como das a serem realizadas;
- 1.5. Para a garantia da execução dos serviços, a contratante poderá exigir da empresa contratada o controle tecnológico de sua execução e dos materiais utilizados (por exemplo: grau de compactação do proctor normal, espessuras, aderência, impermeabilidade, resistência ao esforço dos materiais empregados - asfalto/ concreto/ etc.), conforme normas vigentes. considerando-se que o maior volume dos serviços se refere a usinagem e aplicação do concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), sempre será exigido o controle tecnológico deste material, dentro das especificações pertinentes, acompanhados dos respectivos relatórios que serão anexados a cada medição.
- 1.5.1. A não apresentação destes sujeita a empresa contratada ao não recebimento da medição/fatura pela contratante. Os custos referentes ao controle tecnológico serão de total responsabilidade da empresa contratada.
- 1.6. A empresa fará um relatório (Livro Diário de Obras) para o registro diário de todas as ocorrências durante a prestação dos serviços, mantendo-o sob guarda e anotando os serviços, mão de obra (número de funcionários e cargos) e materiais empregados, e qualquer fato referente aos referidos serviços com assinaturas do fiscal e da empresa contratada.
- 1.7. Todos os serviços realizados pela empresa deverão ter a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART registradas no conselho profissional.

2. SERVIÇOS

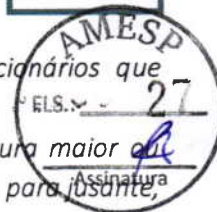
2.1. Escavação, demolição, fresagem e transporte;

2.1.1. Escavação mecânica a céu aberto, em material de 1ª categoria com escavadeira hidráulica capacidade de 0,78 m³:

- Escavação mecânica, em material de 1ª categoria, com escavadeira hidráulica: Poderá ocorrer necessidade de substituição e acerto de camada de suporte - deteriorada, rasa ou profunda, por meio do uso de equipamento (retroescavadeira) até um ponto determinado pela fiscalização, sendo que o material será removido para área de bota-fora.

2.1.2. Escavação mecânica de vala sem rocha (execução, incluindo remoção para fora do leito estradal):

- As valas serão abertas com o equipamento mecânico (retroescavadeira ou escavadeira hidráulica), sendo o material carregado em caminhões basculantes que transportarão para um bota-fora previamente informado pela FISCAL do contrato no Município.



- Quando da escavação, deverá ser dada especial atenção a segurança dos funcionários que trabalharam na base da escavação.
- Havendo materiais instáveis, a FISCALIZAÇÃO do Município definirá por uma abertura maior o escoramento, mediante termo aditivo. A escavação deverá ser executada de montante para jusante, sendo executado - sempre - a saída para o escoamento da água da chuva.
- A mudança no método executivo deverá ter a aprovação da FISCALIZAÇÃO do Município que deverá assumir o ônus da modificação por meio de termo aditivo.
- A medição deste serviço será por metro cúbico.

2.2. Demolição de revestimento asfáltico com equipamento pneumático, inclusive afastamento:

- A demolição da parcela do pavimento comprometido e identificado pela fiscalização, deverá ser substituído com reenquadramento através do uso de equipamento mecânico tipo martelo pneumático ou também manualmente, a fim de definir e preparar caixa para aplicação do remendo asfáltico, seguindo os procedimentos normativos e as boas práticas construtivas.
- Em casos previamente identificados e para preservação do pavimento em bom estado, poderá haver necessidade de corte do pavimento com uso de equipamento tipo serra circular apropriada para o serviço.

2.3. Fresagem até 5,0 cm:

- Pavimentos com boa qualidade de suporte e capa asfáltica irregular sofrerão trabalhos de fresagem com equipamentos apropriados e descarga sobre caminhão basculante que deverá acompanhar a esteira. A fiscalização definirá previamente - por critério próprio - a espessura da fresagem, podendo esta variar até 05 (cinco) centímetros de profundidade.
- Todo o material proveniente deste trabalho será transportado para fora da via com estocagem em local a ser definido pela fiscalização.

2.4. Corte mecanizado com serra circular em concreto/asfalto:

- Realizar cortes no asfalto para que fique com as medidas exatas.

2.5. Carga mecânica de material de qualquer natureza sobre caminhão:

- Carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 6,0 m³ / 16 t e Pá Carregadeira sobre pneus 128 HP, capacidade de caçamba 1,7 a 2,8 m³, peso operacional 11.632 Kg.
- Todos os materiais provenientes dos trabalhos de demolição do pavimento para preparo do mesmo deverão sofrer carga mecânica e ser transportada para área de bota-fora, onde será realizada a descarga e espalhamento.

2.6. Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km unidade (m³ x km):

- O transporte em segurança destes materiais deverá atender as normas pertinentes e o estabelecido no código de posturas do Município.

3. PAVIMENTAÇÃO**3.1. Reforço do subleito (execução, incluindo escavação, carga, descarga, homogeneização, umedecimento, espalhamento e compactação do material):**

- Caso a base ofereça condições melhores de aproveitamento, receberá trabalhos de regularização e compactação condizentes com o trato do subleito para conformação final do pavimento, de acordo com as normas pertinentes vigentes (espessura mínima de 20 cm).

**3.2. Execução e Compactação de base e ou sub-base com pedra rachão – exclusive escavação, carga e transporte:**

- A sub-base deverá ser executada com pedra rachão e seu travamento deverá ser feito com BGS (Brita Graduada Simples). A base será executada com BGS (Brita Graduada Simples) e tanto a altura da base quanto a da sub-base deverão ser definidas “in loco” conjuntamente à fiscalização do Município, atendendo ao disposto nas especificações de serviços DNER-ES-P 10.71.

3.2.1. O material a ser empregado na sub-base e base deverá possuir índice de suporte Califórnia (ISC) de no mínimo 60% (sessenta por cento) e expansão de no máximo 0,5% (meio por cento) determinado pela energia do método DNER-ME-48-64 (Proctor intermediário).**3.3. Execução e Compactação de base e ou sub-base com brita graduada simples (BGS) – exclusive, carga e transporte:**

- A sub-base deverá ser executada com pedra rachão e seu travamento deverá ser feito com BGS (Brita Graduada Simples). A base será executada com BGS (Brita Graduada Simples) e tanto a altura da base quanto a da sub-base deverão ser definidas “in loco” com a fiscalização do Município, atendendo ao disposto nas especificações de serviços DNER-ES-P 10.71.

3.3.1. O material a ser empregado na sub-base e base deverá possuir índice de suporte Califórnia (ISC) de no mínimo 60% (sessenta por cento) e expansão de no máximo 0,5% (meio por cento) determinado pela energia do método DNER-ME-48-64 (Proctor intermediário).**3.4. Execução de Imprimação com emulsão asfáltica CM 30:**

- Execução de imprimação com material betuminoso, incluindo fornecimento e transporte do material betuminoso (CM-30) dentro do canteiro de obras.

3.4.1. A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade necessária e uniforme.**3.5. Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade m³ x km):**

- O Transporte do material betuminoso será feito por meio de caminhões tipo basculante com caçambas metálicas robustas, limpas e protegidos por lonas adequadas ao isolamento, condicionamento e conservação do produto.

3.6. Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada adicional para DMT excedente a 30 km (unidade m³ x km):

- O Transporte do material betuminoso será feito por meio de caminhões tipo basculante com caçambas metálicas robustas, limpas e protegidos por lonas adequadas ao condicionamento, isolamento e conservação do produto.

3.7. Execução de imprimação com asfalto diluído CM-30:

- Execução de imprimação com material betuminoso, incluindo o fornecimento e transporte do material betuminoso (CM-30) dentro do canteiro de obras. A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade necessária e uniforme.

3.8. Execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica rr-2c:

- Execução de pintura de ligação com material betuminoso, incluindo fornecimento e transporte do material betuminoso dentro do canteiro de obras.



- A pintura de ligação consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso (RR-2C) sobre a superfície de regularização, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.
- A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

3.9. Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de binder – exclusive carga e transporte:

- Este revestimento será aplicado sobre o pavimento devidamente pintado com material betuminoso. A distribuição do Concreto Asfáltico será feita por máquinas acabadoras. Após a distribuição do concreto asfáltico terá início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso (em média 170°).
- Serão empregados rolos de pneus de pressão variável, iniciando-se a rolagem, com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura for sendo compactada, e, conseqüentemente, suportar pressões mais elevadas.
- A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão começará sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo será recoberta, na seguinte, de, pelo menos, a metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compressão especificada.
- Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo metálico serão umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura e as rodas do rolo pneumático serão, no início da rolagem, levemente untadas com óleo queimado, com a mesma finalidade.
- A espessura final da camada de rolamento compactada será estabelecida pela fiscalização podendo variar em função da espessura da fresagem e outros locais recuperados.

3.10. Execução e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), massa comercial, incluindo fornecimento e transporte dos agregados e material betuminoso, exclusive transporte da massa asfáltica até a pista:

- Execução de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), incluindo fornecimento dos agregados e transporte do material betuminoso dentro do canteiro de obras, exclusive transporte até os locais a serem aplicados.
- Este revestimento será aplicado sobre o pavimento devidamente pintado com material betuminoso. A distribuição do Concreto Asfáltico será feita por máquinas acabadoras. Após a distribuição do concreto asfáltico terá início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso (em média 170°).
- Serão empregados rolos de pneus de pressão variável, iniciando-se a rolagem, com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura for sendo compactada, e, conseqüentemente, suportar pressões mais elevadas.
- A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão começará sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo será recoberta, na seguinte, de, pelo menos, a metade da



largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compressão especificada. Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado.

- As rodas do rolo metálico serão umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura e as rodas do rolo pneumático serão, no início da rolagem, ser levemente untadas com óleo queimado, com a mesma finalidade.
- A espessura final da camada de rolamento compactada será estabelecida pela fiscalização podendo variar em função da espessura da fresagem e outros locais recuperados.

3.11. Execução de faixa elevada conforme resolução 738 CONTRAN de 06/09/2018 – Aplicação de Massa Asfáltica (execução incluindo pintura de ligação)

- A faixa elevada deverá ser executada em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), incluindo a pintura de ligação na sua base. As dimensões, como largura e altura, deverão ser definidas “in loco” conjuntamente à fiscalização do Município.

4. TAPA-BURACO

- Execução de tapa-buraco com demolição manual;
- Usinagem de CBUQ para tapa buraco (execução incluindo fornecimento e transporte dos agregados e do material betuminoso);
- Emulsão asfáltica catiônica RR-2C para uso em pavimentação asfáltica (coletado caixa na ANP acrescido de ICMS);
- Os serviços de tapa-buracos compreendem o preparo de superfície através do reenquadramento e definição das áreas com cortes, seja manual ou mecanicamente, seguidos de limpeza e remoção de materiais soltos com perfeita varrição manual ou mecânica.
- As áreas deverão estar secas e receber a seguir pintura de ligação com material betuminoso diluído (RR-2C) aplicado com “caneta” ou barra espargidora, em camada uniforme e o posterior lançamento de volume de massa asfáltica (CBUQ) seguida de espalhamento manual ou mecânico, conforme volume aplicado, compactado com rolo liso ou placa vibratória. As condições técnicas destes trabalhos e os cuidados com as especificações técnicas da massa seguem os mesmos critérios, tanto para aplicação quanto para transporte.
- Todos os materiais para execução de tapa deverão ser transportados para área de execução de serviços. O transporte em segurança destes materiais deverá atender as normas pertinentes, o código de posturas do Município e leis de trânsito pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

5. SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO

5.1. Tapume removível de compensado tipo A, h= 2,20 (padrão DEER-MG com remoção).

- 5.1.1. Deverá ser construído tapume para isolar o local dos serviços e delimitar o canteiro da obra, com chapas de compensado tipo A, h= 2,20 metros fixadas em estrutura de madeira, tendo uma altura de 2,20m.**

6. CONE EM PVC H= 75 CM

- 6.1. Para complementação da sinalização de segurança e isolamento da Rua onde os serviços serão executados, deverá ser feita com Cone em PVC rígido com faixa refletiva H=75 cm.**

7. REMANEJAMENTO DE TAPUME

7.1. Após a execução dos serviços deverão ser removidos os tapumes e executada a limpeza de todo o local, para liberação da área.

8. MANUTENÇÃO E REPARO DE VIAS

8.1 Fornecimento de equipe para prestação de serviços de pintura de meio fio de vias e logradouros públicos. Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de "CAL" em duas demãos sobre todos os meios fios executados nas ruas. A pintura do meio fio deverá ser executada por meio manual e por pessoal treinado e habilitado. Os serviços de pintura serão medidos por m² de pintura aplicada no meio fio.

8.2. Fornecimento de equipe e materiais para prestação de serviços de recuperação de passeios, sarjetas e meios fios de vias e logradouros públicos

Será efetuada a substituição do passeio com a retirada do pavimento existente e a execução de novo pavimento em concreto, conforme normas tendo como procedimentos a serem realizados o que se segue:

- a) Arrancamento/demolição do piso de concreto existente;
- b) Recolhimento e retirada do entulho proveniente do piso retirado;
- c) Nivelamento do passeio com reaterro utilizando terra limpa isenta de matéria orgânica;
- d) Compactação do reaterro;
- e) Execução do novo piso de concreto.

9. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL:

Tachão refletivo tipo SHTRG, com catadióptrico nas duas faces (execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais) e tacha refletiva tipo SHTRP, com catadióptrico nas duas faces (execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais):

9.1. FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHÕES E TACHAS :

Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para o fornecimento e implantação de tachões e tachas, com pinos, utilizados na sinalização viária horizontal de pavimentos.

O corpo das peças deve ser de resina sintética, a base de poliéster, ou plástico acrílico, tipo metil metacrilato preenchido por composto de alta aderência ou qualquer outro material plástico, desde que apresente alta resistência a compressão.

O dimensionamento e tipo de material necessário a estrutura interna das peças ficarão a critério do fabricante.

9.1.1. Formatos e Dimensões:

Os tachões de formato retangular devem ser abaulados, sem quinas retas, devendo ter basicamente as seguintes dimensões:

- * Dimensões externas: 240 (+ou- 10) x 155 (+ou- 5) x 50 (+ou- 2,5) mm;
- * Número de pinos de fixação: 02 (dois);
- * Diâmetro do pino de fixação: 1/2" = 12,7 mm;
- * Comprimento externo do pino de fixação: 70 (+ou- 5) mm;
- * Comprimento total do pino de fixação: 95 (+ou- 5) mm;
- * Espaçamento entre pinos: 140 (+ou- 10) mm;

* Largura mínima do elemento refletivo: 14 mm;

* Comprimento mínimo do elemento refletivo: 150 mm.

As tachas de formato quadrado devem ser abauladas, sem quinas retas, devendo obedecer às seguintes dimensões:

* Dimensões externas: 97 (+ou-3) x 90 (+ou-5) x 19 (+ou-2) mm;

* Número de pinos de fixação: 01 (um);

* Diâmetro do pino de fixação: 1/2" = 12,7 mm;

* Comprimento externo do pino de fixação: 43 (+ou-2) mm;

* Comprimento total do pino de fixação: 57 (+ou -2) mm;

* Largura mínima do elemento refletivo: 9 mm;

* Comprimento mínimo do elemento refletivo: 65 mm.

Os tachões retangulares apresentarão dois pinos de fixação e as tachas apresentarão apenas um pino de fixação. Este (s) pino (s) deve(m) estar embutido(s) no corpo da peça e devem apresentar superfície rosqueada, de forma a permitir melhor aderência do pino no material de fixação e no pavimento.

De acordo com o número de elementos refletivos, os tachões e tachas, podem ser classificados em:

a) monodirecionais: com 01 (um) elemento refletivo;

b) bidirecionais: com 02 (dois) elementos refletivos.

O elemento refletivo, composto por uma ou mais unidades óticas, deve estar perfeitamente embutido no corpo do tachão ou tacha, e sua cor conforme Anexo II do CTB.

O retrorrefletor deve resistir aos impactos pneumáticos e as condições ambientais, como por exemplo: intempéries, poluição etc.

O elemento refletivo deve possuir um valor mínimo de retro refletância para os tachões e tachas, conforme descrição abaixo, sendo para um ângulo de 2° .

• Tachão: *Refletivo na cor branca 606 mcd/lux;

*Refletivo na cor amarela 340 mcd/lux.

• Tacha: *Refletivo na cor branca 461 mcd/lux;

*Refletivo na cor amarela 298 mcd/lux.

• Resistência à Compressão:

As peças devem suportar uma carga mínima de 5.000 kgf (para tachas) e 10.000 kgf (para tachões).

• Cor :

As cores devem ser indelévels, obedecendo ao Padrão Munsell, conforme descrito abaixo:

*Branca - N 9,5, obedecida a tolerância N 9,0

*Amarela - 10 YR 7,5/14, obedecida a tolerância 10 YR 8/14

• Retrorrefletância

Valores mínimos CIL (Coeficiente de Intensidade Luminosa):

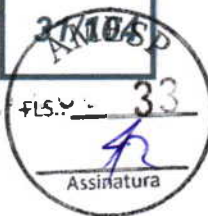


TABELA nº 1				
Ângulo de Entrada	V = 0 °	V = 0 °	V = 0 °	V = 0 °
Ângulo de Observação	H = 15 °	H = 10 °	H = 10 °	H = 10 °
R (mcd/lux)	E e D	E e D	E e D	E e D
Ângulo de Observação	2 °	1 °	0,5 °	0,3 °
R (mcd/lux)	5	20	60	100

TABELA nº 2		
COR	BRANCA	AMARELA
Fator de Multiplicação	1,0	0,5

A cola a ser utilizada no assentamento e fixação das peças deverá ser sintética com 2 (dois) componentes, pré-acelerada, a base de resina de poliéster, com alta aderência em pavimentos asfálticos e que não sofra retração após a cura, para não permitir:

- * vazios entre as peças e o pavimento;
- * movimentos do pino de fixação;
- * tempo máximo de cura de 60 minutos.

9.1.2. Implantação:

• Limpeza do Pavimento:

A Contratada deverá possuir aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser instalada a peça, como escovas, vassouras e retirar todo resíduo ou manchas de óleo, antes da furação.

• Limpeza dos Furos:

Deverá ser feita a limpeza dos furos bem como do local de assentamento utilizando-se o ar comprimido, para que não fiquem resíduos que prejudiquem a aderência do material de fixação ao pavimento.

• Pré-marcação:

Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da furação do pavimento, seguindo rigorosamente o projeto/detalhe.

• Furação

A marcação dos locais a perfurar deverá ser efetuada com auxílio de gabaritos. A furação propriamente dita, deverá ser feita com broca, acoplada a um martelo acionado por ar comprimido ou corrente elétrica, ou outro equipamento a critério da Contratante. O furo deverá ter a profundidade suficiente para abrigar o pino de fixação com folga.

• Fixação:

O assentamento e a fixação das peças deverão ser executados com quantidade de cola suficiente para que as peças não se desprendam do pavimento posteriormente.

As peças instaladas devem permanecer intactas durante o tempo de pega do material de fixação, para uma perfeita aderência sobre o pavimento.

Após a instalação das peças, a Contratada deverá recolher todo entulho ou sobra de materiais resultantes da execução dos serviços.

Não serão aceitas as peças cujos elementos refletivos estiverem cobertos de cola após a implantação.

• **Acondicionamento:**

Os tachões e as tachas devem estar acondicionados em caixas de papelão fechadas para que não sofram danos, inclusive, aqueles provocados pelos pinos de fixação na pintura dos mesmos.

• **Controle de Qualidade:**

Para garantia da qualidade dos serviços, todos os materiais a serem utilizados deverão ser submetidos previamente a uma inspeção visual, feita pela Contratante, cabendo a esta o direito de não permitir o uso do material que estiver com mau acabamento ou que apresentar algum defeito ou com dimensões, formatos e mensagens em desacordo com o especificado.

Para garantia da qualidade dos serviços serão exigidos os Certificados de Análise com respectiva aprovação das peças a serem utilizadas, emitidos por laboratório credenciado para tal.

• **Durabilidade:**

Independentemente dos ensaios e inspeções, a durabilidade das peças fornecidas e implantadas, deverá ser de 03 (três) anos, no que diz respeito a deslocamento, quebra, soltura do pavimento, bem como do retrorrefletor, excetuando casos que comprovadamente não forem de responsabilidade da Contratada.

O elemento refletivo deve manter a reflexão durante o período de garantia da peça.

• **Critérios para Medição e Pagamento**

Serão medidas e pagas as unidades efetivamente implantadas/removidas.

10. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO:

Para a execução de serviços de sinalização horizontal inicialmente deverá ser executada a limpeza da área a ser aplicada a pintura de modo a eliminar qualquer tipo de material que possa prejudicar a aderência do produto no pavimento, utilizando vassouras e escovas.

A superfície deve ser esfregada até que esteja completamente isenta de materiais soltos ou qualquer substância divergente do pavimento conforme determinado no projeto, de maneira que a pintura possa ser executada diretamente no pavimento asfáltico apresente perfeita aderência.

A superfície a receber a sinalização horizontal deverá, também, estar de poeiras, óleos, materiais orgânicos e seca e em caso de apresentarem excesso de sujeiras devem ser varridos e, em último caso, lavados com jatos de água preferencialmente.

As pré-marcações deverão ser feitas, seguindo as normas e padrões e com o uso de corda para determinar localização precisa. A marcação deve ser feita manualmente com tinta, utilizando pinceis, brochas e spray.

Após a pré-marcação o caminhão equipado com máquina demarcadora de faixas de tráfego à frio, inicia a pintura das faixas de acordo com a necessidade de execução. A tinta a ser utilizada será do tipo a base de resina acrílica, a espessura de aplicação deve seguir a necessidade do Município contratante e as normas pertinentes.

As esferas de vidro retrorrefletivas tipo I B devem ser adicionadas à tinta na razão de 200 g/l de tinta, de modo a permanecerem internas à película aplicada. Os serviços não podem ser executados quando a temperatura ambiente estiver acima de 40°C ou estiver inferior a 5°C, e quando tiver ocorrido chuva 2 horas antes da

aplicação; A abertura do trecho ao tráfego somente pode ser feita após, no mínimo, 30 minutos após o término da aplicação.

10.1 Setas, símbolos e dizeres da resina acrílica 0,6 mm de espessura (execução, incluindo pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais):

Trata-se da execução de sinalização horizontal sobre o pavimento, constituindo-se na pintura de setas, símbolos e dizeres, para orientação e delimitação do trânsito.

A pintura será realizada com tinta à base de resina acrílica, com espessura de película úmida de 0,6 mm e conforme especificações.

• **Materiais:**

Tinta para sinalização horizontal à base de resina acrílica. Esta tinta deve atender as normas da ABNT NBR 7396/2011 e NBR 11862/2012 e os seguintes parâmetros:

a) Requisitos Qualitativos:

- *Cor (notação Munsell Highway):*
 - * *Tinta branca mínimo N.9.5 e máximo N.9.0; (método de ensaio - NBR 15438:2013);*
 - * *Tinta amarela mínimo 10YR7,5/14 e máximo 10YR6,5/14 e 8,5YR7,5/14; (método de ensaio - NBR 15438:2013);*
 - * *Tinta vermelha mínimo 7,5R4/14; (método de ensaio - NBR 15438:2013);*
 - * *Tinta preta máximo N 0,5; (método de ensaio - NBR 15438:2013);*
- *Flexibilidade: satisfatória;*
- *Sangramento: ausência;*
- *Resistência à água: satisfatória;*
- *Resistência ao calor: satisfatória;*
- *Resistência ao intemperismo: 400h;*
- *Cor: leve alteração;*
- *Integridade: inalterada;*
- *A tinta deve:*
 - * *ser suscetível de rejuvenescimento mediante a aplicação de nova camada;*
 - * *apresentar características antiderrapantes;*
 - * *estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: Temperatura entre 10° e 40°C e Umidade relativa do ar até *90%;*
 - * *ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas, podendo ser adicionado aditivo de, no máximo, 5% de solvente em volume, para acerto da viscosidade;*
 - * *estar dentro do prazo de validade*

As cores de tinta a serem empregadas devem obedecer às indicações de projeto, sendo selecionadas em função de padronização de cores definidas no Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos.

• **Microesferas de Vidro:**

Na pintura das setas, símbolos e dizeres, serão utilizadas microesferas de vidro com diâmetro inferior a 1000µm, do tipo "drop on", conforme norma DNER – EM 373/2000. As microesferas

de vidro tipo "drop on", serão aplicadas simultaneamente com a tinta na proporção de 200 g/l.

• **Execução e Preparação do Pavimento:**

As superfícies a serem pintadas devem se apresentar secas e livres de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.

Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido, sendo tal serviço de inteira responsabilidade da empresa contratada para realização do serviço.

• **Pré Marcação:**

Quando a superfície a ser pintada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré marcação antes da aplicação da tinta na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões necessárias.

• **Aplicação:**

Os serviços de pintura deverão ser executados por máquina de pintura própria para sinalização, atendendo aos requisitos de espessura da película úmida de 0,6 mm, atendendo ainda as exigências fornecidas pelo fabricante da tinta, e aplicação de microesferas de vidro "drop on".

Na aplicação da sinalização horizontal deve ser utilizado material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.

As tintas devem ser aplicadas de forma que não seja necessária nova aplicação para atingir a espessura de 0,6 mm especificada.

Concomitante a aplicação da tinta acrílica, deverão ser colocadas as microesferas de vidro tipo "drop on" na proporção de 200 gramas por litro de tinta. Na execução das marcas retas, qualquer desvio dos alinhamentos excedendo 0,01 metro em 10 metros, deve ser corrigido.

As sinalizações aplicadas deverão ser protegidas durante o tempo de secagem, de todo tráfego de veículos, bem como de pedestres.

A empresa contratada será diretamente responsável e deve colocar todos os dispositivos necessários para o adequado isolamento da área.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação no pavimento.

A tinta aplicada, após secagem física total deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

A tinta quando aplicada sobre superfície betuminosa não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

• **Controle de Qualidade:**

A qualidade dos serviços deverá ser comprovada através de ensaios e/ou testes exigidos pelas normas técnicas oficiais. Por se tratar de verificações rotineiras do processo executivo, as mesmas correrão por conta da empresa contratada para realização do serviço e não serão objeto de medição específica, conforme Art. 75 da Lei Federal nº 8.666/93.

• **Medição:**

A Pintura Acrílica de Setas, símbolos e dizeres, será medida por área, em metros quadrados, de pintura efetivamente realizada.

• Pagamento:

Será pago por pintura efetivamente realizada, em metros quadrados, considerando o preço unitário contratual. O preço unitário deve incluir todos os equipamentos, as operações, transportes, ensaios/testes, mão de obra, encargos, impostos e os materiais utilizados na execução, bem como o BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

• Escavação manual para bloco de coroamento ou sapata, sem previsão de fôrma. Af_06/2017:

Escavação de material de 1ª categoria (qualquer tipo de solo, exceto rocha) executada manualmente. Volume medido no corte.

Normas Técnicas: NR18 01 1950

Na escavação efetuada nas proximidades de prédios ou vias públicas, serão empregados métodos de trabalho que evitem ocorrências de qualquer perturbação oriundas dos fenômenos de deslocamento, tais como:

- Escoamento ou ruptura do terreno das fundações,
- Descompressão do terreno da fundação,
- Descompressão do terreno pela água.

Para efeito de escavação, os materiais são classificados em três categorias, como segue:

- * material de 1ª categoria: em teor, na unidade de escavação em que se apresenta, compreende a terra em geral, piçarra ou argila, rochas em adiantado estado de decomposição e seixos, rolados ou não, com diâmetro máximo de 15 cm;
 - * material de 2ª categoria: compreende a rocha com resistência à penetração mecânica inferior à do granito;
 - * material de 3ª categoria: compreende a rocha com resistência à penetração mecânica igual ou superior à do granito.
- Concretagem de blocos de coroamento e vigas baldrame, Fck 30 MPa, com uso de jericá lançamento, adensamento e acabamento:**

- O concreto utilizado para estes serviços deverá ter resistência de 30 MPa e para fazer o lançamento do material deve se molhar as fôrmas antes da concretagem.
- Impedir que elas sofram qualquer tipo de contaminação durante a concretagem, eliminando os principais focos como, por exemplo, barro dos pés dos operários.
- O concreto nos blocos e vigas deve ser de preferência, bombeado.
- O lançamento de concreto com uso de jericá.

Tubo de aço galvanizado com costura, classe leve, DN80 mm (3"), e = 3,35 mm, * 7,32* Kg/m (NBR:5580):

- Os postes de fixação de placas de trânsito, deverão ter: sistema antigiro, furação no padrão das placas e tampão -galvanizado a fogo conforme normas vigentes.
- Os postes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.

• Placa de sinalização em chapa de aço num 16 com pintura refletiva:

- A colocação deste dispositivo para controle de trânsito transmitindo mensagens visando a regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso da via, pelos veículos e pedestres de forma segura

e eficiente.

- As placas deverão ser fixadas no suporte de sustentação com parafusos, porcas e arruelas, todos galvanizados.
- Os itens que compõem as placas verticais deverão atender as exigências mínimas descritas a seguir:

- * Chapas de aço galvanizado, número 16. A superfície posterior da chapa deverá ser preparada com tinta preta fosca;
- * As chapas para as placas deverão ser totalmente refletivas, sendo que a superfície que irá receber a mensagem deverá ser preparada com primer;
- * A película refletiva deverá ser com grau de intensidade refletiva do tipo "grau técnico" e constituído de microesferas de vidro aderidas a uma resina sintética.
- * Deve ser resistente a intempéries, possuir grande grau angularidade de maneira a proporcionar ao sinal características de forma, cor e legenda ou símbolos e visibilidade sem alterações, tanto a luz diurna, como a noite sob luz refletiva.

• **Medição:**

- Por metro quadrado de área de placa implantada.

11. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. SINALIZAÇÃO / SEGURANÇA:

- 11.1.1.** A empresa contratada ficará responsável pela sinalização e controle da segurança nos locais onde forem executados os serviços previstos, além de contar com o apoio da contratante quando houver necessidade de controle de trânsito e/ou interrupção de vias;
- 11.1.2.** Todos os funcionários contratados deverão atender as exigências e normas de segurança com uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e prevenção de acidentes;
- 11.1.3.** Toda e qualquer alteração na aplicação dos produtos constantes em contrato deverão ser imediatamente comunicados a fiscalização para as soluções devidas e/ou prévias aprovações de alterações necessárias;
- 11.1.4.** Os serviços de sinalização viária horizontal e vertical deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnica) e INMETRO;
- 11.1.5.** Competirá à contratada fornecer a tinta, tacha, tachões, placas e mão de obra especializada para a execução do serviço, todo o ferramental, instalações provisórias, alimentação, maquinaria e aparelhamento adequado para a mais perfeita execução dos serviços contratados;
- 11.1.6.** A fiscalização deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas etc., para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade, etc. A prestação de serviços poderá ser solicitada para realização em horário diurno e noturno, a fim de causar menor impacto possível no trânsito.

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691**

Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE AMARAL ROSSI:47143207691
Dados: 2022.02.21 16:01:31 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA
ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA” E É COMPOSTO POR 6 (SEIS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO E VALOR REFERENCIAL

REFERÊNCIA: PLANILHA SINAPI - JANEIRO DE 2022 E MARÇO DE 2021 / SETOP - OUTUBRO 2021 / SUDECAP DEZEMBRO 2021

BDI: 23,62%

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (23,62%) R\$	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI R\$	PREÇO A EXECUTAR COM BDI (23,62%) R\$
1. SERVIÇOS INICIAIS						1.105.505,44		1.366.619,38	
1.1	SETOP - OUT/21	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8. EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIUECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	U	34,00	1.179,11	1.457,62	40.089,74	49.559,08
1.2	SETOP - OUT/21	ED-50158	CONE EM PVC H = 75 CM	M	2.500,00	36,65	45,31	91.625,00	113.275,00
1.3	SETOP - OUT/21	ED-50160	TAPUME REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A, H = 2,20 M (PADRÃO DER-MG - COM REMOÇÃO)	M	750,00	242,91	300,29	182.182,50	225.217,50
1.4	SETOP - OUT/21	ED-50166	REMANEJAMENTO DE TAPUME	M2	1.080,00	8,32	10,29	8.985,60	11.113,20
1.5	SETOP - OUT/21	ED-50157	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	M	2.000,00	3,22	3,98	6.440,00	7.960,00
1.6	SINAPI - JAN/22	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640,00	95,87	118,51	253.096,80	312.866,40
1.7	SINAPI - JAN/22	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640,00	108,89	134,61	287.469,60	355.370,40
1.8	SINAPI - JAN/22	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640,00	35,23	43,55	93.007,20	114.972,00
1.9	SINAPI - JAN/22	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5.060,00	19,40	23,98	98.164,00	121.338,80
1.10	SINAPI - JAN/22	100309	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400,00	28,65	35,42	11.460,00	14.168,00
2. INFRAESTRUTURA URBANA						96.379,20		119.149,20	
2.1	SINAPI - JAN/22	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	UN	8.280,00	11,64	14,39	96.379,20	119.149,20
3. TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO (Continua)						1.860.068,80		2.299.742,80	
3.1	SETOP - OUT/21	AO-40157	ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM CAMINHÃO DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1.801 A 2.000 M	M3	70.000,00	7,15	8,84	500.500,00	618.800,00
3.2	SETOP - OUT/21	ED-51105	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	14.000,00	3,30	4,08	46.200,00	57.120,00
3.3	SETOP - OUT/21	ED-51106	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	M3	7.000,00	4,40	5,44	30.800,00	38.080,00

Continua...



ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (23,62%) R\$	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI R\$	PREÇO A EXECUTAR COM BDI (23,62%) R\$
3. TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO (Continuação)									
3.4	SETOP - OUT/21	ED-51110	TER-ESC-050					1.860.068,80	2.299.742,80
			ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	800,00	33,10	40,92	26.480,00	32.736,00
3.5	SETOP - OUT/21	ED-51131	TRA-CAR-005						
			CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	800,00	33,10	40,92	26.480,00	32.736,00
3.6	SETOP - OUT/21	ED-51132	TRA-CAR-010						
			CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	800,00	1,43	1,77	1.144,00	1.416,00
3.7	SETOP - OUT/21	ED-51119	TER-ESC-095						
			ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM SOLO MOLE COM DESCARGA DIRETA SOBRE CAMINHÃO	M3	800,00	6,91	8,54	5.528,00	6.832,00
3.8	SINAPI - JAN/22	96385	-						
			EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	70.000,00	8,99	11,11	629.300,00	777.700,00
3.9	SETOP - OUT/21	RO-40242	-						
			ESCALONAMENTO DE TALUDES DE ATERRO	M3	21.000,00	4,88	6,03	102.480,00	126.630,00
3.10	SETOP - OUT/21	ED-51130	TRA-CAM-020						
			TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3XKM	120.000,00	3,20	3,96	384.000,00	475.200,00
3.11	SETOP - OUT/21	ED-51127	TRA-CAM-005						
			TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT <= 1 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	23.000,00	3,38	4,18	77.740,00	96.140,00
3.12	SINAPI - JAN/22	100973	-						
			CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	4.080,00	7,21	8,91	29.416,80	36.352,80
4. ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE						10.283.332,13		12.710.563,88	
4.1	SUDECAP - DEZ/21	03.03.01	-						
			ESCAVAÇÃO MECÂNICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	45.500,00	4,66	5,76	212.030,00	262.080,00
4.2	SETOP - OUT/21	ED-48492	DEM-PI5-070						
			DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	22.750,00	8,48	10,48	192.920,00	238.420,00
4.3	SUDECAP - DEZ/21	20.20.01	-						
			FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	625.000,00	11,80	14,59	7.375.000,00	9.118.750,00
4.4	SUDECAP - DEZ/21	02.12.01	-						
			CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	60.000,00	1,92	2,37	115.200,00	142.200,00
4.5	SUDECAP - DEZ/21	03.12.03	-						
			CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	32.387,50	2,27	2,81	73.519,63	91.008,88
4.6	SINAPI - JAN/22	97914	-						
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.006.375,00	2,30	2,84	2.314.662,50	2.858.105,00

Continua...


ICTHUS
ENGENHARIA

Sede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330, Centro, Belo Horizonte/MG, 30160-906
 Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550/1, Boa Vista, Pouso Alegre/MG, 37552-094
 e-mail: ictus@ictusengenharia.com, rossi@ictusengenharia.com, eng.carlosrossi@gmail.com
 Fone: +55 31 3025 6092, Celulares: +55 31 98688 8433, +55 31 98766 8483, +55 31 99730 8483

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

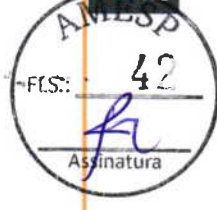
DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

40/104

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (23,62%) R\$	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI R\$	PREÇO A EXECUTAR COM BDI (23,62%) R\$
5. MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS									
5.1 BASE									
5.1.1	SETOP - OUT/21	RO-41093	OBR-VIA-135	M3	75.000,00	12,23	15,12	917.250,00	1.134.000,00
5.1.2	SINAPI - JAN/22	96399	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	22.500,00	106,06	131,11	2.386.350,00	2.949.975,00
5.1.3	SINAPI - JAN/22	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	27.500,00	154,86	191,44	4.258.650,00	5.264.600,00
5.1.4	SETOP - OUT/21	RO-41079	RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	M3	2.500,00	63,10	78,00	157.750,00	195.000,00
5.1.5	SINAPI - JAN/22	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.500.000,00	1,63	2,02	2.445.000,00	3.030.000,00
5.1.6	SINAPI - JAN/22	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	1.750.000,00	0,64	0,79	1.120.000,00	1.382.500,00
5.2 CORREÇÃO DO PAVIMENTO									
5.2.1	SETOP - OUT/21	RO-41207	REPERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRÉ-MISTURADO A FRIJO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA. EXCLUI O FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000,00	13,31	16,45	39.930,00	49.350,00
5.2.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	90.000,00	1,54	1,90	138.600,00	171.000,00
5.2.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	105.000,00	0,60	0,74	63.000,00	77.700,00
5.3 PAVIMENTAÇÃO									
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_11/2019	M3	400.000,00	6,72	8,31	2.688.000,00	3.324.000,00
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	M2	2.000.000,00	2,62	3,24	5.240.000,00	6.480.000,00
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95996	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	10.000,00	1.343,89	1.661,32	13.438.900,00	16.613.200,00
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	12.250,00	1.550,76	1.917,05	18.996.810,00	23.483.862,50
5.3.5	SETOP - OUT/21	ED-49813	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	M3	400,00	123,89	153,15	49.556,00	61.260,00
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	1.602.000,00	1,54	1,90	2.467.080,00	3.043.800,00
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	4.144.000,00	0,60	0,74	2.486.400,00	3.066.560,00
5.4 PAVIMENTAÇÃO									
						61.047.293,90		75.461.197,15	
						11.285.000,00		13.956.075,00	

Continua...



Sede: Rua da Bahia, nº 1148, Bloco I, Conjunto 1330 - Centro - Belo Horizonte/MG - 30.160-906
 Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550/1, Boa Vista - Pouso Alegre / MG - 37.552-094
 e-mail: ictus@ictusengenharia.com - ross@ictusengenharia.com - eng.carlosrossi@gmail.com
 Fonte: +55.35.3025.6092 - Celulares: +55.31.98838.8433 - +55.31.98766.8483 - +55.35.99730.8483

ITEM	REFERENCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (23,62%) R\$	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI R\$	PREÇO A EXECUTAR COM BDI (23,62%) R\$
5. MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS									
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRIO									
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-42831	-	M2	65.000,00	2,56	3,16	166.400,00	205.400,00
5.4.2	COTAÇÃO	-	EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	T	325,00	5.998,00	7.414,73	1.949.350,00	2.409.787,25
5.5 TAPA BURACO									
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101810	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	M3	1.250,00	1.391,23	1.719,84	1.739.037,50	2.149.800,00
5.5.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	90.000,00	1,54	1,90	138.600,00	171.000,00
5.5.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	105.000,00	0,60	0,74	63.000,00	77.700,00
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.360,00	17,85	22,07	59.976,00	74.155,20
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.240,00	16,81	20,78	37.654,40	46.547,20
						2.038.267,90		2.519.202,40	
6. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
6.1	SETOP - OUT/21	RO-41228	TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG. COM CATADIÓTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	1.625,00	23,59	29,16	38.333,75	47.385,00
6.2	SETOP - OUT/21	RO-41231	TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓTRICO EM APENAS UMA FACE (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	4.875,00	11,27	13,93	54.941,25	67.908,75
6.3	SINAPI - JAN/22	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPULIDA. AF_05/2021	M	20.000,00	3,99	4,93	R\$ 79.800,00	R\$ 98.600,00
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41779	SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRÍLICA 0,6MM DE ESPESURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	1.750,00	35,50	43,89	62.125,00	76.807,50
6.5	SINAPI - JAN/22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	M3	4,00	124,24	153,59	496,96	614,36
6.6	SINAPI - JAN/22	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCX 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	4,00	589,10	728,25	2.356,40	2.913,00
6.7	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	M	750,00	138,39	171,08	103.792,50	128.340,00
6.8	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90,00	1.108,81	1.370,71	99.792,90	123.963,90
						393.758,76		486.742,51	



ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE A EXECUTAR	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI R\$	PREÇO UNITÁRIO COM BDI (23,62%) R\$	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI R\$	PREÇO A EXECUTAR COM BDI (23,62%) R\$
7. MANUTENÇÃO E REPARO GUIAS SARIETAS E CALÇADAS									
7.1	SETOP - OUT/21	RO-40638	MEIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DR MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	7.500,00	43,86	54,22	328.950,00	406.650,00
7.2	SETOP - OUT/21	RO-41316	CAIAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000,00	2,71	3,35	27.100,00	33.500,00
7.3	SETOP - OUT/21	RO-40230	MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3	250,00	465,98	576,04	116.495,00	144.010,00
7.4	SETOP - OUT/21	RO-41763	DEFENSA SINGELA SEMI-MALEÁVEL SV-DSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750,00	448,23	554,10	784.402,50	969.675,00
8. ITENS DIVERSOS						29.065.342,50			
8.1	SINAPI - JAN/22	101021	USINAGEM DE CONCRETO ASFÁLTICO COM CAP 50/70, PARA CAMADA DE ROLAMENTO, PADRÃO DNIT FAIXA C, EM USINA DE ASFALTO CONTÍNUA DE 80 TON/H, AF_03/2020	T	2.250,00	12.917,93	15.969,15	29.065.342,50	35.930.587,50
								TOTAL SEM BDI:	R\$ 105.156.508,23
								TOTAL COM BDI:	R\$ 129.987.597,42

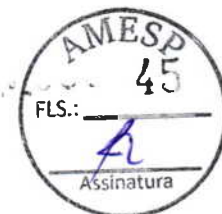
Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.02.21 16:02:07 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO
Carlos Henrique Amaral Rossi
Engº Civil e de Segurança do Trabalho
CREA-MG 46.052D





CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA
ANEXO III – DEMONSTRATIVO DO BDI

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO II – DEMONSTRATIVO DO BDI É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA” E É COMPOSTO POR 2 (DUAS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442



BDI (CONFORME ACÓRDÃO N° 2622/13 e LEI N° 13.161 DE 31-31/08/15)

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE AGREGADOS MINERAIS E DE CONCRETO AOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Base de Preços: SETOP - OUT/2021

DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS	SIGLA	PORCENTAGEM DE INCIDÊNCIA	INCIDÊNCIA
CUSTO DIRETO	CD	100,00%	
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	AC	4,67%	CD
LUCRO	L	7,30%	CD
DESPESAS FINANCEIRAS	DF	0,55%	CD
SEGUROS, GARANTIAS E RISCO	(S+G+R)	1,71%	CD
SEGUROS + GARANTIAS	S+G	0,74%	CD
RISCO	R	0,97%	CD
TRIBUTOS	I	7,15%	PV
ISS	ISS	3,50%	PV
PIS	PIS	0,65%	PV
COFINS	COFINS	3,00%	PV
CPRB	INSS	3,00%	PV

FÓRMULA :

$$BDI = \left\{ \frac{[(1+(AC+S+G+R)) \cdot (1+DF) \cdot (1+I)] - 1}{(1-(I+CPRB))} \right\} - 1$$

$$BDI \text{ (NUMERADOR)} = 14,78\%$$

$$BDI \text{ (DENOMINADOR)} = 92,85\%$$

$$BDI = \left[\frac{1 + 0,1478}{0,9285} \right] - 1 = 0,2362 = 23,62\%$$

$$BDI = 23,62\%$$

AC | Administração Central - Percentual incluído no contrato para suprir gastos gerais que a empresa efetua com a sua

DF | Despesas Financeiras - Despesas financeiras são gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data

R | Garantias, Riscos, Seguros e Imprevistos - Percentual incluído no contrato para suprir gastos com imprevistos, riscos etc.

L | Lucro - Percentual incluído no contrato referente ao lucro pretendido.

T | Tributos - Somatório do COFINS, PIS, ISS e INSS

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

CARLOS HENRIQUE
AMARAL
ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por
CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI:47143207691
Dados: 2022.02.21 16:02:39 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Engº Civil e de Segurança do Trabalho

CREA-MG 46.052D



CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA**

ANEXO IV – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA-ART

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO III – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA” E É COMPOSTO POR 3 (TRÊS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

Associação dos Municípios da Microrregião do médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

46/104

Página 1/2

48

Assinatura



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20220866139

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

INICIAL

1. Responsável Técnico**CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI**Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

RNP: 1402955235

Registro: MG0000046052D MG

Empresa contratada: **ICTHUS ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**

Registro: 0000027939-MG

2. Dados do ContratoContratante: **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

Rua: **COMENDADOR JOSÉ GARCIA**

Nº: 774

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**Cidade: **POUSO ALEGRE**UF: **MG**

CEP: 37663442

Contrato: **01/2022-PARCIAL**Celebrado em: **17/01/2022**Valor: **R\$ 5.285,45**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**Ação Institucional: **Órgão Público****3. Dados da Obra/Serviço**Rua: **COMENDADOR JOSÉ GARCIA**

Nº: 774

Complemento:

Bairro: **SAUDADE - BOM JESUS**Cidade: **POUSO ALEGRE**UF: **MG**

CEP: 37663442

Data de Início: **10/01/2022**Previsão de término: **17/02/2022**Coordenadas Geográficas: **0, 0**Finalidade: **OUTROS**Código: **Não Especificado**Proprietário: **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí**

CPF/CNPJ: 20.362.307/0001-40

4. Atividade Técnica**14 - Elaboração**

	Quantidade	Unidade
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
38 - Especificação > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	224.320,00	m²
38 - Especificação > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	224.320,00	m²
38 - Especificação > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	224.320,00	m²
38 - Especificação > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.5 - RODOVIÁRIA	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	224.320,00	m²
35 - Elaboração de orçamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.5 - RODOVIÁRIA	224.320,00	m²
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > #4.2.2 - DE INFRAESTRUTURA PARA VIAS URBANAS	224.320,00	m²
77 - Planejamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA	224.320,00	m²
77 - Planejamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.4 - VIÁRIA	224.320,00	m²
77 - Planejamento > TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA > #4.1.2 - DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA PARA RODOVIAS	224.320,00	m²

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: wYyYB
Impresso em: 24/01/2022 às 08:57:50 por: ip: 177.97.206.235

www.crea-mg.org.br
Tel. 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax:

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Sede: Rua da Bahia, nº 1148. Bloco I. Conjunto 1330. Centro. Belo Horizonte/MG. 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1. Boa Vista. Pouso Alegre / MG. 37.552-094
e-mail: ichthus@ichthusengenharia.com. rossi@ichthusengenharia.com. eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092. Celulares: +55.31.98838.8433. +55.31.98766.8483. +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

47/104



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MG20220866139

INICIAL

Página 2/2

FLS.: 49

Assinatura

77 - Planejamento > TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.5 -
RODOVIÁRIA

224.320,00

m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO - RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA (RECOMPOSIÇÃO, MANUTENÇÃO, PINTURA E SINALIZAÇÃO - VIAS URBANAS, SARJETAS E GUIAS): TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÃO, QUANTITATIVOS E ORÇAMENTO PARA OS MUNICÍPIOS COMPONENTES DA AMESP - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

6. Declarações

- A Resolução nº 1.094/17 instituiu o Livro de Ordem de obras e serviços que será obrigatório para a emissão de Certidão de Acervo Técnico - CAT aos responsáveis pela execução e fiscalização de obras iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2018. (Res. 1.094, Conflea).
- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CIMA vinculado ao Crea-MG, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar

7. Entidade da Classe

AEPA - Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Técnicos de Pouso Alegre e Região

CARLOS HENRIQUE AMARAL
ROSSI 47143207691Assinado de forma digital por CARLOS
HENRIQUE AMARAL
ROSSI 47143207691
Dados: 2022.01.24 08:58:54 -03'00'**8. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CARLOS HENRIQUE AMARAL ROSSI - CPF: 471.432.076-91

Local

de

data

de

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - CNPJ:
20.362.007/0001-40**9. Informações**

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea
* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em: 21/01/2022

Valor pago: R\$ 10,65

Nosso Número: 8597426649

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: wYyYB
Impresso em: 24/01/2022 às 08:57:50 por: , ip: 177.97.206.235

www.crea-mg.org.br
Tel: 0312732

crea-mg@crea-mg.org.br
Fax



Sede: Rua da Bahia, nº 1148 . Bloco I . Conjunto 1330 . Centro . Belo Horizonte/MG . 30.160-906
Posto de Trabalho: Avenida São Francisco, 550 / 1 . Boa Vista . Pouso Alegre / MG . 37.552-094
e-mail: icthuse@icthuseengenharia.com . rossi@icthuseengenharia.com . eng.carlosrossi@gmail.com
Fone: +55.35.3025.6092 . Celulares: +55.31.98838.8433 . +55.31.98766.8483 . +55.35.99730.8483

ICTHUS
ENGENHARIA



CÓDIGO:

AME-H/DOC/LIC/01-01

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO
RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

ANEXO V – DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO

**DOCUMENTO
TÉCNICO:**

ESTE DOCUMENTO TÉCNICO DENOMINADO ANEXO V – DEMONSTRATIVO DA MEMÓRIA DE CÁLCULO É PARTE INTEGRANTE DOS DOCUMENTOS TÉCNICOS DE “RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA” E É COMPOSTO POR 56 (CINQUENTA E SEIS) FOLHAS.

CLIENTE:

CONSÓRCIO AMESP

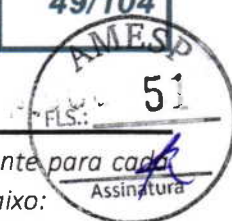
Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

CNPJ: 20.362.307/0001-40

Endereço: Rua Comendador José Garcia, nº 774, centro, Pouso Alegre / MG – CEP:37.553-442

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Para a obtenção do consumo de cada município, considerou-se o consumo médio por habitante para cada material / produto conforme a planilha orçamentária destacados nas planilhas de consumo abaixo:

**2. PLANILHAS DE CONSUMO PREVISTO POR MUNICÍPIO:****2.1. Item 1.1 (SETOP/ ED-50152)**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (UN)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (UN)
• Item 1.1, para os consumos de 0,00011m ³ por habitante – 34m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	2,18	2
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	1,21	1
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	1,28	1
4	CAREAÇU	6.826	2,21	0,75	1
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	1,34	1
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	2,40	2
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	1,30	1
8	CONGONHAL	12.209	3,95	1,34	1
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	0,52	1
10	ESTIVA	11.416	3,70	1,26	1
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	0,81	1
12	IPUIUNA	10.156	3,29	1,12	1
13	JACUTINGA	26.538	8,60	2,92	2
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	2,67	2
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	0,52	1
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	2,35	2
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1,86	2
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	4,86	4
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	0,60	1
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	0,30	1
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	0,62	1
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	0,59	1
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	0,16	1
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	0,45	1
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	0,56	1
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	34	34

2.2. Item 1.2 (SETOP/ ED-50158)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 1.2, para os consumos de 0,008m ³ por habitante – 2.500m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	158	160
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	88	89
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	93	94
4	CAREAÇU	6.826	2,21	55	56
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	98	99
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	175	177
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	95	96
8	CONGONHAL	12.209	3,95	98	99
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	38	39
10	ESTIVA	11.416	3,70	91	92
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	59	60
12	IPUIUNA	10.156	3,29	81	82
13	JACUTINGA	26.538	8,60	212	214
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	194	195
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	38	39
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	171	172
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	135	136
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	354	356
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	43	44
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	22	23
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	45	46
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	43	44
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	11	12
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	33	34
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	41	42
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.470	2.500



2.3. Item 1.3 (SETOP/ED-50160)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 1.3, para os consumos de 0,002m³ por habitante – 750m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	40	46
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	22	27
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	23	28
4	CAREAÇU	6.826	2,21	14	19
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	24	29
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	44	50
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	24	29
8	CONGONHAL	12.209	3,95	24	29
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	9	15
10	ESTIVA	11.416	3,70	23	28
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	15	20
12	IPUIUNA	10.156	3,29	20	25
13	JACUTINGA	26.538	8,60	53	59
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	48	54
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	9	14
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	43	48
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	34	40
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	88	95
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	11	16
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	5	11
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	11	16
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	11	16
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	3	8
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	8	13
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	10	15
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	617	750



2.4. Item 1.4 (SETOP/ED-50166)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 1.4, para os consumos de 0,003m³ por habitante – 1.080m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	59	65
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	33	39
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	35	41
4	CAREAÇU	6.826	2,21	20	26
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	37	43
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	65	71
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	36	42
8	CONGONHAL	12.209	3,95	37	43
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	14	20
10	ESTIVA	11.416	3,70	34	40
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	22	28
12	IPUIUNA	10.156	3,29	30	36
13	JACUTINGA	26.538	8,60	80	87
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	73	80
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	14	20
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	64	70
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	51	57
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	133	140
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	16	22
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	8	14
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	17	23
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	16	22
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	4	10
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	12	20
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	15	21
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	926	1.080

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

53/104



2.5. Item 1.5 (SETOP/ED-50157)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 1.5, para os consumos de 0,006m ³ por habitante – 2.000m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	119	125
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	66	72
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	70	76
4	CAREAÇU	6.826	2,21	41	47
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	73	79
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	131	137
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	71	77
8	CONGONHAL	12.209	3,95	73	79
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	28	34
10	ESTIVA	11.416	3,70	68	74
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	44	50
12	IPUIUNA	10.156	3,29	61	67
13	JACUTINGA	26.538	8,60	159	165
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	145	151
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	28	34
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	128	134
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	101	107
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	265	271
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	32	38
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	16	22
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	34	40
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	32	38
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	9	15
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	25	31
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	31	37
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.852	2.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

54/104

AMES

56

FLS.:



Assinatura

2.6. Item 1.6 (SINAPI/90777); Item 1.7 (SINAPI/90778); Item 1.8 (SINAPI/90776)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (H)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (H)
• Item 1.6 a 1.8, para os consumos de 0,009m ³ por habitante – 2.640m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	178	172
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	99	93
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	104	98
4	CAREAÇU	6.826	2,21	61	55
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	110	109
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	196	190
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	107	101
8	CONGONHAL	12.209	3,95	110	104
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	43	37
10	ESTIVA	11.416	3,70	103	107
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	66	60
12	IPUIUNA	10.156	3,29	91	85
13	JACUTINGA	26.538	8,60	239	232
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	218	212
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	43	37
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	192	186
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	152	146
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	398	390
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	49	43
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	25	19
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	50	44
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	48	42
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	13	7
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	37	31
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	46	40
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.779	2.640



2.7. Item 1.9 (SINAPI/90767)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (H)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (H)
• Item 1.9, para os consumos de 0,016m ³ por habitante – 5.060m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	317	321
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	176	181
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	186	191
4	CAREAÇU	6.826	2,21	109	114
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	195	200
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	349	353
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	190	194
8	CONGONHAL	12.209	3,95	195	199
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	76	81
10	ESTIVA	11.416	3,70	183	188
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	118	123
12	IPUIUNA	10.156	3,29	162	167
13	JACUTINGA	26.538	8,60	425	429
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	388	392
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	76	81
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	342	346
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	270	275
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	708	712
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	87	92
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	44	49
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	90	95
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	86	91
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	23	28
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	66	71
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	82	87
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.940	5.060

2.8. Item 1.10 (SINAPI/100309)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (H)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (H)
• Item 1.10, para os consumos de 0,001m ³ por habitante – 400m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	20	25
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	11	14
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	12	16
4	CAREAÇU	6.826	2,21	7	11
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	12	16
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	22	26
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	12	16
8	CONGONHAL	12.209	3,95	12	16
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	5	8
10	ESTIVA	11.416	3,70	11	15
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	7	11
12	IPUIUNA	10.156	3,29	10	14
13	JACUTINGA	26.538	8,60	27	31
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	24	28
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	5	8
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	21	25
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	17	21
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	44	48
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	5	8
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	3	6
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	6	10
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	5	8
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1	4
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	4	7
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	5	8
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	309	400

2.9. Item 2.1 (SINAPI/99058)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (UN)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (UN)
• Item 2.1, para os consumos de 0,027m ³ por habitante – 8.280m ³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	535	532
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	297	295
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	313	311
4	CAREAÇU	6.826	2,21	184	182
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	329	326
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	589	587
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	320	317
8	CONGONHAL	12.209	3,95	330	328
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	128	126
10	ESTIVA	11.416	3,70	308	305
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	199	197
12	IPUIUNA	10.156	3,29	274	272
13	JACUTINGA	26.538	8,60	717	714
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	655	652
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	128	126
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	577	575
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	456	453
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.194	1.190
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	146	144
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	74	72
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	151	149
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	145	143
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	38	36
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	111	109
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	138	139
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	8.336	8.280



2.10. Item 3.1 (SETOP/RO-40157); Item 3.8 (SINAPI/96385)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.1 e 3.8, para os consumos de 0,227m³ por habitante – 70.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	4.497	4.494
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	2.493	2.490
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	2.635	2.632
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.550	1.547
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	2.768	2.764
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	4.956	4.952
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	2.690	2.686
8	CONGONHAL	12.209	3,95	2.771	2.768
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.073	1.070
10	ESTIVA	11.416	3,70	2.591	2.587
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	1.677	1.675
12	IPUIUNA	10.156	3,29	2.305	2.301
13	JACUTINGA	26.538	8,60	6.024	6.020
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	5.504	5.500
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.073	1.070
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	4.847	4.843
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	3.836	3.832
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	10.039	10.034
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.228	1.225
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	623	620
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.271	1.268
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.218	1.215
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	323	320
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	935	932
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.157	1.155
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	70.085	70.000

2.11. Item 3.2 (SETOP/ED-51105)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.2, para os consumos de 0,045m³ por habitante – 14.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	891	896
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	494	498
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	522	526
4	CAREAÇU	6.826	2,21	307	311
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	549	554
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	982	987
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	533	538
8	CONGONHAL	12.209	3,95	549	554
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	213	217
10	ESTIVA	11.416	3,70	514	519
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	332	336
12	IPUIUNA	10.156	3,29	457	461
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.194	1.199
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.091	1.096
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	213	217
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	961	966
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	761	765
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.990	1.995
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	243	247
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	123	127
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	252	256
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	241	245
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	64	68
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	185	189
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	229	233
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	13.893	14.000



2.12. Item 3.3 (SETOP/ED-51106)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.3, para os consumos de 0,023m³ por habitante – 7.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	456	451
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	253	249
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	267	263
4	CAREAÇU	6.826	2,21	157	154
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	280	275
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	502	497
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	273	269
8	CONGONHAL	12.209	3,95	281	277
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	109	105
10	ESTIVA	11.416	3,70	263	259
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	170	166
12	IPUIUNA	10.156	3,29	234	230
13	JACUTINGA	26.538	8,60	610	605
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	558	553
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	109	105
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	491	487
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	389	385
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.017	1.013
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	124	120
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	63	59
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	129	125
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	123	119
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	33	29
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	95	91
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	117	114
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	7.101	7.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

61/104

FLS.: 63

Assinatura

2.13. Item 3.4 (SETOP/ED-51110); Item 3.5 (SETOP/ED-51131); Item 3.6 (SETOP/ED-51132); Item 3.7 (SETOP-ED-51119

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.4 a 3.7, para os consumos de 0,003m³ por habitante – 800m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	59	54
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	33	28
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	35	30
4	CAREAÇU	6.826	2,21	20	15
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	37	33
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	65	58
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	36	31
8	CONGONHAL	12.209	3,95	37	33
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	14	9
10	ESTIVA	11.416	3,70	34	29
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	22	17
12	IPUIUNA	10.156	3,29	30	25
13	JACUTINGA	26.538	8,60	80	74
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	73	66
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	14	9
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	64	56
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	51	45
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	133	120
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	16	11
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	8	10
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	17	12
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	16	11
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	4	4
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	12	10
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	15	10
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	926	800

2.14. Item 3.9 (SETOP/RO-40242)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.9, para os consumos de 0,068m³ por habitante – 21.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.347	1.347
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	747	747
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	789	789
4	CAREAÇU	6.826	2,21	464	464
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	829	829
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.485	1.485
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	806	806
8	CONGONHAL	12.209	3,95	830	830
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	322	322
10	ESTIVA	11.416	3,70	776	776
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	502	502
12	IPUIUNA	10.156	3,29	691	691
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.805	1.806
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.649	1.650
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	321	321
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.452	1.453
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.149	1.149
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	3.007	3.008
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	368	368
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	187	187
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	381	381
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	365	365
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	97	97
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	280	280
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	347	347
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	20.995	21.000



2.15. Item 3.10 (SETOP/ED-51130)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³xkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³xkm)
• Item 3.10, para os consumos de 0,389m³ por habitante – 120.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	7.706	7.702
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	4.272	4.268
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	4.516	4.512
4	CAREAÇU	6.826	2,21	2.655	2.651
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	4.743	4.739
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	8.492	8.488
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	4.610	4.606
8	CONGONHAL	12.209	3,95	4.749	4.745
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.839	1.835
10	ESTIVA	11.416	3,70	4.441	4.437
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	2.874	2.870
12	IPUIUNA	10.156	3,29	3.951	3.947
13	JACUTINGA	26.538	8,60	10.323	10.317
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	9.432	9.428
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.839	1.835
16	PARAIÓPOLIS	21.353	6,92	8.306	8.302
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	6.574	6.570
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	17.204	17.200
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	2.105	2.101
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	1.067	1.063
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	2.178	2.174
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	2.087	2.083
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	553	549
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1.602	1.598
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.984	1.980
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	120.101	120.000



2.16. Item 3.11 (SETOP/ED-51127)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.11, para os consumos de 0,075m³ por habitante – 23.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.486	1.480
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	824	818
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	871	865
4	CAREAÇU	6.826	2,21	512	506
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	914	908
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.637	1.630
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	889	883
8	CONGONHAL	12.209	3,95	916	910
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	355	349
10	ESTIVA	11.416	3,70	856	850
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	554	548
12	IPUIUNA	10.156	3,29	762	756
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.990	1.982
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.819	1.812
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	355	349
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.601	1.594
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.268	1.262
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	3.317	3.308
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	406	400
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	206	200
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	420	414
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	402	396
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	107	101
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	309	303
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	382	376
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	23.156	23.000



2.17. Item 3.12 (SINAPI/100973)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 3.12, para os consumos de 0,013m³ por habitante – 4.080m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	258	261
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	143	145
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	151	154
4	CAREAÇU	6.826	2,21	89	92
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	159	162
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	284	287
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	154	156
8	CONGONHAL	12.209	3,95	159	162
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	61	62
10	ESTIVA	11.416	3,70	148	151
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	96	99
12	IPUIUNA	10.156	3,29	132	136
13	JACUTINGA	26.538	8,60	345	348
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	315	318
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	61	63
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	278	281
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	220	223
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	575	578
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	70	72
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	36	38
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	73	76
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	70	72
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	18	20
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	54	56
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	66	68
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.014	4.080



2.18. Item 4.1 (SUDECAP/03.03.01)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 4.1, para os consumos de 0,147m³ por habitante – 45.500m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	2.912	2.917
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	1.614	1.619
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	1.707	1.712
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.003	1.007
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	1.792	1.797
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	3.209	3.214
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	1.742	1.747
8	CONGONHAL	12.209	3,95	1.795	1.800
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	695	700
10	ESTIVA	11.416	3,70	1.678	1.683
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	1.086	1.091
12	IPUIUNA	10.156	3,29	1.493	1.497
13	JACUTINGA	26.538	8,60	3.901	3.906
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	3.564	3.569
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	695	700
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	3.139	3.143
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	2.484	2.489
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	6.501	6.506
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	795	800
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	403	407
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	823	827
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	789	793
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	209	213
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	605	609
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	750	754
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	45.385	45.500

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

67/104

AMESP

FLS.: 69

Assinatura

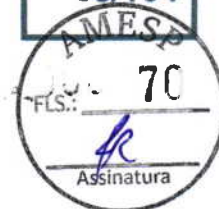
2.19. Item 4.2 (SETOP/ED-48492)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 4.2, para os consumos de 0,074 m² por habitante – 22.750 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.466	1.462
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	813	809
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	859	855
4	CAREAÇU	6.826	2,21	505	501
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	902	898
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.615	1.611
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	877	873
8	CONGONHAL	12.209	3,95	903	899
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	350	346
10	ESTIVA	11.416	3,70	845	841
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	547	543
12	IPUIUNA	10.156	3,29	752	748
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.964	1.960
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.794	1.790
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	350	346
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.580	1.576
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.251	1.247
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	3.273	3.269
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	400	396
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	203	200
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	414	410
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	397	393
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	105	102
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	305	302
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	377	373
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	22.847	22.750

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**

FOLHA:

68/104

**2.20. Item 4.3 (SUDECAP/20.20.01)**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 4.3, para os consumos de 2,024 m² por habitante – 625.000 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	40.093	40.098
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	22.228	22.232
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	23.497	23.501
4	CAREAÇU	6.826	2,21	13.816	13.820
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	24.679	24.683
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	44.186	44.190
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	23.988	23.992
8	CONGONHAL	12.209	3,95	24.711	24.715
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	9.569	9.573
10	ESTIVA	11.416	3,70	23.106	23.110
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	14.951	14.955
12	IPUIUNA	10.156	3,29	20.556	20.560
13	JACUTINGA	26.538	8,60	53.713	53.718
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	49.076	49.080
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	9.567	9.571
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	43.218	43.222
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	34.206	34.210
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	89.513	89.518
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	10.952	10.956
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	5.552	5.556
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	11.330	11.334
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	10.859	10.863
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	2.878	2.882
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	8.333	8.337
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	10.320	10.324
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	624.898	625.000



2.21. Item 4.4 (SUDECAP/02.12.01)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 4.4, para os consumos de 0,194 m por habitante – 60.000 m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	3.843	3.847
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	2.131	2.135
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	2.252	2.256
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.324	1.328
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	2.365	2.369
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	4.235	4.239
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	2.299	2.303
8	CONGONHAL	12.209	3,95	2.369	2.373
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	917	921
10	ESTIVA	11.416	3,70	2.215	2.219
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	1.433	1.437
12	IPUIUNA	10.156	3,29	1.970	1.974
13	JACUTINGA	26.538	8,60	5.148	5.153
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	4.704	4.709
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	917	921
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	4.142	4.147
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	3.279	3.283
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	8.580	8.585
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.050	1.054
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	532	536
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.086	1.090
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.041	1.045
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	276	280
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	799	803
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	989	993
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	59.896	60.000



2.22. Item 4.5 (SUDECAP/03.12.03)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 4.5, para os consumos de 0,105 m³ por habitante – 32.387,5 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	2.080	2.079
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	1.153	1.152
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	1.219	1.218
4	CAREAÇU	6.826	2,21	717	716
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	1.280	1.279
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	2.292	2.291
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	1.244	1.243
8	CONGONHAL	12.209	3,95	1.282	1.281
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	496	495
10	ESTIVA	11.416	3,70	1.199	1.198
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	776	775
12	IPUIUNA	10.156	3,29	1.066	1.065
13	JACUTINGA	26.538	8,60	2.786	2.784,5
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	2.546	2.544
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	496	495
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	2.242	2.240
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.775	1.774
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	4.644	4.642
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	568	567
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	288	287
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	588	587
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	563	562
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	149	148
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	432	431
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	535	534
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	32.418	32.387,5

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

71/104

FLS.: 73

Assinatura

2.23. Item 4.6 (SINAPI/97914)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³xkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³xkm)
• Item 4.6, para os consumos de 3,26 m³xkm por habitante – 1.006.375 m³xkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	64.577	64.572
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	35.801	35.796
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	37.845	37.840
4	CAREAÇU	6.826	2,21	22.253	22.248
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	39.749	39.744
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	71.169	71.164
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	38.638	38.633
8	CONGONHAL	12.209	3,95	39.801	39.796
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	15.413	15.408
10	ESTIVA	11.416	3,70	37.216	37.211
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	24.082	24.077
12	IPUIUNA	10.156	3,29	33.109	33.104
13	JACUTINGA	26.538	8,60	86.514	86.508
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	79.045	79.039
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	15.410	15.405
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	69.611	69.605
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	55.094	55.089
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	144.177	144.170
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	17.640	17.635
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	8.942	8.937
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	18.249	18.244
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	17.490	17.485
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	4.636	4.631
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	13.421	13.416
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	16.623	16.618
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.006.505	1.006.375



2.24. Item 5.1.1 (SETOP/RO-41093)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.1.1, para os consumos de 0,243 m³ por habitante – 75.000 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	4.814	4.813
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	2.669	2.668
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	2.821	2.820
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.659	1.658
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	2.963	2.962
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	5.305	5.304
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	2.880	2.879
8	CONGONHAL	12.209	3,95	2.967	2.966
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.149	1.148
10	ESTIVA	11.416	3,70	2.774	2.773
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	1.795	1.794
12	IPUIUNA	10.156	3,29	2.468	2.467
13	JACUTINGA	26.538	8,60	6.449	6.447
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	5.892	5.890
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.149	1.148
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	5.189	5.188
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	4.107	4.106
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	10.747	10.745
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.315	1.314
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	667	666
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.360	1.359
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.304	1.303
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	346	345
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1.000	999
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.239	1.238
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	75.025	75.000



2.25. Item 5.1.2 (SINAPI/96399)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.1.2, para os consumos de 0,073m³ por habitante – 22.500 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.446	1.444
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	802	800
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	847	846
4	CAREAÇU	6.826	2,21	498	497
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	890	888
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.594	1.594
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	865	863
8	CONGONHAL	12.209	3,95	891	889
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	345	344
10	ESTIVA	11.416	3,70	833	831
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	539	538
12	IPUIUNA	10.156	3,29	741	740
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.937	1.935
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.770	1.768
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	345	344
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.559	1.556
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.234	1.232
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	3.228	3.225
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	395	394
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	200	199
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	409	408
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	392	391
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	104	103
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	301	300
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	372	371
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	22.538	22.500

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

74/104

AMESP

F.L.S. 78

Assinatura

2.26. Item 5.1.3 (SINAPI/96396)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.1.3, para os consumos de 0,089m³ por habitante – 27.500 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.763	1.764
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	977	978
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	1.033	1.034
4	CAREAÇU	6.826	2,21	608	609
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	1.085	1.086
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.943	1.944
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	1.055	1.056
8	CONGONHAL	12.209	3,95	1.087	1.088
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	421	422
10	ESTIVA	11.416	3,70	1.016	1.017
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	657	658
12	IPUIUNA	10.156	3,29	904	905
13	JACUTINGA	26.538	8,60	2.362	2.363
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	2.158	2.159
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	421	422
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.900	1.901
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.504	1.501
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	3.936	3.937
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	482	483
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	244	245
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	498	500
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	477	478
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	127	128
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	366	367
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	454	455
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	27.478	27.500



2.27. Item 5.1.4 (SETOP/RO-41079)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.1.4, para os consumos de 0,008m³ por habitante – 2.500 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	158	159
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	88	89
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	93	94
4	CAREAÇU	6.826	2,21	55	56
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	98	99
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	175	177
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	95	96
8	CONGONHAL	12.209	3,95	98	99
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	38	39
10	ESTIVA	11.416	3,70	91	92
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	59	60
12	IPUIUNA	10.156	3,29	81	82
13	JACUTINGA	26.538	8,60	212	214
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	194	196
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	38	39
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	171	173
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	135	137
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	354	356
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	43	44
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	22	23
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	45	44
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	43	44
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	11	12
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	33	34
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	41	42
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.470	2.500



2.28. Item 5.1.5 (SINAPI/95875)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³xkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³xkm)
• Item 5.1.5, para os consumos de 4,858 m³xkm por habitante – 1.500.000 m³xkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	96.232	96.237
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	53.351	53.356
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	56.397	56.402
4	CAREAÇU	6.826	2,21	33.161	33.166
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	59.234	59.239
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	106.055	106.060
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	57.577	57.582
8	CONGONHAL	12.209	3,95	59.311	59.316
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	22.969	22.974
10	ESTIVA	11.416	3,70	55.459	55.464
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	35.886	35.891
12	IPUIUNA	10.156	3,29	49.338	49.343
13	JACUTINGA	26.538	8,60	128.922	128.926
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	117.792	117.798
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	22.964	22.969
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	103.733	103.737
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	82.100	82.105
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	214.850	214.851
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	26.287	26.292
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	13.325	13.330
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	27.195	27.200
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	26.063	26.068
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	6.908	6.913
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	20.000	20.005
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	24.771	24.776
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.499.878	1.500.000



2.29. Item 5.1.6 (SINAPI/93590)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³xkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³xkm)
• Item 5.1.6, para os consumos de 5,668m³ por habitante – 1.750.000m³ xkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	112.277	112.280
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	62.246	62.247
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	65.800	65.800
4	CAREAÇU	6.826	2,21	38.690	38.691
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	69.110	69.111
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	123.738	123.742
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	67.177	67.178
8	CONGONHAL	12.209	3,95	69.201	69.202
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	26.798	26.799
10	ESTIVA	11.416	3,70	64.706	64.707
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	41.870	41.871
12	IPUIUNA	10.156	3,29	57.564	57.565
13	JACUTINGA	26.538	8,60	150.417	150.420
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	137.432	137.435
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	26.793	26.794
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	121.029	121.032
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	95.789	95.792
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	250.673	250.676
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	30.670	30.671
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	15.547	15.548
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	31.729	31.731
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	30.409	30.410
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	8.060	8.061
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	23.335	23.337
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	28.901	28.900
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.749.961	1.750.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

78/104



2.30. Item 5.2.1 (SETOP/RO-41207)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (T)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (T)
• Item 5.2.1, para os consumos de 0,0097 T por habitante – 3.000T					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	192	190
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	107	105
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	113	115
4	CAREAÇU	6.826	2,21	66	65
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	118	120
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	212	210
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	115	115
8	CONGONHAL	12.209	3,95	118	120
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	46	45
10	ESTIVA	11.416	3,70	111	110
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	72	70
12	IPUIUNA	10.156	3,29	99	100
13	JACUTINGA	26.538	8,60	257	260
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	235	235
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	46	45
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	207	210
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	164	165
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	429	430
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	52	50
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	27	30
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	54	55
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	52	50
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	14	15
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	40	40
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	49	50
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.995	3.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

79/104

81

FLS.:

Assinatura

2.31. Item 5.2.2 (SINAPI/97918); Item 5.5.2 (SINAPI/97918)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (Txkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (Txkm)
• Item 5.2.2 e 5.5.2, para os consumos de 0,292 Txkm por habitante – 9.000Txkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	5.784	5.778
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	3.207	3.201
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	3.390	3.384
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.993	1.987
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	3.560	3.554
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	6.375	6.368
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	3.461	3.455
8	CONGONHAL	12.209	3,95	3.565	3.559
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.381	1.375
10	ESTIVA	11.416	3,70	3.333	3.327
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	2.157	2.151
12	IPUIUNA	10.156	3,29	2.966	2.960
13	JACUTINGA	26.538	8,60	7.749	7.742
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	7.080	7.073
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.380	1.374
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	6.235	6.229
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	4.935	4.929
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	12.914	12.907
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.580	1.574
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	801	795
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.635	1.629
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.567	1.561
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	415	409
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1.202	1.196
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.489	1.483
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	90.153	90.000



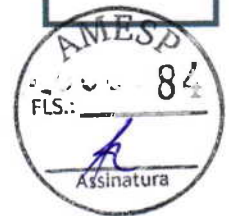
2.32. Item 5.2.3 (SINAPI/97919); Item 5.5.3 (SINAPI/97919);

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (Txkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (Txkm)
• Item 5.2.3 e 5.5.3, para os consumos de 0,34 Txkm por habitante – 105.000Txkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	6.735	6.736
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	3.734	3.735
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	3.947	3.948
4	CAREAÇU	6.826	2,21	2.321	2.322
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	4.146	4.147
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	7.423	7.424
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	4.030	4.031
8	CONGONHAL	12.209	3,95	4.151	4.152
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1.608	1.609
10	ESTIVA	11.416	3,70	3.881	3.882
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	2.512	2.513
12	IPUIUNA	10.156	3,29	3.453	3.454
13	JACUTINGA	26.538	8,60	9.023	9.022
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	8.244	8.246
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1.607	1.608
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	7.260	7.261
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	5.746	5.747
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	15.037	15.039
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.840	1.841
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	933	934
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.903	1.904
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.824	1.825
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	483	484
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1.400	1.401
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.734	1.735
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	104.973	105.000



2.33. Item 5.3.1 (SINAPI/96401)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.3.1, para os consumos de 1,296 m³ por habitante – 400.000m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	25.672	25.660
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	14.233	14.230
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	15.045	15.040
4	CAREAÇU	6.826	2,21	8.846	8.840
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	15.802	15.800
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	28.293	28.280
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	15.360	15.360
8	CONGONHAL	12.209	3,95	15.823	15.820
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	6.127	6.120
10	ESTIVA	11.416	3,70	14.795	14.790
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	9.574	9.570
12	IPUIUNA	10.156	3,29	13.162	13.160
13	JACUTINGA	26.538	8,60	34.393	34.390
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	31.424	31.420
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	6.126	6.120
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	27.673	27.670
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	21.902	21.900
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	57.317	57.300
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	7.013	7.010
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	3.555	3.550
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	7.255	7.250
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	6.953	6.950
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1.843	1.840
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	5.336	5.330
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	6.608	6.600
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	400.132	400.000



2.34. Item 5.3.2 (SINAPI/96402)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 5.3.2, para os consumos de 6,478m² por habitante – 2.000.000 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	128.323	128.331
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	71.141	71.139
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	75.203	75.201
4	CAREAÇU	6.826	2,21	44.219	44.217
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	78.986	78.984
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	141.421	141.419
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	76.777	76.775
8	CONGONHAL	12.209	3,95	79.090	79.088
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	30.628	30.626
10	ESTIVA	11.416	3,70	73.953	73.951
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	47.853	47.851
12	IPUIUNA	10.156	3,29	65.791	65.789
13	JACUTINGA	26.538	8,60	171.913	171.910
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	157.072	157.069
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	30.622	30.620
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	138.325	138.323
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	109.478	109.476
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	286.496	286.493
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	35.052	35.050
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	17.769	17.767
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	36.264	36.262
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	34.754	34.752
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	9.212	9.210
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	26.670	26.668
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	33.031	33.029
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.000.044	2.000.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

83/104

AMESP

85

FLS.:

Assinatura

2.35. Item 5.3.3 (SINAPI/95996)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.3.3, para os consumos de 0,032m³ por habitante – 10.000 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	634	639
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	351	356
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	371	376
4	CAREAÇU	6.826	2,21	218	223
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	390	395
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	699	704
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	379	384
8	CONGONHAL	12.209	3,95	391	396
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	151	156
10	ESTIVA	11.416	3,70	365	370
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	236	241
12	IPUIUNA	10.156	3,29	325	330
13	JACUTINGA	26.538	8,60	849	853
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	776	780
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	151	156
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	683	688
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	541	546
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.415	1.419
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	173	178
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	88	93
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	179	184
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	172	177
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	46	51
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	132	137
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	163	168
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	9.880	10.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

84/104



2.36. Item 5.3.4 (SINAPI/95995)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.3.4, para os consumos de 0,04m² por habitante – 12.250 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	792	788
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	439	435
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	464	460
4	CAREAÇU	6.826	2,21	273	269
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	488	484
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	873	869
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	474	470
8	CONGONHAL	12.209	3,95	488	484
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	189	185
10	ESTIVA	11.416	3,70	457	453
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	295	291
12	IPUIUNA	10.156	3,29	406	402
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.062	1.058
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	970	966
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	189	185
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	854	850
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	676	672
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.769	1.766
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	216	212
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	110	106
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	224	220
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	215	211
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	57	53
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	165	161
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	204	200
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	12.350	12.250



2.37. Item 5.3.5 (SETOP/ED-49813)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.3.5, para os consumos de 0,001m³ por habitante – 400 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	20	25
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	11	15
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	12	15
4	CAREAÇU	6.826	2,21	7	11
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	12	16
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	22	26
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	12	16
8	CONGONHAL	12.209	3,95	12	16
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	5	9
10	ESTIVA	11.416	3,70	11	15
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	7	11
12	IPUIUNA	10.156	3,29	10	14
13	JACUTINGA	26.538	8,60	27	30
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	24	25
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	5	9
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	21	25
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	17	20
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	44	45
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	5	9
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	3	7
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	6	10
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	5	9
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1	5
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	4	8
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	5	9
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	309	400



2.38. Item 5.3.6 (SINAPI/97918)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (Txkm)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (Txkm)
• Item 5.3.6, para os consumos de 5,189 Txkm por habitante – 1.602.000 Txkm					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	102.789	102.786
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	56.986	56.983
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	60.239	60.236
4	CAREAÇU	6.826	2,21	35.420	35.417
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	63.269	63.266
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	113.281	113.278
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	61.500	61.497
8	CONGONHAL	12.209	3,95	63.353	63.350
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	24.534	24.531
10	ESTIVA	11.416	3,70	59.238	59.235
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	38.331	38.328
12	IPUIUNA	10.156	3,29	52.699	52.696
13	JACUTINGA	26.538	8,60	137.706	137.703
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	125.818	125.815
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	24.528	24.525
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	110.801	110.798
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	87.694	87.691
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	229.489	229.487
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	28.078	28.075
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	14.233	14.230
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	29.048	29.045
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	27.839	27.836
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	7.379	7.376
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	21.363	21.360
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	26.459	26.456
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.602.073	1.602.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

87/104

F.L.S.: 89

Assinatura

2.39. Item 5.3.7 (SINAPI/97919)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (TxkM)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (TxkM)
• Item 5.3.7, para os consumos de 13,422 TxkM por habitante – 4.144.000 TxkM					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	265.876	265.877
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	147.400	147.401
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	155.816	155.817
4	CAREAÇU	6.826	2,21	91.619	91.620
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	163.654	163.655
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	293.016	293.017
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	159.078	159.080
8	CONGONHAL	12.209	3,95	163.869	163.870
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	63.459	63.460
10	ESTIVA	11.416	3,70	153.226	153.227
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	99.148	99.149
12	IPUIUNA	10.156	3,29	136.314	136.315
13	JACUTINGA	26.538	8,60	356.193	356.194
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	325.443	325.445
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	63.446	63.450
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	286.600	286.605
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	226.832	226.835
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	593.601	593.605
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	72.626	72.627
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	36.817	36.818
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	75.136	75.137
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	72.009	72.010
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	19.086	19.087
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	55.258	55.259
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	68.439	68.440
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.143.962	4.144.000



2.40. Item 5.4.1 (SETOP/RO-42831)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 5.4.1, para os consumos de 0,21 M² por habitante – 65.000 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	4.160	4.165
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	2.306	2.310
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	2.438	2.440
4	CAREAÇU	6.826	2,21	1.433	1.440
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	2.561	2.565
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	4.585	4.595
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	2.489	2.496
8	CONGONHAL	12.209	3,95	2.564	2.571
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	993	1.000
10	ESTIVA	11.416	3,70	2.397	2.404
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	1.551	1.558
12	IPUIUNA	10.156	3,29	2.133	2.140
13	JACUTINGA	26.538	8,60	5.573	5.580
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	5.092	5.099
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	993	1.000
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	4.484	4.491
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	3.549	3.556
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	9.287	9.294
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	1.136	1.143
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	576	583
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	1.176	1.183
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	1.127	1.134
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	299	306
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	865	872
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1.071	1.075
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	64.836	65.000



2.41. Item 5.4.2 (COTAÇÃO)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (T)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (T)
• Item 5.4.2, para os consumos de 0,001 T por habitante – 325 T					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	20	20
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	11	11
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	12	13
4	CAREÇU	6.826	2,21	7	8
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	12	13
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	22	21
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	12	13
8	CONGONHAL	12.209	3,95	12	13
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	5	6
10	ESTIVA	11.416	3,70	11	11
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	7	8
12	IPUIUNA	10.156	3,29	10	10
13	JACUTINGA	26.538	8,60	27	27
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	24	25
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	5	6
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	21	21
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	17	18
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	44	45
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	5	6
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	3	4
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	6	7
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	5	6
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1	2
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	4	5
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	5	6
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	309	325

2.42. Item 5.5.1 (SINAPI/101810)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 5.5.1, para os consumos de 0,004 m³ por habitante – 1.250 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	79	79
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	44	44
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	46	46
4	CAREAÇU	6.826	2,21	27	28
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	49	50
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	87	87
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	47	48
8	CONGONHAL	12.209	3,95	49	50
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	19	20
10	ESTIVA	11.416	3,70	46	47
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	30	31
12	IPUIUNA	10.156	3,29	41	42
13	JACUTINGA	26.538	8,60	106	106
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	97	97
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	19	20
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	85	85
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	68	68
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	177	177
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	22	23
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	11	12
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	22	23
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	21	22
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	6	7
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	16	17
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	20	21
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.235	1.250



2.43. Item 5.5.4 (SINAPI/88314)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (H)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (H)
• Item 5.5.4, para os consumos de 0,01 H por habitante – 3.360 H					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	198	210
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	110	120
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	116	127
4	CAREAÇU	6.826	2,21	68	78
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	122	133
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	218	230
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	119	130
8	CONGONHAL	12.209	3,95	122	132
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	47	58
10	ESTIVA	11.416	3,70	114	124
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	74	85
12	IPUIUNA	10.156	3,29	102	112
13	JACUTINGA	26.538	8,60	265	278
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	242	254
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	47	58
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	214	226
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	169	180
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	442	454
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	54	65
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	27	37
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	56	67
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	54	64
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	14	25
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	41	51
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	51	62
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	3.087	3.360



2.44. Item 5.5.5 (SINAPI/88316)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (H)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (H)
• Item 5.5.5, para os consumos de 0,007 H por habitante – 2.240 H					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	139	142
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	77	80
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	81	84
4	CAREAÇU	6.826	2,21	48	51
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	85	88
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	153	156
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	83	86
8	CONGONHAL	12.209	3,95	85	88
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	33	36
10	ESTIVA	11.416	3,70	80	83
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	52	55
12	IPUIUNA	10.156	3,29	71	74
13	JACUTINGA	26.538	8,60	186	190
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	170	175
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	33	36
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	149	152
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	118	121
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	310	313
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	38	41
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	19	22
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	39	42
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	38	41
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	10	13
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	29	32
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	36	39
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.161	2.240



2.45. Item 6.1 (SETOP/RO-41228)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (UN)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (UN)
• Item 6.1, para os consumos de 0,005 UN por habitante – 1.625 UN					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	99	102
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	55	58
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	58	61
4	CAREAÇU	6.826	2,21	34	37
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	61	64
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	109	112
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	59	62
8	CONGONHAL	12.209	3,95	61	65
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	24	27
10	ESTIVA	11.416	3,70	57	60
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	37	40
12	IPUIUNA	10.156	3,29	51	55
13	JACUTINGA	26.538	8,60	133	136
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	121	125
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	24	27
16	PARAÍSÓPOLIS	21.353	6,92	107	110
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	85	88
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	221	225
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	27	30
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	14	17
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	28	31
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	27	30
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	7	10
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	21	25
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	25	28
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.544	1.625



2.46. Item 6.2 (SETOP/RO-41231)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (UN)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (UN)
• Item 6.2, para os consumos de 0,015 UN por habitante – 4.875 UN					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	297	307
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	165	175
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	174	184
4	CAREAÇU	6.826	2,21	102	112
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	183	193
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	327	336
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	178	188
8	CONGONHAL	12.209	3,95	183	193
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	71	81
10	ESTIVA	11.416	3,70	171	181
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	111	121
12	IPUIUNA	10.156	3,29	152	162
13	JACUTINGA	26.538	8,60	398	407
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	364	373
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	71	81
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	320	330
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	254	264
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	663	672
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	81	91
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	41	51
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	84	94
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	80	90
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	21	31
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	62	72
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	76	86
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.631	4.875

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

95/104



2.47. Item 6.3 (SINAPI/102512)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 6.3, para os consumos de 0,065 m por habitante – 20.000 m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	1.288	1.286
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	714	711
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	755	752
4	CAREAÇU	6.826	2,21	444	441
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	793	790
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	1.419	1.417
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	770	767
8	CONGONHAL	12.209	3,95	794	791
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	307	304
10	ESTIVA	11.416	3,70	742	739
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	480	477
12	IPUIUNA	10.156	3,29	660	657
13	JACUTINGA	26.538	8,60	1.725	1.723
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	1.576	1.574
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	307	304
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	1.388	1.385
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	1.099	1.096
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	2.875	2.873
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	352	349
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	178	175
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	364	361
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	349	346
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	92	89
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	268	265
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	331	328
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	20.068	20.000



2.48. Item 6.4 (SETOP/RO-41779)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 6.4, para os consumos de 0,006 m² por habitante – 1.750m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	119	115
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	66	62
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	70	66
4	CAREAÇU	6.826	2,21	41	37
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	73	69
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	131	127
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	71	67
8	CONGONHAL	12.209	3,95	73	69
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	28	24
10	ESTIVA	11.416	3,70	68	64
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	44	40
12	IPUIUNA	10.156	3,29	61	57
13	JACUTINGA	26.538	8,60	159	155
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	145	141
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	28	24
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	128	124
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	101	97
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	265	261
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	32	28
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	16	12
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	34	30
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	32	28
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	9	5
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	25	21
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	31	27
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.852	1.750



2.49. Item 6.5 (SINAPI/96522); Item 6.6 (SINAPI/96555)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (L)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (L)
<ul style="list-style-type: none"> Item 6.5 e 6.6, para os consumos de 0,013 L por habitante – 4.000 L (Obs. Foi convertido 4 m³ em 4.000 L para obtenção dos percentuais) 					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	258	258
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	143	143
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	151	151
4	CAREAÇU	6.826	2,21	89	89
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	159	159
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	284	284
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	154	154
8	CONGONHAL	12.209	3,95	159	159
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	61	61
10	ESTIVA	11.416	3,70	148	148
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	96	96
12	IPUIUNA	10.156	3,29	132	132
13	JACUTINGA	26.538	8,60	345	340
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	315	310
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	61	61
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	278	278
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	220	220
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	575	570
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	70	70
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	36	36
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	73	73
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	70	70
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	18	18
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	54	54
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	66	66
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	4.014	4.000

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA**DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO**

FOLHA:

98/104**2.50. Item 6.7 (SINAPI/21015)**

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 6.7, para os consumos de 0,002 m por habitante – 750 m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	40	45
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	22	27
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	23	28
4	CAREAÇU	6.826	2,21	14	19
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	24	30
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	44	50
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	24	30
8	CONGONHAL	12.209	3,95	24	30
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	9	14
10	ESTIVA	11.416	3,70	23	28
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	15	20
12	IPUIUNA	10.156	3,29	20	25
13	JACUTINGA	26.538	8,60	53	59
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	48	54
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	9	14
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	43	49
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	34	40
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	88	94
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	11	16
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	5	10
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	11	16
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	11	16
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	3	8
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	8	13
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	10	15
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	617	750



2.51. Item 6.8 (SINAPI/34723)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 6.8, para os consumos de 0,00029 m² por habitante – 90 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	6	6
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	3	3
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	3	3
4	CAREAÇU	6.826	2,21	2	2
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	4	4
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	6	6
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	3	3
8	CONGONHAL	12.209	3,95	4	4
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	1	1
10	ESTIVA	11.416	3,70	3	3
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	2	2
12	IPUIUNA	10.156	3,29	3	3
13	JACUTINGA	26.538	8,60	8	8
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	7	7
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	1	1
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	6	6
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	5	5
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	13	13
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	2	2
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	1	1
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	2	2
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	2	2
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1	1
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	1	1
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	1	1
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	90	90



2.52. Item 7.1 (SETOP/RO-40638)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 7.1, para os consumos de 0,024 m por habitante – 7.500 m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	475	479
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	264	268
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	279	283
4	CAREAÇU	6.826	2,21	164	168
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	293	297
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	524	528
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	284	288
8	CONGONHAL	12.209	3,95	293	297
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	113	117
10	ESTIVA	11.416	3,70	274	278
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	177	181
12	IPUIUNA	10.156	3,29	244	248
13	JACUTINGA	26.538	8,60	637	638
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	582	583
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	113	117
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	512	516
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	406	410
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.061	1.062
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	130	134
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	66	70
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	134	138
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	129	133
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	34	38
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	99	103
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	122	126
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	7.410	7.500



2.53. Item 7.2 (SETOP/RO-41316)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M²)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M²)
• Item 7.2, para os consumos de 0,032 m² por habitante – 10.000 m²					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	634	639
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	351	356
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	371	376
4	CAREAÇU	6.826	2,21	218	223
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	390	395
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	699	704
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	379	384
8	CONGONHAL	12.209	3,95	391	396
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	151	156
10	ESTIVA	11.416	3,70	365	370
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	236	241
12	IPUIUNA	10.156	3,29	325	330
13	JACUTINGA	26.538	8,60	849	854
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	776	781
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	151	156
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	683	688
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	541	546
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	1.415	1.420
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	173	178
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	88	90
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	179	184
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	172	177
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	46	51
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	132	137
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	163	168
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	9.880	10.000



2.54. Item 7.3 (SETOP/RO-40230)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M³)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M³)
• Item 7.3, para os consumos de 0,0008 m³ por habitante – 250 m³					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	16	16
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	9	9
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	9	9
4	CAREAÇU	6.826	2,21	5	5
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	10	10
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	17	17
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	9	9
8	CONGONHAL	12.209	3,95	10	10
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	4	4
10	ESTIVA	11.416	3,70	9	9
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	6	6
12	IPUIUNA	10.156	3,29	8	8
13	JACUTINGA	26.538	8,60	21	23
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	19	21
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	4	4
16	PARAÍPOLIS	21.353	6,92	17	17
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	14	14
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	35	37
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	4	4
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	2	2
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	4	4
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	4	4
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	1	1
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	3	3
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	4	4
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	247	250

RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA

DOCUMENTOS TÉCNICOS PARA LICITAÇÃO

FOLHA:

103/104

MES

105

Assinatura

2.55. Item 7.4 (SETOP/RO-41763)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (M)	QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (M)
• Item 7.4, para os consumos de 0,006 m por habitante – 1.750 m					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	119	115
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	66	62
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	70	66
4	CAREAÇU	6.826	2,21	41	37
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	73	69
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	131	127
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	71	67
8	CONGONHAL	12.209	3,95	73	69
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	28	24
10	ESTIVA	11.416	3,70	68	64
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	44	40
12	IPUIUNA	10.156	3,29	61	57
13	JACUTINGA	26.538	8,60	159	155
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	145	141
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	28	24
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	128	124
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	101	97
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	265	261
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	32	28
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	16	12
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	34	30
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	32	28
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	9	5
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	25	21
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	31	27
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	1.852	1.750

2.56. Item 8.1 (SINAPI/101021)

ITEM	MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP	QUANTIDADE DE HABITANTES POR MUNICÍPIO	% SOBRE O TOTAL DE HABITANTES	QUANTIDADE POR MUNICÍPIO (T)	FLS.: QUANTIDADE FINAL POR MUNICÍPIO (T) Assinatura
• Item 8.1, para os consumos de 0,007 m por habitante – 2.250 T					
1	BORDA DA MATA	19.809	6,42	139	141
2	BUENO BRANDÃO	10.982	3,56	77	81
3	CACHOEIRA DE MINAS	11.609	3,76	81	85
4	CAREAÇU	6.826	2,21	48	52
5	CARMO DA CACHOEIRA	12.193	3,95	85	89
6	CAMANDUCAIA	21.831	7,07	153	155
7	CONCEIÇÃO DOS OUROS	11.852	3,84	83	87
8	CONGONHAL	12.209	3,95	85	89
9	ESPÍRITO SANTO DO DOURADO	4.728	1,53	33	37
10	ESTIVA	11.416	3,70	80	84
11	INCONFIDENTES	7.387	2,39	52	56
12	IPUIUNA	10.156	3,29	71	75
13	JACUTINGA	26.538	8,60	186	188
14	MONTE SIÃO	24.247	7,85	170	172
15	NATÉRCIA	4.727	1,53	33	37
16	PARAISÓPOLIS	21.353	6,92	149	151
17	POÇO FUNDO	16.900	5,47	118	122
18	SANTA RITA DO SAPUCAÍ	44.226	14,32	310	312
19	SÃO BENTO ABADE	5.411	1,75	38	42
20	SÃO JOÃO DA MATA	2.743	0,89	19	23
21	SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA	5.598	1,81	39	43
22	SENADOR AMARAL	5.365	1,74	38	42
23	SENADOR JOSÉ BENTO	1.422	0,46	10	14
24	TOCOS DO MOJI	4.117	1,33	29	33
25	TURVOLÂNDIA	5.099	1,65	36	40
SOMATÓRIO TOTAL		308.744	100,00	2.161	2.250

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

**CARLOS HENRIQUE
AMARAL**

ROSSI:47143207691

Assinado de forma digital por

CARLOS HENRIQUE AMARAL

ROSSI:47143207691

Dados: 2022.02.21 16:03:49 -03'00'

CONSULTOR TÉCNICO

Carlos Henrique Amaral Rossi

Eng^o Civil e de Segurança do Trabalho

CREA-MG 46.052/D

PROPOSTA COMERCIAL



Cliente: AMESP (20.362.307/0001-40)

Data: 03/02/2022

Local da Entrega: POUSO ALEGRE - MG

ID	PRODUTO	UNI	ICMS	VALOR PRODUTO À VISTA/TON	VALOR FRETE/TON	TOTAL À VISTA/TON	VALOR PRODUTO/TON 15 DIAS	FRETE/TON 15 DIAS	TOTAL/TON A PRAZO
1	RC-1C-E	TON	18,0%	R\$ 4.852,78	R\$ 170,00	R\$ 5.022,78	R\$ 4.908,27	R\$ 170,00	R\$ 5.078,27

ORIENTAÇÕES DA PROPOSTA:

18,0% ICMS - Finalidade Consumo

FOB - Cliente paga o frete diretamente para transportadora já contratada.

Para toda carga carregada abaixo da capacidade do caminhão, o valor será cobrado pela capacidade total do caminhão - tara.

Para operações de vendas interestaduais ou de transporte estadual, na condição de contribuinte do ICMS, o cliente deverá comprovar tal condição, nos termos da legislação vigente, sob pena de documento complementar cobrando o diferencial de alíquota/preço.

“Os preços ora apresentados poderão ser reajustados a qualquer momento, pela superveniência de fatos que causem alteração nas condições originais da proposta, tais como aumento dos insumos, em especial da matéria-prima e variação de preços dos asfaltos na fonte produtora - PETROBRAS.”

O nosso corpo técnico permanece sempre a disposição do cliente, para orientação nos serviços executados.

A concessão de crédito para vendas a prazo está condicionada à prévia aprovação pelo setor de análise de limite de crédito da Traçado Distribuidora.

O prazo máximo para carga e descarga será cobrado de acordo com a Lei 11.442/2007, artigo 11 §5º.

Os preços apresentados para “Emulsão Asfáltica e Asfaltos Modificados (Cimento Asfáltico de Petróleo Modificado por Polímeros e Cimento Asfáltico de Petróleo Modificado por Adição de Borracha)” consideram alíquota de 0% quanto ao IPI, de acordo com a redução prevista para o código TIPI 2713.20.00 e 2715.00.00 constante no Anexo III do Decreto nº 8.950/2016, com a, que alterou a tabela de incidência do imposto sobre produtos industrializados – TIPI.

ENCARGOS TRIBUTÁRIOS

Os encargos tributários considerados neste proposta poderão sofrer alterações por determinação das autoridades competentes. Caso isso ocorra, os preços apresentados serão alterados, a fim de adequá-los às alterações.

Os pedidos de compra deverão ser enviados para nosso comercial, ou direto na central, dados estão mencionado abaixo.

Qualidade e eficiência para atendê-los.
Atenciosamente

LETICIA DE REZENDE CRISTO
CONSULTORA REGIONAL - FILIAL DE MINAS GERAIS
leticia.cristo@tracado.com.br

TRAÇADO DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS
RS- 324 KM 04 - PASSO FUNDO -RS
FONES: (54) 2103.1130 / (54) 2107.1050



Betim/MG, 02 de Fevereiro de 2022.

À
AMESP - Associação Dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí
CNPJ: 20.362.307/0001-40
E-MAIL:
TELEFONE: 35) 99900-0131

Proposta de Preço Nº. 202200027/2022 - CBAA

Vimos apresentar nossos preços e condições para fornecimento de Produtos Asfálticos como segue:

ENTREGA: POUSO ALEGRE/MG

ORIGEM - FILIAL CBAA - CAIEIRAS/SP						
Produto	Qtde.	Unid.	Valor por Tonelada R\$	ICMS	Condição Pagamento	Total
RC 1C E	25,00	TON	R\$ 5.998,00	18,00%	15 Dias	R\$ 149.950,00

OSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- 1) FRETE: CIF
- 2) CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: CONFORME INFORMADO ACIMA
- 3) LOCAL DE ENTREGA: POUSO ALEGRE/MG
- 4) CARREGAMENTO REALIZADOS EM CARRETAS DE 20 A 25 TONELADAS
- 5) VALIDADE DA PROPOSTA: 28/01/22 OU ENQUANTO ESTIVER ESTOQUE.
- 6) VENDAS À PRAZO: SUJEITA À ANÁLISE DE CRÉDITO
- 7) PRAZO DE ENTREGA: CONFORME PROGRAMAÇÃO E DISPONIBILIDADE DE CARRETAS PARA CARREGAMENTO
- 8) EM CASO DE ATRASO NO PAGAMENTO DOS INSUMOS FORNECIDOS, SEÃO COBRADOS ENCARGOS MORATÓRIOS DE 3% A.M. E MULTA MORATÓRIO DE 2% SOBRE DÉBITO.
- 9) EM CASO DE NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DE TÍTULO/BOLETO, SERÃO COBRADOS ENCARGOS MORATÓRIOS DE 3% A.M., REFERENTES AOS DIAS PRORROGADOS, DEVERÃO SER SOLICITADOS ATÉ 48 HORAS ANTES DO VENCIMENTO.
- 10) APÓS CHEGADA DA CARRETA EM SEU LOCAL DE DESTINO, O CLIENTE TEM PRAZO DE 24 HORAS PARA FAZER A DESCARGA DO PRODUTO, CASO SEJA ULTRAPASSADO ESSE PERÍODO, SERÁ COBRADO DIÁRIAS CONFORME VALORES ESTABELECIDOS PELA LEI Nº11.442/2007.
- 11) OS PREÇOS ACIMA PODERÃO SER REAJUSTADOS SE HOUVER VARIAÇÃO DE PREÇOS NOS PRODUTOS ASFÁLTICOS REPASSADAS PELA PETROBRÁS OU ANP(AGÊNCIA NACIONAL DE PETROLEO) OU QUALQUER VARIAÇÃO NOS VALORES DO FRETE, MEDIANTE COMUNICAÇÃO PRÉVIA.
- 12) ENCAMINHAR PEDIDOS OU ORDENS DE COMPRA PARA: rodrigo.cavalheiro@cbaa-asfaltos.com.br / luciola.machado@cbaa-asfaltos.com.br

Atenciosamente,

LUCIOLA MACHADO
FONE (31) 98216-3319

CBAA ASFALTOS LTDA - CNPJ 05.099.585/0009-10
Endereço: Rua Emerenciana Pedro da Silva, nº 210 - Sala 23A
Jardim Teresópolis - Betim MG - CEP: 32.681-350 - Telefone: (31) 98216-3319
SITE: www.cbaa-asfaltos.com.br - E-MAIL: luciola.machado@cbaa-asfaltos.com.br

Portaria nº 01 de 02 de Janeiro de 2.022

**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO
PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO
SAPUCAÍ – AMESP.**

O Presidente do Consórcio AMESP, no uso de suas atribuições legais e regimentais e, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 3º, Inciso IV da Lei Federal nº 10.520/02;

I - Determina que os editais de licitações deverão ser assinados pela autoridade que o expedir, no caso o Pregoeiro do Consórcio AMESP;

II - Que compete ao Consórcio AMESP instituir Comissões, para fins de organização e efetivação de seus atos administrativos,

RESOLVE:


Art. 1º - Instituir o Pregoeiro e Equipe de Apoio Técnico, conforme dispositivo da Lei Federal nº 10.520\2002.

Art. 2º - Fica nomeado o funcionário para exercer as atribuições de Pregoeiro, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, o **Sr. Wagner do Couto** como Pregoeiro Oficial.

Art. 3º - Ficam nomeados para compor equipe de apoio e para atuar nos processos de Pregão, nos termos da Lei Federal nº 10.520\2002, os servidores Sr. José Vitor da Rosa Júnior e Sr. Roque José dos Santos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pouso Alegre, em 02 de Janeiro de 2022.



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente
AMESP

Do Pregoeiro

Para Assessoria Jurídica

Estamos remetendo o presente referente ao Pregão Para Registro de Preços a ser instaurado, com a minuta do edital e seus anexos para análise e parecer de Vossa Senhoria.

Pouso Alegre/MG, aos 22 de fevereiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

AUTORIZO a abertura da Licitação na modalidade própria.

Pouso Alegre/MG, aos 22 de fevereiro de 2022.



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

PREAMBULO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

DATA DE ABERTURA: 09/03/2022

HORÁRIO: 09h00min

I – OBJETO.

1.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** o **REGISTRO DE PREÇOS** na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

1.2. Para a execução dos serviços licitados haverá uma Ata de Registro de Preços, que será firmada entre a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP e a licitante declarada vencedora.

1.3. A **DETENTORA** da Ata de Registro de Preços a ser firmada, se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante sua vigência.

II – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO.

2.1. A execução dos serviços deverá ser nas condições previstas no Termo de Referência.

2.2. A empresa vencedora somente executará os serviços mediante solicitação e Ordem de Serviços – OS, emitida pelo ORGÃO PARTICIPANTE.

III – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

Pouso Alegre/MG, aos 22 de fevereiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA
FORMA DE LICITAÇÃO COMPARTILHADA**

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

**ÓRGÃO REQUISITANTE: ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**

DATA DE ABERTURA: 09/03/2022

HORÁRIO: 09h00min

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, pessoa jurídica de direito público na forma de Associação Pública, inscrita no CNPJ sob o nº 20.362.307/0001-40, com endereço na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, através de seu Pregoeiro nomeado, nos termos da **Portaria nº 01/2022**, usando das atribuições que lhe são conferidas torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, de acordo com as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e dos respectivos anexos. O presente Processo integra o Sistema de Licitações Compartilhadas da AMESP, nos termos do artigo 112 §1º da Lei Federal nº 8.666/93 e do Art. 19 do Decreto Federal nº 6.017/2007, e dele poderão decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da federação consorciados doravante denominados **ÓRGÃO PARTICIPANTE** que são:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO

ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
MONTE SIÃO
JACUTINGA
NATÉRCIA
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

I – INFORMAÇÕES.

1.1. As informações administrativas relativas a este **PREGÃO** poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações e Contratos da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, através do telefone nº (35) 3025-5500 ou pelo e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

II – OBJETO.

2.1. Constitui objeto deste **PREGÃO** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições deste Edital.

III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente **PREGÃO**, ou ainda, para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, observado o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

3.1.1. O Pregoeiro deverá decidir sobre a impugnação, se possível, antes da abertura do certame.

3.1.2. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do Edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designado nova data para a realização deste **PREGÃO**.

3.2. A impugnação feita tempestivamente pela licitante, não a impedirá de participar deste **PREGÃO** até o trânsito em julgado da decisão.

3.3. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

IV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de (12) doze meses, contado a partir de sua assinatura.

4.2. O ORGÃO GERENCADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE não estarão obrigados a utilizarem a Ata de Registro de Preços, uma vez que ela não caracteriza compromisso de utilização, podendo revogá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, sem que caiba recurso ou qualquer pedido de indenização por parte da **DETENTORA**.

V – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

5.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as empresas que:

5.1.1. Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado;

5.1.2. Atendam a todas as exigências deste edital;

5.2. Será vedada a participação de empresas:

5.2.1. Declaradas inidôneas para licitar e contratar com o poder público;

5.2.2. Suspensas de participar de licitações realizadas pela Associação da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP;

5.2.3. Com falência, concordata ou insolvência, judicialmente decretada;

5.2.3.1. As empresas em recuperação judicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101 de 2005, bem como dos demais requisitos exigidos no edital, se for o caso, relacionados à comprovação da capacidade econômico-financeira do proponente.

5.2.4. Empresas das quais participe, seja a que título for servidor público municipal dos municípios que integram a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

5.2.5. Reunidas em consórcio do ramo pertinente ao objeto licitado, nacionais ou estrangeiras autorizadas a funcionar no País, conforme justificativa constante do Termo de Referência.

5.2.6. Cooperativas nos termos da Lei nº 12.690/2012 artigo 4º Inciso II e Sumula do TCU 281, o Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho, de 05/06/2203, e o artigo 4º da IN-SLTI/MPOG 2/2008.

VI – DO CREDENCIAMENTO.

6.1. No dia e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, será realizado em sessão pública, o credenciamento dos representantes das licitantes, o recebimento dos envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação”.

6.1.1. Não será permitida a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.

6.1.2. Será considerada retardatária a empresa cujo representante apresentar-se ao local de realização da sessão pública após a abertura do primeiro envelope “Proposta Comercial”.

6.2. Aberta a sessão, o representante legal da licitante deverá credenciar-se junto ao Pregoeiro, devidamente munido de instrumento que o legitime a participar do **PREGÃO** e de sua cédula de identidade ou outro documento equivalente.

6.2.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

a) Instrumento público ou particular, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recurso, conforme modelo constante no Anexo I, devendo estar acompanhado contrato social ou estatuto da empresa, e no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhada de documento de eleição de seus administradores.

b) Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do respectivo instrumento de procuração, no qual deverá constar **expressamente** poderes de substabelecimento.

c) Cópia do contrato ou estatuto social da licitante, quando sua representação for feita por um de seus sócios, dirigente ou assemelhado, acompanhado da ata de eleição da diretoria, em se tratando de sociedade anônima;

6.2.2. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.3. A documentação mencionada neste capítulo deverá ser apresentada juntamente com a Cédula de Identidade do outorgado ou documento equivalente.

6.2.4. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados. A empresa que tenha apresentado proposta, mas que não esteja devidamente representada terá sua proposta acolhida, porém, não poderá participar das rodadas de lances verbais.

VII - QUANTO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

7.1. **Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte**, visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VII** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

VIII – RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO

8.1. Na hora e local indicado serão observados os seguintes procedimentos pertinentes a este **PREGÃO**:

8.1.1. Credenciamento dos representantes legais das empresas interessadas em participar do certame;

8.1.2. Recebimento dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.3. Abertura dos envelopes “Proposta Comercial”;

8.1.4. Desclassificação das propostas que não atenderem às exigências essenciais deste Edital e classificação provisória das demais em ordem crescente de preços;

8.1.5. Abertura de oportunidade de oferecimento de lances verbais aos representantes das empresas cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento);

8.1.6. Em não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 8.1.5., poderão as empresas autoras das melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, oferecer novos lances verbais e sucessivos;

8.1.7. Condução de rodadas de lances verbais, sempre a partir do representante da empresa com proposta de maior preço global, em ordem decrescente de valor, respeitadas as sucessivas ordens de classificação provisória, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

8.1.8. Na fase de lances verbais, não serão aceitos lances de valor igual ou maior ao do último, e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes;

8.1.9. Classificação definitiva das propostas em ordem crescente de preço;

8.1.10. Abertura do envelope "Documentação" apenas da empresa cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar;

8.1.11. Habilitação ou inabilitação da primeira colocada, prosseguindo-se, se for o caso, com a abertura do envelope "Documentação" da segunda classificada.

8.1.12. Proclamação da empresa vencedora pelo critério de menor preço global.

8.1.13. Abertura de oportunidade aos presentes para que manifestem sua eventual intenção de interpor recurso, registrando-se em ata a síntese das razões de recorrer.

8.1.14. Adjudicação do objeto e encaminhamento dos autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, na hipótese de não ter havido interposição de recursos.

IX – DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E SEU CONTEÚDO.

9.1. No ato de credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, em envelopes separados, não transparentes, lacrados e rubricados no fecho, com o seguinte endereçamento:

Envelope nº. 01 "PROPOSTA COMERCIAL"

**A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio
Sapucaí - AMESP**

Pregão n.º 05/2022

**Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE
VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS QUE
COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

Licitante:

Envelope nº. 02 “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

A Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP

Pregão n.º 05/2022

Objeto: Registro de Preços – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

Licitante:

9.1.1. Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de motivo superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

9.1.2. Não caberá desistência da proposta em hipótese alguma, depois de aberto o respectivo envelope.

9.2. O Envelope nº 01 – Proposta Comercial conterá a proposta comercial, que deverá ser apresentada preferencialmente em modelo constante do **Anexo III, bem como da Planilha Orçamentária constante do Anexo VIII**, em papel timbrado da empresa, **utilizando-se de 02 (duas) casas decimais (0,00)**, sem rasuras ou emendas, datadas e rubricadas em todas as folhas e assinada por seu representante legal.

9.2.1. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

9.2.3. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

9.2.4. O prazo de validade da proposta **não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação.

9.2.5. A proposta escrita de preço deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.2.6. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**, satisfeitos todos os termos estabelecidos neste ato convocatório.

9.3. Serão **DESCCLASSIFICADAS** as propostas:

9.3.1. Que não apresentem suas propostas por preços unitário e global, sendo que as propostas que apresentarem os preços unitários superiores aos constantes no Termo de Referência e na Planilha Orçamentária também serão desclassificadas.

9.3.2. Que não atenderem às exigências do Edital e seus anexos ou da legislação aplicável;

9.3.3. Omissas ou vagas bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.3.4. Que impuserem condições ou contiverem ressalvas em relação às condições estabelecidas neste Edital;

9.3.5. Serão desclassificados os lances finais e, na inexistência de lances, as propostas escritas que apresentarem preços excessivos, ou seja, superiores aos valores máximos aceitáveis, quando comparados aos preços de mercado.

9.4. **Envelope nº 02 – Documentos de Habilitação das Empresas** deverão conter a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômica – financeira, à regularidade fiscal e ao cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, em conformidade com o previsto a seguir:

9.4.1. A documentação relativa à **habilitação jurídica** consiste em:

9.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2. Ato constitutivo, alterações subsequentes ou última alteração consolidada devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;

9.4.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.5. Declaração assinada pelo responsável da empresa de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante do **Anexo IV**, em cumprimento do disposto no artigo 27, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.2. A documentação relativa à **qualificação técnica** consiste em:

9.4.2.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s);

9.4.2.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da *Súmula 263* do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme abaixo:

TABELA nº 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO			
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	m3	>=	35.000,00
1.2	Aterro compactado	m3	>=	35.000,00
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km	m3	>=	11.500,00
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE			
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria	m3	>=	22.750,00
2.2	Fresagem até 5,0 cm	m2	>=	312.500,00
2.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	503.187,50
3	BASE			
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão	m3	>=	11.250,00
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples	m3	>=	13.750,00
3.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	750.000,00

TABELA nº 1 (continuação)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	
4	CORREÇÃO PAVIMENTO			
4.1	Reperfilamento de Pavimento	T	>=	1.500,00
4.2	Transporte DMT até 30 km	TxKM	>=	45.000,00
5	PAVIMENTAÇÃO			
5.1	Pintura de Ligação	m2	>=	200.000,00
5.2	Execução de CBUQ - Binder	m3	>=	5.000,00
5.3	Execução de CBUQ	m3	>=	6.125,00
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO			
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm	m2	>=	32.500,00
7	TAPA BURACO			
7.1	Execução de Tapa Buraco	m3	>=	625,00
8	SINALIZAÇÃO			
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva	m	>=	4.000,00
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço	m2	>=	45,00
9	MANUTENÇÃO E REPARO			
9.1	Defensa semi-maleável	m	>=	875,00
9.2	Meio fio de concreto	m	>=	3.750,00
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada	m³	>=	125,00

9.4.2.3. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do §1º do art. 30, da Lei Federal nº 8.666/93:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria
1.2	Aterro compactado
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO , FRESAGEM E TRANSPORTE
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria
2.2	Fresagem até 5,0 cm
2.3	Transporte DMT até 30 km
3	BASE
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples
3.3	Transporte DMT até 30 km
4	CORREÇÃO PAVIMENTO
4.1	Reperfilamento de Pavimento
4.2	Transporte DMT até 30 km
5	PAVIMENTAÇÃO
5.1	Pintura de Ligação
5.2	Execução de CBUQ - Binder
5.3	Execução de CBUQ
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm
7	TAPA BURACO
7.1	Execução de Tapa Buraco
8	SINALIZAÇÃO
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço
9	MANUTENÇÃO E REPARO
9.1	Defensa semi-maleável
9.2	Meio fio de concreto
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada

9.4.2.4. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: (01) um Engenheiro Civil como Responsável Técnico.

9.4.2.5. A comprovação do profissional do quadro técnico da empresa também poderá ser feito por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU.

9.4.2.6. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

9.4.2.7. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades);

9.4.2.8. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação;

9.4.2.9. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado;

9.4.2.10. Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras;

9.4.2.11. Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva e em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação;

9.5. A documentação relativa à **qualificação econômica – financeira das empresas** é a seguinte:

9.5.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

9.5.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha à substituí-lo;

9.5.3. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador;

9.5.4. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

9.5.5. Serão considerados aceitos como na forma da Lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

9.5.6. Os documentos relativos ao subitem 9.5.5. deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

9.5.7. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações;

9.5.8. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$

Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$

Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} = \text{ou} < 1,00$$

9.5.9. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 9.5.8. a memorial dos cálculos realizados assinado pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC;

9.5.10. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações.

9.6. A documentação relativa à **regularidade fiscal das empresas** é a seguinte:

9.6.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**;

9.6.2. Prova de inscrição no **Cadastro Estadual ou Municipal** de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.

9.6.3. Prova de regularidade para com a Fazenda do Município da sede ou domicílio da licitante, relativa aos tributos mobiliários e imobiliários, dentro do prazo de validade.

9.6.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade.

9.6.6. Prova de regularidade para com a **Seguridade Social – INSS**, que deverá ser feita através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos – CND, dentro do prazo de validade;

9.6.7. Prova de regularidade para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS**, que deverá ser feita através da apresentação do CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, dentro do prazo de validade.

9.6.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura da Ata de registro de preços;

9.6.9. **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, de acordo com a Lei Federal nº 12.440/2011, dentro do prazo de validade.

9.7. **As microempresas e empresas de pequeno porte**, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.8. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal**, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis, a contar do encerramento da sessão que o declarou vencedor**, prorrogáveis por igual período, a critério da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa;

9.9. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02.

9.10. As **certidões que não possuírem especificação a respeito do prazo** de validade serão aceitas com **até 60 (sessenta) dias** da data de sua expedição.

X – VISITA TÉCNICA.

10.1. A visita técnica não é obrigatória, podendo ser realizada apenas por questão de logística, tendo em vista o número de prefeituras consorciadas.

XI – DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DOCUMENTOS.

11.1. Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou em publicação de órgão da imprensa oficial, na forma da lei.

11.2. Todos os documentos expedidos pela licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.3. Os documentos emitidos pela internet poderão ser conferidos pelo Pregoeiro.

11.4. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com o número do CNPJ/MF. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se for filial, toda a documentação deverá estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza ou determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa.

XII - DOS PROCEDIMENTOS.

12.1. Os procedimentos deste **PREGÃO** serão conduzidos pelo Pregoeiro nomeado, contando com equipe de apoio, conforme determinado na **Portaria n.º 01/2022**, segundo a legislação vigente e as fases apontadas neste Edital.

12.2. Instalada a sessão pública do pregão, os interessados deverão comprovar a representação para a prática dos atos do certame, nos termos deste Edital.

12.3. Após o recebimento, será verificada a regularidade formal dos envelopes, proceder-se-á a abertura dos envelopes das propostas comerciais, que serão rubricadas e analisadas pelo pregoeiro e sua equipe de apoio. Em seguida, será dada vista das propostas a todos os representantes dos licitantes, que deverão rubricá-las, devolvendo-se ao Pregoeiro, que procederá à classificação provisória.

12.4. Após a abertura do primeiro envelope, não será admitida a participação de novas empresas proponentes.

12.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se como tais as que não possam ser supridas no ato, por simples manifestação de vontade do representante da proponente.

12.6. Definida a classificação provisória, será registrado na ata da sessão pública, o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, os preços ofertados, as propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação de sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

12.7. O Pregoeiro abrirá a oportunidade para oferecimento de sucessivos lances verbais, aos representantes das licitantes cujas propostas estejam compreendidas no intervalo compreendido entre o menor preço por hora e o preço superior àquele em **até 10% (dez por cento)**.

12.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas, serão chamados a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentarem as melhores propostas, **até o máximo de 03 (três)**, quaisquer que sejam os preços ofertados.

12.9. Na fase de lances verbais não serão aceitos lances de igual valor ou maior ao do último e os sucessivos lances deverão ser feitos em valores decrescentes.

12.10. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

12.11. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

12.12. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

12.13. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

12.14. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

12.15. Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 12.12, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

12.16. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

12.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

12.18. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.

12.19. Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta àquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

12.20. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital, salvo se for devidamente comprovada e aceita pela comissão.

12.21. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

12.22. Se houver a negociação, o Pregoeiro examinará a **aceitabilidade do menor preço**.

12.23. Considerada aceitável a oferta de menor preço, estará concluída a fase de classificação das propostas, e será aberto o envelope de documentação da proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar.

12.24. Sendo inabilitada a Proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá o Pregoeiro e sua equipe de apoio, com a abertura do envelope de documentação da proponente classificada em segundo lugar e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma das licitantes.

12.25. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a(s) licitante(s) classificada(s) e habilitada(s) será (ao) declarada(s) vencedora(s) do certame.

12.26. Proclamada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o **prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar às contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada imediata vista dos autos do processo.

12.27. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.28. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante implicará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação à vencedora.

12.29. Julgados os recursos, será adjudicado o objeto à licitante vencedora e homologado o certame.

12.30. É facultado ao ÓRGÃO GERENCIADOR, quando a adjudicatária não formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos, convocar as demais licitantes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e, preferencialmente, nas mesmas condições ofertadas pela adjudicatária.

12.31. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas e das classificadas não declaradas vencedoras permanecerão sob custódia do Pregoeiro até a efetiva formalização da contratação.

XIII – DOS PREÇOS E DAS COTAÇÕES.

13.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada;

13.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.

13.3. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de 01 (um) ano.

13.4 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

13.6. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

13.7. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

13.8. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de

apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

13.9. Na hipótese da empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

13.10. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela empresa contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

13.11. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade;

13.12. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da empresa contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

13.13. Fica facultada a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada;

13.14. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP (ÓRGÃO GERENCIADOR), sendo lavrado termo aditivo.

13.15. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

13.16. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão;

13.17. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada.

13.18. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos;

13.19. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

14.1. As obrigações resultantes deste Pregão constam da Ata de Registro de Preços, cuja minuta consta do **Anexo V**.

14.2. **A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

14.3. O prazo para a **assinatura da Ata de Registro de Preços** será de **05 (cinco) dias** úteis, contados da convocação da adjudicatária por publicação nos meios legais.

14.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou procuração e cédula de identidade do representante.

14.5. O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a exclusivo critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação por parte da adjudicatária.

14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE.

15.1. Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços;

15.2. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital;

15.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;

15.4. Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços;

15.5. Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão;

15.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas;

15.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos;

15.8. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;

15.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor.

15.10. Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada;

15.11. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora;

15.12. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do projeto básico/croqui, pela fiscalização e medição dos serviços;

15.12. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;

15.13. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação;

15.14. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;

15.15. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço;

15.16. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados;

15.17. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído;

XVI - DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA.

A Empresa Contratada responsável pela execução dos serviços estará obrigada a:

16.1. Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato;

16.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza;

16.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas;

16.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização;

16.5. Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela execução dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA;

16.6. Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário;

16.7. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados;

16.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;

16.9. Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços executados;

16.10. Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais;

16.11. Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada;

16.12. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos;

16.13. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres;

16.14. Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite;

16.15. A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

16.16. Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada;

16.17. A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;

16.18. Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para execução dos trabalhos dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;

16.19. A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a execução dos trabalhos, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público;

16.20. A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos;

16.21. A Empresa Contratada, durante todo o período de execução dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente;

16.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

16.23. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato;

16.24. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

16.25. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

16.26. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante;

16.27. Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas;

16.28. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento;

16.29. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada;

16.30. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.;

16.31. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável (vapores orgânicos VOP2); bandeirola; protetor solar; protetor auditivo;

16.32. Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP;

16.33. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

16.34. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento;

16.35. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

16.36. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;

16.37. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;

16.38. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato;

16.39. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados;

16.40. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor;

XVII – DOS PAGAMENTOS.

17.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa contratada.

17.2 O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

17.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

17.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

17.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

17.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

17.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

17.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço onde os mesmos foram prestados.

17.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

17.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

XVIII - DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

18.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes

(devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este.

18.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço.

18.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

18.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa.

18.5. As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes.

18.6. As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico.

18.7. Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços.

18.8. Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados.

18.9. Juntamente com o resultado de cada serviço, sejam eles relatórios de ensaio, laudos ou outros, deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital.

XX – DAS PENALIDADES

19.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE/ÓRGÃO GERENCIADOR;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

19.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 19.6. desta cláusula.

19.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata.

19.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.).

19.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

19.7 Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela 3.

19.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a contratada multa, conforme Tabela 3 a seguir:

Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

19.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

19.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do contratante;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do contratante após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao contratante, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

19.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

19.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à contratada.

19.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a empresa contratada obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

19.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

19.15. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

XX - DA RESCISÃO DO CONTRATO.

20.1. O ORGÃO GERENCIADOR reserva-se no direito de rescindir de pleno direito, a Ata de Registro de Preços, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à proponente vencedora, direito a indenização de qualquer espécie, quando ocorrer:

- a) falência, concordata e recuperação judicial ou extrajudicial ou dissolução da adjudicatária;
- b) inadimplência de qualquer cláusula e/ou condição da ata/contrato, por parte da futura contratada;
- c) a subcontratação ou cessão da ata/contrato;
- d) o não recolhimento, nos prazos previstos, das multas impostas à adjudicatária;
- e) outros, conforme previsto nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93.

20.2. O ORGÃO GERENCIADOR poderá, também, rescindir a futura ata/contrato, independente dos motivos relacionados nas letras "a" a "e" do subitem 20.1, por mútuo acordo.

XXI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

21.1. A apresentação de proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo qualquer licitante invocar desconhecimento dos termos do ato convocatório ou das disposições legais aplicáveis à espécie, para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.

21.2. O presente **PREGÃO** poderá ser anulado ou revogado, nas hipóteses revistas em lei, sem que tenham as licitantes direito a qualquer indenização.

21.3. A adjudicatária deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e respectivos contratos, todas as condições de habilitação.

21.4. Com base no art. 43, § 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, são facultadas ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.5. Os casos omissos e dúvidas serão resolvidos pelo Pregoeiro com a assistência de sua equipe de apoio.

21.6. As normas deste **PREGÃO** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação da licitante e nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

XXII – DOS ANEXOS.

Constituem anexos deste edital:

ANEXO I – MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III - MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO V – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VI – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EPP OU ME

ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Pouso Alegre/MG, aos 22 de Fevereiro de 2022.



Wagner do Couto
Pregoeiro

ANEXO I

MODELO DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES

(A ser elaborado em papel timbrado da licitante)

Pelo _____ presente _____ instrumento, _____ a
empresa....., inscrita no
CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na
_____, através de seu
representante legal infra-assinado, **credencia** o Sr.(a)
_____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº
_____e inscrito no CPF/MF sob o nº
_____, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la
na sessão pública do **PREGÃO**, em especial para formular lances verbais e para
interpor recursos ou deles desistir.

Por oportuno, a outorgante declara, sob as penas da lei, estar cumprindo plenamente
os requisitos de habilitação, através dos documentos de habilitação, de acordo com as
exigências constantes do Edital.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

Obs.: Apresentar cópia do contrato social (autenticada) juntamente com este credenciamento.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Serviços de Engenharia Consultiva para elaboração de termo de referência, planilha orçamentária atualizada e composição do BDI, utilizando-se as referências governamentais e cotações de mercado (quando não houver índice de referência), para a realização de processo licitatório para Registro de Ata de Preços a ser realizado pela AMESP.

2. OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, para fornecimento e serviços técnicos, conforme especificações, normas técnicas e condições descritas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS BÁSICAS:

As especificações a seguir têm por objetivo estabelecer normas e procedimentos que devem ser obedecidos pela Empresa Contratada, nos trabalhos a serem executados. A não observância desta especificação implicará em suspensão temporária dos serviços e respectivos pagamentos, até que ela seja observada ou haja suspensão definitiva pelo Município Contratante, com as penalidades cabíveis. Integram este projeto os seguintes documentos:

- Planilha Orçamentária;
- Especificações Técnicas;
- Composição de BDI;

4. DO LOCAL, DOS PRAZOS E DA EFETIVAÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS.

4.1. DO LOCAL:

- 4.1.1. Os serviços serão executados dentro da área territorial de abrangência da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme descrição de Municípios compreendendo a zona urbana, a zona rural e os bairros mais distantes antes denominados distritos. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço;

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AMESP
BORDA DA MATA
BUENO BRANDÃO
CACHOEIRA DE MINAS
CAREAÇU
CARMO DA CACHOEIRA
CAMANDUCAIA
CONGONHAL
CONCEIÇÃO DOS OUROS
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO
ESTIVA
INCONFIDENTES
IPUIUNA
JACUTINGA
MONTE SIÃO
NATÉRCIA
PARAISÓPOLIS
POCO FUNDO
SANTA RITA DO SAPUCAÍ
SÃO BENTO ABADE
SÃO JOÃO DA MATA
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
SENADOR AMARAL
SENADOR JOSÉ BENTO
TOCOS DO MOJI
TURVOLÂNDIA

4.1.2. Os serviços serão informados previamente, de acordo com as demandas, através da emissão da Ordem de Serviço;

4.2. DA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.2.1. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, apresentará as demandas para a CONTRATADA que irá elaborar, com base na Ata de Registro de Preços firmada, orçamento para cada situação demandada num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que aprovado pelo mesmo, será formalizado o contrato no qual o(s) orçamento(s) figurará(ão) como anexo(s);

4.2.2. Os serviços somente serão iniciados após a assinatura do respectivo contrato pelas partes e da emissão da Ordem de Serviços pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE

CONTRATANTE (ÓRGÃO PARTICIPANTE), data esta que será a base para a contagem dos prazos pactuados;

4.2.3. O orçamento apresentado conterá a discriminação de todos os serviços envolvidos bem como o prazo de seu desenvolvimento;

4.3. DOS PRAZOS:

4.3.1. A vigência da ata de registro de preço será de um ano contados de sua assinatura, de acordo com a Lei Federal de Licitações nº 8.666/93 (art. 15, § 3º, III);

4.3.2. Eventual contrato seguirá o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser prorrogado, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos previsto no art. 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.3.3. O prazo para início da MANUTENÇÃO ASFÁTICA (TAPA BURACO) será de até 07 (sete) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida prefeitura consorciada;

4.3.4. O prazo para início de RECOMPOSIÇÃO DE VIAS será de até 07 (sete) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela prefeitura consorciada;

4.3.5. O prazo para início de PAVIMENTAÇÃO DE NOVAS VIAS será de até 07 (sete), dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela prefeitura consorciada;

4.3.6. A manutenção asfáltica e recomposição de vias, pode ter o prazo prorrogado por igual período em caráter excepcional e devidamente justificado, fazendo-se obrigatória a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, dentro do prazo de 72 horas;

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

5.1. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar do Termo de Recebimento.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, os quantitativos dos contratos firmados, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial;

- 6.2. O objeto deste Termo de Referência deve ser executado diretamente pela empresa contratada, não podendo ser subempreitado, cedido ou sublocado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica deste;
- 6.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades dos Municípios;
- 6.4. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelos municípios consorciados deverão obedecer aos seguintes critérios;
- 6.4.1. Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas;
- 6.4.2. Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas;
- 6.5. A empresa CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 07 (sete) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviços;
- 6.6. A demanda se dará em conformidade com o juízo de oportunidade e conveniência do órgão solicitante, mediante a expedição de Ordem de Serviços;
- 6.7. Os locais da execução dos serviços serão determinados e comunicados a CONTRATADA por Servidor designado do Departamento de Obras do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- 6.8. A execução e qualidade dos serviços, bem como as horas trabalhadas pelos Profissionais necessários requisitados, serão acompanhados e fiscalizados por servidores devidamente designados pelo Departamento de Obras de cada Município;
- 6.9. Os prazos para entrega de trabalhos serão controlados e definidos pelo Departamento de Obras ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, em reunião com o Representante Legal da empresa CONTRATADA, ouvido - sempre - o prestador de serviços, analisando-se caso a caso, de acordo com o nível de complexidade e as condições determinantes das tarefas. Após a definição dos prazos, sua inobservância acarretará as sanções administrativas de que tratam a Lei, o Edital e o Contrato;
- 6.10. Ao final de cada serviço, a Empresa Contratada deverá fornecer à Fiscalização do Município Contratante memória de cálculo dos serviços e relatório fotográfico impresso, contendo imagens detalhadas de toda a execução, conforme ordem

de serviço emitida, sendo que as fotografias deverão ser entregues em formato digital JPG;

- 6.11. A planilha de medição será preenchida em reflexo das quantidades de serviços executados. Nesse contexto, o relatório fotográfico refletirá cada um dos serviços elencados na planilha de medições;
- 6.12. Juntamente com a planilha de medição e com o relatório fotográfico, a Empresa Contratada entregará memória de cálculo que justifique os quantitativos inseridos na planilha de medição;
- 6.13. A Empresa Contratada será responsável pela manutenção da ordem nas áreas sob sua responsabilidade até a conclusão do objeto;
- 6.14. Todo o aparato normativo técnico e legal envolvido com o desenvolvimento dos trabalhos deverá ser seguido, sendo de inteira responsabilidade da contratada eventuais desvios em relação às diretrizes, parâmetros ou requisitos nele estabelecidos, mesmo após recebimento pela Fiscalização do Município Contratante;
- 6.15. Todo o ferramental e equipamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de rotina das equipes são de responsabilidade única e exclusiva da Empresa Contratada;
- 6.16. As equipes serão vistoriadas sistematicamente “sem aviso prévio”, pela fiscalização do Município Contratante para verificação do atendimento quanto à quantidade e qualidade do ferramental necessário e do equipamento mínimo à sua disposição para atendimento aos serviços constantes da planilha;
- 6.17. A sua inobservância implicará na suspensão dos trabalhos das equipes até que se regularize tal situação;
- 6.18. A Empresa Contratada, ao realizar atividades próximas as vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos nas normas técnicas e legislações aplicáveis;
- 6.19. A Empresa Contratada deverá dispor de material de sinalização em quantidade suficiente e em boas condições de conservação, de forma a atender a simultaneidade da execução dos serviços;
- 6.20. Os empregados deverão apresentar-se corretamente uniformizados em um só padrão, identificados e utilizando os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;

6.21. Fica reservado à Fiscalização do Município Contratante o direito de impedir o trabalho de todo e qualquer empregado/equipe que não estiver devidamente trajado e/ou sem a utilização dos EPIs e/ou EPCs necessários;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA:

A Empresa Contratada responsável pela execução dos serviços estará obrigada a:

- 7.1. Executar, com perfeição e segurança, todos os serviços descritos, indicados ou mencionados na Planilha Orçamentária e nesta Especificação, fornecendo todos os materiais, mão-de-obra e equipamentos necessários, sendo responsável pela existência de qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após término dos serviços, obrigando-se a repará-lo de imediato;
- 7.2. Comunicar, por escrito, ao Município Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas nas planilhas e especificações técnicas, não sendo a eventual existência de falhas neste, razão para a execução incorreta de serviços de qualquer natureza;
- 7.3. Utilizar equipamentos modernos e eficientes e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros, seguindo rigorosamente todas as normas correlatas;
- 7.4. Empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços, sendo vetado subempreitar totalmente os serviços, admitindo-se subempreitadas parciais relativas a serviços especializados, uma vez comprovada a idoneidade técnica do subempreiteiro, a critério da Fiscalização;
- 7.5. Apresentar, por escrito, à Fiscalização, antes do início das obras, o profissional responsável pela execução dos serviços, caso este seja distinto do apresentado na licitação, devendo este apresentar as mesmas competências técnicas comprovadas por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica, registrado no CREA;
- 7.6. Apresentar, no primeiro dia de trabalho, relação do seu pessoal, em duas vias, constando nome completo e número da Carteira de Identidade de cada funcionário;
- 7.7. Excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, no interesse da obra, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos estipulados;

- 7.8. Cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho. Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços;
- 7.9. Encaminhar ao Município Contratante cronogramas, quadros demonstrativos de produção, análise de materiais, corpos de prova e outros elementos informativos relativos aos serviços executados;
- 7.10. Todos os danos causados às instalações, pavimentações etc., em consequência dos serviços ou por necessidade deles, serão de inteira responsabilidade da Empresa Contratada, o qual deverá fazer os reparos necessários, sem ônus para o Município Contratante. Na execução dos reparos serão usados materiais novos, de primeira qualidade, iguais aos originais;
- 7.11. Em caso de dúvidas durante a execução dos trabalhos, caberá a Empresa Contratada acionar a Fiscalização do Município Contratante, a qual determinará o que julgar mais indicado, comunicando à Contratada a solução adotada;
- 7.12. As redes e tubulações de água, energia, esgotos sanitários, águas pluviais, telefônicas etc. que passem pelo local dos serviços deverão ser preservadas, ou seja, os serviços deverão ocorrer sem que seja prejudicado ou interrompido o funcionamento dos sistemas de abastecimento e serviços correspondentes ou correlatos;
- 7.13. A execução dos serviços deverá ser realizada com a adoção de todas as medidas relativas à proteção dos trabalhadores e de pessoas ligadas à atividade da Empresa Contratada, observadas as leis em vigor deverão ser considerados os requisitos de segurança com relação às redes elétricas, máquinas, andaimes e guinchos, presença de chamas e metais aquecidos, uso e guarda de ferramentas e aproximação de pedestres;
- 7.14. Compete à Empresa Contratada tomar as providências para a colocação, às expensas próprias, de placas e sinais luminosos de advertência ou orientação durante o dia e à noite;
- 7.15. A Fiscalização do Município Contratante poderá exigir da Empresa Contratada a colocação de sinais correntes que julgar necessários para a segurança de veículos e pedestres. O Município Contratante não assumirá responsabilidade por acidentes que ocorrerem nos locais dos serviços e nem atuará como mediador em conflitos que deles resultem;

- 7.16. Todo acidente ou incidente no transcorrer dos serviços, acarretando danos pessoais ou materiais, será de inteira responsabilidade da Empresa Contratada;
- 7.17. A Empresa Contratada manterá Seguro de Acidentes do Trabalho para todos os seus empregados que exerçam atividades no canteiro da obra e responderá, nos termos da legislação vigente, por qualquer acidente ocorrido com pessoal, material, instalações e equipamentos sob sua responsabilidade, bem como de terceiros, durante a execução dos serviços;
- 7.18. Ficará a cargo da Empresa Contratada o empenho do número suficiente de equipamentos para execução dos trabalhos dentro dos prazos estipulados pela Fiscalização; além dos equipamentos de reserva suficientes para substituir máquinas em reparo ou deficientes;
- 7.19. A Empresa Contratada será responsável pela ordem e segurança durante a execução dos trabalhos, providenciará, construirá e manterá todas as barricadas e sinalização necessárias. Deverá tomar todas as providências cabíveis para a proteção da obra e segurança do público;
- 7.20. A Empresa Contratada deverá preencher todas as exigências da lei, normas e regulamentos em vigor, que afetem as instalações, sua manutenção e operação e será responsável por todas as demais demandas resultantes de má administração dos trabalhos;
- 7.21. A Empresa Contratada, durante todo o período de execução dos serviços, deverá atender a toda a legislação referente à segurança do trabalho no que lhe couber. Em caso de acidente do trabalho, deve ser comunicado imediatamente ao Município Contratante, registrado e reportado à Secretaria do Trabalho, bem como deverão ser cumpridos todos os trâmites presentes na legislação pertinente;
- 7.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 7.23. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato;
- 7.24. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

- 7.25. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;
- 7.26. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante;
- 7.27. Os serviços - objeto da contratação - deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas;
- 7.28. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento;
- 7.29. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada;
- 7.30. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.;
- 7.31. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semifacial descartável (vapores orgânicos VOP2); bandeirola; protetor solar; protetor auditivo;
- 7.32. Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP;

- 7.33. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;
- 7.34. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento;
- 7.35. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- 7.36. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- 7.37. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- 7.38. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato;
- 7.39. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados;
- 7.40. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor;

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE:

- 8.1. Responder às solicitações da Empresa Contratada, para deliberações relativas ao início, desenvolvimento e aprovações de etapas e frentes de serviços;
- 8.2. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços prestados nos prazos e condições previstos no edital;
- 8.3. Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor designado para esse fim, documentando as ocorrências e manifestando-se formalmente em todos os atos relativos à execução dos serviços;
- 8.4. Prestar aos funcionários da Empresa Contratada todas as informações e esclarecimentos que sejam indispensáveis para a concretização dos serviços;

- 8.5. Comunicar à Empresa Contratada as irregularidades na execução do serviço, a fim de que a empresa adote as providências cabíveis para sanar a questão;
- 8.6. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes no edital e nestas especificações técnicas;
- 8.7. Convocar, a qualquer momento, o preposto ou representante indicado pela empresa, para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas relativas à execução dos trabalhos;
- 8.8. Solicitar, sempre que entender conveniente, relatório atualizado do andamento de cada atividade dos serviços;
- 8.9. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizer necessário, de acordo com a legislação em vigor.
- 8.10. Receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários em relação aos serviços prestados pela Empresa Contratada;
- 8.11. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora;
- 8.12. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do projeto básico/croqui, pela fiscalização e medição dos serviços;
- 8.13. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas;
- 8.14. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação;
- 8.15. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso;
- 8.16. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço;
- 8.17. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados;

8.18. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído;

9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.1. Registro ou Inscrição no Conselho Profissional competente, ou seja, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s);

9.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do TCU:

TABELA nº 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO			
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	m3	>=	35.000,00
1.2	Aterro compactado	m3	>=	35.000,00
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km	m3	>=	11.500,00
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE			
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria	m3	>=	22.750,00
2.2	Fresagem até 5,0 cm	m2	>=	312.500,00
2.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	503.187,50
3	BASE			
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão	m3	>=	11.250,00
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples	m3	>=	13.750,00
3.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	>=	750.000,00

TABELA nº 1 (continuação)				
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	
4	CORREÇÃO PAVIMENTO			
4.1	Reperfilamento de Pavimento	T	>=	1.500,00
4.2	Transporte DMT até 30 km	TxKM	>=	45.000,00
5	PAVIMENTAÇÃO			
5.1	Pintura de Ligação	m2	>=	200.000,00
5.2	Execução de CBUQ - Binder	m3	>=	5.000,00
5.3	Execução de CBUQ	m3	>=	6.125,00
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO			
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm	m2	>=	32.500,00
7	TAPA BURACO			
7.1	Execução de Tapa Buraco	m3	>=	625,00
8	SINALIZAÇÃO			
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva	m	>=	4.000,00
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço	m2	>=	45,00
9	MANUTENÇÃO E REPARO			
9.1	Defensa semi-maleável	m	>=	875,00
9.2	Meio fio de concreto	m	>=	3.750,00
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada	m³	>=	125,00

- 9.3. Comprovação de capacidade técnico-profissional, por meio de atestado(s) emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) nos respectivos Conselhos - CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) Responsável(is) Técnico(s) executou(aram) serviço(s) com característica(s) semelhante(s) / similar(es) ao objeto ora licitado. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância a seguir relacionados, conforme inciso I, do § 1º do art. 30, da Lei nº 8.666/93:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria
1.2	Aterro compactado
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO , FRESAGEM E TRANSPORTE
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria
2.2	Fresagem até 5,0 cm
2.3	Transporte DMT até 30 km
3	BASE
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples
3.3	Transporte DMT até 30 km
4	CORREÇÃO PAVIMENTO
4.1	Reperfilamento de Pavimento
4.2	Transporte DMT até 30 km
5	PAVIMENTAÇÃO
5.1	Pintura de Ligação
5.2	Execução de CBUQ - Binder
5.3	Execução de CBUQ
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm
7	TAPA BURACO
7.1	Execução de Tapa Buraco
8	SINALIZAÇÃO
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço
9	MANUTENÇÃO E REPARO
9.1	Defensa semi-maleável
9.2	Meio fio de concreto
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada

9.4. Relativamente às comprovações exigidas neste subitem, apresentar toda a documentação respectiva e em havendo data de validade em quaisquer documentos, estes deverão estar válidos na data de sua apresentação;

9.5. A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas: nome do contratado e do CONTRATANTE; identificação do Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre / Minas Gerais
Fone: (35) 3025-5500 – e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

objeto do contrato (tipo ou natureza do serviço); localização do serviço; serviços executados (discriminação e quantidades);

- 9.6. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) que não atender(em) as características citadas nas condições acima, não serão considerados pela Comissão de Licitação;
- 9.7. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante prestou os serviços compatíveis com o objeto ora licitado;
- 9.8. Não serão aceitos atestados de Fiscalização, Supervisão, Gerenciamento, Controle Tecnológico ou Assessoria Técnica de Obras;
- 9.9. Indicação do pessoal técnico, adequado e disponível para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, contendo no mínimo: 1 (um) Engenheiro Civil e/ou Geólogo devidamente registrado(s) e regular(es) com a entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;
- 9.10. A comprovação do profissional do quadro técnico da licitante também poderá ser feita por meio de cópia da carteira de trabalho, contrato social do licitante, contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor de atestado de capacidade técnica, desde que acompanhada de anuência deste, conforme jurisprudência do TCU;
- 9.11. Nos termos do § 10º do art. 30 da Lei 8.666/93, os profissionais indicados pela licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR / ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

10. DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- 10.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma das Leis Federais nº 6.404/76 e nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que venha a substituí-lo;
- 10.2. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador;

- 10.3. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- 10.4. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em Jornal; ou
 - c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
 - d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- 10.5. Os documentos relativos aos itens 11.4, deverá ser apresentado contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis;
- 10.6. Comprovação do Capital Social, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações;
- 10.7. A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante os indicadores abaixo calculados pelas seguintes fórmulas:
- ✓ Índice de Liquidez Geral (ILG) expressado da forma seguinte:
$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} = \text{ou} > 1,00.$$
 - ✓ Índice de Liquidez Corrente (ILC) expressado da forma seguinte:
$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \text{ou} > 1,00.$$
 - ✓ Grau de endividamento (GE) expressado da forma seguinte:

GE = Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo = ou < 1,00

Ativo Total

- 10.8. Para fins de avaliação da capacidade financeira, a empresa deverá apresentar juntamente com a documentação prevista no item 11.7. o memorial dos cálculos realizados assinados pelo representante legal da empresa e pelo Contador com indicação do número do registro no CRC;
- 10.9. Comprovação do Capital Social ou patrimônio líquido, não inferior a 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada, admitido à atualização para a data da apresentação da Proposta através de índices oficiais, conforme artigo 31, parágrafos 2º e 3º da Lei Federal nº 10.666/93, e suas alterações;
- 10.10. Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei Federal nº 11.101/2005, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.

11. DOS VALORES, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS:

11.1. DO VALOR:

- 11.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta licitação aproximadamente é de **R\$ 95.634.092,07 (noventa e cinco milhões seiscentos e trinta e quatro mil noventa e dois reais e sete centavos)**, com mobilização, que representa o total dos itens descritos e constantes na planilha de orçamento que integra o presente Edital;

11.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 11.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido na contratação destes (devidamente aprovado e assinado pelas partes) e com a ordem de serviço ou de fornecimento recebida pela CONTRATANTE e critério do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado por este;
- 11.2.2. Caberá, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura, se pronunciar – justificadamente – sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até no máximo 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, solicitante do serviço;

- 11.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida;
- 11.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na Planilha de Orçamento, composto dos valores pertinentes aos Serviços executados, de acordo com os Preços Unitários da Planilha de Orçamento anexa;
- 11.2.5. As medições deverão ser entregues acompanhadas de relatório fotográfico, memória de cálculo e certidões negativas, federal, estadual e municipal pertinentes;
- 11.2.6. As medições corresponderão aos serviços unitários executados, conforme descritos na planilha de referência e comprovados pela memória de cálculo e relatório fotográfico;
- 11.2.7. Para efeito de medições, serão verificados os elementos indispensáveis para apresentação dos relatórios e resultados de ensaios, sem, no entanto, adentrar em questionamentos quanto aos resultados, que são de inteira responsabilidade do responsável técnico pelos serviços;
- 11.2.8. Em caso de inconsistências importantes, a Fiscalização do Município Contratante poderá solicitar revisão dos resultados dos serviços apresentados;
- 11.2.9. Juntamente com o resultado de cada serviço, sejam eles relatórios de ensaio, laudos ou outros, deverá ser entregue a respectiva ART quitada e assinada pelo responsável técnico indicado no procedimento licitatório ou por aquele que o substituir nos termos do edital;

11.3. DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS:

- 11.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até no máximo 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela CONTRATADA;
- 11.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE pagará à Licitante pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas

indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados;

11.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, obedecerá a legislação do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

11.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, a qual deverá ser vista pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.;

11.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2011;

11.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

11.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS;

11.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual;

11.3.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela CONTRATADA, deverão consignar no campo de identificação do destinatário os números da Ordem de Serviços e desta Ata de Registro de Preços e estar em conformidade com o cronograma estabelecido entre as partes;

11.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

11.3.10. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da presente licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE signatário das Ata de Registro de Preços;

12. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

12.1. Buscando auferir os melhores resultados para a população como um todo e para Administração Pública justificamos a escolha da licitação - Pregão Presencial para Registro de Preços - do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

13.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados na Tabela nº2 constante do item 14.6. desta cláusula.

13.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da Ata.

13.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço / Ordem de Fornecimento (O.S. / O.F.).

13.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 10.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas nº 3 e nº 4 a seguir:

TABELA nº 3	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00

TABELA nº 4		
ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
3	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
4	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
5	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Apresentar a ART ou RRT dos serviços para início da execução destes no prazo de até 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço; por dia de atraso.	01
7	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
8	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
9	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) engenheiro(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) serviço(s), nas quantidades necessárias ao bom andamento dos serviços demandados; por dia.	04

13.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir o(s) prazo(s) previamente estabelecido(s) para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme Tabela nº 5.

13.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA à multa, conforme Tabela nº 5, a seguir:

TABELA nº 5		
GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
1	2%	Sobre o valor total estimado da Ata de Registro de Preços, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
2	3%	por dia de atraso injustificado na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
3	5%	sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso injustificado na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

13.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com o Município, se, por culpa ou dolo, por até dois anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

13.10. A Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 10.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;
- e) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 10.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- f) apresentação, ao ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de

participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

g) inexecução total do objeto;

13.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO PARTICIPANTE/GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado;

13.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

13.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

13.14. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

13.15. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE;

14. DOS PRAZOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DAS ADESÕES E DOS CONTRATOS:

14.1. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público;

14.2. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente;

14.3. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações;

- 14.4. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93;
- 14.5. A execução dos serviços contratados será pelo regime de empreitada por preço global;
- 14.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
15. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.
- 15.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela empresa contratada;
- 15.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrealizáveis pelo período de um ano;
- 15.2. Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta;
- 15.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato;
- 15.3.1. A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual;

- 15.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional;
- 15.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso;
- 15.5. Na hipótese de a empresa detentora da Ata de Registro de Preços solicitar alteração de preço, esta terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.;
- 15.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas;
- 15.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade;
- 15.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação;
- 15.6. Fica facultada a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela contratada;
- 15.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral da ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, sendo lavrado termo aditivo;

- 15.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a contratada não poderá suspender a prestação dos serviços e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes;
- 15.7.2. A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPICAÍ – AMESP deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão;
- 15.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela empresa contratada;
- 15.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da empresa contratada e a pesquisa de mercado efetuada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos;
- 15.10. Durante a vigência do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado;
- 15.11. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado, e constituirá a única e completa remuneração pela sua execução.
16. DOS RELATÓRIOS.
- 16.1. A empresa contratada deverá apresentar aos Órgãos Participantes, junto com a medição ou quando solicitado mediante ofício aprazado, os seguintes relatórios:
- a) Relatórios dos Ensaios dos Materiais a serem aplicados nas Vias dos Municípios;
 - b) Demais relatórios a serem solicitados a critério da Fiscalização.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 17.1. A empresa que vier a causar impedimento ao normal e legal andamento do processo licitatório, além das sanções legais previstas, será responsabilizada civilmente pelos danos e prejuízos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE em função da não conclusão do processo licitatório bem como do objeto pretendido;
- 17.1.2. A participação da empresa na licitação importa na restrita aceitação das condições estabelecidas no presente Termo de Referência, no Edital e seus Anexos, que fazem parte integrante do Edital, como se nele estivessem integralmente reproduzidos;
- 17.2. O ÓRGÃO GERENCIADOR se reserva ainda, o direito de revogar ou anular a licitação, parcial ou totalmente, bem como rejeitar qualquer proposta ou todas elas, desde que as mesmas não atendam às condições estabelecidas no Edital, sem que caiba as proponentes o direito de qualquer reclamação ou indenização;
- 17.3. A partir da sua entrega, as propostas serão consideradas objeto de análise, vedando-se a qualquer interessado procurar empregados do ÓRGÃO GERENCIADOR ou membros da Comissão para tratar de assuntos relacionados com a licitação, ressalvadas as hipóteses e formas previstas pela legislação pertinente;
- 17.4. Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Termo de Referência;
- 17.5. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao processo licitatório;
- 17.6. A empresa proponente, durante o processo de licitação, é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados;
- 17.7. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Termo de Referência serão sanados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, obedecida a legislação vigente.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 18.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

19. JUSTIFICATIVA.

Quanto às empresas Reunidas em Consórcio:

Quanto à vedação à participação de empresas em consórcio, na leitura do disposto no art. 33 da Lei Federal nº 10.666/93, o Tribunal de Contas de Minas Gerais, por meio do Conselheiro Hamilton Coelho nos autos do Processo nº 912078, apresentou manifestação no seguinte sentido:

O emprego, pelo legislador, da locução “quando permitida” evidencia que se trata de permissão excepcional e específica, a depender do juízo de oportunidade e conveniência da Administração. É dizer: se a participação de consórcios é excepcional, algum sentido faria em exigir justificativas para sua permissão, mas jamais quanto à sua restrição. Não bastasse a inequívoca letra da lei, decorre do próprio senso comum que a formação de consórcios de empresas só tem sentido para a possível execução de objetos extraordinários, vultosos, altamente complexos ou inauditos

No mesmo sentido, o TCU entendeu que:

O art. 33 da Lei de licitações expressamente atribui à Administração a prerrogativa de admitir a participação de consórcios. Está, portanto, no âmbito de discricionariedade da Administração. Isto porque, ao nosso ver, a formação de consórcios tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si) [...] (Acórdão 1.946/2006, Plenário, rel. Marcos Bemquerer Costa).

Com efeito, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio, o que não é o caso em questão, na medida em que várias empresas isoladamente apresentam condições de participar do presente certame. Tal medida visa afastar a restrição à competição, pois a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes

Quanto ao Preço Global:

O objeto foi reunido em LOTE ÚNICO por se tratar de uma solução composta, ou seja, não há como funcionar sem estar integrados os diversos serviços, pelas características de soluções desta natureza.

Dada a peculiaridade dos serviços, seu desmembramento em vários itens, geraria, além de dificuldades na gestão contratual, maior preço e ainda, o risco de um item ou mais restarem fracassados, o que inviabilizaria a implementação da solução.

Se cada item do grupo for considerado e precificado separadamente, o seu valor de fornecimento aumentará sensivelmente, elevando o valor estimado da contratação.

Assim, considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento da solução em sua amplitude da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre os itens que compõem a solução, a contratação pretendida deverá ser realizada de forma global.

Justifica-se, portanto, a adoção do tipo menor preço global. É sabido da prevalência da licitação por itens ou lotes de itens para cada parcela do objeto quando este é divisível. Todavia, consoante se retira da Súmula 247 do Tribunal de Contas da União esta medida só se dá quando não se verifica prejuízo para o conjunto ou complexo ou implique em perda de economia de escala. No mesmo sentido caminha a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais que admite a adoção do menor preço global quando justificada sua pertinência segundo um viés técnico.

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.



Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Responsável
CREA nº 46.052/D



Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente detalhamento tem por finalidade, especificar os serviços e definir padrões mínimos necessários para execução dos serviços acima, conforme a seguir:

1. CONSIDERAÇÕES

- 1.1. As especificações destinam-se a definir todos os materiais e serviços a serem executados.
- 1.2. Os serviços serão executados de acordo com as especificações técnicas e normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e de órgãos vinculados aos serviços de pavimentação (DER/ DNIT/ etc.) planilhas de custos, em conformidade com as solicitações do Município.
- 1.3. A empresa contratada deverá - obrigatoriamente - providenciar junto às concessionárias prestadoras de serviços públicos e órgãos competentes, os registros, projetos, e autorizações regulamentares e pertinentes, necessárias ao desenvolvimento dos serviços de que trata o Contrato, responsabilizando-se pela solidez das benfeitorias existentes, bem como das a serem realizadas;
- 1.4. Para a garantia da execução dos serviços, a contratante poderá exigir da empresa contratada o controle tecnológico de sua execução e dos materiais utilizados (por exemplo: grau de compactação do proctor normal, espessuras, aderência, impermeabilidade, resistência ao esforço dos materiais empregados - asfalto/ concreto/ etc.), conforme normas vigentes. considerando-se que o maior volume dos serviços se refere a usinagem e aplicação do concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), sempre será exigido o controle tecnológico deste material, dentro das especificações pertinentes, acompanhados dos respectivos relatórios que serão anexados a cada medição.
- 1.5.1. A não apresentação destes sujeita a empresa contratada ao não recebimento da medição/fatura pela contratante. Os custos referentes ao controle tecnológico serão de total responsabilidade da empresa contratada.
- 1.5. A empresa fará um relatório (Livro Diário de Obras) para o registro diário de todas as ocorrências durante a prestação dos serviços, mantendo-o sob guarda e anotando os serviços, mão de obra (número de funcionários e cargos) e materiais empregados, e também qualquer fato referente aos referidos serviços com assinaturas do fiscal e da empresa contratada.

2. SERVIÇOS

2.1. Escavação, demolição, fresagem e transporte;

2.1.1. Escavação mecânica a céu aberto, em material de 1ª categoria com escavadeira hidráulica capacidade de 0,78 m³:

- Escavação mecânica, em material de 1ª categoria, com escavadeira hidráulica: Poderá ocorrer necessidade de substituição e acerto de camada de suporte - deteriorada, rasa ou profunda, por meio do uso de equipamento (retroescavadeira) até um ponto determinado pela fiscalização, sendo que o material será removido para área de bota-fora.

2.1.2. Escavação mecânica de vala sem rocha (execução, incluindo remoção para fora do leito estradal):

- As valas serão abertas com o equipamento mecânico (retroescavadeira ou escavadeira hidráulica), sendo o material carregado em caminhões basculantes que transportarão para um bota-fora previamente informado pela FISCAL do contrato no Município.
- Quando da escavação, deverá ser dada especial atenção a segurança dos funcionários que trabalharam na base da escavação.
- Havendo materiais instáveis, a FISCALIZAÇÃO do Município definirá por uma abertura maior ou escoramento, mediante termo aditivo. A escavação deverá ser executada de montante para jusante, sendo executado - sempre - a saída para o escoamento da água da chuva.
- A mudança no método executivo deverá ter a aprovação da FISCALIZAÇÃO do Município que deverá assumir o ônus da modificação por meio de termo aditivo.
- A medição deste serviço será por metro cúbico.

2.2. Demolição de revestimento asfáltico com equipamento pneumático, inclusive afastamento:

- A demolição da parcela do pavimento comprometido e identificado pela fiscalização, deverá ser substituído com reenquadramento através do uso de equipamento mecânico tipo martelete pneumático ou também manualmente, a fim de definir e preparar caixa para aplicação do remendo asfáltico, seguindo os procedimentos normativos e as boas práticas construtivas.
- Em casos previamente identificados e para preservação do pavimento em bom estado, poderá haver necessidade de corte do pavimento com uso de equipamento tipo serra circular apropriada para o serviço.

2.3. Fresagem até 5,0 cm:

- Pavimentos com boa qualidade de suporte e capa asfáltica irregular sofrerão trabalhos de fresagem com equipamentos apropriados e descarga sobre caminhão basculante que deverá acompanhar a esteira. A fiscalização definirá

previamente - por critério próprio - a espessura da fresagem, podendo esta variar até 05 (cinco) centímetros de profundidade.

- Todo o material proveniente deste trabalho será transportado para fora da via com estocagem em local a ser definido pela fiscalização.

2.4. Corte mecanizado com serra circular em concreto/asfalto:

- Realizar cortes no asfalto para que fique com as medidas exatas.

2.5. Carga mecânica de material de qualquer natureza sobre caminhão:

- Carga e descarga mecânica de solo utilizando caminhão basculante 6,0 m³ / 16 t e Pá Carregadeira sobre pneus 128 HP, capacidade de caçamba 1,7 a 2,8 m³, peso operacional 11.632 Kg.
- Todos os materiais provenientes dos trabalhos de demolição do pavimento para preparo do mesmo deverão sofrer carga mecânica e ser transportada para área de bota-fora, onde será realizada a descarga e espalhamento.

2.6. Transporte com caminhão basculante de 6 m³, em via urbana pavimentada, dmt até 30 km unidade (m³ x km):

- O transporte em segurança destes materiais deverá atender as normas pertinentes e o estabelecido no código de posturas do Município.

3. PAVIMENTAÇÃO

3.1. Reforço do subleito (execução, incluindo escavação, carga, descarga, homogeneização, umedecimento, espalhamento e compactação do material):

- Caso a base ofereça condições melhores de aproveitamento, receberá trabalhos de regularização e compactação condizentes com o trato do subleito para conformação final do pavimento, de acordo com as normas pertinentes vigentes (espessura mínima de 20 cm).

3.2. Execução e Compactação de base e ou sub-base com pedra rachão – exclusive escavação, carga e transporte:

- A sub-base deverá ser executada com pedra rachão e seu travamento deverá ser feito com BGS (Brita Graduada Simples). A base será executada com BGS (Brita Graduada Simples) e tanto a altura da base quanto a da sub-base deverão ser definidas "in loco" conjuntamente à fiscalização do Município, atendendo ao disposto nas especificações de serviços DNER-ES-P 10.71.

3.2.1. O material a ser empregado na sub-base e base deverá possuir índice de suporte Califórnia (ISC) de no mínimo 60% (sessenta por cento) e expansão de no máximo 0,5% (meio por cento) determinado pela energia do método DNER-ME-48-64 (Proctor intermediário).

3.3. Execução e Compactação de base e ou sub-base com brita graduada simples (BGS) – exclusive, carga e transporte:

- A sub-base deverá ser executada com pedra rachão e seu travamento deverá ser feito com BGS (Brita Graduada Simples). A base será executada com BGS (Brita Graduada Simples)) e tanto a altura da base quanto a da sub-base deverão ser definidas "in loco" com a fiscalização do Município, atendendo ao disposto nas especificações de serviços DNER-ES-P 10.71.

3.3.1. O material a ser empregado na sub-base e base deverá possuir índice de suporte Califórnia (ISC) de no mínimo 60% (sessenta por cento) e expansão de no máximo 0,5% (meio por cento) determinado pela energia do método DNER-ME-48-64 (Proctor intermediário).

3.4. Execução de Imprimação com emulsão asfáltica CM 30:

- Execução de imprimação com material betuminoso, incluindo fornecimento e transporte do material betuminoso (CM-30) dentro do canteiro de obras.

3.4.1. A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade necessária e uniforme.

3.5. Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade m³ x km):

- O Transporte do material betuminoso será feito por meio de caminhões tipo basculante com caçambas metálicas robustas, limpas e protegidos por lonas adequadas ao isolamento, condicionamento e conservação do produto.

3.6. Transporte com caminhão basculante de 10 m³, em via urbana pavimentada adicional para DMT excedente a 30 km (unidade m³ x km):

- O Transporte do material betuminoso será feito por meio de caminhões tipo basculante com caçambas metálicas robustas, limpas e protegidos por lonas adequadas ao condicionamento, isolamento e conservação do produto.

3.7. Execução de imprimação com asfalto diluído CM-30:

- Execução de imprimação com material betuminoso, incluindo o fornecimento e transporte do material betuminoso (CM-30) dentro do canteiro de obras. A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade necessária e uniforme.

3.8. Execução de pintura de ligação com emulsão asfáltica rr-2c:

- Execução de pintura de ligação com material betuminoso, incluindo fornecimento e transporte do material betuminoso dentro do canteiro de obras.

- A pintura de ligação consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso (RR-2C) sobre a superfície de regularização, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.
- A distribuição do ligante será feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

3.9. Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico, camada de binder – exclusive carga e transporte:

- Este revestimento será aplicado sobre o pavimento devidamente pintado com material betuminoso. A distribuição do Concreto Asfáltico será feita por máquinas acabadoras. Após a distribuição do concreto asfáltico terá início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso (em média 170°).
- Serão empregados rolos de pneus de pressão variável, iniciando-se a rolagem, com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura for sendo compactada, e, conseqüentemente, suportar pressões mais elevadas.
- A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão começará sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo será recoberta, na seguinte, de, pelo menos, a metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compressão especificada.
- Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo metálico serão umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura e as rodas do rolo pneumático serão, no início da rolagem, levemente untadas com óleo queimado, com a mesma finalidade.
- A espessura final da camada de rolamento compactada será estabelecida pela fiscalização podendo variar em função da espessura da fresagem e outros locais recuperados.

3.10. Execução e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), massa comercial, incluindo fornecimento e transporte dos agregados e material betuminoso, exclusive transporte da massa asfáltica até a pista:

- Execução de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), incluindo fornecimento dos agregados e transporte do material betuminoso dentro do canteiro de obras, exclusive transporte até os locais a serem aplicados.
- Este revestimento será aplicado sobre o pavimento devidamente pintado com material betuminoso. A distribuição do Concreto Asfáltico será feita por máquinas acabadoras. Após a distribuição do concreto asfáltico terá início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que

a mistura asfáltica possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso (em média 170°).

- Serão empregados rolos de pneus de pressão variável, iniciando-se a rolagem, com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura for sendo compactada, e, conseqüentemente, suportar pressões mais elevadas.
- A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão começará sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo será recoberta, na seguinte, de, pelo menos, a metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compressão especificada. Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado.
- As rodas do rolo metálico serão umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura e as rodas do rolo pneumático serão, no início da rolagem, ser levemente untadas com óleo queimado, com a mesma finalidade.
- A espessura final da camada de rolamento compactada será estabelecida pela fiscalização podendo variar em função da espessura da fresagem e outros locais recuperados.

3.11. Execução de faixa elevada conforme resolução 738 CONTRAN de 06/09/2018 – Aplicação de Massa Asfáltica (execução incluindo pintura de ligação)

- A faixa elevada deverá ser executada em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), incluindo a pintura de ligação na sua base. As dimensões, como largura e altura, deverão ser definidas “in loco” conjuntamente à fiscalização do Município.

4. TAPA-BURACO

- Execução de tapa-buraco com demolição manual;
- Usinagem de CBUQ para tapa buraco (execução incluindo fornecimento e transporte dos agregados e do material betuminoso);
- Emulsão asfáltica catiônica rr-2c para uso em pavimentação asfáltica (coletado caixa na ANP acrescido de ICMS);
- Os serviços de tapa-buracos compreendem o preparo de superfície através do reenquadramento e definição das áreas com cortes, seja manual ou mecanicamente, seguidos de limpeza e remoção de materiais soltos com perfeita varrição manual ou mecânica.
- As áreas deverão estar secas e receber a seguir pintura de ligação com material betuminoso diluído (RR-2C) aplicado com “caneta” ou barra espargidora, em camada uniforme e o posterior lançamento de volume de massa asfáltica (CBUQ) seguida de espalhamento manual ou mecânico, conforme volume aplicado,

compactado com rolo liso ou placa vibratória. As condições técnicas destes trabalhos e os cuidados com as especificações técnicas da massa seguem os mesmos critérios, tanto para aplicação quanto para transporte.

- Todos os materiais para execução de tapa deverão ser transportados para área de execução de serviços. O transporte em segurança destes materiais deverá atender as normas pertinentes, o código de posturas do Município e leis de trânsito pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

5. SINALIZAÇÃO E ISOLAMENTO

- 5.1. Tapume removível de compensado tipo A, h= 2,20 (padrão DEER-MG com remoção).

- 5.1.1. Deverá ser construído tapume para isolar o local dos serviços e delimitar o canteiro da obra, com chapas de compensado tipo A, H= 2,20 metros fixadas em estrutura de madeira, tendo uma altura de 2,20m.

6. CONE EM PVC H= 75 CM

- 6.1. Para complementação da sinalização de segurança e isolamento da Rua onde os serviços serão executados, deverá ser feita com Cone em PVC rígido com faixa refletiva H=75 cm.

7. REMANEJAMENTO DE TAPUME

- 7.1. Após a execução dos serviços deverão ser removidos os tapumes e executada a limpeza de todo o local, para liberação da área.

8. MANUTENÇÃO E REPARO DE VIAS

- 8.1 Fornecimento de equipe para prestação de serviços de pintura de meio fio de vias e logradouros públicos

Consiste na execução de uma pintura com tinta à base de "CAL" em duas demãos sobre todos os meios fios executados nas ruas. A pintura do meio fio deverá ser executada por meio manual e por pessoal treinado e habilitado. Os serviços de pintura serão medidos por m² de pintura aplicada no meio fio.

- 8.2. Fornecimento de equipe e materiais para prestação de serviços de recuperação de passeios, sarjetas e meios fios de vias e logradouros públicos

Será efetuada a substituição do passeio com a retirada do pavimento existente e a execução de novo pavimento em concreto, conforme normas tendo como procedimentos a serem realizados o que se segue:

- a) Arrancamento/demolição do piso de concreto existente;
- b) Recolhimento e retirada do entulho proveniente do piso retirado;

- c) Nivelamento do passeio com reaterro utilizando terra limpa isenta de matéria orgânica;
- d) Compactação do reaterro;
- e) Execução do novo piso de concreto.

9. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL:

Tachão refletivo tipo SHTRG, com catadióptrico nas duas faces (execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais) e tacha refletiva tipo SHTRP, com catadióptrico nas duas faces (execução, incluindo fornecimento, colocação e transporte de todos os materiais):

9.1. FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE TACHÕES E TACHAS :

Esta especificação fixa as condições básicas exigíveis para o fornecimento e implantação de tachões e tachas, com pinos, utilizados na sinalização viária horizontal de pavimentos.

O corpo das peças deve ser de resina sintética, a base de poliéster, ou plástico acrílico, tipo metil metacrilato preenchido por composto de alta aderência ou qualquer outro material plástico, desde que apresente alta resistência a compressão.

O dimensionamento e tipo de material necessário a estrutura interna das peças ficarão a critério do fabricante.

9.1.1. Formatos e Dimensões:

Os tachões de formato retangular devem ser abaulados, sem quinas retas, devendo ter basicamente as seguintes dimensões:

- * Dimensões externas: 240 (+ou- 10) x 155 (+ou- 5) x 50 (+ou- 2,5) mm;
- * Número de pinos de fixação: 02 (dois);
- * Diâmetro do pino de fixação: 1/2" = 12,7 mm;
- * Comprimento externo do pino de fixação: 70 (+ou- 5) mm;
- * Comprimento total do pino de fixação: 95 (+ou- 5) mm;
- * Espaçamento entre pinos: 140 (+ou- 10) mm;
- * Largura mínima do elemento refletivo: 14 mm;
- * Comprimento mínimo do elemento refletivo: 150 mm.

As tachas de formato quadrado devem ser abauladas, sem quinas retas, devendo obedecer às seguintes dimensões:

- * Dimensões externas: 97 (+ou-3) x 90 (+ou-5) x 19 (+ou-2) mm;
- * Número de pinos de fixação: 01 (um);
- * Diâmetro do pino de fixação: 1/2" = 12,7 mm;
- * Comprimento externo do pino de fixação: 43 (+ou-2) mm;
- * Comprimento total do pino de fixação: 57 (+ou -2) mm;

- * Largura mínima do elemento refletivo: 9 mm;
- * Comprimento mínimo do elemento refletivo: 65 mm.

Os tachões retangulares apresentarão dois pinos de fixação e as tachas apresentarão apenas um pino de fixação. Este (s) pino (s) deve(m) estar embutido(s) no corpo da peça e devem apresentar superfície rosqueada, de forma a permitir melhor aderência do pino no material de fixação e no pavimento. De acordo com o número de elementos refletivos, os tachões e tachas, podem ser classificados em:

- a) monodirecionais: com 01 (um) elemento refletivo;
- b) bidirecionais: com 02 (dois) elementos refletivos.

O elemento refletivo, composto por uma ou mais unidades óticas, deve estar perfeitamente embutido no corpo do tachão ou tacha, e sua cor conforme Anexo II do CTB.

O retrorrefletor deve resistir aos impactos pneumáticos e as condições ambientais, como por exemplo: intempéries, poluição etc.

O elemento refletivo deve possuir um valor mínimo de retro refletância para os tachões e tachas, conforme descrição abaixo, sendo para um ângulo de 2° .

- Tachão:
 - *Refletivo na cor branca 606 mcd/lux;
 - *Refletivo na cor amarela 340 mcd/lux.
- Tacha:
 - *Refletivo na cor branca 461 mcd/lux;
 - *Refletivo na cor amarela 298 mcd/lux.
- Resistência à Compressão:

As peças devem suportar uma carga mínima de 5.000 kgf (para tachas) e 10.000 kgf (para tachões).
- Cor :

As cores devem ser indeléveis, obedecendo ao Padrão Munsell, conforme descrito abaixo:

 - *Branca - N 9,5, obedecida a tolerância N 9,0
 - *Amarela - 10 YR 7,5/14, obedecida a tolerância 10 YR 8/14
- Retrorrefletância

Valores mínimos CIL (Coeficiente de Intensidade Luminosa):

TABELA nº 1				
Ângulo de Entrada	V = 0 °	V = 0 °	V = 0 °	V = 0 °
Ângulo de Observação	H = 15 °	H = 10 °	H = 10 °	H = 10 °
R (mcd/lux)	E e D	E e D	E e D	E e D
Ângulo de Observação	2 °	1 °	0,5 °	0,3 °
R (mcd/lux)	5	20	60	100

TABELA nº 2		
COR	BRANCA	AMARELA
Fator de Multiplicação	1,0	0,5

A cola a ser utilizada no assentamento e fixação das peças deverá ser sintética com 2 (dois) componentes, pré-acelerada, a base de resina de poliéster, com alta aderência em pavimentos asfálticos e que não sofra retração após a cura, para não permitir:

- * vazios entre as peças e o pavimento;
- * movimentos do pino de fixação;
- * tempo máximo de cura de 60 minutos.

9.1.2. Implantação:

• Limpeza do Pavimento:

A Contratada deverá possuir aparelhagem necessária para limpar e secar devidamente a superfície a ser instalada a peça, como escovas, vassouras e retirar todo resíduo ou manchas de óleo, antes da furação.

• Limpeza dos Furos:

Deverá ser feita a limpeza dos furos bem como do local de assentamento utilizando-se o ar comprimido, para que não fiquem resíduos que prejudiquem a aderência do material de fixação ao pavimento.

• Pré-marcação:

Quando a superfície a ser sinalizada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré-marcação antes da furação do pavimento, seguindo rigorosamente o projeto/detalhe.

• Furação

A marcação dos locais a perfurar deverá ser efetuada com auxílio de gabaritos. A furação propriamente dita, deverá ser feita com broca, acoplada a um

marteleto acionado por ar comprimido ou corrente elétrica, ou outro equipamento a critério da Contratante. O furo deverá ter a profundidade suficiente para abrigar o pino de fixação com folga.

- **Fixação:**

O assentamento e a fixação das peças deverão ser executados com quantidade de cola suficiente para que as peças não se desprendam do pavimento posteriormente.

As peças instaladas devem permanecer intactas durante o tempo de pega do material de fixação, para uma perfeita aderência sobre o pavimento.

Após a instalação das peças, a Contratada deverá recolher todo entulho ou sobra de materiais resultantes da execução dos serviços.

Não serão aceitas as peças cujos elementos refletivos estiverem cobertos de cola após a implantação.

- **Acondicionamento:**

Os tachões e as tachas devem estar acondicionados em caixas de papelão fechadas para que não sofram danos, inclusive, aqueles provocados pelos pinos de fixação na pintura dos mesmos.

- **Controle de Qualidade:**

Para garantia da qualidade dos serviços, todos os materiais a serem utilizados deverão ser submetidos previamente a uma inspeção visual, feita pela Contratante, cabendo a esta o direito de não permitir o uso do material que estiver com mau acabamento ou que apresentar algum defeito ou com dimensões, formatos e mensagens em desacordo com o especificado.

Para garantia da qualidade dos serviços serão exigidos os Certificados de Análise com respectiva aprovação das peças a serem utilizadas, emitidos por laboratório credenciado para tal.

- **Durabilidade:**

Independentemente dos ensaios e inspeções, a durabilidade das peças fornecidas e implantadas, deverá ser de 03 (três) anos, no que diz respeito a deslocamento, quebra, soltura do pavimento, bem como do retrorrefletor, excetuando casos que comprovadamente não forem de responsabilidade da Contratada.

O elemento refletivo deve manter a reflexão durante o período de garantia da peça.

- **Critérios para Medição e Pagamento**

Serão medidas e pagas as unidades efetivamente implantadas/removidas.

10. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO:

Para a execução de serviços de sinalização horizontal inicialmente deverá ser executada a limpeza da área a ser aplicada a pintura de modo a eliminar qualquer tipo

de material que possa prejudicar a aderência do produto no pavimento, utilizando vassouras e escovas.

A superfície deve ser esfregada até que esteja completamente isenta de materiais soltos ou qualquer substância divergente do pavimento conforme determinado no projeto, de maneira que a pintura possa ser executada diretamente no pavimento asfáltico apresente perfeita aderência.

A superfície a receber a sinalização horizontal deverá, também, estar de poeiras, óleos, materiais orgânicos e seca e em caso de apresentarem excesso de sujeiras devem ser varridos e, em último caso, lavados com jatos de água preferencialmente.

As pré-marcações deverão ser feitas, seguindo as normas e padrões e com o uso de corda para determinar localização precisa. A marcação deve ser feita manualmente com tinta, utilizando pinceis, brochas e spray.

Após a pré-marcação o caminhão equipado com máquina demarcadora de faixas de tráfego à frio, inicia a pintura das faixas de acordo com a necessidade de execução. A tinta a ser utilizada será do tipo a base de resina acrílica, a espessura de aplicação deve seguir a necessidade do Município contratante e as normas pertinentes.

As esferas de vidro retrorrefletivas tipo I B devem ser adicionadas à tinta na razão de 200 g/l de tinta, de modo a permanecerem internas à película aplicada. Os serviços não podem ser executados quando a temperatura ambiente estiver acima de 40°C ou estiver inferior a 5°C, e quando tiver ocorrido chuva 2 horas antes da aplicação; A abertura do trecho ao tráfego somente pode ser feita após, no mínimo, 30 minutos após o término da aplicação.

10.1 Setas, símbolos e dizeres da resina acrílica 0,6 mm de espessura (execução, incluindo pré-marcação, fornecimento e transporte de todos os materiais):

Trata-se da execução de sinalização horizontal sobre o pavimento, constituindo-se na pintura de setas, símbolos e dizeres, para orientação e delimitação do trânsito.

A pintura será realizada com tinta à base de resina acrílica, com espessura de película úmida de 0,6 mm e conforme especificações.

• Materiais:

Tinta para sinalização horizontal à base de resina acrílica. Esta tinta deve atender as normas da ABNT NBR 7396/2011 e NBR 11862/2012 e os seguintes parâmetros:

a) Requisitos Qualitativos:

• Cor (notação Munsell Highway):

- * Tinta branca mínimo N.9.5 e máximo N.9.0; (método de ensaio - NBR 15438:2013);
- * Tinta amarela mínimo 10YR7,5/14 e máximo 10YR6,5/14 e 8,5YR7,5/14; (método de ensaio - NBR 15438:2013);
- * Tinta vermelha mínimo 7,5R4/14; (método de ensaio - NBR 15438:2013);
- * Tinta preta máximo N 0,5; (método de ensaio - NBR 15438:2013);

- Flexibilidade: satisfatória;
- Sangramento: ausência;
- Resistência à água: satisfatória;
- Resistência ao calor: satisfatória;
- Resistência ao intemperismo: 400h;
- Cor: leve alteração;
- Integridade: inalterada;
- A tinta deve:
 - * ser suscetível de rejuvenescimento mediante a aplicação de nova camada;
 - * apresentar características antiderrapantes;
 - * estar apta a ser aplicada nas seguintes condições: Temperatura entre 10° e 40°C e Umidade relativa do ar até *90%;
 - * ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas, podendo ser adicionado aditivo de, no máximo, 5% de solvente em volume, para acerto da viscosidade;
 - * estar dentro do prazo de validade

As cores de tinta a serem empregadas devem obedecer às indicações de projeto, sendo selecionadas em função de padronização de cores definidas no Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos.

- Microesferas de Vidro:

Na pintura das setas, símbolos e dizeres, serão utilizadas microesferas de vidro com diâmetro inferior a 1000µm, do tipo "drop on", conforme norma DNER – EM 373/2000. As microesferas de vidro tipo "drop on", serão aplicadas simultaneamente com a tinta na proporção de 200 g/l.

- Execução e Preparação do Pavimento:

As superfícies a serem pintadas devem se apresentar secas e livres de sujeira ou qualquer outro material estranho (óleos, graxas etc.) que possa prejudicar a aderência do material ao pavimento.

Quando a simples varrição ou jato de ar não forem suficientes para remover todo o material estranho, o pavimento deve ser limpo de maneira adequada e compatível com o tipo de material a ser removido, sendo tal serviço de inteira responsabilidade da empresa contratada para realização do serviço.

- Pré Marcação:

Quando a superfície a ser pintada não apresentar marcas existentes que possam servir de guias, deve ser feita a pré marcação antes da aplicação da tinta na via, rigorosamente de acordo com as cotas e dimensões necessárias.

- Aplicação:

Os serviços de pintura deverão ser executados por máquina de pintura própria para sinalização, atendendo aos requisitos de espessura da película

úmida de 0,6 mm, atendendo ainda as exigências fornecidas pelo fabricante da tinta, e aplicação de microesferas de vidro "drop on".

Na aplicação da sinalização horizontal deve ser utilizado material suficiente, de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas e uma película de cor e largura uniformes.

As tintas devem ser aplicadas de forma que não seja necessária nova aplicação para atingir a espessura de 0,6 mm especificada.

Concomitante a aplicação da tinta acrílica, deverão ser colocadas as microesferas de vidro tipo "drop on" na proporção de 200 gramas por litro de tinta. Na execução das marcas retas, qualquer desvio dos alinhamentos excedendo 0,01 metro em 10 metros, deve ser corrigido.

As sinalizações aplicadas deverão ser protegidas durante o tempo de secagem, de todo tráfego de veículos, bem como de pedestres.

A empresa contratada será diretamente responsável e deve colocar todos os dispositivos necessários para o adequado isolamento da área.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação no pavimento.

A tinta aplicada, após secagem física total deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao pavimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil.

A tinta quando aplicada sobre superfície betuminosa não deve apresentar sangria, nem exercer qualquer ação que danifique o pavimento.

- **Controle de Qualidade:**

A qualidade dos serviços deverá ser comprovada através de ensaios e/ou testes exigidos pelas normas técnicas oficiais. Por se tratar de verificações rotineiras do processo executivo, as mesmas correrão por conta da empresa contratada para realização do serviço e não serão objeto de medição específica, conforme Art. 75 da Lei Federal nº 8.666/93.

- **Medição:**

A Pintura Acrílica de Setas, símbolos e dizeres, será medida por área, em metros quadrados, de pintura efetivamente realizada.

- **Pagamento:**

Será pago por pintura efetivamente realizada, em metros quadrados, considerando o preço unitário contratual. O preço unitário deve incluir todos os equipamentos, as operações, transportes, ensaios/ testes, mão de obra, encargos, impostos e os materiais utilizados na execução, bem como o BDI(Benefícios e Despesas Indiretas).

- **Escavação manual para bloco de coroamento ou sapata, sem previsão de fôrma. Af_06/2017:**

Escavação de material de 1ª categoria (qualquer tipo de solo, exceto rocha) executada manualmente.

Volume medido no corte.

Normas Técnicas: NR18 01 1950

Na escavação efetuada nas proximidades de prédios ou vias públicas, serão empregados métodos de trabalho que evitem ocorrências de qualquer perturbação oriundas dos fenômenos de deslocamento, tais como:

- Escoamento ou ruptura do terreno das fundações,
- Descompressão do terreno da fundação,
- Descompressão do terreno pela água.

Para efeito de escavação, os materiais são classificados em três categorias, como segue:

- * material de 1ª categoria: em teor, na unidade de escavação em que se apresenta, compreende a terra em geral, piçarra ou argila, rochas em adiantado estado de decomposição e seixos, rolados ou não, com diâmetro máximo de 15 cm;
 - * material de 2ª categoria: compreende a rocha com resistência à penetração mecânica inferior à do granito;
 - * material de 3ª categoria: compreende a rocha com resistência à penetração mecânica igual ou superior à do granito.
- Concretagem de blocos de coroamento e vigas baldrame, Fck 30 MPa, com uso de jélica lançamento, adensamento e acabamento:
 - O concreto utilizado para estes serviços deverá ter resistência de 30 MPa e para fazer o lançamento do material deve se molhar as fôrmas antes da concretagem.
 - Impedir que elas sofram qualquer tipo de contaminação durante a concretagem, eliminando os principais focos como, por exemplo, barro dos pés dos operários.
 - O concreto nos blocos e vigas deve ser de preferência, bombeado.
 - O lançamento de concreto com uso de jélica.
- Tubo de aço galvanizado com costura, classe leve, DN80 mm (3"), e = 3,35 mm, * 7,32* Kg/m (NBR:5580):
- Os postes de fixação de placas de trânsito, deverão ter: sistema antigiro, furação no padrão das placas e tampão -galvanizado a fogo conforme normas vigentes.
 - Os postes devem ser fixados de modo a manter rigidamente as placas em sua posição permanente e apropriada, evitando que sejam giradas ou deslocadas.
- Placa de sinalização em chapa de aço num 16 com pintura refletiva:
 - A colocação deste dispositivo para controle de trânsito transmitindo mensagens visando a regulamentar, advertir ou indicar quanto ao uso da via, pelos veículos e pedestres de forma segura e eficiente.
 - As placas deverão ser fixadas no suporte de sustentação com parafusos, porcas e arruelas, todos galvanizados.

- Os itens que compõem as placas verticais deverão atender as exigências mínimas descritas a seguir:

- * Chapas de aço galvanizado, número 16. A superfície posterior da chapa deverá ser preparada com tinta preta fosca;
- * As chapas para as placas deverão ser totalmente refletivas, sendo que a superfície que irá receber a mensagem deverá ser preparada com primer;
- * A película refletiva deverá ser com grau de intensidade refletiva do tipo "grau técnico" e constituído de microesferas de vidro aderidas a uma resina sintética.
- * Deve ser resistente a intempéries, possuir grande grau angularidade de maneira a proporcionar ao sinal características de forma, cor e legenda ou símbolos e visibilidade sem alterações, tanto a luz diurna, como a noite sob luz refletiva.

• Medição:

- Por metro quadrado de área de placa implantada.

11. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. SINALIZAÇÃO / SEGURANÇA:

- 11.1.1. A empresa contratada ficará responsável pela sinalização e controle da segurança nos locais onde forem executados os serviços previstos, além de contar com o apoio da contratante quando houver necessidade de controle de trânsito e/ou interrupção de vias;
- 11.1.2. Todos os funcionários contratados deverão atender as exigências e normas de segurança com uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e prevenção de acidentes;
- 11.1.3. Toda e qualquer alteração na aplicação dos produtos constantes em contrato deverão ser imediatamente comunicados a fiscalização para as soluções devidas e/ou prévias aprovações de alterações necessárias;
- 11.1.4. Os serviços de sinalização viária horizontal e vertical deverão ser executados rigorosamente de acordo com as normas estabelecidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnica) e INMETRO;
- 11.1.5. Competirá à contratada fornecer a tinta, tacha, tachões, placas e mão de obra especializada para a execução do serviço, todo o ferramental, instalações provisórias, alimentação, maquinaria e aparelhamento adequado para a mais perfeita execução dos serviços contratados;

11.1.6. A fiscalização deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas etc., para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade, etc. A prestação de serviços poderá ser solicitada para realização em horário diurno e noturno, a fim de causar menor impacto possível no trânsito.

Pouso Alegre/MG, 17 de fevereiro de 2022.

Carlos Henrique Amaral Rossi
Engenheiro Responsável
CREA nº 46.052/D

Moacir Franco
Diretor Executivo
AMESP

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

A empresa....., estabelecida na inscrita no CNPJ/MF sob o nº propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL R\$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.	

Validade da Proposta: 60 dias

OBS.: AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTES DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (em Formato Excel).

Pouso Alegre/MG.....de de 2022.

(Nome e assinatura do representante legal da licitante)

RG nº.....

Cargo:

ANEXO IV

MODELO - DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ/MF o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº e inscrito no CPF/MF sob o nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1.993, acrescido pela Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(local e data)

.....
(representante legal)

(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 17/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr.**, portador da Cédula de Identidade RG nº....., devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº....., **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal,, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro,

casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPUUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, nº 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Élder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocaí Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva

Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ORGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa, pessoa jurídica de direito privado, sediada na, no Município de, Estado de, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº, com Inscrição Estadual registrada sob nº, neste ato representado pelo Sr., portador da Cédula de Identidade RG nº, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A **despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A **DETENTORA** poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. **A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.**

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A execução dos serviços contratados será pelo regime de empreitada por preço global.

3.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do

certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total dos serviços e materiais constantes dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o projeto básico/croqui previamente aprovado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR e a cada ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica

expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

- 4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:
- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
 - b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
 - c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço onde os mesmos foram prestados.

4.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ORGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte,

independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos dos contratos firmados, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.2. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.4. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelos municípios consorciados deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização

dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.7. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE.

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

8.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

8.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

8.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

8.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

8.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

9.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.2. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

9.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

9.6. Os serviços objeto da contratação deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

9.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

9.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

9.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

9.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semi facial descartável vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

9.11. Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

9.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

9.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

9.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

9.17. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL.

10.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- e) Advertência;
- f) Multa;
- g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

11.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA multa, conforme tabela 3 a seguir:

Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da

licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO.

12. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, de de 2022.

**AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno**

**BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza**



BUENO BRANDÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix

CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREAÇU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hércio Antônio Chagas Reis

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

**ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal**

**ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário**

**INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas**

**IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva**

**JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo**

**MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior**

**NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas**



PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira

POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira



SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes

TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA

ANEXO VI**MINUTA DO CONTRATO N° XX/2022****PROCESSO N.º 17/2022****PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2022**

Aos.....dias do mês de do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado o **MUNICÍPIO DE**, pessoa jurídica de direito público interno, sediada à (Rua, Av.) Bairro , cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n° neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.....** , , portador da Cédula de Identidade RG n.º....., devidamente inscrita junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o n° , doravante denominada **ÓRGÃO PARTICIPANTE (contratante)**, e, de outro lado, a empresa , pessoa jurídica de direito privado, sediada na (Rua, Av.) , no Município de , Estado de , cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o n° , com Inscrição Estadual registrada sob n° , neste ato representado pelo **Sr.** , , portador da Cédula de Identidade RG n° , inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o n° , doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente contrato, em face do resultado do **Pregão Para o Registro de Preços**, que se regerá pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993, Lei Federal n.º 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **CONTRATADA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO**

ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A CONTRATADA se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A CONTRATADA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.2. O Contrato regular-se-á, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

3.3. O Contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A execução dos serviços contratados será pelo regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**, que representa o total dos serviços e materiais constantes dos itens descritos da planilha de orçamento que integra o presente Contrato.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o projeto básico/croqui previamente aprovado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR e a cada ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa CONTRATADA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à CONTRATADA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, “caput”, deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:

- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
- b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
- c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8.. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço onde os mesmos foram prestados.

4.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da CONTRATADA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.

5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela CONTRATADA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ORGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a CONTRATADA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela CONTRATADA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.

CLÁUSULA SEXTA– DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos dos contratos firmados, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.2. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.4. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelos municípios consorciados deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e a CONTRATADA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da CONTRATADA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto deste Contrato deve ser executado diretamente pela CONTRATADA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.7. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE.

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

8.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

8.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação dos serviços objeto desta contratação.

8.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

8.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.

8.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

9.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.2. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do Contrato;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

9.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

9.6. Os serviços objeto da Contratação deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

9.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

9.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à CONTRATADA.

9.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.

9.10. A CONTRATADA deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semi facial descartável vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

9.11. Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

9.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

9.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

9.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

9.17. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL.

10.1. As obrigações decorrentes deste Contrato serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da CONTRATADA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela CONTRATADA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O eventual contrato resultante do presente Contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- i) Advertência;
- j) Multa;
- k) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- l) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• **Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• **Tabela 2**

ITEM	INFRAÇÃO DESCRIÇÃO	GRAU
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da	02

	FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

11.7. Quando a CONTRATADA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA multa, conforme tabela 3 a seguir:

Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º(trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE;

- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO.

12. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Local e Data.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ORGÃO PARTICIPANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n.º _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2.006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão.

Pouso Alegre/MG,de.....de 2022.

Assinatura do representante

Nome:

RG n.º:



ANEXO VIII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(Planilha Orçamentária disponível em Excel)

**BASE DE PREÇOS: SINAPI MAR/2021 E JAN 2022, SETOP OUT/21 E SUDECAP
DEZ/21.**



PARECER JURÍDICO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

EMENTA: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP - OBJETO ESPECIFICADO EM TERMO DE REFERÊNCIA – ANÁLISE DE EDITAL – REGULARIDADE DO PROCESSO – APROVAÇÃO DO EDITAL E RESPECTIVOS ANEXOS.

RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo que visa o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

O Pregoeiro da AMESP Licitação encaminhou o Edital e anexos para esta Assessoria Jurídica para análise e aprovação do edital de licitação na modalidade Pregão Presencial e respectivos anexos.

FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que:

Art. 37. omissis;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

A Lei Maior estabelece que as contratações realizadas pela administração pública devem ser precedidas de processo de licitação, ressalvados os casos específicos, nos termos do dispositivo acima transcrito.

Todavia quando se fala em processo de licitação, imprescindível que seja seguido o procedimento estabelecido na legislação vigente, com atenção aos requisitos lá estatuídos.



O processo de licitação, desta forma, deve atender aos requisitos legais desde a sua instauração, com o início da fase interna, até a assinatura do contrato de fornecimento de produtos ou prestação de serviços, onde se encerra a fase externa.

Para tanto, o Edital de licitação e seus anexos devem atender aos pressupostos da Lei 8.666/93 e, no caso em tela, considerando a modalidade adotada, os ditames da Lei nº 10.520/02.

Em relação ao Edital e anexos da presente licitação verifica-se, após sua análise, que o mesmo atende aos requisitos constantes no art. 40, da Lei 8.666/93.

Com relação a modalidade licitatória adotada, qual seja, Pregão Presencial, em que pese alguns dos serviços que se pretende registrar serem considerados como obras, nos termos do item 6.2 do Edital os órgãos participantes são responsáveis pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

Desta forma, os serviços serão executados somente após a aprovação do Projeto Básico por parte do Órgão Participante/Contratante.

Assim, analisando o termo de referência, temos que o mesmo contempla os itens e serviços que irão compor o Projeto Básico e a planilha orçamentária, cuja elaboração, como já dito, ficará a cargo dos Órgãos Participantes/Contratantes, sendo que esses serviços podem ser considerados como comuns.

Nesse ponto importante obtemperar que a Lei nº 10.520/02 em momento algum veda a utilização da modalidade pregão presencial para



execução de obras e serviços de engenharia, desde que os mesmos possam ser considerados comuns.

Nesse sentido se posiciona o E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais nos Autos da Denúncia nº 1031267, cujos principais excertos colacionamos abaixo:

A Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e no parágrafo único considera bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Pesquisando análises já feitas sobre o assunto, podemos apresentar, como exemplo, trechos do trabalho apresentado pelos jurídicos Rodolfo André P. de Moure e Pedro Luiz Lombardo, no artigo publicado pela empresa Conlicitação, no endereço <https://portal.conlicitação.com.br>, em 11/01/2013, como segue:

“A Lei 10520/2002 em nenhum momento veda a contratação de obras e serviços de engenharia por meio de pregão, condicionando apenas na figura do objeto da licitação como bens e serviços comuns diferentemente do Decreto 3555/2000 que é taxativo quanto a tal vedação.

Logo, a Lei 10520/2000, a priori, abriu possibilidade para contratação de serviços de engenharia pela modalidade pregão, desde que sejam serviços de natureza comum.

A Egrégia Corte de Contas da União através do Ministro Valmir Campelo já se manifestou neste sentido:

"... Como se vê, a Lei nº 10.520, de 2002, não excluiu previamente a utilização do Pregão para a contratação de obras e serviços de engenharia. O que exclui essas contratações é o art. 5º do Decreto 3555, de 2000. Todavia, o item 20 do Anexo 11 desse mesmo Decreto autoriza a utilização do Pregão para a contratação de serviços de manutenção de imóveis, que pode ser considerado serviço de engenharia. Examinada a aplicabilidade dos citados dispositivos legais, recorro que somente à lei compete inovar o ordenamento jurídico, criando e extinguindo direitos e obrigações para as pessoas, como pressuposto do princípio da legalidade. Assim, o Decreto, por si só, não reúne força para criar proibição que não esteja prevista em lei, com o propósito de reger-lhe a execução e a concretização, tendo em vista o que dispõe o inciso IV do art. 84 da Carta Política de 1988. Desse modo, as normas regulamentadoras que proíbem a contratação de obras e serviços de engenharia pelo Pregão carecem de fundamento de validade, visto que não possuem embasamento na Lei nº 10.520, de 2002. O único condicionamento que a Lei do Pregão estabelece é a configuração do objeto da licitação como bem ou serviço comum..." (Acórdão 817/2005- 18 Câmara. Rel. Ministro Valmir Campelo. Brasília. 03 de maio de 2005)

No mesmo sentido:

REPRESENTAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA MEDIANTE SUSPENSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO. LICITAÇÃO. REQUERIMENTO JURISPRUDÊNCIA CAUTELAR RECENTE PARA DEFENDER A POSSIBILIDADE LEGAL DA CONTRATAÇÃO. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. CIÊNCIA AO INTERESSADO. ARQUIVAMENTO.

1. A Lei 10.520/2002 e o Decreto 5.450/2005 amparam a realização de pregão eletrônico para a contratação de serviços comuns de engenharia, ou seja, aqueles serviços cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. (TCU, Acórdão n. 286/2007. Plenário. Relator Min. Augusto Sherman Cavalcanti. DOU 16.02.2007.)

Então quando se caracteriza serviço comum?

O jurista Marçal Justen Filho apresenta o entendimento que: "bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública" (in Pregão - Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico, 5ª Ed, São Paulo: Dialética, 200. p. 37).

Isto é, há três características existentes: 1 - Disponibilidade do mercado próprio 2 - padronização 3 - desnecessidade de peculiaridade para satisfação da Administração.

Em outras palavras o jurista Benedicto de Tolosa Filho apresenta sua definição para "bens e serviços comuns":

"A licitação na modalidade de pregão destina-se à contratação de bens e serviços comuns, estes definidos como de padrão e tendo característica de desempenho e

qualidade que possam ser estabelecidos de forma objetiva, ou seja, sem alternativas técnicas de desempenho dependentes de tecnologia sofisticada." (in Pregão - Uma nova modalidade de licitação. Forense, 2003p. 9)

O Ministro Benjamin Zymler descreveu seu entendimento quanto à serviço comum:

O objetivo da norma foi tornar viável um procedimento licitatório mais simples, para bens serviços razoavelmente padronizados, no qual fosse possível à Administração negociar o preço com fornecedor sem comprometimento da viabilidade da proposta. No pregão a aferição do certame é apenas em relação à proposta vencedora. O pressuposto é de que os serviços são menos especializados, razão pela qual a fase de habilitação é relativamente simples. De outra forma, a Administração poderia se ver forçada a, frequentemente, desclassificar a proposta de menor preço, se não confirmada a capacidade técnica do fornecedor. (Decisão nº 557/2002 - Plenário. Rel. Ministro Benjamin Zymler. Brasília, 2002)

E quando um serviço de engenharia é comum?

Pode-se dizer que um serviço de engenharia é comum quando o objeto seja de fácil realização, com especificações usuais no mercado e que, na totalidade ou em relevante parte de sua execução seja dispensável orientação de profissional registrado no CREA.

Nesta esteira, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes entende que o serviço de engenharia pode ser considerado comum com as seguintes condições:

"as características, quantidades e qualidades forem passíveis de "especificações usuais no mercado";

"mesmo que exija profissional registrado no CREA para execução, a atuação desse não assume relevância, em termos de custo, complexidade e responsabilidade, no conjunto do serviço;" (in Sistema de registro de preços e pregão presencial e eletrônico, 3. ed. rev., atual. e ampl. 1. Reimpressão Belo Horizonte: Fórum, 2009, pag. 429)

Neste sentido, colhe-se importante escólio do Ministro Marcos Vinícios Vilaça:

"51. De tudo isso, percebe-se que o pregão apenas é vedado nas hipóteses em que o atendimento do contrato possa ficar sob risco previsível, pela dificuldade de transmitir aos licitantes, em um procedimento enxuto, a complexidade do trabalho e o nível exigido de capacitação. Logo, a eventual inaplicabilidade do pregão precisa ser conferida conforme a situação, pelo menos enquanto a lei não dispuser de critérios objetivos mais diretos para o uso da modalidade. E ousa imaginar que, pelos benefícios do pregão, no que concerne à efetivação da isonomia e à conquista do menor preço, o administrador público talvez deva ficar mais apreensivo e vacilante na justificativa de que um serviço não é comum do que o contrário.

52. Neste caso o Pregão Eletrônico nº 13/2007, os serviços licitados foram: instalação do canteiro, remanejamento da infra-estrutura do estacionamento externo, demolições escavação e transporte de terra e implantação de duas vias provisórias.



53. *Constituem serviços de fácil caracterização, que não comportam variações de execução relevantes e que são prestados por uma gama muito grande de empresas.*

(...)

54. *Como são serviços de execução frequente e pouco diversificada, de empresa para empresa, não houve problema em conformá-los no edital segundo padrões objetivos e usuais no mercado. (...)*

55. *Não se deve também confundir especialização do licitante com complexidade do serviço, pois o primeiro termo refere-se à segmentação das atividades empresariais, ao passo que o segundo, à arduidade do trabalho. Uma empresa especializada - não se está falando de notória especialização - pode sê-lo relativamente a um serviço comum. (...)" (Acórdão nº 2.079/2007, Plenário, rel. Min. Marcos Vinício Vilaça)..."*

*Desta forma, verifica-se que, com as exigências descritas no edital de licitação, houve a **preocupação técnica** da contratante na formulação do certame e, pelo exposto na análise acima, esta unidade técnica entende que os serviços necessários ao cumprimento do objeto da licitação em pauta, pela sua especificidade e pelo seu grau de materialidade (...), podem ser considerados como serviços comuns de engenharia.*

Isto posto, não vemos óbice na adoção da modalidade pregão presencial para o objeto que se pretende contratar.



No tocante à adoção da licitação na forma compartilhada temos que a mesma está em consonância com o permissivo legal contido no § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666/97:

Art. 112. Quando o objeto do contrato interessar a mais de uma entidade pública, caberá ao órgão contratante, perante a entidade interessada, responder pela sua boa execução, fiscalização e pagamento.

§ 1º Os consórcios públicos poderão realizar licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

§ 2º É facultado à entidade interessada o acompanhamento da licitação e da execução do contrato.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual e no edital, com seus anexos, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria Jurídica os elementos técnicos pertinentes, planilhas de preços e quantitativos, etc., posto não deter conhecimento técnico e nem tampouco competência legal para tanto, sendo a presente manifestação de cunho exclusivamente jurídico.

Assim, verifica-se que o processo se encontra regular tendo sua fase interna legalmente concluída, com o Edital de Licitação e respectivos anexos atendendo ao disposto na legislação aplicável.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, e norteado pelo ordenamento jurídico em vigência, APROVO o Edital de Pregão Presencial nº 005/2022 e respectivos



anexos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, devendo ser iniciada a fase externa da licitação, tudo nos termos da Lei nº 8.666/93, ressaltando que devem ser seguidos todos os procedimentos legais para tanto.

É o parecer, S.M.J.

Pouso Alegre, 22 de fevereiro de 2022.

José Otávio Ferreira Amaral
Advogado – OAB nº 74.071-B



Pregão Presencial Para o Registro de Preços n.º 05/2022

AVISO

Wagner do Couto, Pregoeiro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o **Edital** referente ao **PREGÃO PRESENCIAL**, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, cujo objeto consiste na **“LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência”** e demais disposições constantes do Edital e dos respectivos anexos, aquisição do Edital através de um CD ou Pen Drive ou pelo site **amesp.mg.gov.br**

Data da Abertura dos Envelopes: Dia 09 de Março de 2022 às 09h00min.

Pouso Alegre/MG, aos 22 de Fevereiro de 2022.

Wagner do Couto
Pregoeiro

ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP



LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL, na forma de **LICITAÇÃO COMPARTILHADA** no tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022** – Objeto: “**LICITAÇÃO COMPARTILHADA** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**”, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência”. A sessão pública será realizada no dia **09 de Março de 2022 às 09h00min**, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site **amesp.mg.gov.br** para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: **licitacao@amesp.mg.gov.br** –

WAGNER DO COUTO –
Pregoeiro.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador: A3CE262A

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 24/02/2022. Edição 3207
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

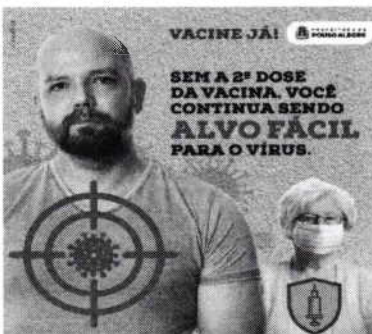
EXTRATO DE RESCISÃO
Termo de Rescisão Amigável à ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2022. Processo Licitatório Nº 257/2021 – Pregão Presencial Nº 092/2021. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de combustível para o abastecimento da frota municipal no exercício de 2022 para atender à solicitação das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Obras e Gabinete. **FUNDAMENTO LEGAL:** A rescisão amigável da Ata de Registro de Preço nº 001/2022, tem fundamento no artigo 79 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações. Data 04/02/2022. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e Auto Posto Bom Jesus do Corrego Ltda – EPP.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 004/2021. Processo Licitatório Nº 002/2021 – Pregão Presencial Nº 001/2021. Tipo menor preço por item. Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos com exame físico de dados, números, procedimentos e relatórios de toda documentação de receitas e despesas, participando da elaboração e geração dos correspondentes relatórios para atendimentos ao tribunal de contas e demais órgãos fiscalizadores, inclusive assinando a contabilidade do município perante os órgãos competentes para atender à solicitação da Secretaria de Administração de Finanças. Valor: R\$ 54.813,00 (cinquenta e quatro mil oitocentos e treze reais). Vigência: 07/02/2022 a 31/12/2022. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e VALDIRENE BRANDÃO DA SILVA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2022. Processo Licitatório Nº 020/2022 – Pregão Presencial Nº 011/2022. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos com recursos provenientes de emenda parlamentar oriundos da resolução SES/MG nº 7132 de 17 de junho de 2020, para atender às necessidades da Farmácia Municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde. Valor total estimado de R\$ 17.920,00 (dezenove mil novecentos e vinte reais). Vigência: 23/02/2022 a 22/02/2023. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e ACÁCIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2022. Processo Licitatório Nº 020/2022 – Pregão Presencial Nº 011/2022. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos com recursos provenientes de emenda parlamentar oriundos da resolução SES/MG nº 7132 de 17 de junho de 2020, para atender às necessidades da Farmácia Municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde. Valor total estimado de R\$ 44.857,00 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e sete reais). Vigência: 23/02/2022 a 22/02/2023. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e MED CENTER COMERCIAL LTDA – EPP.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2022. Processo Licitatório Nº 020/2022 – Pregão Presencial Nº 011/2022. Tipo menor preço por item. Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos com recursos provenientes de emenda parlamentar oriundos da resolução SES/MG nº 7132 de 17 de junho de 2020, para atender às necessidades da Farmácia Municipal, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde. Valor total estimado de R\$ 6.434,00 (seis mil quatrocentos e trinta e quatro reais). Vigência: 23/02/2022 a 22/02/2023. Signatários: Município de Corrego do Bom Jesus e VALE COMERCIAL EIRELI.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS
COMARCA E MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE

Rua Adolfo Pinto, 702, Centro
CEP 37.500-000 Tel: (35) 3423-3252
Sebastião Baile Viçentino
Osteia
Flávia Gomes Rocha
Substituta

EDITAL DE PROCLAMAS

MATRICULA
0557720155 2022 6 00009 146 0025982 51

Faço saber que pretendem se casar: **JOÃO PEDRO MAGANHOTO LOPES** e **ANA LUIZA DE VASCONCELOS SILVA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo Código Civil Brasileiro.

Ele é natural de Pouso Alegre - MG, nascido a 10 de março de 1996, de profissão assistente administrativo, do estado civil solteiro, residente e domiciliado em Pouso Alegre - MG, na Rua João Cândido Ramos, nº 105, Vila São Gerardo, filho de WILKER CARVALHO LOPES e TATIANE DE CASSIA MAGANHOTO.

Ela é natural de Pouso Alegre - MG, nascida a 25 de julho de 2001, de profissão assistente de POP, do estado civil solteira, residente e domiciliada em Pouso Alegre - MG, na Rua Três Corações, nº 1540, São João, filha de DIOGO DA SILVA e JOYCE SEABRA DE VASCONCELOS.

Se algum dos casais de algum impedimento, oponha-o na forma da lei. Livro o presente para ser afixado neste Ofício no lugar de costume e publicado na imprensa local.

Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2022.

Brenda Carolina Figueiredo Entinobu
Oficiala Substituta

AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Sapucaí Mirim/MG, torna publico que fará realizar no dia 15/03/2022, às 09h00min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Vasco Gusmão Martins, nº 108, Centro, Sapucaí Mirim - MG, a abertura do Processo Licitatório nº 078/2022, Pregão Presencial – Registro de Preços nº 010/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de fornecimento de impressos gráficos para atender a administração geral no Município de Sapucaí Mirim/MG. O Edital estará disponível na sala de licitações e maiores informações: Fone (35) 3655-1005 ou no endereço supramencionado e site: www.sapucaimirim.mg.gov.br. Sapucaí Mirim, 23 de fevereiro de 2022. Nilson Gonçalves Trindade – Prefeito. Silvia Regina dos Santos Barreira – Pregoeira.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP - PREGÃO PRESENCIAL na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA no tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022 – Objeto: LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência. A sessão pública será realizada no dia 09 de Março de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG
CHAMADA PÚBLICA / CREDENCIAMENTO Nº 01/2022 – Processo administrativo nº 21/2022 – “Aquisição de leite pasteurizado integral da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural”. Os interessados deverão apresentar a documentação para credenciamento no período de 01/03/2022 até às 15:00 do dia 21/03/2022, a sessão pública será às 15:00 h do dia 21/03/2022, na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, com sede na Rua dos Carijós, nº 45 Centro. Valor estimado: R\$ 451.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil reais). O edital poderá ser consultado e obtido gratuitamente em dias úteis e em horário comercial mediante a apresentação de PEN DRIVE, para cópia do arquivo e no site da prefeitura www.pousoalegre.mg.gov.br, na aba “Edital de Licitação”. Mais informações: (35) 3449-4023 ou email: editaismpa@gmail.com. Vanessa Moraes Skielka Silva.

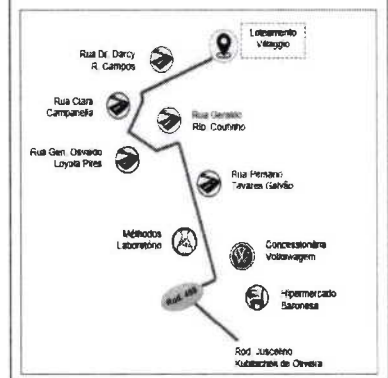
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE – MG
EXTRATO DE ANULAÇÃO – Tomada de preços Nº 27/2021- Processo administrativo Nº 304/2021 – Objeto: “Contratação de empresa para reforma do telhado da policlínica municipal”. Fica anulado o processo com fundamento no art 49 da Lei nº 8.666/93. Informações no site www.pousoalegre.mg.gov.br ou e-mail: editaismpa@gmail.com. Na ocasião comunico que o processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Pouso Alegre, 23 de fevereiro de 2022. João Romão de Lima – Superintendente Municipal de Gestão de Recursos Materiais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DOS OUROS
- AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2022 ELETRÔNICO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 - Contratação de Empresa para a Eventual e Futura Aquisição de Medicamentos em atendimento ao Setor de Saúde do Município de Conceição dos Ouros (MG). As Propostas Serão Recebidas das 08:30 horas do dia 24 de fevereiro de 2022 até as 08:29 horas do dia 14 de março de 2022. A licitação ocorrerá no dia 14 de março de 2022 às 08:30 horas. As propostas e eventuais impugnações serão recebidas EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br. Conceição dos Ouros, 21 de fevereiro de 2022. Luis Fernando Rosa de Castro – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE NATÉRCIA
CONTRATO 003/2022
PRC 008/2022. Pregão 001/2022. Objeto: Prestação de Serviço de empresa especializada em cessão de direito de uso temporário de sistemas integrados nos módulos orçamentário, financeiro e administrativo para a Câmara Municipal de Natércia. Contratado: UNIÃO ASSESSORIA E CONSULTORIA, TREINAMENTO E INFORMATICA EIRELI – Valor: R\$ 68.390,50 – Vigência: 23/02/2022 a 23/02/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG
- PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2022 – Objeto: “Aquisição de insumos e medicamentos de referência, éticos, similares, genéricos e biológicos”. A sessão pública será realizada no dia 16 de março de 2022 às 9:00 h. O Edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis e em horário comercial, mediante apresentação de PEN_DRIVE, para cópia do arquivo na Superintendência de Gestão de Recursos Materiais, pelo site da Prefeitura Municipal de Pouso Alegre e ainda através do site: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>. Informações tel: (35) 3449-4023 ou email: editaismpa@gmail.com – Derek William Moreira Rosa- Pregoeiro Municipal – Pouso Alegre 23 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2022
A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre/MG, torna pública a sessão pública eletrônica para licitação no site de licitação, para a aquisição de materiais de consumo, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência. A sessão pública será realizada no dia 09 de Março de 2022 às 09h00min, na Sala de Licitações, situada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Centro, Pouso Alegre/MG. O edital poderá ser consultado e obtido, gratuitamente, em dias úteis no período das 08h às 17h, mediante a apresentação de um PEN-DRIVE ou pelo site amesp.mg.gov.br para cópia do arquivo. Informações: Telefone (35) 3025-5500 ou e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br – Wagner do Couto – Pregoeiro.

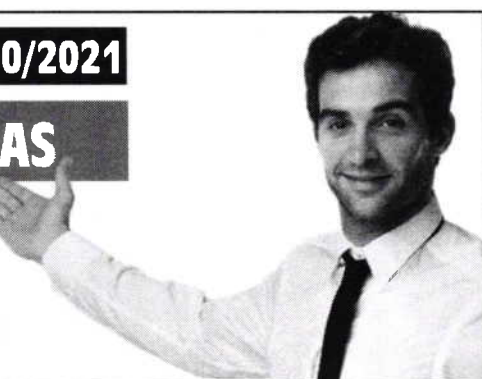


ATENÇÃO GESTOR LEI Nº 14.230/2021

PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

A negativa de publicidade dos atos oficiais constitui ato de **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

É obrigatório a publicação das matérias legais e atos oficiais que envolvem processos licitatórios em Diários Oficiais e em jornais Diários de grande circulação





PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO CONSORCIO
AMESP / MG

REF: Pregão Presencial Nº 05/2022

Paviter – Pavimentações e Terraplenagem Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 07.072.476/0001-87, com sede na AV. Abílio Machado, Nº 1859 – Sala 305, Bairro Gloria, CEP 30.830.373, Belo Horizonte / MG, neste ato representada por seu Jose Geraldo, vem à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos artigos 41 e 109, da lei Nº 8.666/93, e demais disposições legais aplicáveis, a fim de apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Mediante os fatos e fundamentos abaixo deduzidos.

1-DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE:

Nos termos do disposto no item III – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, sub item 3.1 do Edital e do artigo 41 da Lei de Licitações, toda e qualquer licitante pode impugnar o presente instrumento convocatório em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

Portanto, considerando a legitimidade do Impugnante, esclarece que apresenta de forma tempestiva está impugnação.

2- FUNDAMENTO DA IMPUGNAÇÃO:

Consta no item 9.4.2. Qualificação Técnica:

9.4.2.2. Comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado(s) de capacidade técnica-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa executou obra(s) com característica(s) semelhante(s)/similar(es) ao objeto. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-operacional deverá(ão) comprovar a execução dos itens de maior relevância abaixo listados, conforme da Súmula 263 do Tribunal de Contas da União - TCU, conforme abaixo:

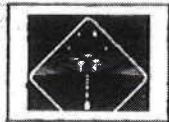
AV. Abílio Machado, N.º 1859 sala 305, Bairro Gloria – Belo Horizonte, CEP: 30.830.373



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QDTE EXIGIDA (50%)	Quant. Licitada
1	TERRAPLENAGEM /CONTENÇÃO			
1.1	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria	m3	35.000,00	70.000,00
1.2	Aterro compactado	m3	35.000,00	70.000,00
1.3	Transporte Material qualquer natureza DMT <= 1 km	m3	11.500,00	23.000,00
2	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE			
2.1	Escavação e carga material de 1ª categoria	m3	22.750,00	70.000,00
2.2	Fresagem até 5,0 cm	m2	312.500,00	625.000,00
2.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	503.187,50	1.006.375,00
3	BASE			
3.1	Execução de base ou sub-base com pedra Rachão	m3	11.250,00	22.500,00
3.2	Execução de Base com Brita Graduada Simples	m3	13.750,00	27.500,00
3.3	Transporte DMT até 30 km	m3xkm	750.000,00	1.500.000,00
4	CORREÇÃO PAVIMENTO			
4.1	Reperfilamento de Pavimento	T	1.500,00	3.000,00
4.2	Transporte DMT até 30 km	TxKM	45.000,00	90.000,00
5	PAVIMENTAÇÃO			
5.1	Pintura de Ligação	m2	200.000,00	2.000.000,00
5.2	Execução de CBUQ - Binder	m3	5.000,00	10.000,00
5.3	Execução de CBUQ	m3	6.125,00	12.250,00
6	PAVIMENTAÇÃO A FRIO			
6.1	Micro-revestimento a frio esp. De 15 mm	m2	32.500,00	65.000,00
7	TAPA BURACO			
7.1	Execução de Tapa Buraco	m3	625	1.250,00
8	SINALIZAÇÃO			
8.1	Pintura de eixo viário/sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva	m	4.000,00	20.000,00
8.2	Placa de sinalização em chapa de aço	m2	45	90,00
9	MANUTENÇÃO E REPARO			
9.1	Defensa semi-maleável	m	875	1.750,00
9.2	Meio fio de concreto	m	3.750,00	7.500,00
9.3	Muro de Arrimo em Gabião com tela galvanizada	m³	125	250,00



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



Ora! A Apresentação desses Itens acima restringe por completo o caráter competitivo que todo certame.

A exigência editalícia supracitada não tem fundamento jurídico e beneficia um restrito grupo de empresas.

Desta forma, o conjunto de exigências previstas no item 9.4.2.1 para a habilitação dos licitantes compromete significativamente o caráter competitivo da licitação.

A referida exigência no edital pode ser caracterizada até mesmo como um direcionamento injustificado a poucas empresas que já dominam o mercado da região.

DA ILEGALIDADE – DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE – PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA.

É de ciência geral que a norma estabelecida no artigo 30 da Lei 8.666/93 é taxativa e deve limitar-se à exigência dos seguintes documentos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

- I - Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- II - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

- I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Conforme depreende-se da norma susodita, o instrumento convocatório deve definir quais os itens de maior relevância técnica e de valor significativo, no entanto, por ser omissa a lei quanto à especificação do que é item de maior relevância e valor significativo, o Tribunal de Contas da União – TCU, editou a súmula 263 que assim prevê:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

A formação desses conceitos deve ser feita em vista da determinação constitucional constante do inc. XXI do art. 37 da Constituição da República, segundo a qual a Administração somente poderá exigir das licitantes a comprovação de aspectos técnicos e econômicos indispensáveis ao cumprimento das obrigações inerentes ao futuro contrato.

Sob esse enfoque, “parcela de maior relevância técnica” é o conjunto de características e elementos que individualizam e diferenciam o objeto, evidenciando seus pontos mais críticos, de maior dificuldade técnica, bem como que representam risco mais elevado para a sua perfeita execução. Trata-se, portanto, da essência do objeto licitado, aquilo que é realmente caracterizador da obra ou do serviço, que é de suma importância para o resultado almejado pela contratação.

Por sua vez, a aferição da fórmula “valor significativo do objeto” toma em conta a relação estabelecida entre o valor da parcela eleita para comprovação da experiência em vista do valor total do objeto.

Em suma, restarão caracterizados como sendo parcelas de maior relevância os serviços identificados como sendo de maior complexidade técnica e vulto econômico, cuja inexecução importe em risco mais elevado para a Administração.

O TCU, constantemente reafirma que somente se admite exigências de qualificação técnica operacional dos itens relevantes e de valor significativo em relação à estimativa global da obra. Vejamos acordão:

“Sobre a comprovação de capacidade técnico-operacional referente a itens irrelevantes ou de valor insignificante frente à



estimativa global da obra, acompanhamento, em grande parte, as conclusões da unidade instrutiva, que se pronunciou pela ilegalidade das exigências. Entretanto, destaco que a jurisprudência deste Tribunal - Decisão 1.618/2002 e Acórdão 515/2003, ambos de Plenário - já se manifestou no sentido de que o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993 somente se aplica à qualificação técnico-profissional, estando a limitação da capacidade técnico-operacional insculpida no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual somente permite exigências de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (Grifo nosso) " (TCU - Processo nº 002.492/2006-2, Acórdão nº 1529/2006, Relator Min. Augusto Nardes, Data de Julgamento: 23/08/2006)."

Conforme o entendimento do TCU o edital de licitação somente poderá exigir Qualificações técnicas que sejam indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações, nos termos do art. 37, inciso XXI da CF.

Assim, o limite previsto na legislação a ser observado pelo Administrador ao exigir a comprovação de qualificação técnica refere-se à possibilidade de se exigir a capacidade técnico operacional apenas das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da obra licitada, o que não se verifica no edital em questão, já que os serviços exigidos no item 9.4.2.1, não importam de maior relevância, equivalendo a menos de 4% total do valor estimado da contratação.

Segundo ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO', Vale insistir acerca da inconstitucionalidade de exigências excessivas, no tocante à qualificação técnica. Essa competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes, tal como já exposto acima. A Administração apenas está autorizada a estabelecer exigências aptas a evidenciar a execução anterior de objeto similar. Vale dizer, sequer se autoriza a exigência de objeto idêntico. (Grifos nossos)

Nesse sentido, importante o disposto na Portaria nº 108 do DNIT que serve de paradigma para as decisões sobre a exigência de Capacitação Técnica se restringir aos itens de maior relevância técnica e financeira contidos no objeto a ser licitado, observe art. 2º: Os itens de maior relevância são entendidos como aqueles que constem do objeto licitado em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento).

Com o advento da nova lei de licitação (Lei 14.133/2021), as diretrizes impostas pelo TCU, bem como, Portaria 108 do DNIT, restou devidamente ratificada, isso porque, segundo o novo marco regulatório, "a exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação" (art. 67, § 1º).

Desse modo, a exigência de comprovação de capacidade técnico operacional à parcela de valor inexpressível perante o valor total da obra, bem como,



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



de item que soma menos de 4% do valor da obra, não poderia ser exigido para atestar a qualificação técnica dos participantes.

Vejamos jurisprudência do TCU nesse sentido:

Licitação de obra pública: 1 — A exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo. Em auditoria realizada no Departamento Penitenciário Nacional — (Depen), na Caixa Econômica Federal — (CEF) e no Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, com o objetivo de verificar a conformidade da aplicação de recursos federais em obras públicas de reforma e ampliação do estabelecimento penal masculino de Corumbá/MS, o Tribunal detectou diversas irregularidades, dentre elas, a necessidade de comprovação, por parte das licitantes, da capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de atestados, para item de pouca relevância técnica. Para a unidade técnica responsável pelo feito, "a exigência de comprovação de capacidade técnica operacional deve se limitar estritamente às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo". No caso em exame, o edital da concorrência 30/2010-CLO exigira atestado de capacidade técnica relativo ao item 'cobertura com telha galvanizada trapezoidal', que não apresentava qualquer relevância ou complexidade técnica com relação ao empreendimento que justificasse a exigência, já que não haveria necessidade de qualquer profissional ou equipamento especial, que não estivesse presente em grande parte das obras de engenharia. Além disso, "empresas construtoras que já executaram coberturas com telhas de fibrocimento, ou ainda com telhas cerâmicas, possuem plena capacidade técnica para construir telhados com telhas galvanizadas, não sendo razoável exigir um tipo de telhamento específico". Destacou a unidade técnica, ainda, que a discricionariedade dada à Administração para juízo de valor quanto ao que seria relevante, para fins de comprovação de capacidade técnica, não dispensaria razoabilidade na escolha dos itens de referência, pelo que a exigência, na espécie, deveria ser considerada indevida, o que foi acolhido pelo relator, o qual votou por que o Tribunal desse ciência da irregularidade ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, sem prejuízo de que fosse promovida a audiência do servidor responsável pelo fato, no que contou com a anuência do Plenário. Acórdão n.º 1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011. (Grifos nossos)



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



O TCU esclarece que a Lei é clara ao estabelecer que os requisitos de "relevância" e "maior valor significativo das parcelas" devem ser atendidos cumulativamente.

As exigências quanto à qualificação técnico profissional e técnico operacional devem limitar-se as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação e, no caso destas, restringem-se a aspectos de qualificação técnica e econômica que sejam indispensáveis a garantia do cumprimento das obrigações do futuro contrato. (Acórdão 1636/2007 Plenário).

De acordo com os ensinamentos de MARÇAL JUSTEN FILHO, a determinação do §2º do art. 30, da Lei 8.666/93 destina-se a assegurar o vínculo de pertinência entre a exigência de experiência anterior e o objeto licitado. A essência da questão reside em que a comprovação de experiência anterior como requisito de habilitação não se justifica por si só. Trata-se de condicionamento de natureza instrumental, destinado a restringir a participação no certame aos sujeitos que detenham condições de executar o objeto licitado. (Grifos nossos)

Portanto, itens que representem menos de 4% do valor total da obra objeto do edital de licitação não são aptos a demonstrar qualquer vínculo de pertinência com o objeto da obra. Sendo assim, não podem ser considerados indispensáveis à demonstração da aptidão do licitante para executar a obra objeto do presente edital.

Todavia, o edital de licitação assim exigiu para fins de demonstração de qualificação técnica:

7.4.2. Capacitação técnico-profissional: apresentação de atestado de capacidade técnica profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) na entidade profissional competente, de que o(s) profissional(is), comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, executou(aram), na qualidade de responsável(is) técnico(s), serviços e atividades com os quantitativos mínimos descritos no quadro a seguir:

7.4.4. Capacitação técnico-operacional: apresentação de atestado de capacidade técnica operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome do licitante, comprovando que a licitante executou diretamente como contratada principal, obras de características semelhantes em vias urbanas, comprovando a execução dos seguintes serviços e atividades com os quantitativos mínimos descritos no quadro a seguir:

Ocorre que, conforme planilha a seguir somente os itens com valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, podem pedir atestação



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



SERVIÇOS	% REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS
SERVIÇOS INICIAIS	
FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	0,05%
CONE EM PVC H= 75 CM	0,16%
TAPUME REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A, H = 2,20 M (PADRÃO DER-MG - COM REMOÇÃO)	0,24%
REMANEJAMENTO DE TAPUME	0,01%
FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	0,01%
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,33%
ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,37%
ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,12%
APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,13%
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,01%
INFRAESTRUTURA URBANA	
LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	0,12%
TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO	
ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM CAMINHÃO. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1.801 A 2.000 M	0,65%
ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	0,06%
ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	0,04%
ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	0,03%
CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	0,03%
CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	0,00%
ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM SOLO MOLE COM DESCARGA DIRETA SOBRE CAMINHÃO	0,01%
EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	0,81%



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



ESCALONAMENTO DE TALUDES DE ATERRO	0,13%
TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	0,50%
TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT <= 1 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	0,10%
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	0,04%
ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE	
ESCAVAÇÃO MECANICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	0,27%
DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	0,25%
FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	9,54%
CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	0,15%
CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECANICA	0,10%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	2,99%
MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS	
BASE	
REFORÇO DO SUB-LEITO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UMIDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	1,19%
EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	3,08%
EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	5,50%
RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	0,20%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	3,17%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	1,45%



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



CORREÇÃO DO PAVIMENTO	
REPERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRÉ-MISTURADO A FRIO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA, EXCLUI O FORNECIMENTO DA MASSA)	0,05%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	0,18%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	0,08%
PAVIMENTAÇÃO	
EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_11/2019	3,48%
EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	6,78%
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	17,37%
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	24,56%
LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	0,06%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	3,18%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	3,21%
PAVIMENTAÇÃO A FRIO	
MICRO-REVESTIMENTO ASFÁTICO A FRIO (COM ESPESSURA DE 15MM (EXECUÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EXCETO A EMULSÃO)	0,21%
EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	2,52%
TAPA BURACO	
EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	2,25%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	0,18%
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	0,08%



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,08%
SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	0,05%
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL	
TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG, COM CATADIÓPTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	0,05%
TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓPTRICO EM APENAS UMA FACE (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	0,07%
PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF_05/2021	0,10%
SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRÍLICA 0,6MM DE ESPESURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	0,08%
ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FÔRMAS). AF_06/2017	0,00%
CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA – LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	0,00%
TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	0,13%
PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	0,13%
MANUTENÇÃO E REPARO GUIAS SARJETAS E CALÇADAS	
MEIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DR.MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	0,43%
CAIAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	0,04%
MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	0,15%
DEFENSA SINGELA SEMI-MALEÁVEL SV-DSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	1,01%
ITENS DIVERSOS	
CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA	1,65%



PAVITERR - Pavimentações e Terraplenagem Ltda.



Desta feita, a exigência de comprovação dos demais serviços e/ou fornecimentos arrolados no 9.4.2.1, violam diretamente o posicionamento do Tribunal de Contas da União, Portaria do DNIT, como também, legislação vigente que versa sobre licitações.

Cabe salientar que ao exigir a comprovação de itens acessórios ao objeto da licitação, ou seja, que não guardam relação de importância com o que se pretende contratar, esta Administração gera grave restrição à competitividade, impossibilitando a obtenção da proposta mais vantajosa.

Pelo exposto, necessária a devida revisão dos serviços exigidos no item 9.4.2.1 para fins de comprovação de qualificação técnica, já que os serviços a seguir arrolados, não implicam itens de maior relevância, posto que, o valor exigido no edital é baixo em relação ao valor total da contratação, assim trata-se de valor insignificante frente à estimativa global, portanto ilegal, gerando restrição à competitividade do procedimento licitatório, o que vedado pela Lei nº 8. 666/93:

Ocorre que não há nenhuma justificativa técnica, carecendo o processo da devida motivação necessária.

Sendo assim, afigura-se viciado o Edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude da participação, finalidade, e da razoabilidade.

3- DOS PEDIDOS

Por todo exposto, requer:

3.1 Requer a imediata suspensão do processo licitatório de forma a possibilitar a revisão dos itens previstos no 9.4.2.1, e que após análise, seja excluída tais exigências, possibilitando, assim, a manutenção a lisura e legalidade do certame.

Nestes termos.

P. Deferimento

Belo Horizonte, 07 de Março de 2022.

Jose Geraldo
CPF: 506.163.316-49

DECISÃO - IMPUGNAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2022

IMPUGNANTE: PAVITER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA.

IMPUGNADA: CONSÓRCIO AMESP

O Pregoeiro da AMESP diante das razões expostas, DECIDE:

A empresa Paviter – Pavimentações e Terraplanagem Ltda., inscrita no CNPJ 07.072.476/0001-87 com sede a Avenida Abílio Machado, nº 1.859, sala nº 305, Bairro Glória, em Belo Horizonte (MG) apresentou impugnação ao edital, questionando o item 9.4.2, quanto a comprovação da capacidade técnica-operacional, a qual restringiria a participação de interessados no certame, haja vista que não importa em maior relevância, equivalendo a menos de quatro por cento do valor estimado da contratação.

Inicialmente, necessário dizer que a impugnação se mostra intempestiva.

A Lei nº 8.666/93 disciplina o exercício dessas manifestações no seu art. 41, nos seguintes moldes:

Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o



pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Como se vê, a Lei nº 8.666/93 não distingue os prazos para o particular impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos. Em vez disso, a Lei de Licitações fixa prazos distintos apenas em função de quem se dirige à Administração (cidadão ou licitante).

A Lei nº 10.520/02, que instituiu o pregão, não disciplinou prazos para apresentação de pedidos de esclarecimento e impugnações aos editais. Regra geral, essa disciplina foi fixada pelos decretos que disciplinam o pregão em suas formas presencial e eletrônica.

De acordo com a disciplina do art. 12 do Decreto nº 3.555/00, que regulamenta a forma presencial do pregão no âmbito da Administração Pública federal, “até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das



propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão”.

A sessão do pregão está marcada para o dia 09 de março de 2022, sendo que a impugnação somente foi recebida em 08 de março de 2022.

Conforme decisão do Tribunal de Justiça do Ceará, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, “tal contagem se dá na forma preconizada pelo art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93”, “em que se exclui o dia do início e se inclui o do vencimento”¹.

Conforme o ensinamento do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/1993, tendo por termo inicial a data estabelecida para o da apresentação da proposta”. Para facilitar o entendimento, exemplifica a seguinte situação: “O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.” (FERNANDES, J.U. Jacoby. Sistema de registro de preços e pregão eletrônico presencial e eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 539)



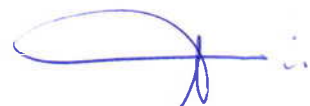
Desta feita, marcada a sessão de abertura para o dia 09.03.2022, exclui-se este dia.

Assim, o primeiro dia do prazo o dia 08.03.2022 (terça-feira), e o segundo, o dia 07.03.2022 (segunda-feira), assim, o prazo final era dia 04.03.2022 (sexta-feira).

Deste modo, **mostra-se intempestiva a impugnação, devendo ser negado seguimento.**

Lado outro, analisando a matéria em seu mérito, é extensa jurisprudência do TCU sobre a necessidade de não se confundir a capacidade técnico-operacional, que é da empresa, com a capacidade técnico-profissional, que é dos profissionais responsáveis. Destacamos:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. (Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário)



Enquanto a capacitação técnico-profissional está relacionada à qualificação do corpo técnico, a capacitação técnico-operacional, por sua vez, é bem mais ampla e alcança requisitos empresariais, tais como estrutura administrativa, métodos organizacionais, processos internos de controle de qualidade, etc. Na prática, a qualificação comprovada de um profissional não é suficiente para garantir a experiência operacional da empresa à qual esse profissional esteja vinculado, seja na condição de prestador de serviço ou na condição de sócio, e, conseqüentemente, a qualidade da execução contratual poderá ser comprometida. (Acórdão 2208/2016-TCU-Plenário)

A Lei 8.666/93 trata da qualificação técnico-operacional em seu art. 30, inciso II:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

É necessário, portanto, que as exigências relativas à qualificação técnica sejam interpretadas em consonância com o disposto no art. 37, XXI da Carta Magna, juntamente com os demais dispositivos infraconstitucionais, a



fim de que sejam exigidos somente os requisitos indispensáveis ao cumprimento da obrigação, de modo a possibilitar a ampla participação de competidores interessados em contratar com a Administração, assegurar a economicidade da contratação e garantir, sempre que possível, o tratamento isonômico.

E que mesmo se tratando de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP** faz-se necessário a comprovação de capacitação técnica da empresa, face à complexidade do objeto envolvido, sob pena de, restar prejudicada a execução do objeto a contento, em prejuízo ao interesse público.

Para se definir o alcance da norma é preciso primeiro delimitar o indispensável, por ser conceito jurídico abstrato.

A definição da exigência de qualificação técnica indispensável ao cumprimento do objeto contratual precisa ser definida no caso concreto a partir da sua clara delimitação e justificativa, que constituem a motivação cujo objetivo é garantir o cumprimento da obrigação.

Na incidência de valor jurídico abstrato sua limitação ao caso concreto deve tanto justifica-lo como delimitar as consequências do ato,



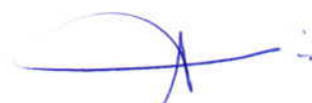
conforme descrição da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto Lei 4.657/1942, que no artigo 20 é categórico:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Ainda na esteira do arcabouço normativo regulatório da exigência de qualificação técnica como requisito de habilitação no certame licitatório a Lei 8.666/93 define no artigo 27, II que a habilitação nas licitações exigirá dos licitantes a documentação relativa à qualificação técnica, bem como no artigo 30 elenca os itens exigíveis aos interessados em contratar com a administração pública, dos quais a pertinência temática leva a transcrição dos §§ 1º, 2º e 3º:

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor



significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

A literalidade normativa autoriza a Administração exigir da licitante prova de capacitação técnica e operacional limitadas às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, desde que previstas em edital.

Portanto, a leitura sistêmica da legalidade formal autoriza a administração a estabelecer comprovação de qualificação técnica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pretendidas, limitadas às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, prevendo-as no edital.

Assim, entendo que não há ilegalidade na previsão editalícia de parcelas que tecnicamente e/ou economicamente sejam relevantes para a consecução do objeto.

A relevância técnica guarda natureza com condições particulares da contratação. Não é raro ter-se contratações cujo item de maior complexidade




técnica e cujo inadequada execução coloca em risco toda a contratação, não ter valor econômico significativo em face do todo. Entretanto, não será por isso que a exigência de sua comprovação possa ser vilipendiada, por se tratarem de requisitos distintos.

A definição, portanto, da relevância técnica é de competência da administração, que de posse e conhecimento da realidade concreta, inclusive com base em dados de contratações pretéritas, reconhece os itens cuja execução exige maior perícia, estabelecendo, justificadamente, a exigência de comprovação.

O valor significativo, sem maiores digressões, é auferido da própria planilha orçamentária verificando aqueles cuja influência no valor final da obra, porém, nem sempre de caráter relevante. Podendo ser identificado em relevância técnica.

Ainda sobre a qualificação técnica são relevantes as lições de Carvalho Filho:

Para outros, é possível que o edital fixe condições especiais para tal comprovação, de acordo com a complexidade do objeto do futuro contrato, invocando-se, como fundamento, o art. 37. XXI, da CF, que alude a "exigências de qualificação técnica". Em nosso entender, essa é a melhor posição, desde que, é obvio, não haja o intento de burlar o princípio da competitividade que norteia as contratações na Administração. Na verdade, cabe distinguir capacidade técnica profissional da capacidade técnica



operacional: aquela relaciona-se com a regularidade do profissional enquanto está concerne à sua experiência para a execução do contrato, sendo admitida no art 30, §§ 3º (exigência de participação em obras e serviços similares). De fato, dependendo da complexidade do objeto contratual, é inteiramente razoável que o edital inclua a dupla exigência, sem qualquer risco de ofensa à competitividade.

A administração não pode reduzir as exigências de capacitação técnica para ampliação do universo de participantes à custa da ampliação do risco de contratos mal executados e de sérios prejuízos aos interesses sob sua responsabilidade.

Tais exigências editalícias são perfeitamente legítimas, pois tem sentido de obter a demonstração que possuem experiência na execução dos serviços exigidos, devendo as licitantes apresentar atestados que comprovem a sua aptidão, atendendo sempre o princípio de vinculação ao Edital:

A Administração Pública tem o poder discricionário de fixar os critério que possam não só proteger a segurança jurídica do contrato, mas também a consideração de certos fatores que integram a finalidade das licitações, máxime em se ratando daquelas de grande complexidade e de vulto financeiro tamanho que imponha ao administrador a elaboração de dispositivos, sempre em atenção à pedra de toque do ato administrativo – a lei -, mas com dispositivos que busquem resguardar a administração de aventureiros ou de licitantes de competência estrutural, administrativa e



organizacional duvidosa (STJ: Resp 144750 / SP; RECURSO ESPECIAL 1997/0058245-0).

Isto posto, NÃO CONHEÇO da impugnação interposta pela empresa, eis que intempestiva, e no mérito NEGAR PROVIMENTO, mantendo-se inalterado o edital.

Pouso Alegre/MG, 08 de março de 2022.



Wagner do Couto

Pregoeiro

Livro nº 069



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE MUZAMBINHO

COMARCA DE MUZAMBINHO
DISTRITO DE MUZAMBINHO

Ana Maria Rondineli
TABELIÃ

PRIMEIRO SERVIÇO NOTARIAL
R. João Pessoa nº 05 - Centro
Muzambinho/MG (3571-1917)
Ana Maria Rondineli - Tabetiã

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ(EM) PAVIDEZ ENGENHARIA
LTDA, COMO ADIANTE SE DECLARA :-

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que, aos onze (11) dias do mês de Março de dois mil e vinte e um (2021), nesta cidade e Comarca de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, em Cartório, na Rua João Pessoa nº 05, com endereço eletrônico: cartoriorondineli@yahoo.com.br, perante mim, Daniel Hugo Silva Noriega, Escrevente, compareceu(ram) como **outorgante(s)** a **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, sociedade empresária limitada com sede nesta cidade na Rua Vereador Dr. Antero Veríssimo da Costa nº 420, Bairro Jardim Altamira – CEP. 37890-000, inscrita no CNPJ sob o nº 01.744.153/0001-06, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, sob o NIRE 31205146517 de 25.03.1997, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. ELOIZIO MACIEL TAVARES, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da CI RG de nº M-4.358.852 – SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 605.012.786-72, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Dr. Samuel de Assis Toledo nº 238, Bairro Jardim Italia, nos termos da Cláusula Quinta do seu Instrumento Particular de Alteração Contratual e consolidação de nº 25, devidamente registrado na Junta Comercial dos Estado de Minas Gerais sob o nº 8034081 em 01.10.2020, cujos instrumentos ficam arquivados em Cartório na forma legal, reconhecido(a)(os) e identificado(a)(os) como o(a)(os) próprio(a)(os), por mim Escrevente, em face dos documentos que me foram apresentados e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ele(a)(s) me foi dito que, por este público instrumento, nomeia(m) e constitui(em) seus bastante **procuradores** o Sr. **ANDERSON RAFAEL FERREIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Carteira de Identidade Profissional nº 188.527 OAB/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 064.745.296-01, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Racine Magalhães nº 374, Bairro Jardim São Lucas; Sr. **ALESSANDRO DE JESUS CHAGAS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional sob nº 5070576796 CREA/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 012.628.286-27, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Tenente José Luiz Ceravolo, nº 46, Bairro Jardim Miran; Sr. **ANTÔNIO ALBERTO DE SOUZA JUNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional sob nº 116.819/D CREA/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 078.942.186-00, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Bartira nº 600, Bairro Jardim Paineiras; Sr. **CLAYTON TOLEDO PEREIRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade Profissional sob nº 82.946/D CREA/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 039.959.396-94, residente e domiciliado na cidade de Pouso Alegre/MG, na Rua General Newton Marques de Azevedo nº 146, Bairro Fátima I; Sr. **ÍCARO JOSÉ ALVES**, brasileiro, solteiro, auxiliar de engenharia, portador da CI RG nº M-19.537.428 - SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 122.509.856-42, residente e domiciliado na cidade de Pouso

CONFIRMAÇÃO
Confere com o original que me foi
apresentado. Ass.:

DECLARAÇÃO



A EMPRESA PAULOZ ENGENHARIA LTDA, inscrita
no CNPJ 01.744.153/0001-06 com sede
na Av. Ven. Dr. Antonio Verissimo da Costa, 420
Bairro Jo. Alcamira, Muzambinho/MG,
relativamente ao processo licitatório nº 017/2022,
PREGÃO nº 005/2022, promovido pela
Associação dos Municípios da microrregião do meio
Sul - AMESP, por meio de seu representante
legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penas
da Lei, para fins requeridos no Anexo VII,
do Artigo 4º da Lei 10.520 de 17 de
Julho de 2002, que cumpre plenamente os
requisitos de habilitação constante do presente
 Edital, Registro de Preços.

MUZAMBINHO, MG - 09 de março de 2022


CLAYTON TOLEDO PEREIRA
CNPJ 8294610

CLAYTON



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL
Data: 09 / 03 / 22

FUNCIONÁRIO

 **República Federativa do Brasil**
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional Registro Nacional

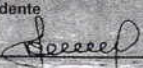
Nome **140242618-6**
CLAYTON TOLEDO PEREIRA




Filiação
ODAIR RIBEIRO PEREIRA
ANA ALZIRA TOLEDO PEREIRA

C.P.F. Documento de Identidade Tipo Sang.
039.959.396-94 MG-8.558.904SSP SSPMG AR-


Nascimento Naturalidade UF Nacionalidade
27/09/1979 PASSOS MG BRASILEIRA

Crea de Registro Emissão Data de Registro
CREA-MG 22/08/2012 27/01/2003

Ass. Presidente  Registro no Crea
MG0000082946

Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional  010725201

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31205146517

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGE2000819545

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		026	1	ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

MUZAMBINHO

Local

30 Setembro 2020

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
A decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599 205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/12



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

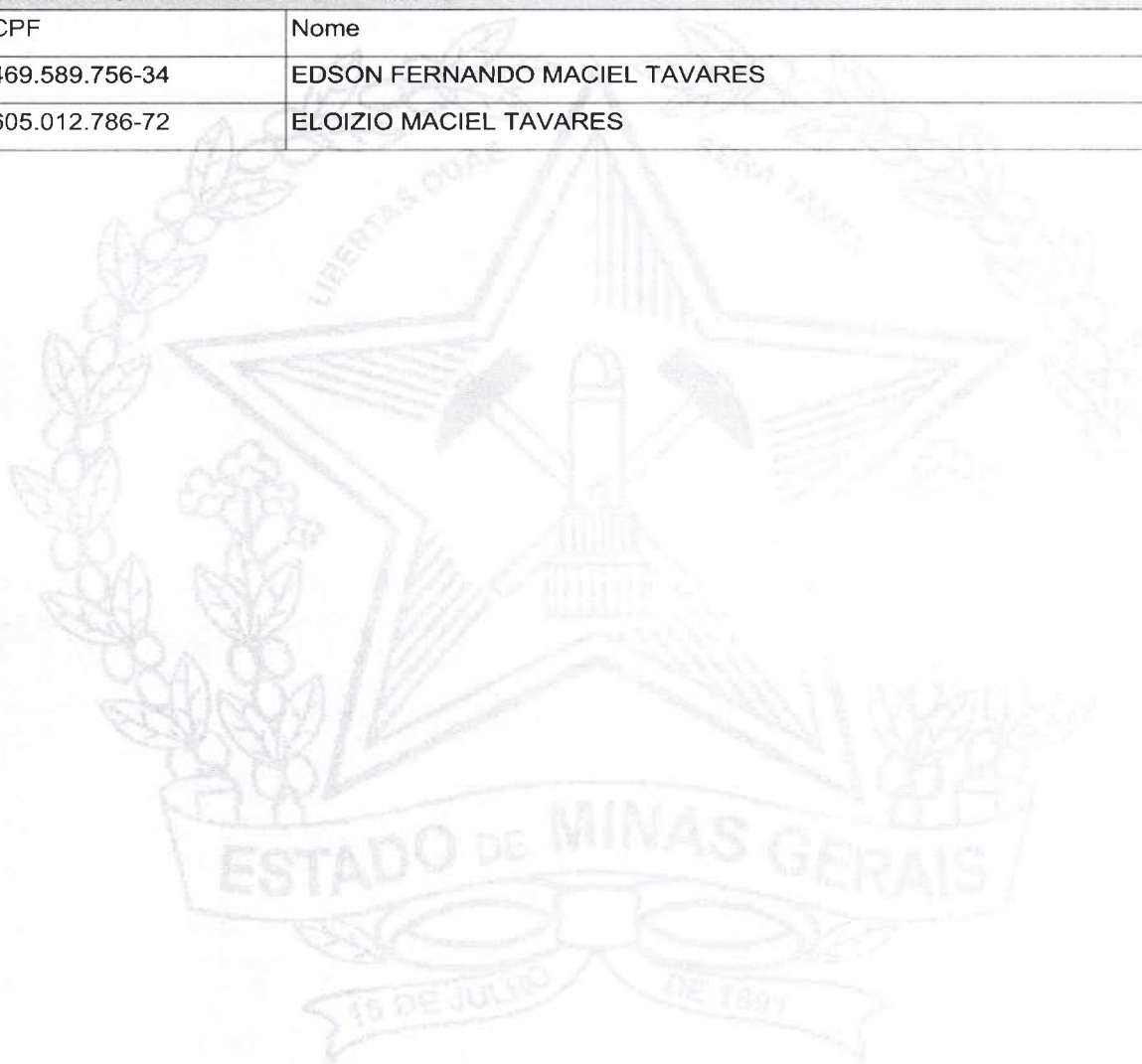
Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/599.205-6	MGE2000819545	30/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
469.589.756-34	EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES
605.012.786-72	ELOIZIO MACIEL TAVARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/12



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LTDA – Nº 25
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ/MF 01.744.153/0001-06
NIRE/JUCEMG 31205146517 de 25/03/1997**

EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, nascido em 27.01.1964, em Pequi, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade (RG) nº MG-2.361.907 SSP/MG e CPF nº 469.589.756-34, residente e domiciliado na Rua Tamar, nº 285, Bairro Canaã, nesta cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, CEP: 37890-000, e,

ELOÍZIO MACIEL TAVARES, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, nascido em 25.04.1960, em Pequi, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade (RG) nº M-4.358.252 SSP/MG, CPF/MF: nº 605.012.786-72, residente na Rua Dr. Samuel Assis Toledo, n. 238, Jardim Itália, nesta cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, CEP 37.890-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA** resolvem de comum acordo, alterar seu contrato, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sendo a inscrição inicial registrada sob o NIRE nº 31205146517 em 25/03/1997 e posteriores alterações sendo a última sob o nº 8.004.767 em 11/09/2020, inscrita no CNPJ sob o nº 01.744.153/0001-06, com sua sede na Avenida Vereador Doutor Antero Verissimo da Costa, nº 420, Jardim Altamira, Muzambinho-MG, CEP: 37.890-000, resolvem de pleno e comum acordo, alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto:

CLÁUSULA PRIMEIRA – CONSTITUIÇÃO DE NOVA FILIAL

Fica neste ato constituída uma nova filial com sede na Rua São Paulo nº 644, Centro, no município de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, CEP 63.010-000.

O objeto social da filial será **(4211101) CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS, (4212000) CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (4213800), OBRAS DE URBANIZACAO RUAS, PRACAS E CALCADAS, (4299599) OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, (4930203) TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS (7732201) E ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR EXCETO ANDAIMES.**

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

O Contrato Social primitivo e posteriores alterações ficam expressamente consolidados pelo presente instrumento.

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

1 de 6



PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ/MF 01.744.153/0001-06
NIRE/JUCEMG 31205146517 de 25/03/1997
CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, nascido em 27.01.1964, em Pequi, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade MG-2.361.907 – SSP/MG, CPF: nº. 469.589.756- 34, residente na Rua Tamar, 285, bairro Canaã, nesta cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.890-000, e,

ELOIZIO MACIEL TAVARES, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, nascido em 25.04.1969, em Pequi, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade (RG) nº M-4.358.852 SSP/MG, CPF/MF: nº. 605.012.786-72, residente na Rua Dr. Samuel Assis Toledo, n. 238, Jardim Itália, nesta cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, CEP 37.890-000;

Únicos sócios componentes da sociedade empresária **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº 31205146517 em 25/03/1997 e posteriores alterações sendo a última em 11/09/2020, tem entre si, justo e combinado ratificarem condições contratuais e regem em sociedade, o que fazem mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO.

A Sociedade constituída sob a forma de Sociedade Empresária Limitada, regida pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, sem a regência supletiva de Lei 6.404/76, gira sob a denominação social de **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, estabelecida na cidade de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, na Avenida Vereador Antero Veríssimo da Costa, n. 420, Jardim Altamira, CEP 37.890-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n.º 01.744.153/0001-06, podendo abrir filiais em todo o território nacional.

Parágrafo Primeiro – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Arcos, estado de Minas Gerais, na Antiga BR 354, s/n, Km 478, Retiro São José, CEP – 35.588- 000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0002-97, NIRE n.º 3190234844-8, explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Segundo – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Muzambinho, estado de Minas Gerais, na BR 491, s/n, Km 94,2, Zona Rural, CEP – 37.890-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0003-78, NIRE n.º 3190243433-6, explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Terceiro – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Vacaria, estado do Rio Grande do Sul, na Rua Fernando Franciosi, nº 77, Ap 201, Parque dos Rodeios, CEP 95.201-376, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0004-59, NIRE n.º 4390181522-1,

2 de 6.

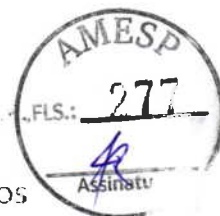


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/12



explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Quarto – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Cagu, estado de Goiás, na Rua Lazaro Ludogero de Souza, nº 450, Setor Vale do Sol, CEP – 75.813-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0005-30, NIRE n.º 5290094114-0, explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Quinto – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Três Lagoas, estado de Mato Grosso do Sul, na Rua Elmano Soares, nº 1395, Vila Nova, CEP – 79.602-021, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0006-10, NIRE n.º 5490035977-8, explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Sexto – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Campo Novo do Parecis, estado de Mato Grosso, na Rua Bahia, nº 522 NE, 2º andar, sala 03, Centro, CEP – 78.360-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0007-00, NIRE n.º 5190045006-1, explorando o ramo de atividades de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ)**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Sétimo – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de São João del-Rei, estado de Minas Gerais, na Rodovia JK – BR 459, s/nº, km 97, CEP – 37.552-880, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0008-02, NIRE n.º 5190045006-1, explorando o ramo de atividades de **PRESTACAO DE SERVICOS, EXECUCAO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ) E LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS AUTOMOTORES**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Oitavo – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Barcarena, estado do Pará, na Travessa João Nepomuceno, Quadra 402, Lote 14, Vila dos Cabanos, CEP 68.447-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.744.153/0009-63, NIRE n.º 15900501769, explorando o ramo de atividades de **PRESTACAO DE SERVICOS, EXECUCAO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ), LOCACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS AUTOMOTORES, E TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS**. Com o Capital Social de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais), para todos os efeitos legais.

Parágrafo Nono – A sociedade continua com sua filial estabelecida na cidade de Juazeiro do Norte, estado do Ceará, na Rua São Paulo nº 644, CEP 63.010-000, explorando o ramo de atividades de **(4211101) CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS, (4212000)**

3 de 6





CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS (4213800), OBRAS DE URBANIZAÇÃO RUAS, PRACAS E CALÇADAS, (4299599) OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, (4930203) TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS (7732201) E ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR EXCETO ANDAIMES.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETIVO SOCIAL

A sociedade dedica à (I) exploração do ramo de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, EXECUÇÃO EM TODOS OS RAMOS DA ENGENHARIA CIVIL, INCLUSIVE MEDIANTE USINAGEM DE CONCRETO ASFALTICO (CBUQ), (II) LOCAÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS AUTOMOTORES E (III) TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 01 de março de 1.997.

CLÁUSULA QUARTA – DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS SOCIAIS

O Capital Social é da importância de R\$ 30.300.000,00 (trinta milhões, trezentos mil reais) subscrito e integralizado pelos sócios quotistas da seguinte forma: R\$ 30.000.000,00 (Trinta milhões de reais) em moeda corrente nacional e 300.000,00 (Trezentos mil reais) e imóvel, divididos em 30.300.000 (trinta milhões e trezentas) quotas, de valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, conforme a seguinte distribuição:

Sócios	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Edson Fernando Maciel Tavares	21.210.000	R\$ 1,00	R\$ 21.210.000,00
Eloizio Maciel Tavares	9.090.000	R\$ 1,00	R\$ 9.090.000,00
Total	30.300.000	R\$ 1,00	R\$ 30.300.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES** e **ELOÍZIO MACIEL TAVARES**, acima qualificados, que assinarão todas as obrigações fiscais e comerciais, e, em conjunto, no caso de alteração patrimonial e compra ou venda de imóveis, restando vedado a qualquer um deles valer-se do nome da sociedade para favorecer a terceiros ou a si próprio, quer pela prestação de caução ou fiança, quer pela concessão de aval, abono, endosso ou qualquer ato que importe em ônus para a sociedade ou que exponha o seu nome ou patrimônio a qualquer espécie de risco.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA JUNTO AO CREA

A responsabilidade técnica da sociedade junto ao Conselho Regional de Engenharia é exercida pelos sócios e engenheiro civil, **“EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES”** e **“ELOIZIO MACIEL TAVARES”** ambos acima qualificados.

CLÁUSULA SETIMA – DA INDIVISIBILIDADE E CESSÃO DAS QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço

4 de 6





direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, CONTÁBEIS E SOCIAIS E DOS DESTINOS DO RESULTADO.

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro. O administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos, conforme disposição do artigo 175 da Lei 6.404/76.

Parágrafo Único – Os lucros líquidos ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados aos sócios proporcionalmente à participação de cada um no capital social.

CLÁUSULA NONA – DA NOMEAÇÃO DO (S) ADMINISTRADOR (ES)

Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador (es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os administradores poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pagamento de labore”, nunca inferior ao valor de um salário mínimo vigente, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DOS SÓCIOS

No caso do falecimento de sócio, a sociedade continuará com o sócio remanescente e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade, os haveres do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito, em até 6 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas.

Parágrafo Primeiro – O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo Segundo – O procedimento adotado para a apuração de haveres, em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos sócios, será o mesmo previsto nesta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DE SÓCIOS

A maioria representativa de mais da metade do capital social, poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Primeiro – A exclusão de que trata esta cláusula será determinada em reunião dos sócios quotistas convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.

5 de 6



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/12



Parágrafo Segundo – O Valor da quota do sócio porventura excluído, considerada pelo montante efetivamente realizado, será paga ao mesmo em dinheiro dentro de noventa dias, com base na situação patrimonial da sociedade à data da reunião, verificada em balanço especialmente levantado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da referida reunião.

Parágrafo Terceiro – O sócio remanescente poderá optar pelo suprimento da quota do excluído ou pela redução do capital social, conforme a deliberação da maioria na mesma reunião em que for decidida a exclusão.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro de Muzambinho, Estado de Minas Gerais, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem em todos justos e contratados, firmam o presente instrumento, na forma da via, e para que valha na melhor forma de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Muzambinho – MG, 24 de setembro de 2020.

Assinam digitalmente o presente ato: pela PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, o Sr. EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES, CPF nº 469.589.756-34 e o Sr. ELOIZIO MACIEL TAVARES, CPF nº 605.012.786-72 e como testemunha, o Sr. EDER MOREIRA, CPF nº 012.124.746-51.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

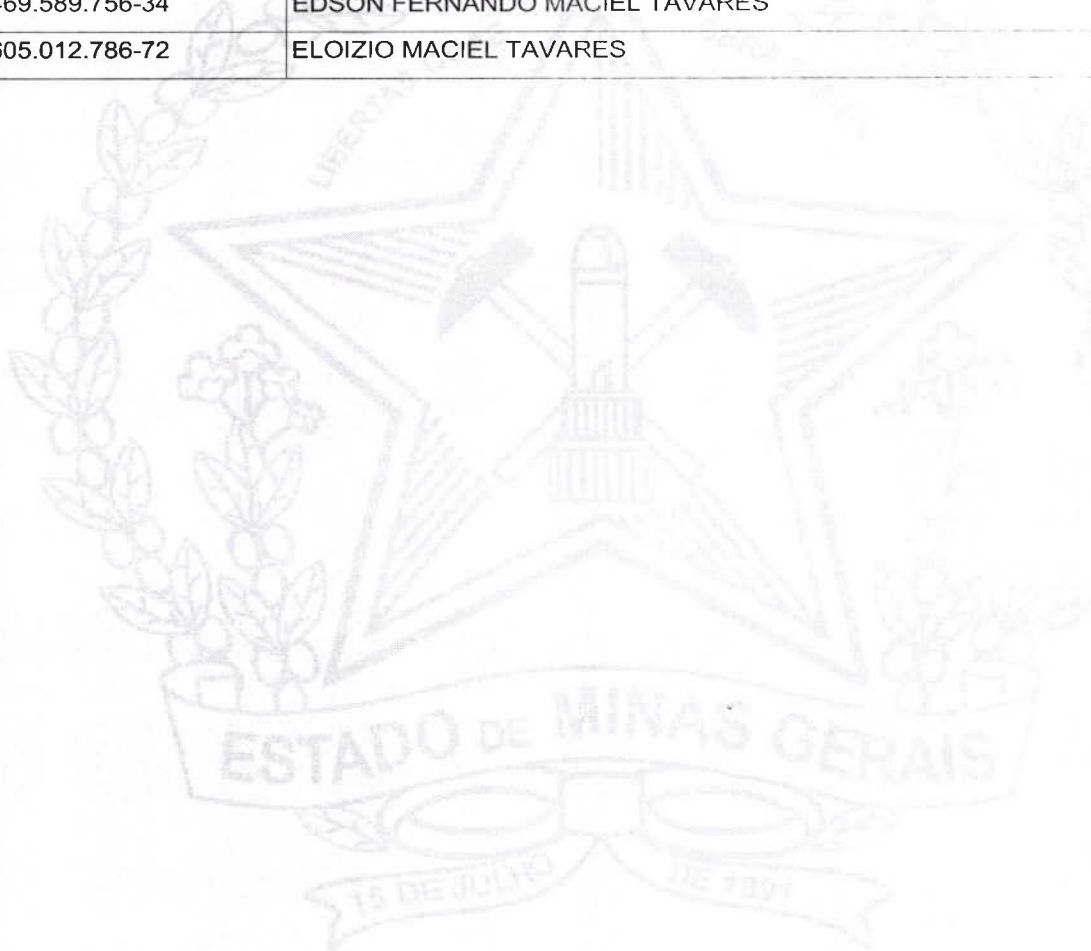
Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/599.205-6	MGE2000819545	30/09/2020

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
012.124.746-51	EDER MOREIRA
469.589.756-34	EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES
605.012.786-72	ELOIZIO MACIEL TAVARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/12



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 20/599.205-6 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 8034081 em 01/10/2020 da empresa 3120514651-7 PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
2392000695-6	01.744.153/0010-05	RUA SAO PAULO 644 - BAIRRO CENTRO CEP 63010-000 - JUAZEIRO DO NORTE/CE

1 de out de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 20/5992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/12



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, de NIRE 3120514651-7 e protocolado sob o número 20/599.205-6 em 30/09/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8034081, em 01/10/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Kassia Maria Cardoso de Paula.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
469.589.756-34	EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES
605.012.786-72	ELOIZIO MACIEL TAVARES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
469.589.756-34	EDSON FERNANDO MACIEL TAVARES
605.012.786-72	ELOIZIO MACIEL TAVARES
012.124.746-51	EDER MOREIRA

Belo Horizonte, quinta-feira, 01 de outubro de 2020



Documento assinado eletronicamente por Kassia Maria Cardoso de Paula, Secretária Pública(a), em 01/10/2020, às 09:06 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/599.205-6.

Página 1 de 1





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, quinta-feira, 01 de outubro de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8034081 em 01/10/2020 da Empresa PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA, Nire 31205146517 e protocolo 205992056 - 30/09/2020. Autenticação: CBF3199CF328D78E5A15BB71292B898DC27857D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/599.205-6 e o código de segurança acCU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 01/10/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/12

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o Sr. **Anderson Cleiton Santos de Lima**, portador da Cédula de Identidade nº M 6.647.352 SSP/MG e CPF sob nº. 800.260.446-68, a participar da licitação instaurada pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, na modalidade **PREGÃO Nº. 005/2022**, supra-referenciada, para nos representar no referido processo licitatório, podendo tomar qualquer decisão, formular nova proposta escrita apresentada, quando convocado, e, ainda, rubricar documentos, renunciar o direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, bem como, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 08 de Março de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

GRUPO DURO NA QUEDA



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47



PODER JUDICIÁRIO - TÍTULO - CONCESSÃO DE SELO DE JUSTIÇA

2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Reconheço, por semelhança, a(s) assinatura(s) de
(FGO24757) GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
em testemunho da verdade.
Pouso Alegre, 04/01/2022 10:47:20 9690

SELO DE CONSULTA: FGO24757
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 8080.8603.1516.5066
Quantidade de atos praticados: 01
Atos praticados por:
KARINA DELSCH KERSUL - ESCRIVENTE
Embr: R\$7,04 TFR: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.trig.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: A2M741898

PROCURAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, com sede à Estrada São João, s/n. Zona Rural, Distrito São João em São Sebastião da Bela Vista (MG), neste ato representada pelo sócios, **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, portador do RG: 43.947.898-4 - SSP-SP, inscrito no CPF: 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, nº.: 230 -Apto. 304 -Bloco 9, Bairro Pão de Açúcar, Pouso Alegre-MG, CEP.: 37.555-272, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu bastante Procurador o Senhor, **Anderson Cleiton Santos de Lima**, portador do RG M-6.647.352 emitido pela SSP/MG, inscrito no CPF: 800.260.446-68, residente e domiciliado a rua Argentina Grossi Tonini, nº 230 Aptº 304 – Bloco 9 – Bairro Pão de Açúcar – Pouso Alegre - MG, a quem confere amplos poderes para junto das Prefeituras Municipais, praticar os atos necessários para representar a outorgante nas licitações nas modalidades de Pregão Presencial, Convite, Tomada de Preços, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinando contratos, receber e dar quitação; podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, com validade até 31/12/2022.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 03 de janeiro de 2.022.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 09 / 03 / 22

FUNÇÃOÁRIO

2º OFÍCIO

Gilberto Dantas Delgado Junior 26.614.327/0001-47
CPF 319.471.958-08
RG 43.947.898-4 - SSP-SP

INSC. EST. 00287047300-46

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

ESTRADA SÃO JOÃO S/N ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO - CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Estrada São João, S/N, Zona Rural
Bairro: Distrito São João, São Sebastião da Bela Vista/MG
Caixa Postal - 34 CEP: 37.567-000



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ANDERSON CLEITON SANTOS DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISOR
MG647352 SSP MG

CPF
800.260.446-68

DATA NASCIMENTO
05/11/1974

FILIAÇÃO
OSVALDO JOSE DE LIMA
APARECIDA HEBE DOS SANTOS

PERMISSÃO
ACC CAT. NA II

Nº REGISTRO
04479791068

VALIDADE
15/05/2023

1ª HABILITAÇÃO
09/10/2008

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
POUSO ALEGRE, MG

DATA EMISSÃO
17/05/2018

Alexandre Amaro da Matta
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISOR
84402095569
MG534196225

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1640625370

PROIBIDO PLASTIFICAR
1640625370

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRO
REGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
CONFERE COM O ORIGINAL

Data: 09 / 03 / 22

FUNÇÃOÁRIO



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

DECLARAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, relativamente ao Processo licitatório n. 017/2022, **PREGÃO n. 005/2022**, promovido pela **Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da lei 10.520 de 17 de Julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do presente Edital, Registro de Preços.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047302-10
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, MG

Estrada do São João, Zona Rural - B. São João - São Sebastião da Bela Vista - MG - Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br - licitacao@gdq.com.br



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31210756735

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome:

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100302425

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

9 Abril 2021

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquivar-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA-GERAL

pág. 1/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

VALCENIR PARONETTI DORTA, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/n°, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e o senhor **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/n°, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000, por essa forma tem justos e combinados a alteração da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, que tem a Denominação Social de **“DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”** com sede na Estrada São João, s/n°, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, inscrita no CNPJ sob n° 26.614.327/0001-47, cujo ato constitutivo está arquivado na JUCEMG sob n° 31210756735, na data de 28/11/2016, a presente sociedade passará a se reger mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

1ª Cláusula: O objeto da sociedade passa a ser: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/16

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens, Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

2ª Cláusula: São admitidas na sociedade as empresas: **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 38.310.259/0001-01 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31600965681 na data de 02/09/2020, com sede na Estrada São João, s/nº- Sala 01, bairro São João, município São Sebastião da Bela Vista-Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob nº **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/nº, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.390.224/0001-20 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31211841116 em 09/09/2020, com sede na Est. São João, s/nº, Sala 02, bairro São João em São Sebastião da Bela Vista, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu sócio administrador **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, nascido em 02/07/1961, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob nº **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/nº, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000.

3ª Cláusula: O sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 9.900.000 (nove milhões e novecentas mil) cotas à empresa sócia **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 9.900.000,00 – Nove milhões e novecentos mil Reais) junto à empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. O sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 100.000 (cem mil) cotas à empresa sócia **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 100.000,00 – Cem mil Reais) junto à



5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. Ficando assim distribuído o capital social da empresa:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
* ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

3ª Cláusula: A sociedade continua a ser administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em 01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CONSOLIDAÇÃO:

1ª Cláusula: A sociedade tem sua sede à Estrada São João, s/nº, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, não possuindo filiais, que poderão ser criadas a qualquer tempo e qualquer local.

2ª Cláusula: A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de “**DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**”, e a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondem, entretanto, subsidiariamente, pelas obrigações

4



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

sociais e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve início de atividades na data de 21/10/2016.

3ª Cláusula: A sociedade tem como objeto social: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens,

5



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/16

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

4ª Cláusula: O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de quotas de valor nominal e indivisível de R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado com a seguinte distribuição:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
*ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

5ª Cláusula: A sociedade é administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em

6

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6ª Cláusula: Os sócios devem realizar, ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, Reunião dos Sócios com o objetivo de:

I – tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;

II – designar administradores, quando for o caso;

III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

IV - A convocação para a Reunião dos Sócios será feita mediante aviso por escrito, contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, data e local de realização, ou por correspondência enviada ao endereço constante do preâmbulo, com aviso de recebimento (AR) assinado pelo responsável no local, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

V - Fica dispensada a convocação para a Reunião dos Sócios nos termos previstos no item IV, quando todos os sócios se declararem, por escrito, e mediante assinaturas, cientes da ordem do dia, hora, data e local de realização da Reunião dos Sócios.

VI - Ficam saneadas eventuais falhas convocatórias na hipótese de comparecimento da unanimidade dos sócios na Reunião.

7



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/16

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

VII - A Reunião dos Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

VIII - Os quóruns de deliberação das matérias levadas à Reunião de Sócios serão aqueles dispostos na legislação societária vigente.

IX - Dispensa-se a Reunião dos Sócios quando todos eles decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

7ª Cláusula: Desde que não haja oposição expressa de detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, é permitida a cessão de quotas, seja dos sócios entre si, seja dos sócios para terceiros.

I - Para o exercício da oposição de que trata a sétima cláusula, basta que o(s) sócio(s) detentor(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social não assine(m) a alteração contratual que formalize a operação pretendida. Assim, é válida e apta para o registro a alteração contratual que tenha a assinatura do(s) sócio(s) titular(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, ainda que seja este o cedente.

8ª Cláusula: Qualquer sócio poderá sair da sociedade, a qualquer tempo, sem que tal situação importe sua dissolução.

I - O sócio que desejar sair da sociedade deverá notificar os demais sócios com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração de seus haveres, os quais deverão ser pagos pela sociedade em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de até 1% (um por cento) ao mês e correção monetária segundo o IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

II - Os haveres mencionados no item I deverão ser apurados através de balanço especial, o qual deverá ser levantado com base na avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, deduzindo-se as obrigações constantes do passivo da sociedade.

III - No caso de falecimento de qualquer sócio, a admissão de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro é condicionada ao consentimento expresso de titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

IV - No caso de falecimento de sócio detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, caberá aos legatários e aos herdeiros em linha reta ou em linha colateral, segundo a ordem de vocação hereditária, optar pelo recebimento do valor correspondente às quotas que ele detinha no capital da sociedade, ou pelo ingresso na mesma, na condição de sócios.

V - Na hipótese de ser vedada a entrada de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro pelos sócios remanescentes, ou caso eles não se interessem em ser admitidos como sócios, o valor correspondente às quotas que o falecido detinha no capital social será apurado e pago aos mesmos mediante redução do capital da sociedade, observados os critérios de cálculo e forma de pagamento previstos nos itens I e II.

9ª Cláusula: O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

I - Em 31 de dezembro será levantado o Balanço Patrimonial, que deverá ser submetido à deliberação dos sócios reunidos para tal finalidade.

II - Os lucros e perdas serão distribuídos conforme deliberado em Reunião dos Sócios, podendo-se decidir, contudo, pela destinação total ou parcial dos mesmos para reservas ou para o capital social.

III - Admite-se, ainda, a critério dos sócios, a distribuição dos lucros antes mesmo do término do exercício social, conforme sejam apurados em balancetes intermediários.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 11/16

5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5

10ª Cláusula: O administrador declara não estar incurso em qualquer impedimento legal para participar da sociedade ou exercer funções de administração, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

11ª Cláusula: Os casos omissos no presente instrumento, que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelos sócios, serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, especialmente o Código Civil.

12ª Cláusula: Aplicam-se à sociedade as regras da sociedade simples, naquilo que não for regulado pelo presente contrato social e pelo capítulo das sociedades limitadas previsto no Código Civil.

13ª Cláusula: Fica estabelecida e determinada a comarca e foro da cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para qualquer decisão de litígio que venha a surgir na administração ou entre os sócios da empresa, ou entre esta e terceiros;

E, por estarem assim justos e contratados, o presente instrumento é assinado em 1 (uma) via.

São Sebastião da Bela Vista-MG, 11 de janeiro de 2021.

VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

VALCENIR PARONETTI DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

10





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

Handwritten signatures and initials in blue ink.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág 13/16



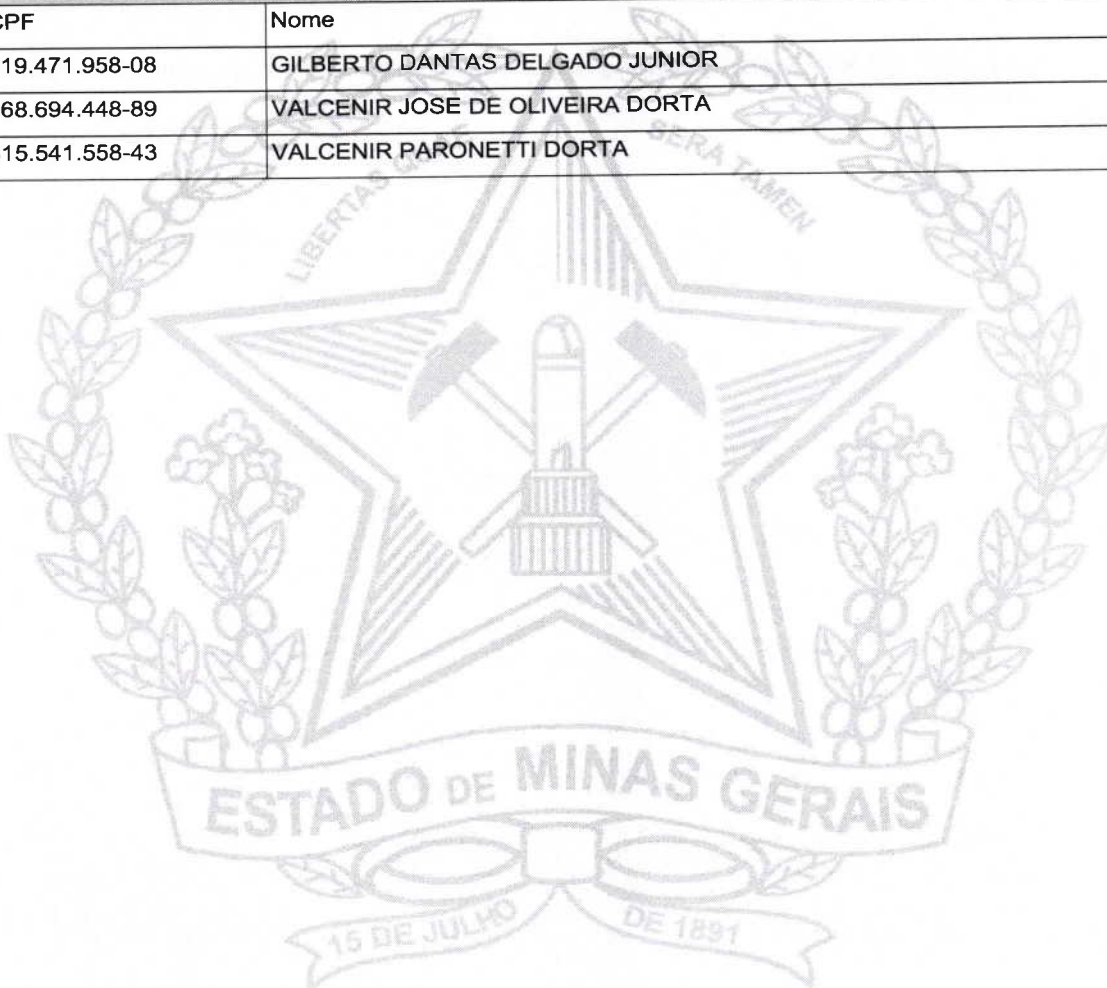
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, de NIRE 3121075673-5 e protocolado sob o número 21/341.142-3 em 09/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8471251, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 16:54 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 21/341.142-3.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 15/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 16/16

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

S P

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2303886366

ENG

2303886366

SÃO PAULO

DENATRAN CONTRAN

GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF
439478984 SSP SP

CNPJ
319.475.958-08

DATA NASCIMENTO
01/07/1983

PERMISÃO
B

ACC
A

CAT. HAB
AB

Nº 032

VALIDADE
01/12/2021

1ª HABILITAÇÃO
22/03/2002

DATA EMISSÃO
01/12/2021

51160575658
SP006408443

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

[Handwritten signatures and marks]



DO MONTANHAS

GRUPO DURO NA QUEDA



REIRA - PORTO AREIA - TERRAPLANAGEM - TRANSPORTE

Pedreira

(35) 3427-3351

Concreteira

BRMIX

(35) 3425-4181

www.grupoduronaqueda.com.br



da da Faisqueira - Km 09

Rodovia JK BR-459,

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, estabelecida à Estrada São João, Zona Rural s/nº bairro São João, na cidade de São Sebastião da Bela Vista - MG, vem pela presente apresentar em anexo, sua proposta de preços para a contratação.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.	1,00	SV	R\$ 95.634.079,92

O preço global proposto para a contratação é de **R\$ 95.634.079,92 (Noventa cinco milhões, seiscentos e trinta quatro mil, setenta e nove reais e noventa dois centavos)**, conforme planilha de preços anexa.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Agencia: 4537

Banco: Caixa Econômica Federal

Conta Corrente: 592-0

Destinatário: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Prazo de Execução: Conforme Edital.

Condição de Pagamento: Conforme Edital.

Declaro que no preço ofertado encontra-se incluídos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, insumos, impostos e lucro, ou seja, todas as despesas diretas e indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste processo licitatório.

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-46
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – licitacao@gdq.com.br



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: 09/03/22

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
1 SERVIÇOS INICIAIS									
1.1	SETOP - OUT/21	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFINADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2"	U	34	1.179,11	1.457,62	40.089,74	49.559,08
1.2	SETOP - OUT/21	ED-50158	ENRIJECIDA COM METALON 20 X 20 SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	M	3.400	36,65	45,31	124.610,00	154.054,00
1.3	SETOP - OUT/21	ED-50160	CONCRETO EM PVC H = 75 CM	M	750	242,91	300,29	182.182,50	225.217,50
1.4	SETOP - OUT/21	ED-50166	TAPUME REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A, H = 2,20 M (PADRÃO DER-MG - COM REMOÇÃO)	M2	1.080	8,32	10,29	8.985,60	11.113,20
1.5	SETOP - OUT/21	ED-50157	REMANEJAMENTO DE TAPUME	M	2.000	3,22	3,98	6.440,00	7.980,00
1.6	SINAPI - JAN/22	90777	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	H	2.640	95,87	118,51	253.096,80	312.866,40
1.7	SINAPI - JAN/22	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	108,89	134,61	287.469,60	355.370,40
1.8	SINAPI - JAN/22	90776	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	35,23	43,55	93.007,20	114.972,00
1.9	SINAPI - JAN/22	90767	ENCARGO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5.060	19,40	23,98	98.164,00	121.338,80
1.10	SINAPI - JAN/22	100309	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400	28,65	35,42	11.460,00	14.168,00
2 INFRAESTRUTURA URBANA									
2.1	SINAPI - JAN/22	99058	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	UN	8.280	11,64	14,39	96.379,20	119.149,20
3 TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO									
3.1	SETOP - OUT/21	RO-40157	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA AF - 102018	M3	70.000	7,15	8,84	500.500,00	618.800,00
3.2	SETOP - OUT/21	TER-ESC-015	ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM CAMINHÃO, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1.801 A 2.000 M	M3	14.000	3,30	4,08	46.200,00	57.120,00
3.3	SETOP - OUT/21	ED-51106	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	7.000	4,40	5,44	30.800,00	38.080,00
3.4	SETOP - OUT/21	ED-51110	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	M3	800	33,10	40,92	26.480,00	32.736,00
3.5	SETOP - OUT/21	ED-51131	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	800	33,10	40,92	26.480,00	32.736,00
3.6	SETOP - OUT/21	ED-51132	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	800	1,43	1,77	1.144,00	1.416,00
3.7	SETOP - OUT/21	ED-51119	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	800	6,91	8,54	5.528,00	6.832,00
3.8	SINAPI - JAN/22	95385	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM SOLO MOLE COM DESCARGA DIRETA SOBRE CAMINHÃO	M3	70.000	8,99	11,11	629.300,00	777.700,00
3.9	SETOP - OUT/21	RO-40242	ESCAVAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRÇO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVO SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF - 112019	M3	21.000	4,88	6,03	102.480,00	126.630,00
3.10	SETOP - OUT/21	ED-51130	ESCALONAMENTO DE TALUDES DE ATERRÇO	M3XKM	120.000	3,20	3,96	384.000,00	475.200,00
3.11	SETOP - OUT/21	ED-51127	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	23.000	3,38	4,18	77.740,00	96.140,00
3.12	SINAPI - JAN/22	100973	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT <= 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	4.080	7,21	8,91	29.416,80	36.333,60
SUBTOTAL									
								1.105.505,44	1.366.619,38
								96.379,20	119.149,20
								1.860.068,80	2.299.742,80



GRUPO DURO NA QUEDA



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Data: 09/03/22

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
4 ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, PRESAGEM E TRANSPORTE										
4.1	SUDECAP - DEZ21	03.03.01	ESCAVAÇÃO MECÂNICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	45.500	4,66	5,76	R\$ 212.030,00	R\$	R\$ 262.080,00
4.2	SETOP - OUT21	ED-40492	DEM-PIS-070	M2	22.750	8,48	10,48	R\$ 192.920,00	R\$	R\$ 238.420,00
4.3	SUDECAP - DEZ21	20.20.01	PRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	625.000	11,80	14,59	R\$ 7.375.000,00	R\$	R\$ 9.118.750,00
4.4	SUDECAP - DEZ21	02.12.01	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	60.000	1,92	2,37	R\$ 115.200,00	R\$	R\$ 142.200,00
4.5	SUDECAP - DEZ21	03.12.03	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	32.388	2,27	2,81	R\$ 73.519,63	R\$	R\$ 91.008,88
4.6	SINAPI - JAN22	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.006.375	2,30	2,84	R\$ 2.314.662,50	R\$	R\$ 2.858.105,00
5 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS										
5.1	BASE									
5.1.1	SETOP - OUT21	RO-41083	REFORÇO DO SUBLEITO (EXECUÇÃO INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UNIDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	75.000	12,23	15,12	R\$ 917.250,00	R\$	R\$ 1.134.000,00
5.1.2	SINAPI - JAN22	96399	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	22.500	106,06	131,11	R\$ 2.386.350,00	R\$	R\$ 2.949.975,00
5.1.3	SINAPI - JAN22	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	27.500	154,86	191,44	R\$ 4.258.650,00	R\$	R\$ 5.264.600,00
5.1.4	SETOP - OUT21	RO-41079	RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL INCLUSIVE O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	M3	2.500	63,10	78,00	R\$ 157.750,00	R\$	R\$ 195.000,00
5.1.5	SINAPI - JAN22	95975	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.500.000	1,63	2,02	R\$ 2.445.000,00	R\$	R\$ 3.030.000,00
5.1.6	SINAPI - JAN22	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.750.000	0,64	0,79	R\$ 1.120.000,00	R\$	R\$ 1.382.500,00
5.2	CORREÇÃO DO PAVIMENTO									
5.2.1	SETOP - OUT21	RO-41207	REFERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRÉ-MISTURADO A FRIO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA EXCLUÍ O FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000	13,31	16,45	R\$ 39.930,00	R\$	R\$ 49.350,00
5.2.2	SINAPI - JAN22	97916	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	90.000	1,54	1,90	R\$ 136.600,00	R\$	R\$ 171.000,00
5.2.3	SINAPI - JAN22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	105.000	0,60	0,74	R\$ 63.000,00	R\$	R\$ 77.000,00
									R\$	R\$ 298.050,00







PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	Fonte	Código	Serviços	Unid.	Quant. a Executar	Preço Unit. sem BDI	Preço a Executar sem BDI	23,62%	Data: 09/03/22
5.3 PAVIMENTAÇÃO									
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30 AF_11/2019	M3	400.000	6,72	2.688.000,00	R\$ 45.366.746,00	R\$ 56.072.682,50
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFALTICA RR-2C AF_11/2019	M2	2.000.000	2,62	5.240.000,00	R\$ 6.480.000,00	
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95966	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	10.000	1.343,89	13.438.900,00	R\$ 16.613.200,00	
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	12.250	1.550,76	18.996.810,00	R\$ 23.483.862,50	
5.3.5	SETOP - OUT/21	ED-68813	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	M3	400	123,89	49.556,00	R\$ 61.260,00	
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97916	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	1.602.000	1,54	2.467.080,00	R\$ 3.043.800,00	
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	4.144.000	0,60	2.486.400,00	R\$ 3.066.560,00	
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRIO									
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-42831	MICRO-REVESTIMENTO ASFÁTICO A FRIO (COM ESPESURA DE 15MM (EXECUÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EXCETO A EMULSÃO)	M2	65.000	2,56	166.400,00	R\$ 205.400,00	
5.4.2	COTAÇÃO		EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	T	325	5.998,00	1.949.350,00	R\$ 2.409.787,25	
5.5 TAPA BURACO									
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101610	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO AF_12/2020	M3	1.250	1.391,23	1.739.037,50	R\$ 2.149.800,00	
5.5.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	90.000	1,54	138.600,00	R\$ 171.000,00	
5.5.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	105.000	0,60	63.000,00	R\$ 77.700,00	
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.360	17,85	59.976,00	R\$ 74.155,20	
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.240	16,81	37.654,40	R\$ 46.547,20	
6 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
6.1	SETOP - OUT/21	RO-41228	TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG. COM CATADÓPTICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	1.625	23,59	38.333,75	R\$ 47.385,00	
6.2	SETOP - OUT/21	RO-41231	TACHA REFLETIVA TIPO SHTRG. COM CATADÓPTICO EM APELAS, UMA FACE (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	4.875	11,27	54.941,25	R\$ 67.908,75	
6.3	SINAPI - JAN/22	102512	PINTURA DE EIXO VÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPULSADA AF_05/2021	M	20.000	3,99	79.800,00	R\$ 98.600,00	
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41778	SETAS, SÍMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRILICA 0,8MM DE ESPESURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	1.750	35,50	62.125,00	R\$ 76.807,50	



<div>GRUPO DURO NA QUEDA</div> <div><div>DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA</div></div>		<div>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</div>		<div></div>					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO SAPUCAÍ									
PROCESSO LICITATÓRIO									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			BDI		Data: 09/03/22				
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
65	SINAPI - JAN/22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS) AF 06/2017	M3	4	124,24	153,59	R\$ 496,96	R\$ 614,36
66	SINAPI - JAN/22	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME FCK 30 MPa COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO AF 06/2017	M3	4	589,10	728,25	R\$ 2.356,40	R\$ 2.913,00
67	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, 7' 32" KGM (NBR 5980)	M	750	138,39	171,08	R\$ 103.792,50	R\$ 128.310,00
68	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	1.108,81	1.370,71	R\$ 99.792,90	R\$ 123.363,90
7	MANUTENÇÃO E REPARO GUIAS SARJETAS E CALÇADAS							R\$ 1.256.947,50	R\$ 1.553.835,00
71	SETOP - OUT/21	RO-40638	MEIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DR MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	7.500	43,86	54,22	R\$ 328.950,00	R\$ 406.650,00
72	SETOP - OUT/21	RO-41316	CAIAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000	2,71	3,35	R\$ 27.100,00	R\$ 33.500,00
73	SETOP - OUT/21	RO-40230	MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3	250	465,98	576,04	R\$ 116.495,00	R\$ 144.010,00
74	SETOP - OUT/21	RO-41763	DEFENSA SINGELA SEMI-MALEÁVEL SV-OSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750	448,23	554,10	R\$ 784.402,50	R\$ 969.675,00
8	ITENS DIVERSOS							R\$ 1.275.750,00	R\$ 1.577.070,00
81	SINAPI - JAN/22	1518	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRAO DNIT FAIXA C, COM CAP 5070 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	2.250	567,00	700,92	R\$ 1.275.750,00	R\$ 1.577.070,00
TOTAL SERVIÇOS:								R\$ 77.366.915,73	R\$ 95.834.079,92

São Sebastião da Bela Vista, 09 de Março de 2022

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal

GILBERTO DANTAS DELGADO JÚNIOR
ADMINISTRADOR / NÃO SÓCIO
GRUPO DURO NA QUEDA

26.614.327/0001-47

INSC. EST. 00287047900468

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL

DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000

SÃO JOÃO DO RIO DO ANIL, RJ





PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 01.744.153/0001-06 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 441.559851.0083
Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP

- PROTOCOLO -

Em, 09 / 03 / 22

Horas: 09 : 00

ENVELOPE Nº 01: "PROPOSTA COMERCIAL"

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS XDA MICRORREGIÃO DO MÉDIO
SAPUCAÍ – AMESP

PREGÃO Nº 05/2022



OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS
MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

RAZÃO SOCIAL: PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

ENDEREÇO: AV. VER. DR. ANTERO VERÍSSIMO DA COSTA, Nº 420,
JARDIM ALTAMIRA, MUZAMBINHO-MG, CEP: 37890-000
TELEFONE E EMAIL: (35) 3571-1797 – pavidez@pavidez.com.br



PAVIDEZ
Engenharia Ltda

**ASSOCIAÇÃO DOS MUNÍCIPIOS DA
MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ -
AMESP**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022
PROCESSO Nº 17/2022**

**PROPOSTA
COMERCIAL**



PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 1 de 13

INSC. ESTADUAL: 441.559851.0083



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022
PROCESSO Nº 17/2022
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS NA FORMA DE
LICITAÇÃO COMPARTILHADA
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROPOSTA COMERCIAL

ÍNDICE

1 - Proposta de Preços.....	03
2 – Anexo III – Proposta Comercial.....	05
3 - Planilha Orçamentária.....	07
4- Termo de Encerramento.....	13





PAVIDEZ
Engenharia Ltda

PROPOSTA DE PREÇOS

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located in the bottom right corner of the page.





PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 3 de 13

INSC. ESTADUAL: 441.559851.0083



Muzambinho, 09 de Março de 2022

À

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

Rua Comendador José Garcia, 774 - Centro

Pouso Alegre - MG

At.: Comissão de Licitação

Ref.: Pregão Presencial nº 05/2022

Processo nº 17/2022

Prezados Senhores,

A **PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA**, com sede à Av. Ver. Dr. Antero Veríssimo da Costa, nº 420, em Muzambinho-MG, inscrita no CNPJ sob o nº 01.744.153/0001-06, Inscrição Estadual nº 441.559.851-0083, telefax: (35) 3571-1797 / (35) 3571-0710, e-mail: engenharia@pavidez.com.br, através do seu representante abaixo assinado vem por meio desta apresentar a sua proposta comercial, conforme planilha em anexo, para:

PREGÃO o REGISTRO DE PREÇOS na forma de LICITAÇÃO COMPARTILHADA para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

O valor de nossa proposta, é:

R\$ 84.043.033,07 (Oitenta e Quatro Milhões, Quarenta e Três Mil, Trinta e Três Reais e Sete Centavos)

O prazo de validade de nossa proposta é de **60 (sessenta)** dias corridos, contados da data de abertura dos envelopes relativos à habilitação

Nos preços apresentados estão inclusos todos os custos operacionais da atividade, operadores, motoristas, tributos eventualmente devidos, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito à proponente de reivindicar custos adicionais.

Dados Bancários:

Banco: Bradesco – Muzambinho / Conta: 1571 – 7 / Agência: 2447 – 3

Se vencedora, na qualidade de representante legal assinará o Contrato o Sr. Eloizio Maciel Tavares, cargo Diretor de Obra, portador do CPF/MF sob o nº 605.012.786-72, portador da carteira de identidade RG nº M-4.358.852 – SSP/MG, data de nascimento 25/04/1969, endereço residencial completo: Rua Dr. Samuel de Assis Toledo, 238 – Jardim Itália, Muzambinho/MG; e-mail institucional: engenharia@pavidez.com.br, telefones: (35) 3571-1797

Atenciosamente,

Eloizio Maciel Tavares
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 01 744 153/0001-06
Eloizio Maciel Tavares
ENG. CIVIL - CREA/MG 57 807/D
RG: M 4 358 852 SSP/MG
DIRETOR DE OBRAS





PAVIDEZ
Engenharia Ltda

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL



Handwritten signatures in blue ink, including a large 'X' mark and several other stylized signatures.





PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 5 de 13

INSC. ESTADUAL: 441.559851.0083

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa Pavidez Engenharia Ltda, estabelecida na Av. Ver. Dr. Antero Veríssimo da Costa, nº 420, no bairro Jardim Altamira no município de Muzambinho/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.744.153/0001-06, propõe fornecer à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, em estrito cumprimento ao quanto previsto no Edital da Licitação em epígrafe, os itens relacionados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR GLBOAL
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ –AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.	R\$ 84.043.033,07

R\$ 84.043.033,07 (Oitenta e Quatro Milhões, Quarenta e Três Mil, Trinta e Três Reais e Sete Centavos).

Validade da Proposta: 60 dias

OBS.: AO FORMULAR A PROPOSTA, A EMPRESA LICITANTE, DEVERÁ, OBRIGATORIAMENTE, APRESENTAR TODAS AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS CONFORME LAYOUT CONSTANTES DO ANEXO VIII – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (em Formato Excel).

Muzambinho, 09 de Março de 2022

E. Maciel
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 01 744 153 /0001-06
Eloizio Maciel Tavares
ENG. CIVIL - CREA/MG 57 807/D
RG: M 4 358 852 SSP/MG
DIRETOR DE OBRAS





PAVIDEZ
Engenharia Ltda

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



Handwritten blue signatures and initials.





PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 7 de 13

INSC. ESTADUAL: 441.559851.0083



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ									
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2022									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	Fonte	Código	Serviços	Unid.	Quant. a Executar	Preço Unit. sem BDI	Preço Unit. com BDI 23,62%	Preço a Executar sem BDI	Preço a Executar com BDI 23,62%
1 SERVIÇOS INICIAIS									
1.1	SETOP - OUT/21	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIMADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8" EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCALVADO PINTADAS	U	34	1.179,11	1.457,62	40.089,74	49.559,08
1.2	SETOP - OUT/21	ED-50158	CONTE EM PVC H = 75 CM	M	3.400	32,99	40,78	112.166,00	138.652,00
1.3	SETOP - OUT/21	ED-50160	TAPUME REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A, H = 2,20 M (PADRÃO DER-AM - COM REMOÇÃO)	M	750	242,91	300,29	182.182,50	225.217,50
1.4	SETOP - OUT/21	ED-50166	REMANEJAMENTO DE TAPUME	M2	1.080	5,41	6,69	5.842,80	7.225,20
1.5	SETOP - OUT/21	ED-50157	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	M	2.000	2,42	2,99	4.840,00	5.980,00
1.6	SINAPI - JAN/22	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	62,31	77,03	164.498,40	203.359,20
1.7	SINAPI - JAN/22	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	70,78	87,50	186.859,20	231.000,00
1.8	SINAPI - JAN/22	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	22,90	28,31	60.456,00	74.738,40
1.9	SINAPI - JAN/22	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5.060	12,61	15,59	63.806,60	78.885,40
1.10	SINAPI - JAN/22	100309	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400	18,62	23,02	7.448,00	9.208,00
2 INFRAESTRUTURA URBANA									
2.1	SINAPI - JAN/22	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA, AF. 10/2018	UN	8.280	5,82	7,19	48.189,60	59.533,20
3 TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO									
3.1	SETOP - OUT/21	RO-0157	ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM CAMINHÃO, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1,801 A 2,000 M	M3	70.000	7,15	8,84	500.500,00	618.800,00
3.2	SETOP - OUT/21	ED-51105	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	14.000	3,30	4,08	46.200,00	57.120,00
3.3	SETOP - OUT/21	ED-51106	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	M3	7.000	4,40	5,44	30.800,00	38.080,00
3.4	SETOP - OUT/21	ED-51110	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	800	33,10	40,92	26.480,00	32.736,00
3.5	SETOP - OUT/21	ED-51131	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	800	21,52	26,60	17.216,00	21.280,00
3.6	SETOP - OUT/21	ED-51132	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	800	1,43	1,77	1.144,00	1.416,00



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO SAPUCAI									
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2022									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FORTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
3.7	SETOP - OUT/21	ED-51119	TER-ESC-095	M3	800	6,91	8,54	R\$ 5.528,00	R\$ 6.832,00
3.8	SINAPI - JAN/22	96385	-	M3	70.000	8,99	11,11	R\$ 629.300,00	R\$ 777.700,00
3.9	SETOP - OUT/21	RO-40242	-	M3	21.000	4,20	5,19	R\$ 88.200,00	R\$ 108.990,00
3.10	SETOP - OUT/21	ED-51130	TRA-CAM-020	M3XKM	120.000	2,21	2,73	R\$ 265.200,00	R\$ 327.600,00
3.11	SETOP - OUT/21	ED-51127	TRA-CAM-005	M3	23.000	3,36	4,18	R\$ 77.740,00	R\$ 96.140,00
3.12	SINAPI - JAN/22	100873	-	M3	4.080	4,68	5,79	R\$ 19.084,40	R\$ 23.623,20
4	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE								
4.1	SUDECAP - DEZ/21	03.03.01	-	M3	45.500	4,66	5,76	R\$ 212.030,00	R\$ 262.080,00
4.2	SETOP - OUT/21	ED-48492	DEM-PIB-070	M2	22.750	3,39	4,19	R\$ 77.122,50	R\$ 95.322,50
4.3	SUDECAP - DEZ/21	20.20.01	-	M2	625.000	7,17	8,86	R\$ 4.481.250,00	R\$ 5.537.500,00
4.4	SUDECAP - DEZ/21	02.12.01	-	M	60.000	1,92	2,37	R\$ 115.200,00	R\$ 142.200,00
4.5	SUDECAP - DEZ/21	03.12.03	-	M3	32.388	1,48	1,83	R\$ 47.933,50	R\$ 59.269,13
4.6	SINAPI - JAN/22	97914	-	M3XKM	1.006.375	1,88	2,32	R\$ 1.891.985,00	R\$ 2.334.790,00
5	MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS								
5.1	BASE								
5.1.1	SETOP - OUT/21	RO-41093	OBR-VIA-135	M3	75.000	12,23	15,12	R\$ 917.250,00	R\$ 1.134.000,00
5.1.2	SINAPI - JAN/22	96399	-	M3	22.500	106,06	131,11	R\$ 2.386.350,00	R\$ 2.949.975,00
5.1.3	SINAPI - JAN/22	96396	-	M3	27.500	119,24	147,40	R\$ 3.279.100,00	R\$ 4.053.500,00





PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 9 de 13

INSC. ESTADUAL: 441.569854-0083



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ									
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2022									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
5.1.4	SETOP - OUT/21	RO-11079	RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	M3	2.500	63,10	78,00	R\$ 157.750,00	R\$ 195.000,00
5.1.5	SINAPI - JAN/22	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM), AF_07/2020	M3XKM	1.500.000	1,63	2,02	R\$ 2.445.000,00	R\$ 3.030.000,00
5.1.6	SINAPI - JAN/22	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM), AF_07/2020	M3XKM	1.750.000	0,64	0,79	R\$ 1.120.000,00	R\$ 1.382.500,00
5.2 CORREÇÃO DO PAVIMENTO									
5.2.1	SETOP - OUT/21	RO-1207	REPERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRÉ-MISTURADO A FRIO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA, EXCLUÍ O FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000	13,31	16,45	R\$ 39.930,00	R\$ 49.350,00
5.2.2	SINAPI - JAN/22	97818	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM), AF_07/2020	TXKM	90.000	1,54	1,90	R\$ 138.600,00	R\$ 171.000,00
5.2.3	SINAPI - JAN/22	97819	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM), AF_07/2020	TXKM	105.000	0,60	0,74	R\$ 63.000,00	R\$ 77.700,00
5.3 PAVIMENTAÇÃO									
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30, AF_11/2019	M3	400.000	4,51	5,58	R\$ 1.804.000,00	R\$ 2.232.000,00
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C, AF_11/2019	M2	2.000.000	2,54	3,14	R\$ 5.080.000,00	R\$ 6.280.000,00
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95996	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_11/2019	M3	10.000	1.209,50	1.495,18	R\$ 12.095.000,00	R\$ 14.951.800,00
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_11/2019	M3	12.250	1.395,69	1.725,35	R\$ 17.097.202,50	R\$ 21.135.537,50
5.3.5	SETOP - OUT/21	FUN-LAS-010	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APLICADO MANUALMENTE	M3	400	123,89	153,15	R\$ 49.556,00	R\$ 61.260,00
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97818	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM), AF_07/2020	TXKM	1.602.000	1,54	1,90	R\$ 2.467.080,00	R\$ 3.043.800,00
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97819	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM), AF_07/2020	TXKM	4.144.000	0,60	0,74	R\$ 2.486.400,00	R\$ 3.066.560,00
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRIO									
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-2831	MICRO-REVESTIMENTO ASFÁLTICO A FRIO (COM ESPESURA DE 15MM) (EXECUÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS EXCETO A EMULSÃO)	M2	65.000	1,79	2,21	R\$ 116.350,00	R\$ 143.650,00
5.4.2	OUT/21		EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	T	325	5.998,00	7.414,73	R\$ 1.949.350,00	R\$ 2.409.787,25





CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MEDIO SAPUCAÍ									
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2022									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
5.5 TAPA BURACO									
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101810	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF_12/2020	M3	1.250	1.391,23	1.719,84	R\$ 2.038.267,90	R\$ 2.519.202,40
5.5.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	90.000	1,54	1,90	R\$ 138.600,00	R\$ 171.000,00
5.5.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	TXKM	105.000	0,60	0,74	R\$ 63.000,00	R\$ 77.700,00
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.360	17,85	22,07	R\$ 59.976,00	R\$ 74.155,20
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.240	16,81	20,78	R\$ 37.654,40	R\$ 46.547,20
6 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL									
6.1	SETOP - OUT/21	RO-41228	TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG. COM CATADIÓTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	1.625	23,59	29,16	R\$ 38.333,75	R\$ 47.385,00
6.2	SETOP - OUT/21	RO-41231	TACHA REFLETIVA TIPO SHTRG. COM CATADIÓTRICO EM APENAS UMA FACE (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	4.875	11,27	13,93	R\$ 54.941,25	R\$ 67.908,75
6.3	SINAPI - JAN/22	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPULSADA. AF_05/2021	M	20.000	3,63	4,49	R\$ 72.600,00	R\$ 89.800,00
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41779	SETAS, SÍMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRILICA 0,6MM DE ESPESURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRE-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	1.750	35,50	43,89	R\$ 62.125,00	R\$ 76.807,50
6.5	SINAPI - JAN/22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF_06/2017	M3	4	86,97	107,51	R\$ 347,88	R\$ 430,04
6.6	SINAPI - JAN/22	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPa, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_06/2017	M3	4	412,38	509,78	R\$ 1.649,52	R\$ 2.039,12
6.7	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"). E = 3,35 MM, 7,32" KG/M (NBR 5580)	M	750	132,86	164,24	R\$ 99.645,00	R\$ 123.180,00
6.8	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	665,29	822,43	R\$ 59.876,10	R\$ 74.018,70
7 MANUTENÇÃO E REPARO GUIAS SARIJETAS E CALÇADAS									
7.1	SETOP - OUT/21	RO-40838	MEIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DR.MF-41 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	7.500	43,86	54,22	R\$ 328.950,00	R\$ 406.650,00
7.2	SETOP - OUT/21	RO-41316	CAIXÃO A DUAS DEMAS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000	2,44	3,02	R\$ 24.400,00	R\$ 30.200,00





CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ									
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2022									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA									
ITEM	FONTES	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
7.3	SETOP - OUT/21	RO-40230	MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3	250	465,98	576,04	R\$ 116.495,00	R\$ 144.010,00
7.4	SETOP - OUT/21	RO-41783	DEFENSA SINGELA SEMI-MALEÁVEL SV-DSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750	412,37	509,77	R\$ 721.647,50	R\$ 892.097,50
8 ITENS DIVERSOS									
8.1	SINAPI - JAN/22	1518	CONCRETO BETUMINGOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRAO UNIT. FÁB. C. COM CAP. 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	2.250	566,99	700,91	R\$ 1.275.727,50	R\$ 1.577.047,50
TOTAL SERVIÇOS:								R\$ 67.996.227,14	R\$ 84.043.033,07

PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Eng.º Civil - CREA/MG 57.807/D

RG: M 4.358.852.559/MG

DIRETOR DE OBRAS

PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Eng.º Civil - CREA/MG 57.807/D

RG: M 4.358.852.559/MG

DIRETOR DE OBRAS

PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Eng.º Civil - CREA/MG 57.807/D

RG: M 4.358.852.559/MG

DIRETOR DE OBRAS

PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Eng.º Civil - CREA/MG 57.807/D

RG: M 4.358.852.559/MG

DIRETOR DE OBRAS

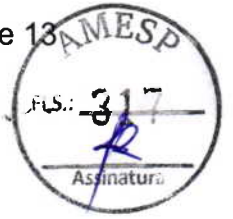
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Eng.º Civil - CREA/MG 57.807/D

RG: M 4.358.852.559/MG

DIRETOR DE OBRAS



PAVIDEZ
Engenharia Ltda

TERMO DE ENCERRAMENTO

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and several smaller ones, along with a circular stamp of PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA.



PAVIDEZ
ENGENHARIA LTDA.

E-MAIL: pavidez@pavidez.com.br

CNPJ: 01.744.153/0001-06

Página 13 de 13



INSC. ESTADUAL: 441.559851.0083

À

Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP

Rua Comendador José Garcia, 774 - Centro

Pouso Alegre - MG

At.: Comissão de Licitação

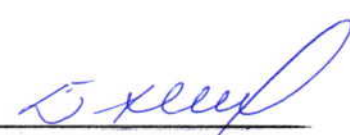
Ref.: Pregão Presencial nº 05/2022

Processo nº 17/2022

TERMO DE ENCERRAMENTO

A presente pasta denominada "**PROPOSTA COMERCIAL**" constituída de 01 (Um) volume, contendo 13 (treze) folhas, enumeradas de 01 (um) a 13 (treze), devidamente assinadas e/ou rubricadas, contém a Proposta de Preços desta empresa referente ao edital em epígrafe.

Muzambinho, 09 de Março de 2022


PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 01 744 153 /0001-06
Eloiário Maciel Tavares
ENG. CIVIL - CREA/MG 57 807/D
RG: M 4 358 852 SSP/MG
DIRETOR DE OBRAS





TERMO DE LANCES PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.

TERMO DE LANCE- LOTE 01

Empresas Classificadas	PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA	DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Proposta da Empresa	R\$ 84.043.033,07	R\$ 95.634.079,92
01	Sem Lance	R\$ 84.040.000,00
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		

Lances
Efetuados
(R\$)



Pouso Alegre/MG, aos 09 de Março de 2022.

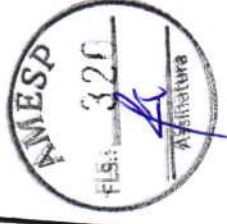
Wagner do Couto
Pregoeiro

GRUPO DURO NA QUEDA



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA,
CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47
Email: licitação@gdq.com.br

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 09 / 03 / 22
Horas: 09 : 00



À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO
ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO n. 017/2022
PREGÃO N. 005/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.

CNPJ: 26.614.327/0001-47
ABERTURA: 09/03/2022 ÀS 09:00 HORAS

26.614.327/0001-47

INSC. EST. 00287047300-40

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

A
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO
DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

Processo n. 017/2022

Pregão: 005/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ 26.614.327/0001-47

Data de abertura: 09/03/2022

Hora: 09:00

Estrada São João , S/N, Zona Rural
Bairro: Distrito São João, São Sebastião da Bela Vista/MG
Caixa Postal – 34 CEP: 37.567-000

[Handwritten signatures in blue ink]



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31210756735

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2100302425

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2001	1	ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

Local

9 Abril 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

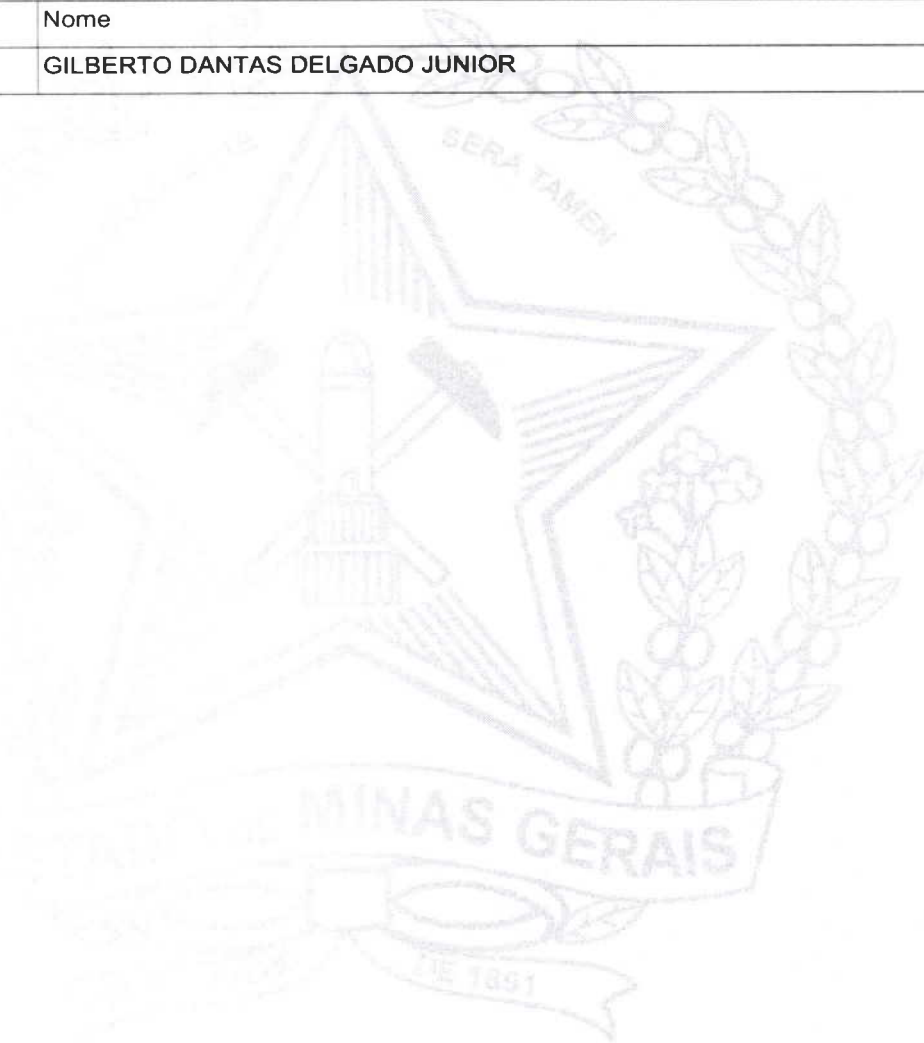


Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/16

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



VALCENIR PARONETTI DORTA, nascido em **13/04/1985**, brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/n°, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e o senhor **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob n° **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/n°, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000, por essa forma tem justos e combinados a alteração da SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, que tem a Denominação Social de **“DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”** com sede na Estrada São João, s/n°, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, inscrita no CNPJ sob n° 26.614.327/0001-47, cujo ato constitutivo está arquivado na JUCEMG sob n° 31210756735, na data de 28/11/2016, a presente sociedade passará a se reger mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

1ª Cláusula: O objeto da sociedade passa a ser: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de

1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

pág. 3/16



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens, Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



2ª Cláusula: São admitidas na sociedade as empresas: **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 38.310.259/0001-01 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31600965681 na data de 02/09/2020, com sede na Estrada São João, s/nº- Sala 01, bairro São João, município São Sebastião da Bela Vista-Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, nascido em **13/04/1985** brasileiro, empresário, solteiro, portador da cédula de identidade 33.632.117-X, expedida pela SSP/SP, e CPF sob nº **315.541.558-43**, residente e domiciliado à Fazenda Jacarequara, s/nº, bairro São João, São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000 e **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 38.390.224/0001-20 e registrada na JUCEMG sob NIRE 31211841116 em 09/09/2020, com sede na Est. São João, s/nº, Sala 02, bairro São João em São Sebastião da Bela Vista, CEP 37.567-000, neste ato representado por seu sócio administrador **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, brasileiro, nascido em 02/07/1961, empresário, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, portador da cédula de identidade 13.946.410, expedida pela SSP/SP, e CPF sob nº **068.694.448-89**, residente e domiciliado à Estrada São João, s/nº, bairro São João, em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP: 37.567-000.

3ª Cláusula: O sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 9.900.000 (nove milhões e novecentas mil) cotas à empresa sócia **POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR PARONETTI DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 9.900.000,00 – Nove milhões e novecentos mil Reais) junto à empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. O sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA** retira-se da sociedade, cedendo e transferindo a totalidade de suas cotas, ou seja, 100.000 (cem mil) cotas à empresa sócia **ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA** que assume o ativo e passivo referente às cotas adquiridas, declara ainda o sócio **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, Ter recebido todos seus haveres (Valor de R\$ 100.000,00 – Cem mil Reais) junto à



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

empresa nada tendo a reclamar ou a pedir, dando por esta quitação plena rasa e irrevogável de seus haveres junto aos sócios e a empresa. Ficando assim distribuído o capital social da empresa:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
* ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

3ª Cláusula: A sociedade continua a ser administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em 01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

CONSOLIDAÇÃO:

1ª Cláusula: A sociedade tem sua sede à Estrada São João, s/nº, Zona Rural CXPST 34, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG – CEP 37.567-000, não possuindo filiais, que poderão ser criadas a qualquer tempo e qualquer local.

2ª Cláusula: A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de “DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA”, e a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, porém respondem solidariamente pela integralização do capital social, não respondem, entretanto, subsidiariamente, pelas obrigações

4

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



sociais e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e teve início de atividades na data de 21/10/2016.

3ª Cláusula: A sociedade tem como objeto social: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das “bocas de lobo”, coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens,

5



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

4ª Cláusula: O capital social é de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais), divididos em 10.000.000 (dez milhões) de quotas de valor nominal e indivisível de R\$1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado com a seguinte distribuição:

* POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI ...	9.900.000 quotas R\$9.900.000,00
*ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA...	100.000 quotas R\$ 100.000,00
<hr/>	
Total subscrito	10.000.000 quotas R\$10.000.000,00

5ª Cláusula: A sociedade é administrada pelo administrador não sócio **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**, nascido em

6





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

01/07/1983, brasileiro, gerente de contratos, casado, portador da cédula de identidade sob nº 439478984 SSP/SP e CPF sob nº 319.471.958-08, residente e domiciliado na Rua Argentina Grossi Tonini, 230, Apto 304, bloco 9, bairro Pão de Açúcar em Pouso Alegre-MG, CEP 37.555-272, que assinará individualmente todos os papéis que envolvem a responsabilidade social, inclusive aqueles relativos à venda ou ônus de propriedades imobiliárias, do ativo fixo, com poderes e atribuições de administrar os negócios sociais autorizado ao uso do nome empresarial.

Inciso Único: Não haverá necessidade de reunião formal quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

6ª Cláusula: Os sócios devem realizar, ao menos uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, Reunião dos Sócios com o objetivo de:

I – tomar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico;

II – designar administradores, quando for o caso;

III – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

IV - A convocação para a Reunião dos Sócios será feita mediante aviso por escrito, contra recibo, contendo a ordem do dia, hora, data e local de realização, ou por correspondência enviada ao endereço constante do preâmbulo, com aviso de recebimento (AR) assinado pelo responsável no local, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

V - Fica dispensada a convocação para a Reunião dos Sócios nos termos previstos no item IV, quando todos os sócios se declararem, por escrito, e mediante assinaturas, cientes da ordem do dia, hora, data e local de realização da Reunião dos Sócios.

VI - Ficam saneadas eventuais falhas convocatórias na hipótese de comparecimento da unanimidade dos sócios na Reunião.

7



**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

VII - A Reunião dos Sócios instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em segunda convocação, com qualquer número de sócios.

VIII - Os quóruns de deliberação das matérias levadas à Reunião de Sócios serão aqueles dispostos na legislação societária vigente.

IX - Dispensa-se a Reunião dos Sócios quando todos eles decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto da mesma.

7ª Cláusula: Desde que não haja oposição expressa de detentores de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, é permitida a cessão de quotas, seja dos sócios entre si, seja dos sócios para terceiros.

I - Para o exercício da oposição de que trata a sétima cláusula, basta que o(s) sócio(s) detentor(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social não assine(m) a alteração contratual que formalize a operação pretendida. Assim, é válida e apta para o registro a alteração contratual que tenha a assinatura do(s) sócio(s) titular(es) de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, ainda que seja este o cedente.

8ª Cláusula: Qualquer sócio poderá sair da sociedade, a qualquer tempo, sem que tal situação importe sua dissolução.

I - O sócio que desejar sair da sociedade deverá notificar os demais sócios com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, comunicando sua intenção e solicitando a apuração de seus haveres, os quais deverão ser pagos pela sociedade em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de até 1% (um por cento) ao mês e correção monetária segundo o IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas.



5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5



II - Os haveres mencionados no item I deverão ser apurados através de balanço especial, o qual deverá ser levantado com base na avaliação dos ativos tangíveis e intangíveis, deduzindo-se as obrigações constantes do passivo da sociedade.

III - No caso de falecimento de qualquer sócio, a admissão de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro é condicionada ao consentimento expresso de titulares de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social.

IV - No caso de falecimento de sócio detentor de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social, caberá aos legatários e aos herdeiros em linha reta ou em linha colateral, segundo a ordem de vocação hereditária, optar pelo recebimento do valor correspondente às quotas que ele detinha no capital da sociedade, ou pelo ingresso na mesma, na condição de sócios.

V - Na hipótese de ser vedada a entrada de herdeiros, de legatários, do cônjuge ou do companheiro pelos sócios remanescentes, ou caso eles não se interessem em ser admitidos como sócios, o valor correspondente às quotas que o falecido detinha no capital social será apurado e pago aos mesmos mediante redução do capital da sociedade, observados os critérios de cálculo e forma de pagamento previstos nos itens I e II.

9ª Cláusula: O exercício social será de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

I - Em 31 de dezembro será levantado o Balanço Patrimonial, que deverá ser submetido à deliberação dos sócios reunidos para tal finalidade.

II - Os lucros e perdas serão distribuídos conforme deliberado em Reunião dos Sócios, podendo-se decidir, contudo, pela destinação total ou parcial dos mesmos para reservas ou para o capital social.

III - Admite-se, ainda, a critério dos sócios, a distribuição dos lucros antes mesmo do término do exercício social, conforme sejam apurados em balancetes intermediários.





**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**

10ª Cláusula: O administrador declara não estar incurso em qualquer impedimento legal para participar da sociedade ou exercer funções de administração, nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

11ª Cláusula: Os casos omissos no presente instrumento, que não puderem ser resolvidos amigavelmente pelos sócios, serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente aplicável à matéria, especialmente o Código Civil.

12ª Cláusula: Aplicam-se à sociedade as regras da sociedade simples, naquilo que não for regulado pelo presente contrato social e pelo capítulo das sociedades limitadas previsto no Código Civil.

13ª Cláusula: Fica estabelecida e determinada a comarca e foro da cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, para qualquer decisão de litígio que venha a surgir na administração ou entre os sócios da empresa, ou entre esta e terceiros;

E, por estarem assim justos e contratados, o presente instrumento é assinado em 1 (uma) via.

São Sebastião da Bela Vista-MG, 11 de janeiro de 2021.

VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

VALCENIR PARONETTI DORTA, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

10



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/16

**5ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA:
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 26.614.327/0001-47 – NIRE 3121075673-5**



POLI PARTICIPAÇÕES EIRELI, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR PARONETTI DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

ARAUCARIA PARTICIPAÇÕES LTDA, neste ato representado por seu Titular **VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA**, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR, que assina o presente instrumento através do certificado digital.

11



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim -- Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.142-3	MGP2100302425	09/04/2021

Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 14/16



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, de NIRE 3121075673-5 e protocolado sob o número 21/341.142-3 em 09/04/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 8471251, em 12/04/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
068.694.448-89	VALCENIR JOSE DE OLIVEIRA DORTA
315.541.558-43	VALCENIR PARONETTI DORTA
319.471.958-08	GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021

Documento assinado eletronicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 12/04/2021, às 16:54 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 21/341.142-3.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 15/16



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)

CPE	Nome
873 632.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, segunda-feira, 12 de abril de 2021



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 8471251 em 12/04/2021 da Empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, Nire 31210756735 e protocolo 213411423 - 09/04/2021. Autenticação: 90BB4E569314B0C5B2CE1E5DC5BC7B15763187C. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 21/341.142-3 e o código de segurança rN1w Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/04/2021 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022
Modalidade: PREGÃO nº 005/2022



DECLARAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, vem através de seu representante legal infra-assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, **DECLARA** expressamente, sob as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber:

"(...) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos."

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP


26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047100-00
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO - CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG


Estrada do São João, Zona Rural - B. São João - São Sebastião da Bela Vista - MG - Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br - licitacao@gdq.com.br






CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURÍDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2872565/2022
Emissão: 04/01/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: CdY9A



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Registro: 0000057969

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 10.000.000,00

Data do Capital: 06/11/2019

Faixa: 6

Objetivo Social Pleno: Exploração da indústria da construção civil pesada, inclusive obras públicas, Terraplanagem e Pavimentação, Tapa buraco, Remendos superficiais e profundos; Venda de concreto Usinado, Concreto Betuminoso e materiais petreos, venda de areia; Fornecimento e aplicação de concreto FCK e Concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), comercialização de massa asfáltica; Incorporação, compra e venda de bens imóveis, não sendo exercida e intermediação imobiliária; Implantação e exploração de Usinas de produção de asfalto, Fornecimento de CBUQ, Usinagem de Concreto Betuminoso, exploração de usinas de produção de solos; Implantação, operação e manutenção de usinas de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos; Serviços de Drenagem e Esgoto, Locação de Equipamentos com mão de obra, venda e revenda de materiais de construção próprios ou de terceiros; Transporte, carga e descarga, armazenagem e depósito de agregados da construção civil e construção pesada, minérios, máquinas e equipamentos; Construção de rodovias e ferrovias, Aluguel de Máquinas e equipamentos para construção sem operador exceto andaimes; Teste em análises técnicas, Serviços de preparação do terreno, Fabricação e comércio de produtos do refino de petróleo; Construção de rede de abastecimento de água, fabricação; Fornecimento e aplicação de concreto usinado; Construção de pontes, viadutos, bueiros celulares, barragens; Serviços de Paisagismo e Parques e Jardins; Serviços de Engenharia, de Projetos, de Consultoria, e de Construções; Administração de Concessão de Uso e de Serviços Públicos, por conta própria, Administração e Empreitada, Industrialização e Comercialização de Materiais Inerentes ao Ramo; Obras Viárias de Rodovias, de Vias Férreas e Aeroportos, Edificações, Fundações; Supervisão e fiscalização de obras civis; Construção Imobiliária; Incorporação, Aproveitamento energético dos resíduos sólidos e do biogás e demais serviços inerentes e correlatos; Construção de barragens, adutoras, poços; Execução de serviços de limpeza pública compreendidos em coleta e o transporte de resíduos sólidos urbanos (domiciliar, dos serviços de saúde, industrial, oriundos de varrição manual e mecanizada de ruas, praças e logradouros públicos e feiras livres, entulhos, especiais e outros; Limpeza de vias e logradouros públicos, manutenção de áreas verdes, limpeza das "bocas de lobo", coleta de material reciclável e coleta de grandes volumes do tipo móveis e utensílios; Limpeza e desobstrução de canais, rios e lagoas; Dragagem e Derrocagem, Aterro Hidráulico, Barragens, Represas e Diques; Montagem de Estruturas Metálicas Permanentes; Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coletas de Esgoto e Construção Correlatas; Construção de Redes de Transportes por Dutos; Obras de Irrigação; Construção de Instalações Portuárias; Construção de Portos e Marinas; Construção de Eclusas e Canais de Navegação; Enrocamentos; Eliminação de plantas em rios e reservatórios; Edificações (construção predial e industrial); Obras de alvenaria, demolições, rebocos impermeabilizações, pinturas revestimentos, instalações, manutenção e reparação de elevadores e quaisquer outros serviços auxiliares da construção civil; Serviços de contenção de encostas; Construção de muros de arrimo; Desmonte de Rochas com explosivos; Execução de estradas, vicinais; Execução de pavimentação asfáltica, em paralelepípedo, intertravado ou de qualquer outra espécie; Fabricação, industrialização e a comercialização de artefatos e peças pré-moldadas de cimento e de concreto de todo gênero; Locação de máquinas de escavação; Serviços de Transportes de cargas; Transportes Rodoviários de Produtos Perigosos; Construção de Obras-de-Arte; Pintura para Sinalização em pistas rodoviárias e Aeroportos; Urbanização Sistemas de Iluminação e de Sinalização em vias Públicas, Rodovia, Ferrovias, Portos e Aeroportos; Obras de Artes Especiais, Pontes, Viadutos, passarelas, túneis e cortinas de concreto; Capina e Roçada; Aluguel de máquinas e Equipamentos com operador e Importação de Produtos para construção pesada, conservação e manutenção de estradas e rodovias.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: EST SAO JOAO, S/N, ZONA RURAL CAIXA POSTAL 34, SAO JOAO, SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA, MG, 37567000

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA NACIONAL

Data Inicial: 19/12/2016

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 070242

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.citaac.com.br/publico/>, com a chave: CdY9A

Impresso em: 04/01/2022 às 09:29:20 por: adapt, ip: 138.255.221.9





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG



Nº 2872565/2022
Emissão: 04/01/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: CdY9A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: VALCENIR PARONETTI DORTA

Registro: 1420585525

CPF: 315.541.558-43

Data Início: 20/12/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Provisórias do artigo 7, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: EDILSON LUIZ DA SILVA MOTA

Registro: 1403804974

CPF: 238.576.766-04

Data Início: 11/06/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA, ARTIGO 7 DA LEI 5194/66, CONSOLIDADAS PELA RESOLUÇÃO 1048/13. EXTENSÃO DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS: ARTIGO 28 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS A A E E H A K, ARTIGO 29 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS B A D.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

ESPECIALISTA EM GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: HEMERSON HATORI MOMOSE

Registro: 1404905685

CPF: 935.509.876-68

Data Início: 13/04/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: MAYCO LEONEL QUERINO

Registro: 1419817183

CPF: 013.318.196-01

Data Início: 23/03/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ART. 7º DA LEI 5.194/66 E ART. 7º DA RES. 218/73 DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE PARA EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO §1º DO ART. 5º DA RES. 1.073/16 DO CONFEA.





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURÍDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG



Nº 2872565/2022
Emissão: 04/01/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: CdY9A

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: CONFORME ART. 7º DA RES. 218/73 REFERENTES A EDIFICAÇÕES, ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS; SISTEMA DE TRANSPORTES, DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO; RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES; DRENAGEM E IRRIGAÇÃO; GRANDES ESTRUTURAS; SEUS SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: MARIA CELIA DE ASSIS ALBINO

Registro: 1405238992

CPF: 004.858.366-96

Data Início: 07/12/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON

Registro: 1413899536

CPF: 037.522.336-30

Data Início: 19/12/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2784948/2021

Emissão: 31/03/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: 4yD7w



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON

Registro: 1413899536

CPF: 037.522.336-30

Endereço: RUA FLAMBOYANT, 119, N/A, CARNEIROS, PIRANGUINHO, MG, 37508000

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 19/12/2014

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 18/12/2014

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 19/12/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG



Nº 2870539/2021
Emissão: 20/12/2021
Validade: 31/03/2022
Chave: ZxA0Z

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG

Interessado(a)

Profissional: VALCENIR PARONETTI DORTA

Registro: 1420585525

CPF: 315.541.558-43

Endereço: ÁREA RURAL, 01, fazenda cava, ÁREA RURAL DE POUSO ALEGRE, Pouso Alegre, MG, 37561899

Tipo de Registro: Registro Provisório de Profissional

Data de registro: 13/12/2021

Data Final: 13/12/2022

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Provisórias do artigo 7, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: FACULDADE DE ROSEIRA - FARO

Data de Formação: 06/01/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 20/12/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG



Nº 2773936/2021

Emissão: 09/03/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: YB1zA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: MARIA CELIA DE ASSIS ALBINO

Registro: 1405238992

CPF: 004.858.366-96

Endereço: RUA CORONEL EVARISTO WALDETARIO SILVA, 321, APTO 404, SAUDE, POUSO ALEGRE, MG, 37551160

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 13/08/2002

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.

Data de Formação: 10/12/1999

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 07/12/2020

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2809782/2021

Emissão: 31/05/2021

Validade: 31/03/2022

Chave: bYYc3



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: MAYCO LEONEL QUERINO

Registro: 1419817183

CPF: 013.318.196-01

Endereço: RUA PROFESSORA DURVALINA GOMES FREITAS, 50, AP 201, PARQUE REAL, POUSO ALEGRE, MG, 37560263

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 22/01/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ART. 7º DA LEI 5.194/66 E ART. 7º DA RES. 218/73 DO CONFEA PARA EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO §1º DO ART. 5º DA RES. 1.073/16 DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: CONFORME ART. 7º DA RES. 218/73 REFERENTES A EDIFICAÇÕES, ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS; SISTEMA DE TRANSPORTES, DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO; RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES; DRENAGEM E IRRIGAÇÃO; GRANDES ESTRUTURAS; SEUS SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITARIO DO SUL DE MINAS - UNIS - MG

Data de Formação: 14/01/2021

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 23/03/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2813922/2021
Emissão: 16/06/2021
Validade: 31/03/2022
Chave: 2WDb7



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: **HEMERSON HATORI MOMOSE**
Registro: 1404905685
CPF: 935.509.876-68
Endereço: RUA BERNARDO GUIMARAES, 1581, APTO 701, LOURDES, BELO HORIZONTE, MG, 30140081
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 30/01/2002

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 08/12/2001

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHARIA DE TRANSPORTES
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 20/12/2002

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Registro: 0000057969
CNPJ: 26.614.327/0001-47
Data Início: 13/04/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA





CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG



Nº 2812862/2021
Emissão: 11/06/2021
Validade: 31/03/2022
Chave: zcx85

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: EDILSON LUIZ DA SILVA MOTA
Registro: 1403804974
CPF: 238.576.766-04
Endereço: RUA MINAS GERAIS, 275, APTO 201, MARICE VALIM, POUSO ALEGRE, MG, 37553033
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 15/03/1983

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218/73, DO CONFEA, ARTIGO 7 DA LEI 5194/66, CONSOLIDADAS PELA RESOLUCAO 1048/13. EXTENSÃO DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS: ARTIGO 28 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS A A E E H A K, ARTIGO 29 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS B A D.

Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL DE ITAJUBA

Data de Formação: 02/03/1983

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA DE VARGINHA - FENVA

Data de Formação: 31/05/1989

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2021 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: PC SEG CONSULTORIA LTDA - ME

Registro: 47814

CNPJ: 21.464.253/0001-96

Data Início: 13/11/2019

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 11/06/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSABILIDADE TÉCNICA





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Página 1/1



Nº 2888836/2022

Emissão: 01/03/2022

Validade: 30/04/2022

Chave: A6AAa

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo //

CERTIFICAMOS ainda que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas //

Interessado(a)

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON

Registro: 1413899536

CPF: 037.522.336-30

Endereço: RUA FRANCISCO CHAGAS SALOMON, 162, NIA, NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ITAJUBÁ, MG, 37502506

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 19/12/2014

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA

Data de Formação: 18/12/2014

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 19/12/2016

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Empresa: BRMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA

Registro: 29911

CNPJ: 12.986.127/0001-00

Data Início: 15/08/2017

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Nº 2888840/2022

Emissão: 01/03/2022

Validade: 30/04/2022

Chave: x45C5

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.//

CERTIFICAMOS ainda que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas.//

Interessado(a)

Profissional: MAYCO LEONEL QUERINO

Registro: 1419817183

CPF: 013.318.196-01

Endereço: RUA PROFESSORA DURVALINA GOMES FREITAS, 50, AP. 201, PARQUE REAL, POUSO ALEGRE, MG, 37560263

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 22/01/2021

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ATRIBUIÇÃO INICIAL DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS: ART. 7º DA LEI 5.194/66 E ART. 7º DA RES. 218/73 DO CONFEA PARA EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES 01 A 18 DO §1º DO ART. 5º DA RES. 1.073/16 DO CONFEA. ATRIBUIÇÃO INICIAL DE CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL: CONFORME ART. 7º DA RES. 218/73 REFERENTES A EDIFICAÇÕES, ESTRADAS, PISTAS DE ROLAMENTOS; SISTEMA DE TRANSPORTES; DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO; RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES; DRENAGEM E IRRIGAÇÃO; GRANDES ESTRUTURAS; SEUS SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

Data de Formação: 14/01/2021

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 23/03/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Página 1/1

FLS.: 350

Nº 2888839/2022

Emissão: 01/03/2022

Validade: 30/04/2022

Chave: zWWCy

Assinatura

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo //

CERTIFICAMOS ainda que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas //

Interessado(a)

Profissional: VALCENIR PARONETTI DORTA

Registro: 1420585525

CPF: 315.541.558-43

Endereço: ÁREA RURAL, 01 fazenda Santa, ÁREA RURAL DE POUSO ALEGRE - Pouso Alegre, MG, 37561899

Tipo de Registro: Registro Provisório de Profissional

Data de registro: 13/12/2021

Data Final: 13/12/2022

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: Provisórias do artigo 7, da Resolução 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Restrições: Sem Identificação

Instituição de Ensino: FACULDADE DE ROSEIRA - FARO

Data de Formação: 06/01/2021

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Registro: 0000057969

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Data Início: 20/12/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Nº 2888843/2022
Emissão: 01/03/2022
Validade: 30/04/2022
Chave: 1ZCW2

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.//
CERTIFICAMOS, ainda, que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas.//

Interessado(a)

Profissional: **EDILSON LUIZ DA SILVA MOTA**
Registro: 1403804974
CPF: 238.576.766-04
Endereço: RUA MINAS GERAIS, 215, APT. 201, MARICE VALIM - POUSO ALEGRE, MG, 37553033
Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAIS)
Data de registro: 15/03/1963

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218/73, DO CONFEA, ARTIGO 7 DA LEI 5194/66, CONSOLIDADAS PELA RESOLUÇÃO 1048/13.
EXTENSÃO DE ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS: ARTIGO 28 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS A A E H A K, ARTIGO 29 DO DECRETO 23569/33, ALÍNEAS B A D
Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA CIVIL DE ITAJUBA
Data de Formação: 02/03/1983

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 553 DE 31.07.91 DO CONFEA
Instituição de Ensino: FACULDADE DE ENGENHARIA DE VARGINHA - FENVA
Data de Formação: 31.08.1989

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR
Instituição de Ensino: CENTRO UNIVERSITÁRIO SENAC
Data de Formação: 22/06/2015

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: PO SEG CONSULTORIA LTDA - ME
Registro: 47814
CNPJ: 21.464.263/0001-96
Data Início: 13/11/2019
Data Fim: Indefinido
Data Fim do Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO
Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Registro: 6000657969
CNPJ: 26.614.327/0001-47
Data Início: 11/06/2021
Data Fim: Indefinido
Data Fim do Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Nº 2888841/2022
Emissão: 01/03/2022
Validade: 30/04/2022
Chave: d43a0

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.//

CERTIFICAMOS ainda que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas.//

Interessado(a):

Profissional: MARIA CELIA DE ASSIS ALBINO

Registro: 1405230390

CPF: 004.858.356-90

Endereço: RUA CORONEL EVARISTO WALBERTARIO SILVA, 101 - APT. 404 - SAUDE - POUSO ALEGRE, MG, 37551160

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAIS)

Data de registro: 13/05/2002

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRA CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA

Data de Formação: 10/12/1999

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades Técnicas

Empresa: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000057989

CNPJ: 26.814.577/0001-47

Data Início: 07/12/2000

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1121 de 13 de Dezembro de 2019

CREA-MG

Página 1/1

FEST 353

Assinatura

Nº 2888844/2022

Emissão: 01/03/2022

Validade: 30/04/2022

Chave: cCyCb

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado/vistado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo.//

CERTIFICAMOS ainda que o(a) profissional é responsável técnico pelas empresas abaixo citadas.//

Interessado(a)

Profissional: **HEMERSON HATORI MOMOSE**

Registro: 1404905665

CPF: 935.509.876-68

Endereço: RUA SERNARDO GUIMARÃES, 1631, APTO 701, LOURDES, BELO HORIZONTE, MG, 30140081

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)

Data de registro: 30/01/2002

Título(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA

Data de Formação: 08/12/2001

ANOTAÇÕES DE CURSOS

ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA

Data de Formação: 30/12/2002

Descrição

CERTIDÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- Certidão válida em todo território nacional.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

Responsabilidades técnicas

Empresa: DURO NA DUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Registro: 0000079509

CNPJ: 26.834.327/0001-47

Data Início: 13/04/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO





Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180005682

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420180000004640547... Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: 17/7/2018..... Baixada em: 21/6/2018.....

Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU.....

CPF/CNPJ: 18008870000172

Logradouro: PRAÇA DEZESSEIS DE SETEMBRO.....

Nº: 24.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: CAXAMBU.....

UF: MG.....

CEP: 37440-000

Contrato: 080/2017..... celebrado em

Vinculado à ART:

Valor do contrato: R\$ 526108,99..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: AVENIDA ÁPIO CARDOSO E GABRIEL ALVES FERNANDES.....

Nº:

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: CAXAMBU.....

UF: MG.....

CEP: 37440-000

Data Início: 19/5/2017. Conclusão efetiva: 21/6/2018. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA.....

Código:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU.....

CPF/CNPJ: 18008870000172

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM , Quantidade 60,00 ,

Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO , Quantidade 26378,76 , Unidade m².....

Observações

EXEC. DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DAS AV. ÁPIO CARDOSO E GABRIEL A. FERNANDES, ART EM SUBSTITUIÇÃO A ART 3944197 E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) Nº 1420170005442 CONFORME PROCESSO 14590817 CREA.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0347677 a 0347678, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e existência das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005682/2018

03/08/2018 , 15:31:58

1420180005682

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

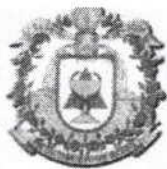
Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano

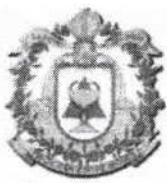


PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU - MG

A Prefeitura Municipal de Caxambu - Minas Gerais, inscrita no CNPJ MF nº 18.008.870/0001-72, situada a Praça dezesseis de Setembro, nº 24, Centro, declara que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536, executou as obras do contrato nº 080/2017 (Tomada de preço 01/2017) e de acordo com a ART nº 4640547, representado abaixo através da planilha que compõe o respectivo edital de licitação:

Planilha de Quantidades

ÍTEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
1	CANT	CANTEIRO DE OBRAS		
1.1	74209	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO (2x1,25)	M2	2,50
2	MOVT	TRANSPORTES		
2.1	72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA - MASSA ASFÁLTICA DA USINA PARA A PISTA	M3XKM	94.963,54
3	PAVI	PAVIMENTACAO		
3.1	72942	PINTURA DE LIGACAO COM RR - 1C	M2	26.378,76
3.2	72965	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAP 50/70, , EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	1.835,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU

Estado de Minas Gerais

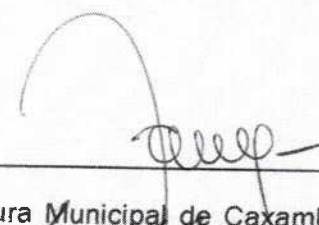
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano



Fonte: Edital TP 01/2017 Prefeitura de Caxambu

As obras executadas foram de acordo com os objetos licitados, sendo a TP 01/2017:
“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS, A SEREM EXECUTADAS NA AVENIDA GABRIEL ALVES FERNANDES E AVENIDA ÁPIO CARDOSO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXO AO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE FEDERAL Nº 825627/2015 – MINISTÉRIO DAS CIDADES – PROCESSO Nº 2691.1027.906-96/2015”

Os serviços foram executados de acordo com as normas vigentes e fiscalizados pela Prefeitura do Município de Caxambu, nas Avenidas Ápio Cardoso e Gabriel Alves Fernandes, sendo iniciados no dia 19/05/2017 e encerrados no dia 21/06/2018.



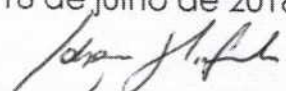
Prefeitura Municipal de Caxambu

Edson da Silva Arantes

CREA-MG 60.220/D CPF nº 465.917.966-49

Secretario Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Caxambu, 18 de julho de 2018.


Eng.º Edson da Silva Arantes

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano – Adm. 2017/2020

Avenida João Pessoa, nº 367 – Centro – Caxambu – MG – CEP: 37.440-000

Tel.: (35) 3341-1293- e-mail: planejamento@caxambu.mg.gov.br

Página 2 de 2





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180006069

Atividade concluída

Página 1/1



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420180000004646194.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: 19/7/2018..... Baixada em: 24/7/2017.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: MÁXIMA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA CPF/CNPJ: 11852552000144
Logradouro: RUA MARECHAL DEODORO..... Nº: 480...
Complemento: Bairro: JARDIM SANTA LÚCIA.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37553-405
Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 1360000,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: RODOVIA JK - BR 459 ACESSO..... Nº:
Complemento: ESTRADA VICINAL..... Bairro: IPIRANGA/ LOTEAMENTO BELVEDERE.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37556-140
Data Início: 10/4/2017. Conclusão efetiva: 24/7/2017. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: MÁXIMA PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS..... CPF/CNPJ: 11852552000144
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade
1826,00 , Unidade m³.....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO E VIAS DO LOTEAMENTO BELVEDERE, ART EM SUBSTITUIÇÃO A ART Nº 3939276 E ACERVO 1420170005481, PROCESSO CREA 14590817 CREA.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 347999 a 347999, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180006069/2018

16/08/2018 , 14:31:59

1420180006069

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte. CEP 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG



ATESTADO

A Máxima Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda inscrita no CNPJ 11.852.552/0001-44, situada a rua Marechal Deodoro 480, Santa Lúcia Pouso Alegre – MG., atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através de planilha e conforme a ART de nº 4646194.

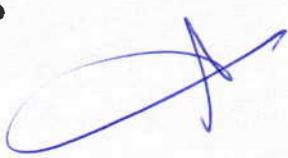
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	Mobilização de equipamentos e pessoal	vb	1,00
2.0	PAVIMENTAÇÃO		
2.1	Regularização e compactação do subleito Proctor Normal	m ²	46.650,00
2.2	Execução de sub base com bica corrida e= 10 cm c/ fornecimento de material	m ³	4.565,00
2.3	Transporte comercial c/ basculante 10 m ³ rodovia pavimentada transporte de agregados	m ³ xkm	77.605,00
2.4	Execução de base de bica corrida espessura 20,00 cm	m ³	9.330,00
2.5	Transporte comercial c/ basculante 10 m ³ rodovia pavimentada transporte de agregados	m ³ xkm	158.610,00
2.6	Imprimação CM 30 com fornecimento de material	m ²	46.650,00
2.7	Pintura de ligação RR1 com fornecimento de material	m ²	46.650,00
2.8	Aplicação de CBUQ espessura de 6,00 cm	m ³	1.826,00
2.9	Transporte comercial c/ basculante 10 m ³ rodovia pavimentada transporte de massa	m ³ xkm	127.820,00

As obras executadas foram pavimentações de vias do Loteamento Belvedere na Estrada Vicinal s/ nº Bairro Ipiranga. Os serviços se iniciaram no dia 10/04/2017 e se encerraram no dia 24/07/2017.

Pouso Alegre, 07 de agosto de 2018.


Raul Delfino Cobra Borges

Sócio Proprietário


Raul Delfino Cobra Borges
CREA-MG: 43988/D









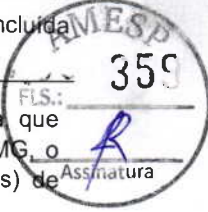
Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2758007/2021

Atividade concluída



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Conselho que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**
Registro: **MG0000186678D MG** RNP: **1413899536**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **1420200000006194611** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: _____ Baixada em: _____
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES** CPF/CNPJ: **18.028.829/0001-68**
Endereço do contratante: **Rua ENGENHEIRO ALVARES MACIEL** Nº: **190**
Complemento: _____ Bairro: **CENTRO**
Cidade: **Inconfidentes** UF: **MG** CEP: **37576000**
Contrato: **290/2020** Celebrado em: **03/08/2020**
Valor do contrato: **R\$ 918.750,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
Ação institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **Via DIVERSAS VIAS** Nº: _____
Complemento: _____ Bairro: **DIVERSOS**
Cidade: **Inconfidentes** UF: **MG** CEP: **37576000**
Data de início: **07/08/2020** Conclusão efetiva: **07/11/2020**
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES** CPF/CNPJ: **18.028.829/0001-68**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #1015-1077 - PAVIMENTACAO 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 36915.4 metro quadrado;**

Observações: _____
EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE INCONFIDENTES

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2758007/2021
25/01/2021, 14:18
43A85

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 43A85





PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.028.829/0001-68
 RUA ENGENHEIRO ÁLVARES MACIEL, 190 - CENTRO - INCONFIDENTES - MG
 CEP: 37676-000 - TEL: (35) 3464-1014 / 3464-1015

e-mail: licitacao@inconfidentes.mg.gov.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Prefeitura Municipal Inconfidentes MG, inscrita no CNPJ nº 18.028.829/0001-68, situada a Rua Engenheiro Alvares Maciel nº 190, Bairro Centro, na cidade de Inconfidentes, estado de Minas Gerais, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ nº 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual nº 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural, na cidade de São Sebastião da Bela Vista, estado de Minas Gerais, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, portador do CPF nº 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536, de acordo com o processo licitatório nº 135/2020 Pregão Eletrônico nº 045/2020 e contrato nº 290/2020, celebrado em 02/08/2020, Valor do contrato: R\$ 918.750,00 (novecentos e dezoito mil e setecentos e cinquenta reais), realizou os serviços descritos abaixo:

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1			PAVIMENTAÇÃO		
1.1	IIQ-PLA-005 SETOP JAN 2020	ED- 50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJEICADA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	UNID.	1,00
1.2	SINAPI - ABRIL/20	96402	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO UGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	M²	36.915,40
1.3	SINAPI - ABRIL/20	95996	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE BINDER, COM ESPESURA DE 3,0CM- EXCLUSIVE TRANSPORTE	M³	553,73
1.4	SINAPI - ABRIL/20	95995	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESURA DE 3,0CM- EXCLUSIVE TRANSPORTE	M³	553,73
1.5	SINAPI - ABRIL/20	72846	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	T	2.657,90
1.6	SINAPI - ABRIL/20	97915	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30KM (UNIDADE: M3XKM)	M³ X KM	63.125,22

Os serviços executados foi o recapeamento asfáltico em diversas ruas de diversos bairros na cidade de Inconfidentes MG.

Os serviços se iniciaram no dia 07/08/2020 e foram encerrados no dia 12/11/2020.



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2758007/2021, emitida em 25/01/2021



Certidão nº 2758007/2021

25/01/2021, 09:07

Chave de Impressão: 43A85

O documento neste site registrado foi emitido em 25/01/2021 e contém 2 folhas





**PREFEITURA MUNICIPAL DE INCONFIDENTES
ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 18.028.829/0001-68
RUA ENGENHEIRO ÁLVARES MACIEL, 190 – CENTRO - INCONFIDENTES - MG
CEP: 37576-000 - TEL: (35) 3464-1014 / 3464-1015

e-mail: licitacao@inconfidentes.mg.gov.br



Os serviços foram desenvolvidos por meio de equipe técnica qualificada e competente e da utilização de equipamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados.

Os serviços foram realizados dentro dos prazos estabelecidos e executados na estrita obediência aos normativos vigentes e em respeito aos procedimentos contratados, com excelente qualidade técnica, nada havendo que possa desaboná-lo.

Inconfidentes (MG), 13 de novembro de 2020.

Ricardo Tahan

Engenheiro civil do Município
Engenheiro Fiscal de Obras
CREA: 348.876/D MG

18.028.829/0001-68

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
INCONFIDENTES/MG**

Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº 190
Centro

Inconfidentes - Minas Gerais

CEP.: 37576-000



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2758007/2021, emitida em 25/01/2021



Certidão nº 2758007/2021

26/01/2021, 09:07

Chave de Impressão: 43A85

O documento neste ato registrado foi emitido em 25/01/2021 e contém 2 folhas





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200001153

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420180000004828277**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **17/10/2018**..... Baixada em: **12/7/2019**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA**..... CPF/CNPJ: **18712133000156**
Logradouro: **PRAÇA SANTA ISABEL**..... Nº: **18**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **HELIODORA**..... UF: **MG**..... CEP: **37484-000**
Contrato: **178/2018**..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 251292,96**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO**..... Nº:
Complemento: Bairro: **DIVERSOS**.....
Cidade: **HELIODORA**..... UF: **MG**..... CEP: **37484-000**
Data Início: **27/8/2018**. Conclusão efetiva: **12/7/2019**. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA**..... CPF/CNPJ: **18712133000156**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **15,72**,
Unidade **m**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALCAMENTO**, Quantidade **3035,90**,
Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO**, Quantidade **3,12**,
Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE HELIODORA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2018, TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0447653 a 0447654, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200001153/2020

10/03/2020, 09:16:55

1420200001153

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do CREA-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA
Estado de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA MG

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HELIODORA MG, estabelecida na Praça Santa Isabel nº18 Centro, Heliodora – MG, CEP 37.484.000, inscrita no CNPJ/MF 18.712.133/0001-56.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº. 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1			OBRAS VIÁRIAS		
1.1			PAVIMENTAÇÃO		
1.1.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M²	3334,40
1.1.2	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M²	3035,90
1.1.3	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30KM (UNIDADE: M3XKM). AF_04/2016	M³XKM	12191,57
1.2			MEIO FIO E SARJETA		
1.2.1	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA "IN LOCO" EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, GUIA 13 CM BASE X 22 CM ALTURA, SARJETA 30 CM BASE X 8,5 CM ALTURA. AF_06/2016	M	902,50
1.2.2	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	27,00
1.2.3	SINAPI	94282	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	M	33,00
1.3			CALÇADAS E RAMPAS		
1.3.1	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	67,58
1.3.2	SINAPI	38135	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, AMARELO	M²	18,72

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliodora-MG - Tel. (35) 3457-1262

1.4 SINALIZAÇÃO VIÁRIA					
1.4.1	SINAPI	73916/2	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UNID.	1,00
1.4.2	COMPOSIÇÃO	001	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO SEMI REFLETIVA	M²	5,74
1.5 PLACA DE OBRA					
1.5.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M²	2,50
1.6 DRENAGEM					
1.6.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M³	12,53
1.6.2	SINAPI	93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	8,81
1.6.3	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	15,72
1.6.4	SINAPI	83659	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UNID.	2,00

A obra executada foi a Execução de pavimentação em blocos em diversas vias do município de Heliódora MG. Os serviços se iniciaram no dia 27/08/2018 e se encerraram no dia 12/07/2019.

Heliódora, 15/07/2019

Alex Leopoldino de Lima

Prefeito

CPF nº 738.984.496-53



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190005506

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420190000005460329.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: Baixada em: 30/7/2019.....

Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156

Logradouro: PRAÇA SANTA ISABEL..... Nº: 18.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000

Contrato: 177/2018..... celebrado em Vinculado à ART: 1420190000004988693

Valor do contrato: R\$ 403948,50..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:

Complemento: Bairro: DIVERSOS.....

Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000

Data Início: 27/8/2018. Conclusão efetiva: 30/7/2019. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM , Quantidade 8,16 ,

Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALÇAMENTO , Quantidade 5850,00 ,

Unidade m²; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO , Quantidade 5,74 ,

Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES, SINALIZAÇÃO E DRENAGEM NO MUNICÍPIO DE HELIODORA CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2018, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2018.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0414983 a 0414984, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190005506/2019

04/09/2019, 11:16:56

1420190005506

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA MG

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE HELIODORA MG, estabelecida na Praça Santa Isabel nº18 Centro, Heliadora – MG, CEP 37.484.000, inscrita no CNPJ/MF 18.712.133/0001-56.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº. 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1			OBRAS VIÁRIAS		
1.1			PAVIMENTAÇÃO		
1.1.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M²	5850,00
1.1.2	SINAPI	92394	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M²	5302,00
1.1.3	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30KM (UNIDADE: M³XKM). AF_04/2016	M³XKM	21293,78
1.2			MEIO FIO E SARIETA		
1.2.1	SINAPI	94267	GUIA (MEIO-FIO) E SARIETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA "IN LOCO" EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, GUIA 13 CM BASE X 22 CM ALTURA, SARIETA 30 CM BASE X 8,5 CM ALTURA. AF_06/2016	M	1819,00
1.2.2	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO). AF_06/2016	M	96,00
1.3			CALÇADAS E RAMPAS		
1.3.1	SINAPI	94990	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M³	30,77
1.3.2	SINAPI	38135	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, AMARELO	M²	4,68

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliadora-MG - Tel. (35) 3457-1262



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA
Estado de Minas Gerais



1.4		SINALIZAÇÃO VIÁRIA			
1.4.1	SINAPI	73916/2	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UNID.	1,00
1.4.2	COMPOSIÇÃO	001	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO SEMI REFLETIVA	M²	5,74
1.5		PLACA DE OBRA			
1.5.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M²	2,50
1.6		DRENAGEM			
1.6.1	SINAPI	90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M³	7,31
1.6.2	SINAPI	93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	5,15
1.6.3	SINAPI	92210	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	8,16
1.6.4	SINAPI	83659	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	UNID.	2,00

A obra executada foi a Execução de pavimentação em blocos em diversas vias do município de Heliódora MG. Os serviços se iniciaram no dia 27/08/2018 e se encerraram no dia 30/07/2019.

Heliódora 01/08/2019

Alex Leopoldino de Lima

Prefeito

CPF nº 738.984.496-53

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliódora-MG - Tel. (35) 3457-1262



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200004802

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420200000006039093 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART... Registrada em: 22/5/2020
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121.
Logradouro: RUA CARIJÓS..... Nº: 45.....
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050
Contrato: 086/2020..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 2961664,34..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: AVENIDA NOROESTE..... Nº:
Complemento: Bairro: SANTA EDWIGES - RIBEIRÃO DAS MORTES.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37552-484

Início: 6/5/2020.. Situação: ATIVIDADE EM ANDAMENTO Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121.
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM, Quantidade 927,93, Unidade m;
EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) TERRAPLENAGEM, Quantidade 22146,76, Unidade m³; EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO, Quantidade 19427,69, Unidade m²; EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO, Quantidade 1020,90, Unidade m².....

Observações
EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA AVENIDA NOROESTE EM POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0480350 a 0480354, o documento contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200004802/2020

01/09/2020, 10:01:55

1420200004802

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





Pouso Alegre 20 de agosto de 2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo Administrativo nº 002/2020, Concorrência Pública nº 003/2020, cujo objeto é **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA NOROESTE NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE/MG."**

			ADMINISTRAÇÃO LOCAL E INSTALAÇÃO DA OBRA		
B	SETOP	ED-50139	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - ESCRITÓRIO COM AR CONDICIONADO E SANITÁRIO COMPLETO	MÊS	3,00
C	SETOP	ED-50142	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - VESTIÁRIO COM QUATRO (4) CHUVEIROS, TRÊS (3) SANITÁRIOS, UM (1) LAVATÓRIO E UM (1) MICTÓRIO COMPLETO	MÊS	3,00
D	SETOP	ED-5014	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - DEPÓSITO E FERRAMENTARIA COM LAVATÓRIO	MÊS	3,00



E	SINAPI	93565	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00
F	SINAPI	100316	AUXILIAR DE ALMOXARIFE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	MÊS	3,00
IMPLANTAÇÃO DA VIA					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	SINAPI	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	UNID	28,80
1.2	SINAPI	73859/1	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	21418,23
2.0	TERRAPLENAGEM				
2.1	SINAPI	79473	CORTE E ATERRO COMPENSADO	M³	10152,91
2.2	SETOP	ED-51105	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M³	11993,85
2.3	SETOP	RO-40249	COMPACTAÇÃO DE ATERRO A 95% PROCTOR NORMAL	M³	10152,91
2.4	SINAPI	83344	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA FORA, COM UTILIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS DE 165 HP	M³	9729,90
2.5	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M³XKM). AF_12/2016	M³XKM	76866,21
3.0	PAVIMENTAÇÃO				
3.1	SETOP	RO-41081	REGULARIZAÇÃO DO SUB-LEITO (PROCTOR NORMAL)	M²	30065,70
3.2	SINAPI	73817/2	EMBASAMENTO DE MATERIAL GRANULAR - RACHAO	M³	1489,86
3.3	SINAPI	72924	BASE DE SOLO - BRITA (50/50), MISTURA EM USINA, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	M³	2468,28
3.4	C1	COMP SINAPI	BASE DE SOLO - BRITA (85/15), MISTURA EM USINA, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	M³	1371,27
3.5	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M³XKM). AF_12/2016	M³XKM	8826,85
3.6	SETOP	RO-51228	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M²	4571,65
3.7	SETOP	RO-51229	PINTURA DE LIGAÇÃO (EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M²	4571,65
3.8	SETOP	RO-41376	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DISTANCIA MEDIA DE TRANSPORTE >=50,10 KM	TXKM	1612,65
3.9	SETOP	ED-7623	EXECUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), MASSA COMERCIAL, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DOS AGREGADOS E MATERIAL BETUMINOSO, EXCLUSIVE TRANSPORTE DA MASSA ASFÁLTICA ATÉ A PISTA	M³	223,20



3.10	SETOP	RO-14032	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE <= 10,0 KM (VOLUME COMPACTADO)	M³XKM	223,20
4.0			DRENAGEM		
4.1			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
4.1.1			ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS		
4.1.1.1	SINAPI	ED-51112	1ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM DESCARGA COM DESCARGA LATERAL 1,50 M<H<= 3,00 M	M³	2451,20
4.1.1.2	SETOP	ED-51113	1ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS COM DESCARGA COM DESCARGA LATERAL 3,0 M<H<= 5,00 M	M³	437,91
4.1.2			ATERRO/REATERRO DE VALAS COM OU S/COMPACTAÇÃO		
4.1.2.1	SINAPI	93369	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA DE 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	1330,06
4.1.2.2	SINAPI	93370	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³ / POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA ATÉ 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 3,0 A 4,5 M, COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M³	1381,84
4.1.3			COMPACTAÇÃO E APOIAMENTO		
4.1.3.1	SETOP	RO-40249	COMPACTAÇÃO DE ATERRO A 95% PROCTOR NORMAL	M³	1522,21
4.1.4			CARGA, DESCARGA E/OU TRANSPORTE DE MATERIAIS		
4.1.4.1	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	2258,88
4.3			FUNDAÇÕES		
4.3.1			LASTRO/FUNDAÇÕES DIVERSAS		
4.3.1.1	SINAPI	73817/2	EMBASAMENTO DE MATERIAL GRANULAR - RACHAO	M³	416,79
4.3.1.2	SINAPI	94106	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MANUAL, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M³	194,30
4.3.1.3	SINAPI	95877	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_12/2016	M³XKM	1038,86
4.4			ASSENTAMENTO DE TUBOS E PEÇAS		
4.4.1			FORNEC. E/OU ASSENT. DE TUBO DE CONCRETO COM JUNTA ARGAMASSADA		
4.4.1.1	SINAPI	12576	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 400 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	254,54
4.4.1.2	SINAPI	7725	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	577,72
4.4.1.3	SINAPI	12578	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 600 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	89,67



4.4.1.4	SINAPI	92809	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	254,54
4.4.1.5	SINAPI	92811	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	577,72
4.4.1.6	SINAPI	92824	JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	89,67
4.4.1.7	SINAPI	12580	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-3, PB, DN 800 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	52,74
4.4.1.8	SINAPI	7753	TUBO CONCRETO ARMADO, CLASSE PA-1, PB, DN 1000 MM, PARA AGUAS PLUVIAIS (NBR 8890)	M	7,88
4.4.1.9	SINAPI	92813	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	52,74
4.4.1.10	SINAPI	92815	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	M	7,88
4.4.1.11	SINAPI	94884	ASSENTAMENTO DE TUBO DE PEAD CORRUGADO DE DUPLA PAREDE PARA REDE COLETORA DE ESGOTO, DN 1500 MM, JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_06/2016	M	115,50
4.5			DRENAGEM/OBRAS DE CONTENÇÃO/POÇOS DE VISITA		
4.5.1			POÇO DE VISITA/BOCAS DE LOBO/CX. DIVERSAS		
4.5.1.1	SINAPI	73891/2	ESGOTAMENTO COM MOTO-BOMBA AUTOESCOVANTE	H	146,41
4.5.1.2	SETOP	ED-48631	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN 600, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	11,00
4.5.1.3	SETOP	ED-48654	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO C DN 800, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	1,00
4.5.1.4	SETOP	ED-48656	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO C DN 1000, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	1,00



4.5.1.5	SETOP	ED-48568	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	11,00
4.5.1.6	SETOP	ED-48549	BOCA DE LOBO SIMPLES (TIPO A - FERRO FUNDIDO), QUADRO, GRELHA E CANTONEIRA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA	UNID	13,00
4.5.1.8	SETOP	ED-48666	TAMPÃO FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	13,00

As obras estão sendo executadas na Avenida Noroeste em Pouso Alegre. As obras se iniciaram no dia 07/05/2020.

Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em obediência aos normativos vigentes e na conformidade com os prazos estabelecidos, nada havendo que possa desaboná-lo.



Rodrigo Teixeira de Oliveira

CREA nº: 5062990258

Gerente de Infraestrutura e Obras



Certidão de Acervo Técnico - CAT **CREA-MG**

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180005686

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420180000004640628**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **17/7/2018**..... Baixada em: **5/9/2017**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU**..... CPF/CNPJ: **18008870000172**
Logradouro: **PRAÇA DEZESSEIS DE SETEMBRO**..... Nº: **24**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **CAXAMBU**..... UF: **MG**..... CEP: **37440-000**
Contrato: **144/2017**..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 149143,46**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **AVENIDA ÁPIO CARDOSO E GABRIEL ALVES FERNANDES**..... Nº:
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **CAXAMBU**..... UF: **MG**..... CEP: **37440-000**

Data Início: **14/7/2017**.. Conclusão efetiva: **5/9/2017**.. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU**..... CPF/CNPJ: **18008870000172**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO** , Quantidade **10500,00** , Unidade **m²**.....

Observações

EXEC. DE FRESAGEM E PAVIMENTAÇÃO NA AV. ÁPIO CARDOSO E GABRIEL ALVES FERNANDES, ART EM SUBSTITUIÇÃO A ART 3944197 E CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO (CAT) 142017005442, DE ACORDO COM PROCESSO 14590817 CREA.....

Informações Complementares

O ATESTADO EM ITÍDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU, DATADO DE 18/07/2018 CITA ART 4640547, SENDO QUE A ART CORRETA É A 4640628.....

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0347680 a 0347681, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005686/2018

03/08/2018, 15:47:00

1420180005686

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

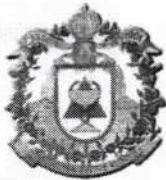
Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU - MG

A Prefeitura Municipal de Caxambu, inscrita no CNPJ MF nº 22.646.525.0001-31, situada a Praça dezesseis de Setembro, nº 24, bairro Centro, declara que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536, executou as obras do contrato nº 080/2017 (Tomada de preço 01/2017) e de acordo com a ART nº 4640547, representado abaixo através da planilha que compõe o respectivo edital de licitação:

Planilha de Quantidades

ITEM	CÓDIGO SINAPI	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.
1		SERVICOS PRELIMINARES		
	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO (2X1,25)	M2	2,50
2	73847/1	ALUGUEL CONTAINER/ESCRIT INCL INST ELET LARG=2,20 COMP=6,20M ALT=2,50M CHAPA ACO C/NERV TRAPEZ FORRO C/ISOL TERMO/ACUSTICO CHASSIS REFORC PISO COMPENS NAVAL EXC TRANSP/CARGA/DESCARGA	MÊS	1,00
	72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3xKM	18.000,00
3		PAVIMENTAÇÃO		
	89234	FRESADORA DE ASFALTO A FRIO SOBRE RODAS, LARGURA FRESAGEM DE 1,0 M, POTÊNCIA 208 HP - CHP DIURNO. AF_11/2014, TOTALIZANDO A EXECUÇÃO DE 10.500,00 m².	CHP	66,67
	73806/1	LIMPEZA DE SUPERFICIES COM JATO DE ALTA PRESSAO DE AR E AGUA	M2	5.000,00
	72942	PINTURA DE LIGACAO COM EMULSAO RR-1C	M2	5.000,00
	72846	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3	T	348,00
	72965	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE(CBUQ),CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	348,00
	88241	AJUDANTE DE OPERAÇÃO EM GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	440,00

Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano – Adm. 2017/2020
Praça Dezesseis de Setembro, 24 – Centro – Caxambu – MG – CEP: 37.440-000
Tel.: (35) 3341-1293- e-mail: planejamento@caxambu.mg.gov.br

Página 1 de 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXAMBU

Estado de Minas Gerais

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Planejamento Urbano



Fonte: Edital TP 02/2017 Prefeitura de Caxambu

As obras executadas foram de acordo com os objetos licitados, sendo a TP 02/2017:
“PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA FRESAGEM E RECOMPOSIÇÃO DE MASSA ASFALTICA, TRECHO DA AVENIDA GABRIEL ALVES FERNANDES E AVENIDA ÁPIO CARDOSO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DE CÁLCULO”.

Local: Avenida Ápio Cardoso e Avenida Gabriel Alves Fernandes;

Bairro: Centro – Caxambu-MG;

Contrato: 144/2017 – Duro na Queda Construções Ltda.

Processo: 42/2017;

Tomada de Preço: 02/2017.

Os Serviços foram executados de acordo com as normas vigentes e fiscalizados pela Prefeitura do Município de Caxambu, nas Avenidas Ápio Cardoso e Gabriel Alves Fernandes, sendo iniciados no dia 17/07/2017 e encerrados no dia 05/09/2017.



Prefeitura Municipal de Caxambu

Edson da Silva Arantes

CREA-MG 60.220/D CPF nº 465.917.966-49

Secretario de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Caxambu, 18 de julho de 2018.

Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano – Adm. 2017/2020
Praça Dezesesseis de Setembro, 24 – Centro – Caxambu – MG – CEP: 37.440-000
Tel.: (35) 3341-1293- e-mail: planejamento@caxambu.mg.gov.br

Página 2 de 2



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180005683

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201700000004054604... Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: 19/9/2017..... Baixada em: 21/6/2018.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA..... CPF/CNPJ: 18712141000100
Logradouro: RUA IDELFONSO VENTURA DE CARVALHO..... Nº: 49.....
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: TURVOLÂNDIA..... UF: MG..... CEP: 37496-000
Contrato: 69/2017..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 296788,95..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: VIA VIAS URBANAS DIVERSAS..... Nº:
Complemento: LOT. SÃO JOSÉ..... Bairro: CAMPO DO ROSÁRIO.....
Cidade: TURVOLÂNDIA..... UF: MG..... CEP: 37496-000

Data início: 11/9/2017. Conclusão efetiva: 21/6/2018. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA..... CPF/CNPJ: 18712141000100
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM, Quantidade 207,60,
Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO, Quantidade 4419,86,
Unidade m²; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO, Quantidade 129,86,
Unidade m².....

Observações

CONTRATO Nº 830081/2016 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS. MINISTÉRIO DAS CIDADES/PLANEJAMENTO URBANO.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0349488 a 0349490, o documento contendo 3 folhas(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005683/2018

03/06/2018, 15:32:34

1420180005683

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1500 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ovidória: (0800) 283-3213 - Atendimento: (0800) 031-2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

ATESTADO



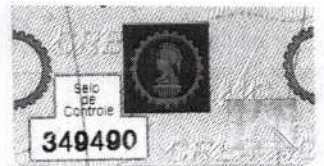
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA inscrita no CNPJ 18.712.141/0001-00, situada a Praça Dom Otávio nº 240, Bairro Centro na cidade de Turvolândia/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através de planilha.

1	M	PLACA DE OBRA		
1.1	A	INSTALAÇÕES DE PLACA DE OBRA		
1.1.1	C 74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,5
2	M	EXEC. SUBLEITO, LEITO, SUB BASE E BASE (2,00X1,25)		
2.1	A	EXECUÇÃO DE SUB LEITO		
2.1.1	C 72961	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO ATE 20 CM DE ESPESSURA	M2	4.419,86
2.2	A	EXECUÇÃO DE BASE		
2.2.1	C 73711	BASE PARA PAVIMENTACAO COM BRITA CORRIDA, INCLUSIVE COMPACTACAO	M3	662,98
2.2.2	C 72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA	M3XKM	15049,65
3	A	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
3.1	A	IMPRIMAÇÃO E VARRIÇÃO		
3.1.1	C 72945	IMPRIMACAO DE BASE DE PAVIMENTACAO COM ADP CM-30	M2	4419,86
3.1.2	C 93176	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	TXKM	1665,41
3.2	A	CAPA		
3.2.1	72965	FABRICAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE(CBUQ),CAP 50/70, EXCLUSIVE TRANSPORTE	T	318,23
3.2.2	C 95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M3XKM	8559,06

MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA - ESTADO DE MINAS GERAIS
PRAÇA DOM OTÁVIO, Nº. 240 - CENTRO - TURVOLÂNDIA
CNPJ/MF Nº. 18.712.141/0001-00
TEL. (35) 3242 1161 - (35) 3242 1123



4	A	CALÇADAS (INCLUSO RAMPAS)		
4.1	A	CALÇADA, E=7cm (INCLUSO RAMPAS E PISO TÁTIL DE ALERTA)		
4.1.1	C 94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_07/2016	M3	133,96
4.1.2	I 38135	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, TATIL ALERTA OU DIRECIONAL, AMARELO	M2	17,28
5	M	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL		
5.1	A	FAIXA AMARELA CONTÍNUA - CENTRAL , L=10cm		
5.1.1	C 72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	65,06
5.2	A	FAIXA DE PEDESTRES - L = 0,30 - BRANCO, CONFORME PROJETO		
5.2.1	C 72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	62,4
5.3	A	PLACAS DE REGULAMENTAÇÃO - R1		
5.3.1	I 34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	2,4
5.3.2	I 21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"). E = 3,35 MM, *7,32* KG/M (NBR 5580)	M	24
6	M	DRENAGEM		
6.1	A	TUBOS , ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E REATERRO		
6.1.1	C 92910	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	48,80
6.1.2	C 92211	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	M	158,80
6.1.3	C 90105	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO) COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M3 / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA MENOR QUE 0,8 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	206,14
6.1.4	C 94907	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	M2	161,20
6.1.5	C 93378	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA ATÉ 0,8 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	M3	168,83
6.2	A	BOCA DE LOBO		
6.2.1	C 83659	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIJOLO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	M2	5



A obra executada foi a primeira etapa de drenagem, pavimentação e sinalização de vias do loteamento São José no bairro Campo do Rosário em Turvolândia MG, nas seguintes ruas:

- Valter Garcia Domingues;
- Maria Garcia Domingues
- Célia do Carmo Garcia;
- Valdomiro Garcia Domingues;
- Vereador Joaquim Garcia Domingues.

Os serviços se iniciaram no dia 11/09/2017 e terminaram em 21/06/2018.

Turvolândia 22 /06/2018

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TURVOLÂNDIA

ELIVELTO CARVALHO CPF: 994.146.006-04

PREFEITO MUNICIPAL



Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190007602

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....

Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420180000004913867** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**... Registrada em: **28/11/2018**

Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....

Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....

Complemento: Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**.....

Contrato: **106/2018**..... celebrado em Vinculado à ART:

Valor do contrato: **R\$ 7444988,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO**..... Nº:

Complemento: Bairro: **DIVERSOS**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**.....

Início: **1/11/2018**. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**.....

Código:

Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES REPARACAO DE PAVIMENTACAO** ,

Quantidade **16000,00** , Unidade **t**.....

Observações

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425515 a 0425516, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007602/2019

14/11/2019, 11:46:59

1420190007602

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG



Pouso Alegre 14 de Agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 699/2018, Pregão Presencial nº 94/2019, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS - TAPA BURACO"

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA				
1.1	SINAPI	90106	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 METROS COM RETROESCAVADEIRA	M³	787,50
1.2	SINAPI	74010/1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³	M³	1023,75
1.3	SINAPI	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 01/2018	M³XKM	9930,38
2	PAVIMENTAÇÃO				
2.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M³	525,00
2.2	SUDECAP	05.01.50	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MÃO ARRUMADA E ARGAMASSADA	M³	420,00
2.3	SUDECAP	05.01.50	CONCRETO DE REGULARIZAÇÃO TRAÇO 1:3:6 FORNECIMENTO E LANÇAMENTO SOBRE ENROCAMENTO	M³	54,00
2.4	SUDECAP	05.04.01	FORMA DE COMPENSADO RESINADO INCLUSIVE DESFORMA E LIMPEZA	M²	163,89



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**



Secretaria de
Infraestrutura, Obras
e Serviços Públicos



As obras estão sendo executadas em diversas vias do município de Pouso Alegre. As obras se iniciaram no dia 01/11/2018.

Rinaldo Lima Oliveira
Secretário de Infraestrutura,
Obras e Serviços Públicos

Rodrigo Teixeira de Oliveira
CREA nº: 5092990258
Gerente de Infraestrutura



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420200003312
Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....

Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420190000005100366**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....

Registrada em: **7/3/2019**..... Baixada em: **25/3/2020**.....

Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....

Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **MEL - LOTEAMENTO COLINA DAS PALMEIRAS HOLDING EIRELI**.... CPF/CNPJ: **30460784000100**

Logradouro: **AVENIDA SINHA MOREIRA**..... Nº: **250**...

Complemento: **SALA 290**..... Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **SANTA RITA DO SAPUCAÍ**..... UF: **MG**..... CEP: **37540-000**

Contrato: celebrado em Vinculado à ART:

Valor do contrato: **R\$ 3689448,31**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **AVENIDA EMBAIXADOR BILAC PINTO**..... Nº:

Complemento: Bairro: **BOA VISTA 2**.....

Cidade: **SANTA RITA DO SAPUCAÍ**..... UF: **MG**..... CEP: **37540-000**

Data Início: **22/11/2018** Conclusão efetiva: **25/3/2020**. Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **MEL - LOTEAMENTO COLINA DAS PALMEIRAS HOLDING EIRELI**.... CPF/CNPJ: **30460784000100**

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **269,41**,

Unidade **m**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**

TERRAPLENAGEM, Quantidade **313752,75**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO**

URBANISMO LOTEAMENTO, Quantidade **342,00**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO**

TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO, Quantidade **2213,60**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE**

OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO, Quantidade **216,00**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM NO LOTEAMENTO COLINA DAS PALMEIRAS, EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E PAISAGISMO NO ACESSO DO LOTEAMENTO.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 463148 a 463148, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200003312/2020

03/07/2020, 14:46:57

1420200003312

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

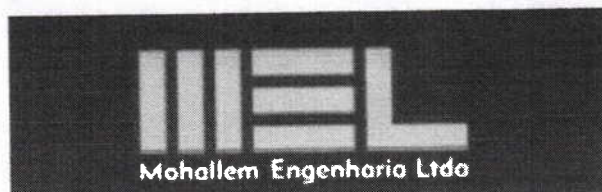
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



LOTEAMENTO COLINA DAS PALMEIRAS
CNPJ: 30.460.784/0001-00

Santa Rita do Sapucaí 26 de Março de 2020

A MEL - Loteamento Colina das Palmeiras Holding Eireli, inscrito no CNPJ 30.460.784/0001-00, SITUADA NA Avenida Sinha Moreira nº 250, sala 290, Centro em Santa Rita do Sapucaí MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo:

TERRAPLENAGEM			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.1	Limpeza de terreno, profundidade ate 15 cm	m²	145.230,00
1.2	Escavação, carga e transportes de material de 01ª categoria, DTM de 220 a 400m	m³	100.236,45
1.3	Escavação, carga e transportes de material de 01ª categoria (empréstimo), DMT=600m	m³	101.324,32
1.4	Compactação de aterro a 95% Proctor Normal (com controle tecnológico)	M³	159.587,45

As obras de **execução de terraplenagem no Loteamento Colina das Palmeiras na Avenida Embaixador Bilac Pinto sem número no Bairro Boa Vista 02 EM Santa Rita do Sapucaí - MG**, iniciaram no dia 22/11/2018 e foram finalizadas no dia 25/03/2020.

Os serviços foram desenvolvidos por meio de equipe técnica qualificada e competente e da utilização de equipamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados. Os serviços foram realizados dentro dos prazos estabelecidos e executados na estrita obediência aos normativos vigentes e em respeito aos procedimentos contratados, com excelente qualidade técnica, nada havendo que possa desaboná-lo.

Nakle Mohalem
CPF: 005.876.266-31
Sócio Proprietário

Avenida Sinha Moreira, nº 250, sala 290
Bairro: Bairro Centro Santa Rita do Sapucaí - MG
CEP: 37.540-000



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200004819

Atividade concluída

Página 1

386

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201900000005714582.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: 5/12/2019..... Baixada em: 31/7/2020.....

Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121

Logradouro: RUA CARIJÓS..... Nº: 45.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050

Contrato: celebrado em

Vinculado à ART:

Valor do contrato: R\$ 11995000,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:

Complemento: Bairro: DIVERSOS.....

Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050

Data Início: 28/11/2019 Conclusão efetiva: 31/7/2020. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 20625,00 , Unidade m³; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 1000,00 , Unidade m³; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 150000,00 , Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA COMSUB BASE E BASE DE DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0480358 a 0480360, o documento contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200004819/2020

02/09/2020 , 09:01:56

1420200004819

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



Pouso Alegre 02 de agosto de 2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo Administrativo nº 210/2019, Pregão Presencial nº 108/2019, cujo objeto é **"Execução de empresa para execução de recomposição e manutenção asfáltica com sub base e base de vias do município de Pouso Alegre MG"**.

ITEM	CÓDIGO	FONTE	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR
1			ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE		
1.1	83336	SINAPI - JUL/19	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA	M3	7.219,81
1.2	DEM-PIS-070	SETOP - ABR/19	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	8.470,31
1.3	20.20.01	SUDECAP - ABR/19	FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	130.778,05
1.4	20.20.02	SUDECAP - ABR/19	FRESAGEM DE 5 A 10 CM	M2	3.910,20



1.5	02.12.01	SUDECAP - ABR/19	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	1.589,44
1.6	74010/001	SINAPI - JUL/19	CARGA E DESCARGA MECANICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHAO BASCULANTE 6,0M3 /16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	M3	15.656,96
1.7	97914	SINAPI - JUL/19	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM	M3XKM	254.641,78
2			PAVIMENTAÇÃO		
2.1	OBR-VIA-135	SETOP - ABR/19	REFORÇO DO SUB-LEITO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UMIDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	1.612,56
2.2	96399	SINAPI - JUL/19	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M3	2.188,14
2.3	96396	SINAPI - JUL/19	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M3	3.454,68
2.4	OBR-VIA-160	SETOP - ABR/19	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M2	8.470,31
2.5	96402	SINAPI - JUL/19	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO LIGANTE (PINTURA DE LIGAÇÃO) COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_09/2017	M2	274.352,38
2.6	20.13.11	SUDECAP - ABR/19	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), BINDER, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - INCLUSIVE TRANSPORTE PARA OBRA	TON.	12.291,60
2.7	20.13.05	SUDECAP - ABR/19	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ, CAMADA DE ROLAMENTO, FAIXA C, COM CAP 50/70 - INCLUSIVE TRANSPORTE PARA OBRA	TON.	19.271,20

As obras de recomposição e manutenção asfáltica foram executadas em diversas vias do município de Pouso Alegre. As obras se iniciaram no dia 28/11/2019 e encerraram no dia 31/07/2020.



Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em obediência aos normativos vigentes e na conformidade com os prazos estabelecidos, nada havendo que possa desaboná-lo.

Rodrigo Teixeira de Oliveira

CREA nº: 5062990258

Gerente de Infraestrutura e Obras



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200002993

Atividade concluída

Número da ART: 14201900000005460044 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: Baixada em: 25/3/2020.....
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121
Logradouro: RUA CARIJÓS..... Nº: 45.....
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050
Contrato: celebrado em Vinculado à ART: 14201900000005123445
Valor do contrato: R\$ 14400000,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: RUA DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO..... Nº:
Complemento: Bairro: DIVERSOS.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050
Início: 8/7/2019.. Conclusão efetiva: 25/3/2020... Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade
75000,00 , Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE SUB BASE, BASE E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 462538 a 462539, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200002993/2020

23/06/2020 , 10:48:53

1420200002993

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

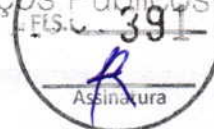
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Pouso Alegre 27 de Março de 2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre – MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 13/2019, Pregão Presencial nº 06/2019, cujo objeto é “REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA COM BASE E SUB-BASE DE VIAS PÚBLICAS”

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS POUSO ALEGRE

RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS – POUSO ALEGRE / MG

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

MODALIDADE PREGÃO Nº 06/2019

CONTRATO Nº 031/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE		
1.1	ESCAVAÇÃO MECÂNICA COM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	M3	10.000,00
1.2	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE ASFALTAMENTO	M2	7.500,00
1.3	FRESAGEM ATÉ 5CM	M2	150.000,00
1.4	CORTE MECÂNICO C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO /ASFALTO	M	29.999,87
1.5	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3 / 16 T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DE CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	M3	11.813,75
1.6	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA DTM ATÉ 30 KM	M3 X KM	354.412,50
2	PAVIMENTAÇÃO		
2.1	REFORÇO DO SUBLEITO (EXECUÇÃO INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UMEDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	734,73
2.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM PEDRA RACHÃO – EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M3	3.512,69
2.3	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES – EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M3	664,84
2.4	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M2	12.949,11

CONTINUA...

CONTINUAÇÃO...

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS POUSO ALEGRE

Praça João Pinheiro, 73 - Centro, 37.550-000 Pouso Alegre - MG
Tel.: 35 3449-4977 35 3449-4980

Rodrigo Teixeira de Oliveira
GERENTE DE INFRAESTRUTURA
MATRÍCULA: 71549 - CREA: 5062990258



RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS – POUSO ALEGRE / MG

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 013/2019


MODALIDADE PREGÃO Nº 06/2019

CONTRATO Nº 031/2019

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	PAVIMENTAÇÃO		
2.5	EXECUÇÃO E IMPRIMAÇÃO LIGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	M2	150.000,00
2.6	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), BINDER, COM ESPESSURA DE 5,0CM – INCLUSIVE TRANSPORTE PARA A OBRA	TON	9.375,00
2.7	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ, CAMADA DE ROLAMENTO, FAIXA C, COM CAP 50/70 – INCLUSIVE TRANSPORTE PARA A OBRA	TON	11.250,00
2.8	EXECUÇÃO DE FAIXA ELEVADA CONFORME RESOLUÇÃO 738 CONTRAN DE 06/09/18 APLICAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA (EXECUÇÃO INCLUINDO PINTURA DE LIGAÇÃO)	M3	45

As obras de **execução de manutenção, recomposição e recuperação asfáltica com base e sub-base em diversas vias públicas de Pouso Alegre – MG**, iniciaram no dia 25/03/2019 e foram finalizadas no dia 25/03/2020.

Os serviços foram desenvolvidos por meio de equipe técnica qualificada e competente e da utilização de equipamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados. Os serviços foram realizados dentro dos prazos estabelecidos e executados na estrita obediência aos normativos vigentes e em respeito aos procedimentos contratados, com excelente qualidade técnica, nada havendo que possa desaboná-lo.


Rodrigo Teixeira de Oliveira
CREA nº: 5062990258
Gerente de Infraestrutura e Obras



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420180005924
Atividade concluída

Página 1/1



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420180000004388034**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: Baixada em: **18/12/2017**.....
Forma de Registro: **Substituição**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**
Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**
Contrato: **255/2017**..... celebrado em Vinculado à ART: **14201700000004076657**
Valor do contrato: **R\$ 4827962,24**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **VIA VIAS DO MUNICÍPIO**..... Nº:
Complemento: Bairro: **DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**
Data Início: **2/10/2017**. Conclusão efetiva: **18/12/2017** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO**, Quantidade **56390,99**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO**, Quantidade **75152,79**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO**, Quantidade **1296,81**, Unidade **t**.....

Observações

EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA EM VIAS URBANAS DE POUSO ALEGRE
MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 347843 a 347843, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180005924/2018

10/08/2018, 14:02:05

1420180005924

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av Álvares Cabral 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP:30170-917

Telefone: (31)3298-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



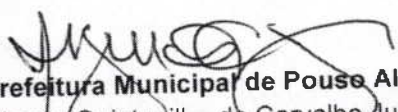
ATESTADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada à Rua Carijós, nº 45 em Pouso Alegre/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessários, que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.614.327/0001-47, situada à Estrada do São João, Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista/MG, executou através do seu responsável técnico, Sr. Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, portador do CPF nº 037.522.336-30, Engenheiro Civil, registro no CREA MG nº 186678/D e RNP nº 1413899536, os serviços abaixo relacionados através de planilha.

DESCRIÇÃO	UND	QTDE
MOVIMENTO DE TERRA		
Escavação mecânica de valas com retroescavadeira profundidade até 1,50m	M3	212,50
Substituição de solo mole por material granular (incl. fornecimento e lançamento de rachão)	M3	170,00
Sub total		
PAVIMENTAÇÃO		
Carga e descarga de material proveniente de demolição e fresagem	M3	8.736,00
Transporte comercial caminhão basculante 6m3	M3 x km	58.659,10
Fresagem - Espessura <= 5cm	m2	3.529,00
Fresagem - Espessura > 5cm < 10cm	m2	56.390,99
Pintura de ligação com emulsão RR-2C	m2	75.152,79
Concreto betuminoso usinado a quente, faixa C (Usinagem e aplicação) CAP 50/70, incluindo	ton	9.241,40
Transporte comercial caminhão basculante 6m3 (CBUQ até local da obra)	ton x km	100.602,94
Sub total		
TAPA-BURACOS		
Execução de tapa-buraco com CBUQ, CAP 50/70, incluindo usinagem e aplicação, fornecimento de todos	Ton	1.296,81
Transporte comercial caminhão basculante 6m3 (CBUQ até local da obra)	Tonx Km	18.274,47

A obra executada foi serviço de tapa buraco e pavimentação asfáltica em diversas vias de Pouso Alegre/MG. Os serviços iniciaram no dia 02/10/2017 e se encerraram no dia 18/12/2017.

Pouso Alegre 15 de Janeiro de 2018


Prefeitura Municipal de Pouso Alegre
Argeu Quintanilha de Carvalho Junior
Secretário de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190006196

Atividade concluída

Página 1/1



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420180000004745046**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **13/9/2018**..... Baixada em: **31/1/2019**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....
Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**
Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**
Contrato: **83/2018**..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 3500000,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO**..... Nº:
Complemento: Bairro: **DIBERSOS**.....
Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**
Data Início: **6/9/2018**.. Conclusão efetiva: **31/1/2019**. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO** , Quantidade **42966,00** , Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, BASE E SUB BASE EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra **vinculado** à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0415306 a 0415307, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190006196/2019

02/10/2019 , 15:16:55

1420190006196

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG



ATESTADO

A Prefeitura do Município de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua Carijós nº 45 Centro em Pouso Alegre MG, através do secretário municipal de infraestrutura, obras e serviços públicos Sr. Rinaldo Lima Oliveira atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo:

MOVIMENTAÇÃO DE TERRA					
1					
1.1	90106	SINAPI MAI/18	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M COM RETROESCAVADEIRA	m3	4.511,43
1.2	74010/001	SINAPI MAI/18	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3 (MATERIAL PROVENIENTE DE DEMOLIÇÃO E FRESAGEM)	m3	7.368,67
1.3	97914	SINAPI MAI/18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (MATERIAL PROVENIENTE DE DEMOLIÇÃO E FRESAGEM)	m3xkm	147.373,40
2					
PAVIMENTAÇÃO					
2.1	20.20.01	SUDECAP ABR/18	FRESAGEM DE ASFALTO ATÉ 5,0 CM:	m2	15.038,10
2.2	72961	SINAPI MAI/18	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m2	6.444,90
2.3	96399	SINAPI MAI/18	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	m3	2.900,21
2.4	96396	SINAPI MAI/18	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	m3	2.900,21
2.5	95875	SINAPI MAI/18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (MATERIAL PARA SUB-BASE E BASE)	m3xkm	116.008,40
2.6	96401	SINAPI MAI/18	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30.	m2	6.444,90
2.7	96402	SINAPI MAI/18	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO LIGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	m2	42.966,00
2.8	20.13.05	SUDECAP ABR/18	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - FAIXA C COM CAP 50/70 - FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE APLICAÇÃO - EXCLUSIVE TRANSPORTE	ton	7.218,29
2.9	93596	SINAPI MAI/18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ACIMA DE 30 KM (MATERIAL PARA ASFALTO)	tonxkm	144.365,80

Rua dos Carijós, 45 - Centro, Pouso Alegre - MG, 37550-000
Tel.: 35 3449-4088 35 3449-4023



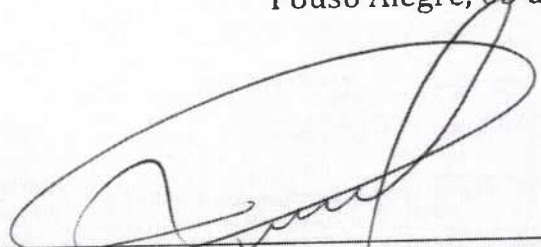
As obras foram executadas de acordo com o objeto do contrato nº 83/2018, "Contratação de empresa para execução de asfalto com base e sub-base para recomposição de vias públicas" nas seguintes ruas do município de Pouso Alegre MG:

- Rua Francisco Aragone e Rua José da Silva Augusto no bairro Shangrilá;
- Rua Benedita Resende Faria no bairro Vergani;
- Rua UBS (Nova) no bairro Santa Edwirges;
- Avenida Vereador Antônio Augusto Ribeiro no bairro Santa Elisa;
- Ruas Comendador José Garcia, Santos Dumont, Marechal Deodoro, São João e Coronel Ribeiro de Abreu, no Centro;
- Rua Atílio Paschoal no bairro Esplanada;
- Rua Pedro Marcondes Duarte no bairro São Vicente de Paula.

Os trabalhos iniciaram-se em 26/07/2018 e se encerraram no dia 31/01/2019.

Sem mais nada a atestar,

Pouso Alegre, 05 de Fevereiro de 2019.



SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E SERVIÇOS
Rinaldo Lima de Oliveira
CPF: 044.171.928-71 - RG: SP-17.334.241



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190007604

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....

Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **14201900000005459937** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**... Registrada em:

Forma de Registro: **Substituição**..... Participação Técnica: **Individual**.....

Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....

Complemento: Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**.....

Contrato: **66/2018**..... celebrado em Vinculado à ART: **14201800000004676795**.....

Valor do contrato: **R\$ 1498000,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **ESTRADA VIA DE ACESSO A UNIDADE FABRIL DA ACG DO BRASIL**..... Nº:

Complemento: Bairro: **DISTRITO INDUSTRIAL**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37560-000**.....

Início: **26/7/2018**. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.....

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **116,45**, Unidade **m**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)**

TERRAPLENAGEM, Quantidade **5086,81**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO**

TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO, Quantidade **11404,48**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE**

OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALÇAMENTO, Quantidade **4587,30**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE**

OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZAÇÃO, Quantidade **774,82**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DO ACESSO (TREVO) DA EMPRESA ACG DO BRASIL.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425520 a 0425524, o documento contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007604/2019

14/11/2019, 12:01:55

1420190007604

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001
Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





Pouso Alegre 14 de Agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 128/2018, pregão nº 40/2018, cujo objeto é "Contratação de empresa para execução de obra de via de acesso a unidade fabril da ACG do Brasil, no distrito industrial, no município de Pouso Alegre"

1			INSTALAÇÕES DA OBRA		
1.1	SUDECAP	41.01	ESCRITÓRIOS		
1.1.1	SUDECAP	41.01.01	EXECUÇÃO DE ESCRITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016	M²	10,00
1.1.2	SUDECAP	41.01.02	EXECUÇÃO DE DEPÓSITO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO	M²	200,00
1.1.3	SUDECAP	41.01.04	EXECUÇÃO DE SANITÁRIO E VESTIÁRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO. AF_02/2016	M²	40,00
2			SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	SUDECAP	03.01	DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
2.1.1	SINAPI	73686	LOCAÇÃO DA OBRA, COM USO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS, INCLUSIVE NIVELADOR	M	1237,52
2.1.2	DER SP	22.01.04 DER SP	DERRUBADA E DEST.ARV.C/PERIMETRO>78CM	UNID	146,00
2.1.3	SINAPI	73859/001	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	5520,60



2.1.4	SINAPI	73672	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM ARVORES ATÉ Ø 15CM, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	M²	584,54
2.1.5	SINAPI	92970	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M²	3127,78
2.1.6	SINAPI	83358	TRANSPORTE DE PAVIMENTAÇÃO REMOVIDA (RODOVIAS NÃO URBANAS) - 10 KM	M³XKM	4691,67
2.1.7	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	t*km	2346,26
3			TERRAPLENAGEM		
3.1	SUDECAP	03.01	DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
3.1.1	SINAPI	79473	CORTE E ATERRO COMPENSADO	m³	5086,81
3.1.2	SINAPI	74005/002	COMPACTAÇÃO MECÂNICA C/ CONTROLE DO GC >= 95% DO PN (ÁREAS) (C/MONIVELADORA 140 HP E ROLO COMPRESSOR VIBRATORIO 80 HP)	m³	469,16
3.1.3	SINAPI	83344	ESPALHAMENTO DE MATERIAL EM BOTA FORA, COM UTILIZAÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRAS DE 165 HP	m³	4148,49
3.1.4	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	t*km	11754,05
4			PAVIMENTAÇÃO		
4.1	SUDECAP		REGULARIZAÇÃO, SUB BASE E BASE E CAPA ASFÁLTICA		
4.1.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	m²	11404,48
4.1.2	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA (DISTÂNCIA DE 8,5KM + 10%)	M³XKM	9548,06
4.1.3	SINAPI	72924	BASE DE SOLO - BRITA (50/50), MISTURA EM USINA, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVACAO, CARGA E TRANSPORTE	m³	2042,37
4.1.4	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA (DISTÂNCIA DE 8,5KM + 10%)	M³XKM	13381,56
4.1.5	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2017	m³	715,59
4.1.6	SINAPI	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30. AF_09/2017	m²	11404,48



4.1.7	SINAPI	96402	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO LIGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_09/2017	m²	11404,48
4.1.8	SINAPI	72887	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, RODOVIA PAVIMENTADA (DISTÂNCIA DE 16KM + 10%)	m³xkm	10035,94
4.1.9	SINAPI	95996	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), BINDER, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	m³	570,22
4.1.10	SINAPI	94342	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO E COMPACTAÇÃO MECANIZADA. AF_05/2016	m³	229,37
4.1.11	SINAPI	92393	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25 X 25 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_12/2015	m²	4587,30
4.1.12	SINAPI	72891	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHAO BASCULANTE 6 M3, DESCARGA EM VIBRO-ACABADORA	m³	570,22
5	DRENAGEM				
5.1	DRENAGEM SUPERFICIAL E PROFUNDA				
5.1.1	SINAPI	94268	GUIA (MEIO-FIO) E SARIETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO COM EXTRUSORA, GUIA 12,5 CM BASE X 22 CM ALTURA, SARIETA 30 CM BASE X 8,5 CM ALTURA. AF_06/2016	m	2426,74
5.1.2	SINAPI	92212	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 600 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	53,30
5.1.3	SINAPI	92214	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	25,00
5.1.4	SINAPI	92216	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	38,15

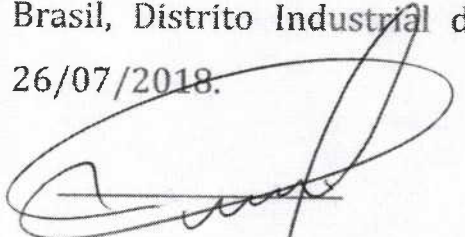


5.1.5	SINAPI	92811	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	m	698,00
5.1.6	SINAPI	92813	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 800 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2016	m	25,00
5.1.7	SINAPI	92815	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 1000 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2017	m	38,15
5.1.8	SUDECAP	19.08.01	BERÇO EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO TRAÇO 1:3:6, INCLUSIVE LANÇAMENTO	M³	138,00
5.1.9	SUDECAP	19.08.01	FORMA PARA BERÇO DE CONCRETO, EM TÁBOA INCLUSIVE DESFORMA	M²	753,00
5.1.10	SINAPI	4718	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE (Lastro)	m³	14,98
5.1.11	SUDECAP	19.11.01	BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	19,00
5.1.12	SUDECAP	19.11.02	BOCA DE LOBO DUPLA (BLTD) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	12,00
5.1.13	SUDECAP	19.12.01	ALTEAMENTO PARA BOCA DE LOBO SIMPLES	M	19,00
5.1.14	SUDECAP	19.12.02	ALTEAMENTO PARA BOCA DE LOBO SIMPLES	M	19,00
5.1.15	SUDECAP	19.13.01	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	19,00
5.1.16	SUDECAP	19.13.02	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO DUPLA (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	12,00
5.1.17	SUDECAP	19.15.02	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA DN 500 MM	UNID	19,00
5.1.18	SUDECAP	19.19.02	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN500, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	20,00
5.1.19	SUDECAP	19.21.01	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A" EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	20,00



5.1.20	SUDECAP	19.21.02	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "B", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-51	M	20,00
5.1.21	SUDECAP	19.22.02	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	20,00
5.1.22	SUDECAP	19.22.03	REBAIXAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E TRANSPORTE DO MATERIAL RETIRADO (20 CM)	UNID	20,00
5.1.23	SUDECAP	19.22.04	ALTEAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DO MATERIAL (20 CM)	UNID	20,00
5.1.24	SUDECAP	19.23.02	DESCIDA D'ÁGUA TIPO CALHA DN 500, EXCLUSIVE BOTA FORA DN 500 MM	M	98,00
5.1.25	SUDECAP	19.25.02	DRENO TIPO B, MANTADRENANTE, BRITA 3, TUBO POROSO D=15CM, L=50CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E BOTA FORA	M	850,00
5.1.26	SINAPI	94040	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO MADEIRA ROLIÇADA DE 6 AC 10 CM (H=3,21A4,50M)	M²	5489,00
5.1.27	SINAPI	94052	ESCORAMENTO METÁLICO TUBULAR CONVENCIONAL (H=1,80A3,20M) COM ACESSÓRIOS PARA LAJES E VIGAS MACIÇAS, EXCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM (ALUGUEL MENSAL)	M³*MÊS	9587,35
5.1.28	SUDECAP	19.53.01	LASTRO DE PEDRA BRITADA (BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE)	M³	4289,00
5.1.29	SUDECAP	05.16.01	TUBO CA 1 PARA POÇO DE BOMBEAMENTO DN 400 MM	UNID	27,00
5.1.30	SUDECAP	05.17.09	ALA DE GALERIA CELULAR B=2.00 M	UNID	25,00
5.1.31	SUDECAP	05.19.01	GRELHA PARA PV DE CANAL	UNID	26,00
6			PLANTIO DE GRAMA GRAMAS		
6.4	SINAPI	74236/001	PLANTIO DE GRAMA BATATAIS EM PLACAS - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m²	3077,80
6.5	SINAPI	74236/002	PLANTIO DE GRAMA AMENDOIM - INCLUSIVE PREPARO DO SOLO	m²	2631,05

As obras foram executadas na via de acesso a empresa ACG do Brasil, Distrito Industrial de Pouso Alegre. Iniciou-se as obras em 26/07/2018.


Rinaldo Lima Oliveira
Secretário de Infraestrutura,
Obras e Serviços Públicos


Rodrigo Teixeira de Oliveira
CREA nº: 5092990258
Gerente de Infraestrutura



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190007603

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420190000005361538 Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART... Registrada em: 4/7/2019
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121.
Logradouro: RUA CARIJÓS..... Nº: 45.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050

Contrato: 088/2019..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 2494030,98..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: AVENIDA JOÃO INÁCIO RAIMUNDO..... Nº:
Complemento: Bairro: SÃO JOÃO.....

Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-414

Início: 8/7/2019.. Situação: ATIVIDADE EM ANDAMENTO Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121.
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM, Quantidade 701,45 ,

Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) TERRAPLENAGEM, Quantidade 17482,07, Unidade m³; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO, Quantidade 23952,69, Unidade m²; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO, Quantidade 1713,15, Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, PAISAGISMO E SINALIZAÇÃO NA AVENIDA JOÃO INÁCIO RAIMUNDO EM POUSO ALEGRE MG, CONCORRÊNCIA PÚBLICA NÚMERO 01/2019.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425517 a 0425519, o documento contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007603/2019

14/11/2019, 11:47:01

1420190007603

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001
Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





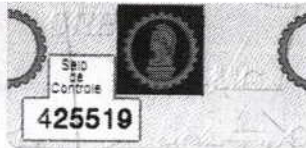
Pouso Alegre 13 de Agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 85/2019, Concorrência Pública nº 01/2019, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA JOÃO INACIO RAIMUNDO NO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE - MG,"

ITEM	REFERÊNCIA	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1		03.01	INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA		
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	2,00
1.1.2	SINAPI	10775	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	MÊS	
1.1.3	SINAPI	10779	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 4,30 M, ALT. 2,50 M, P/ SANITÁRIO, C/ 5 BACIAS, 1 LAVATÓRIO E 4 MICTÓRIOS	MÊS	
1.1.4	SINAPI	10667	CONTAINER ALMOXARIFADO, DE *2,40* X *6,00* M, PADRÃO SIMPLES, SEM REVESTIMENTO E SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITÁRIO, PARA USO EM CANTEIRO DE OBRAS	UNID.	
2			TERRAPLENAGEM		
2.1			DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
2.1.1	SINAPI	99058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018	UNID.	115,00
2.1.2	SINAPI	98529	CORTE RASO E RECORTE DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MAIOR OU IGUAL A 0,20 M E MENOR QUE 0,40 M. AF_05/2018	UNID.	5,00
2.1.3	SINAPI	73859/1	DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS	UNID.	21209,06
2.1.4	SINAPI	92970	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M²	977,91
2.1.5	SINAPI	97625	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA PARA QUALQUER TIPO DE BLOCO, DE FORMA MECANIZADA, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M³	14,13



2.1.6	SETOP-MG	ED-48489	DEMOLIÇÃO DE PASSEIO OU LAJE DE CONCRETO COM EQUIPAMENTO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M²	240,00
2.1.7	SETOP-MG	ED-48439	REMOÇÃO DE CERCA	M²	330,00
2.1.8	SINAPI	97631	DEMOLIÇÃO DE ARGAMASSAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	M²	116,06
2.1.9	SINAPI	95880	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016	TXKM	72578,71
2.1.10	SINAPI	74142/1	CERCA COM MOUROES DE CONCRETO, RETO, ESPACAMENTO DE 3M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 CLASSE 250	M	60,00
2.1.11	SINAPI	98522	ALAMBRADO EM MOUROES DE CONCRETO, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO (INCLUSIVE MURETA EM CONCRETO). AF_05/2018	M	60,00
2.1.12	SETOP-MG	ED-50399	MURO DE VEDAÇÃO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO TIPO CALHA V ALTURA LIVRE = 2,50 M, SAPATA CONCRETO 1:3:6, 30 X 50 CM	M	22,60
2.1.13	SINAPI	74142/2	CERCA COM MOUROES DE MADEIRA, 7,5X7,5CM, ESPACAMENTO DE 2M, ALTURA LIVRE DE 2M, CRAVADOS 0,5M, COM 4 FIOS DE ARAME FARPADO Nº 14 CLASSE 250	M	195,00
2.1.14	SINAPI	COMPOSIÇÃO 1	REALOCAÇÃO DO PORTÃO DE FERRO	UNID.	1,00
2.2.	SUDECAP		DISPOSITIVOS DE DRENAGEM		
2.1.1	SINAPI	90082	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M³), LARG	M³	908,70
2.1.2	SINAPI	90085	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO). COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	M³	238,46
2.1.3	SETOP-MG	RO-40220	ESCAVAÇÃO MECÂNICA DE VALAS EM ROCHA (EXECUÇÃO, INCLUINDO REMOÇÃO PARA FORA DO LEITO ESTRADAL)	M³	24,15
2.1.4	SINAPI	93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M³	60,38
2.1.5	SINAPI	94316	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,5 M,	M³	129,48
2.1.6	SINAPI	41721	COMPACTAÇÃO MECÂNICA A 95% DO PROCTOR NORMAL - PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³	470,64
2.1.7	SINAPI	72884	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA	M³XKM	28860,75
2.1.8	SINAPI	74010/1	CARGA E DESCARGA MECÂNICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M³/16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M³, PESO	M³	809,25
2.1.9	SINAPI	72884	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO CARROCERIA 9 T, RODOVIA PAVIMENTADA	M³XKM	25860,75
2.1.10	SINAPI	94106	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA ou brita 1 ou 2, LANÇAMENTO MANUAL, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA. AF_06/2016	m³	104,59
2.1.11	SETOP-MG	ED-48549	BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	10,00
2.1.12	SUDECAP	19.13.01	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	10,00
2.1.13	SUDECAP	19.15.02	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA DN 500 MM	UNID	8,00
2.1.14	SUDECAP	19.18.02	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN 500, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	8,00
2.1.15	SUDECAP	19.21.01	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	8,00
2.1.16	SUDECAP	19.21.02	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "B", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-51	M	8,00
2.1.17	SUDECAP	19.22.02	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	8,00
2.1.18	SUDECAP	19.22.03	REBAIXAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E TRANSPORTE DO MATERIAL RETIRADO (20 CM)	UNID	8,00
2.1.19	SUDECAP	19.22.04	ALTEAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DO MATERIAL (20 CM)	UNID	8,00
2.1.20	SUDECAP	19.23.02	DESCIDA D'ÁGUA TIPO CALHA DN 500, EXCLUSIVE BOTA FORA DN 500 MM	M	850,00
2.1.21	SUDECAP	19.25.02	DRENO TIPO B, MANTADRENANTE, BRITA 3, TUBO POROSO D=15CM, L=50CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E BOTA FORA	M	680,00
2.1.22	SUDECAP	19.32.01	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO MADEIRA ROLICADA DE 6 AC 10 CM (H=3,21 A 4,50M)	M²	2542,00



As obras estão sendo executadas na Avenida João Inácio Raimundo no Bairro São João. As obras se iniciaram no dia 08/07/2019.

Rinaldo Lima Oliveira
Secretário de Infraestrutura,
Obras e Serviços Públicos

Rodrigo Teixeira de Oliveira
CREA nº: 5092990258
Gerente de Infraestrutura



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190007601

Atividade em andamento

Página 1/1

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420190000005460044** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**... Registrada em:
Forma de Registro: **Substituição**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.
Logradouro: **RUA CARIJÓS**..... Nº: **45**.....

Complemento: Bairro: **CENTRO**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**

Contrato: celebrado em Vinculado à ART: **1420190000005123445**

Valor do contrato: **R\$ 14400000,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **RUA DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO**..... Nº:

Complemento: Bairro: **DIVERSOS**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37550-050**

Início: **8/7/2019**.. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE**..... CPF/CNPJ: **18675983000121**.

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO**, Quantidade **75000,00**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE SUB BASE, BASE E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425512 a 0425514, o documento contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007601/2019

14/11/2019, 11:46:57

1420190007601

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1800 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG



Pouso Alegre 13 de Agosto de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 13/2019, Pregão Presencial nº 06/2019, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA COM BASE E SUB-BASE DE VIAS PÚBLICAS"

1			ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE		
1.1	83336	SINAPI - OUT/18	ESCAVAÇÃO MECÂNICA, EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM ESCAVADEIRA HIDRAULICA	M3	4.305,93
1.2	DEM-PIS-070	SETOP - JUL/18	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	2.875,85
1.3	20.20.01	SUDECAP - OUT/18	FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	34.632,62
1.4	02.12.01	SUDECAP - OUT/18	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	142,70
1.5	74010/001	SINAPI - OUT/18	CARGA E DESCARGA MECANICA DE SOLO UTILIZANDO CAMINHÃO BASCULANTE 6,0M3 /16T E PA CARREGADEIRA SOBRE PNEUS 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG	M3	12.696,39
1.6	97914	SINAPI - OUT/18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM	M3XKM	136.499,40
2			PAVIMENTAÇÃO		
2.1	OBR-VIA-135	SETOP - JUL/18	REFORÇO DO SUB-LEITO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UMIDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	7.234,73



2.2	96399	SINAPI - OUT/18	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M3	3.512,89
2.3	96396	SINAPI - OUT/18	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M3	664,84
2.4	OBR-VIA-160	SETOP - JUL/18	IMPRIMAÇÃO (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL BETUMINOSO)	M2	12.949,11
2.5	96402	SINAPI - OUT/18	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO LIGANTE COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C	M2	114.089,86
2.6	20.13.11	SUDECAP - OUT/18	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), BINDER, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - INCLUSIVE TRANSPORTE PARA OBRA	TON.	3.600,38
2.7	20.13.05	SUDECAP - OUT/18	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CBUQ, CAMADA DE ROLAMENTO, FAIXA C, COM CAP 50/70 - INCLUSIVE TRANSPORTE PARA OBRA	TON.	5.872,45
2.8	RO-43273	SETOP - JUL/18	EXECUÇÃO DE FAIXA ELEVADA CONFORME RESOLUÇÃO 738 CONTRAN DE 06/09/18 - APLICAÇÃO DA MASSA ASFÁLTICA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PINTURA DE LIGAÇÃO)	M3	22,83
3			DRENAGEM AVENIDA VICENTE SIMÕES		
3.1	SUDECAP	20.05.03	SUB BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE EM BRITA CORRIDA COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR MODIFICADO	M³	11.200,00
3.2	SUDECAP	20.06.03	BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE EM BRITA CORRIDA COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO	M³	112.000,00
3.3	SUDECAP	20.10.02	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA DMT > 10 KM INCLUSIVE MATERIAL PARA BOTA FORA	TXKM	280.000,00
3.4	SUDECAP	05.11.03	DRENO TIPO B, MANTADRENANTE, BRITA 3, TUBO POROSO D=15CM, L=50CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E BOTA FORA	M	1.120,00



3.5	SUDECAP	05.11.03	MANTA GEOTEXTIL (MANTA FRENANTE) 300 G POR M² RESISTENCIA A TRAÇÃO >= 16 KN/M	M²	2.350,00
3.6	SUDECAP	05.12.03	EXECUÇÃO DE DRENO BARBACAN DN 100 MM, INCLUSO FORNECIEMNTO DOS MATERIAIS	UNID	198,00
3.7	SUDECAP	05.13.01	DRENO DE ALÍVIO PARA GALERIAS	UNID	37,00
3.8	SUDECAP	05.13.02	DRENO DE SERVIÇO PARA GALERIAS	UNID	29,00
3.9	SUDECAP	05.13.10	LIGAÇÃO DE DRENO EM LATERAL DE GALERIAS	UNID	26,00

As obras estão sendo em diversas vias do município de Pouso Alegre. As obras se iniciaram no dia 08/07/2019.

Rinaldo Lima Oliveira
Secretário de Infraestrutura,
Obras e Serviços Públicos

Rodrigo Teixeira de Oliveira
CREA nº: 5092990258
Gerente de Infraestrutura



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420200003310
Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: 1420200000005900725.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: 2/3/2020..... Baixada em: 28/5/2020.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**..... CPF/CNPJ: 18025940000109
Logradouro: **AVENIDA DOUTOR JERSON DIAS**..... Nº: 500...
Complemento: Bairro: **ESTIVA**.....
Cidade: **ITAJUBÁ**..... UF: **MG**..... CEP: 37500-279
Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 7852138,93..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **AVENIDA DIVERSAS RUAS**..... Nº:
Complemento: Bairro: **DIVERSOS BAIRROS**.....
Cidade: **ITAJUBÁ**..... UF: **MG**..... CEP: 37500-001

Data Início: 18/2/2020. Conclusão efetiva: 28/5/2020. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ**..... CPF/CNPJ: 18025940000109
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO REDE PLUVIAL**, Quantidade 1528,13, Unidade m; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) CONTENCOES DE ENCOSTAS**, Quantidade 259,00, Unidade m³; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO EDIFICAÇÕES ACESSIBILIDADE**, Quantidade 2376,48, Unidade m²; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO**, Quantidade 84811,59, Unidade m²; **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO**, Quantidade 7054,03, Unidade m².....

Observações
EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E GABIONAMENTO DOS LOTES A E B DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES - SEMOB.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0463150 a 0463156, o documento contendo 7 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200003310/2020

03/07/2020, 14:32:01

1420200003310

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 263 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ MG



Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ MG, estabelecida na Avenida Doutor Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva, Itajubá - MG, CEP 37.500-279, inscrita no CNPJ/MF 18.025.940/0001-09.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº.26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através da ART nº5900725.

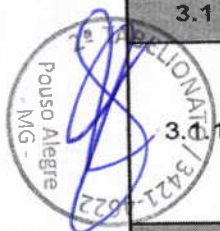


LOTE A			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0	PAVIMENTAÇÃO		
1.1	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M ²	9,00
1.1.2	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M ²	445,95
1.1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	111,49
1.1.4	RETIRADA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO	M	717,37
1.2	MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.2.1	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR D ESTEIRAS 110 A 160 HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL 13 T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP	M ³	350,00
1.2.2	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB LEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M ²	24848,65
1.2.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	2187,50
1.3	BASE PARA PAVIMENTAÇÃO		
1.3.1	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M ³	2832,90
1.3.2	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE DE SOLO BRITA NA PROPORÇÃO (85/15) - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M ³	5665,80
1.3.3	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M ³ XKM	42493,45
1.3.4	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M ³ XKM) AF 12/2016	M ³ XKM	110483,10



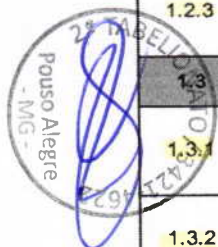
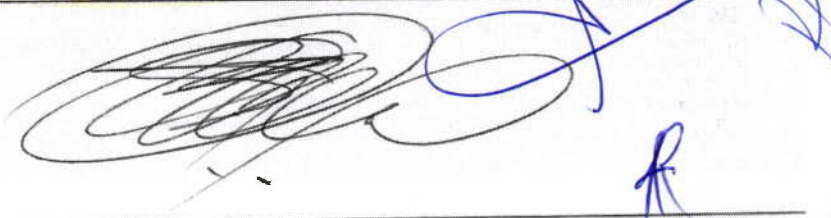
Handwritten signatures and initials in blue ink.

1.4	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
1.4.1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M ²	7863,54
1.4.2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M ³	314,54
1.4.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M ³ XKM	22017,92
2.0	RECAPEAMENTO		
2.1	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
2.1.1	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M ²	11209,59
2.1.2	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M ³	448,38
2.1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M ³ XKM	31386,89
3.0	DRENAGEM		
3.1	DRENAGEM SUPERFICIAL		
3.1.1	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF 06/2016	M	7,45
3.2	MICRODRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL		
3.2.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M ³ /111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2015	M ³	152,00
3.2.2	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. DE 3,0 M ATÉ 4,5 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M ³ /111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2016	M ³	2615,05
3.2.3	TRANSPORTE DE ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM	KM	470,00
3.2.4	ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM 4,8X3,0 M ESTRONCAS DE 2,0 M	EQUIP*MÊS	13,50
3.2.5	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE PEDRA DE MÃO	M ³	65,66
3.2.6	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA AF 06/2016	M ²	65,66
3.2.7	AGULHAMENTO FUNDO DE VALAS C/MACO 30 KG PEDRA DE MÃO H= 30 CM	M ²	656,63



3.2.8	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 300 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NIVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2015	M	180,39
3.2.9	BDCC - BUEIRO DUPLO CELULAR DE CONCRETO PARA ATERRO DE ALTURA DE ATÉ 5,00 METROS, 2,00 X 2,00, PADRÃO D3R/MG, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO EM LOCAL COM ALTO NIVEL DE INTERFERÊNCIA	M	5,80
3.2.10	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 1200 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NIVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2016	M	449,59
3.2.11	POÇO DE VISITA PARA DRENAGEM PLUVIAL, EM CONCRETO ESTRUTURAL, DIMENSÕES INTERNAS DE 90X150X80 CM(LARGXCOMPXALT), PARA REDES DE 600 MM, EXCLUSOS TAMPÃO E CHAMINÊ	UNIDADE	8,00
3.2.12	CAIXA PARA BOCA DE LOBO COMBINADA COM GRELHA RETANGULAR, EM ALVENARIA, COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 1,3X1X1,2 AF 05/2018	UNIDADE	6,00
3.2.14	CHAMINÊ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO EM CONCRETO PRÉ MOLDADO DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M AF 05/2018	M	8,58
3.2.15	ASSENTAMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO 600 MM	UNIDADE	8,00
3.2.16	ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO ARGILOSO - ARENOSO AF 05/2016	M³	1444,86
3.2.17	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NIVEL DE INTERFERENCIA AF 04/2016	M³	65,65
3.2.18	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2018	M³XKM	56367,49
3.2.19	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	984,86

LOTE B					
ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0			PAVIMENTAÇÃO		
1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	9,00
1.1.2	SINAPI	92970	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM UTILIZAÇÃO DE MARTELO PERFURADOR, ESPESSURA ATÉ 15 CM, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE	M²	1.833,49
1.1.3	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	366,71
1.1.4	COMPOSIÇÃO	001	RETIEADA DE MEIO FIO COM EMPILHAMENTO	M	2.096,80
1.1.5	SINAPI	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA AF 05/2018	M²	445,44
1.2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.2.1	SINAPI	7415/001	ESCAVAÇÃO E CARGA DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR D ESTEIRAS 110 A 160 HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL 13 T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP	M³	487,39
1.2.2	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB LEITO ATÉ 20 CM DE ESPESSURA	M²	8484,29
1.2.3	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	11530,48
1.3			BASE PARA PAVIMENTAÇÃO		
1.3.1	SINAPI	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM BRITA GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M³	843,98
1.3.2	SINAPI	96400	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE OU SUB BASE COM MACADAME SECO - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF 09/2017	M³	641,45
1.3.3	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	202,53
1.3.4	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2016	M³XKM	12659,70
1.4			PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		
1.4.1	SINAPI	72943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	8147,26
1.4.2	SINAPI	95993	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M³	325,94
1.4.3	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	22812,19
2.0			RECAPEAMENTO		
2.1			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
2.1.1	SINAPI	72943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	23251,42
2.1.2	SINAPI	95993	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 4,00 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017.	M³	930,04
2.1.3	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	65103,98

3.0			DRENAGEM		
3.1			DRENAGEM SUPERFICIAL		
3.1.1	SINAPI	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA) PARA VIAS URBANAS (USO VIÁRIO) AF 06/2016	M	44,50
3.1.2	SINAPI	94287	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO, EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA AF 06/2016	M	1576,65
3.1.3	COMPOSIÇÃO	2	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO, EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 4 CM ALTURA	M	5125,53
3.2			MICRODRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAL		
3.2.1	SINAPI	90085	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,5 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE UMA COMPOSIÇÃO POR RECHO) COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (0,8 M³/111HP), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA AF 01/2015	M³	1064,96
3.2.2	COTAÇÃO	002	ESCORAMENTO DE VALAS POR BLINDAGEM 4,8X3,0 M ESTRONCAS DE 2,0 M	EQUIP*MÊS	1,00
3.2.3	SINAPI	6454	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE PEDRA DE MÃO	M³	25,97
3.2.4	SINAPI	94116	LASTRO COM PREPARO DE FUNDO, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M COM CAMADA DE BRITA, LANÇAMENTO MECANIZADO, EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIA AF 06/2016	M³	25,97
3.2.5	SINAPI	74078/001	AGULHAMENTO FUNDO DE VALAS C/MACO 30 KG PEDRA DE MÃO H= 30 CM	M²	343,45
3.2.7	SINAPI	92816	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE AGUAS PLUVIAIS DIAMETRO DE 1200 MM JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO AF 12/2016	M	173,19
3.2.8	COMPOSIÇÃO	008	CAIXA PARA BOCA DE LOBO COMBINADA COM GRELHA RETANGULAR, EM ALVENARIA, COM TIJOLOS CERÂMICOS MACIÇOS, DIMENSÕES INTERNAS 1,3X1X1,2 AF 05/2018	UNIDADE	0,00
3.2.9	SINAPI	83716	GRELHA FF 30X90 CM, 135 KG, P/ CX RALO COM ASSENTAMENTO DE ARGAMASSA CIMENTO/AREIA 1:4 FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNIDADE	0,00
3.2.10	SINAPI	74224/1	POÇO DE VISITA PARA DRENAGEM PLUVIAL, EM CONCRETO ESTRUTURAL, DIMENSÕES INTERNAS DE 90X150X80 CM (LARGXCOMPXALT), PARA REDES DE 600 MM, EXCLUSOS TAMPÃO E CHAMINÉ	UNIDADE	5,00
3.2.11	SINAPI	98050	CHAMINÉ CIRCULAR PARA POÇO DE VISITA PARA ESGOTO EM CONCRETO PRÉ MOLDADO DIÂMETRO INTERNO = 0,6 M AF 05/2018	M	5,00
3.2.14	SINAPI	93362	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA 0,8 M³/POTÊNCIA 111 HP), LARGUR DE 1,5 A 2,5 M PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M COM SOLO DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERENCIA AF 04/2016	M³	756,52

3.2.15	SINAPI	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE M³XKM) AF 12/2018	M³XKM	8188,75
3.2.16	SINAPI	83356	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA	M³XKM	431,17

A obra executada está sendo a pavimentação e qualificação viária de vias públicas na cidade de Itajubá MG, sendo o Lote A composto pelas vias:

Rua Almiro Gomes de Lima;

Avenida Doutor Antônio Braga Filho;

Avenida Capitão Chaves e Isaura Carneiro;

Rua José Theófilo.

O Lote B é composto pelas vias:

Rua Joaquim Severino de Paiva;

Rua Frutuoso Ramos de Lima;

Rua Miminda Viana;

Rua Laurinha Pinto;

Rua Vicente Sales Dias;

Rua Coronel ventinho Ribeiro;

Avenida José de Souza Nogueira;

Rua Antônio de Souza Camargo.

Os serviços se iniciaram no dia 18/02/2020.



[Handwritten signature]

Francisco Donizeti Siqueira
Engenheiro Fiscal de Obras

CREA 60156/D

CPF 450.323.356-49

Itajubá 28/05/2020

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200006580

Atividade em andamento



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....

Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420200000006432843** Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**... Registrada em: **20/11/2020**

Forma de Registro: **Substituição**..... Participação Técnica: **Individual**.....

Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**.....

Contratante: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA**..... CPF/CNPJ: **66348103000236**.....

Logradouro: **RUA ANTÔNIO SCODELER**..... Nº:

Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA**..... Bairro: **FAISQUEIRA**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37555-100**

Contrato: celebrado em Vinculado à ART: **1420200000006215528**

Valor do contrato: **R\$ 480000,00**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO**.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: **RUA ANTÔNIO SCODELER**..... Nº:

Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA**..... Bairro: **FAISQUEIRA**.....

Cidade: **POUSO ALEGRE**..... UF: **MG**..... CEP: **37555-100**

Início: **18/7/2020**. Situação: **ATIVIDADE EM ANDAMENTO** Coord. Geográficas:

Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:

Proprietário: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA**..... CPF/CNPJ: **66348103000236**.....

Atividade Técnica: **EXECUÇÃO CONTROLE DE QUALIDADE OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) PARA OUTROS FINS**, Quantidade **5240,00**, Unidade **m²**; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM**, Quantidade **900,00**, Unidade **m**; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) TERRAPLENAGEM**, Quantidade **98000,00**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO MINERAÇÃO DESMONTE MECANICO DE ROCHAS**, Quantidade **600000,00**, Unidade **m³**; **EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO EDIFICAÇÕES CONST. EST. METAL. P/FINS INDUST**, Quantidade **950,00**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE DESMONTE DE ROCHA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, CONCRETAGEM DE PISO E CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 494634 a 494635, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200006580/2020

23/11/2020, 14:31:56

1420200006580

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-001

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



MINERAÇÃO DURO NA QUEDA



MINERAÇÃO DURO NA QUEDA,
CNPJ sob o nº 66.348.103/0002-36



A MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA inscrita no CNPJ 66.348.103/0002-36, situada a Estrada da Faisqueira km 09, s/nº, Fazenda da Cava Bairro Faisqueira Pouso Alegre/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1.0	Execução de sub base com pedra rachão na espessura de 30 cm, incluso fornecimento e transporte dos materiais	m³	1.584
2.0	Execução de base com Brita graduada simples na espessura de 10 cm, incluso fornecimento e transporte dos materiais	m³	528
3.0	Concretagem de piso, com concreto usinado FCK 25 Mpa na espessura de 10 cm, incluso fornecimento, lançamento, adensamento, sarrafeamento e juntas de dilatação	m²	5.280
4.0	Polimento de piso de concreto com politriz	m²	5.280

A obra executada está sendo terraplenagem, demolição de rocha, drenagem, concretagem e obras de edificação para ampliação da empresa. Os serviços se iniciaram no dia 18/07/2020, e estão sendo executados na rua Antônio Schodeler, antiga Estrada da Faisqueira, no Bairro Cava.

Estrada da Faisqueira, s/nº Fazenda da Cava
Bairro: Cava, Zona Rural, em Pouso Alegre/MG
Caixa Postal – 34 CEP: 37.550-000

MINERAÇÃO DURO NA QUEDA



MINERAÇÃO DURO NA QUEDA,
CNPJ sob o nº 66.348.103/0002-36

Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em
obediência aos normativos vigentes, nada havendo que possa desaboná-lo.

Pouso Alegre 01/11/2020


MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA

Gilberto Dantas Delgado Junior

Gerente de Contrato

CPF: 319.471.958-08



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420180008381

Atividade concluída

Página 1/1

423

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420180000004703361... Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: 15/8/2018..... Baixada em: 13/2/2017.....

Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: JACAREQUARA TRANSPORTES LTDA..... CPF/CNPJ: 09646413000112

Logradouro: FAZENDA JACAREQUARA..... Nº.....

Complemento: Bairro: SÃO JOÃO.....

Cidade: SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA..... UF: MG..... CEP: 37567-000

Contrato: celebrado em Vinculado à ART:

Valor do contrato: R\$ 705597,41..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: FAZENDA JACAREQUARA..... Nº.....

Complemento: Bairro: SÃO JOÃO.....

Cidade: SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA..... UF: MG..... CEP: 37567-000

Data início: 21/12/2016 Conclusão efetiva: 13/2/2017. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: JACAREQUARA..... CPF/CNPJ: 09646413000112

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM , Quantidade 134,00 ,

Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL)

TERRAPLENAGEM , Quantidade 32000,00 , Unidade m³; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO

TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 3007,00 , Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO NO ACESSO A EMPRESA, ART EM SUBSTITUIÇÃO A ART 3607338 E CAT 1420170003130 (ENDEREÇO DA OBRA ERRADO).....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0366005 a 0366006, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420180008381/2018

09/11/2018, 12:02:11

1420180008381

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

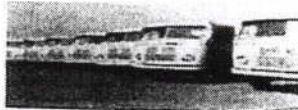
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



JACAREQUARA TRANSPORTES



JACAREQUARA TRANSPORTES LTDA
CNPJ nº 09.646.413/0001-12



A empresa Jacarequara Transportes Ltda, inscrita no CNPJ nº 09.646.413/0001-12 e inscrição estadual 001.075.584-0020, situada a Fazenda Jacarequara, s/nº, localizada na zona rural de São Sebastião da Bela Vista - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 através da ART nº 4703361 realizou os serviços descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1	Mobilização e desmobilização de equipamentos	vb	1,00
1.2	Sinalização Provisória	vb	1,00
1.3	Placa simples de obra	vb	1,00
2.0	TERRAPLENAGEM		
2.1	Escavação, carga, espalhamento e compactação de material a 95%	m³	32.000,00
3.0	DRENAGEM		
3.1	Escavação e abertura de vala	m³	268,00
3.2	Reaterro e compactação de vala	m³	147,40
3.3	Assentamento de tubo diam. 800 mm	m³	134,00
3.4	Execução de caixas de passagem em concreto medidas diversas	unid	4,00
3.5	Execução de poço de visita	unid	2,00

Fazenda Jacarequara, s/nº
Bairro: São João, Zona Rural, em São Sebastião da Bela Vista
CEP: 37.567-000

1



JACAREQUARA TRANSPORTES



JACAREQUARA TRANSPORTES LTDA
CNPJ nº 09.646.413/0001-12



4.0	DRENAGEM		
4.1	Regularização e compactação do sub leito	m²	3.007,00
4.2	Execução de sub base com rachão espessura 40 cm	m³	1.002,80
4.3	Execução de base de bica corrida espessura 20 cm	m³	601,40
4.4	Imprimação	m²	3.007,00
4.5	Pintura de ligação	m²	3.007,00
4.6	Fornecimento e aplicação de CBUQ faixa espessura de 6 cm	m²	3.007,00
5.0	RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO		
5.1	Fresagem de pavimento em CBUQ 6 cm	m²	4.789,00

As obras foram executadas no acesso a empresa, na Fazenda Jacarequara s/nº bairro São João em São Sebastião da Bela Vista MG. Iniciaram-se em 21/12/2016 e se encerraram no dia 13/02/2017.

São Sebastião da Bela Vista 15 de Agosto de 2018.

Gilberto Dantas Delgado Junior

CPF nº: 319.471.958-08

Gerente de contratos

Fazenda Jacarequara, s/nº
Bairro: São João, Zona Rural, em São Sebastião da Bela Vista
CEP: 37.567-000

2





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATENDIMENTO

2806909/2021

Atividade em andamento

Página 1/4

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**
Registro: **MG0000186678D MG** RNP: **1413899536**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **1420200000006432843** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em:
Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**

Contratante: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA** CPF/CNPJ: **66.348.103/0002-36**
Endereço do contratante: **Rua ANTÔNIO SCODELER** Nº:
Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA** Bairro: **FAISQUEIRA**
Cidade: **Pouso Alegre** UF: **MG** CEP: **37555100**
Contrato: Celebrado em: **22/12/2017**
Valor do contrato: **R\$ 480.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**
Ação institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **Rua ANTÔNIO SCODELER** Nº:
Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA** Bairro: **FAISQUEIRA**
Cidade: **Pouso Alegre** UF: **MG** CEP: **37555100**
Data de início: **18/07/2020** Situação: **atividade em andamento**
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**
Proprietário: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA** CPF/CNPJ: **66.348.103/0002-36**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO MINERAÇÃO > #1001-912 - DESMONTE MECANICO DE ROCHAS 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 600000 metro cúbico; 7 - EXECUÇÃO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) > #1003-1050 - PARA OUTROS FINS 12 - CONTROLE DE QUALIDADE 5240 metro quadrado; 7 - EXECUÇÃO OUTRAS FINALIDADES - GRUPO A(CIVIL) > #1003-342 - TERRAPLENAGEM 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 98000 metro cúbico; 7 - EXECUÇÃO SANEAMENTO > #1016-340 - DRENAGEM 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 900 metro; 7 - EXECUÇÃO EDIFICAÇÕES > #998-1066 - CONST. EST. METAL. P/FINS INDUST 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 950 metro quadrado;**

Observações

EXECUÇÃO DE DESMONTE DE ROCHA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, CONCRETAGEM DE PISO E CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL.

Número da ART: **MG20210249542** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **30/04/2021**
Forma de registro: **COMPLEMENTAR** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**

Contratante: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA** CPF/CNPJ: **66.348.103/0002-36**
Endereço do contratante: **Rua ANTÔNIO SCODELER** Nº:
Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA** Bairro: **FAISQUEIRA**
Cidade: **Pouso Alegre** UF: **MG** CEP: **37555100**
Contrato: Celebrado em: **22/12/2017**
Valor do contrato: **R\$ 480.000,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**
Ação institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **Rua ANTÔNIO SCODELER** Nº:
Complemento: **ESTRADA FAISQUEIRA** Bairro: **FAISQUEIRA**
Cidade: **Pouso Alegre** UF: **MG** CEP: **37555100**
Data de início: **18/07/2020** Situação: **atividade em andamento**
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**
Proprietário: **MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA** CPF/CNPJ: **66.348.103/0002-36**

Atividade Técnica: **2016 - Execução CONSTRUÇÃO CIVIL > MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL > #1.2.4 - DE CONTROLE DE QUALIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL 49 - Execução de obra 5240,00 metro quadrado; 2016 - Execução ESTRUTURAS > ESTRUTURAS METÁLICAS > DE ESTRUTURA METÁLICA > #2.2.1.1 - PARA EDIFICAÇÃO 49 - Execução de obra 950,00 metro quadrado; 2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > ROCHAS > #3.1.1 - DE OBRAS EM ROCHA 49 - Execução de obra 600000,00 metro cúbico; 2016 - Execução GEOTECNIA E GEOLOGIA DA ENGENHARIA > OBRAS DE TERRA > DE OBRAS DE TERRA > #3.3.1.9 - TERRAPLENAGEM 49 - Execução de obra 98000,00 metro cúbico; 2016 - Execução TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS 49 - Execução de obra 71952,00 metro quadrado; 2016 - Execução TRANSPORTES > INFRAESTRUTURA URBANA > DE PAVIMENTAÇÃO > #4.2.1.2 - ASFÁLTICA PARA VIAS URBANAS 49 - Execução de obra 1950,00 tonelada; 2016 - Execução OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.10 - TRAVESSIA 49 - Execução de obra 900,00 metro; 2016 - Execução OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.13 - POÇO DE VISITA**





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2806909/2021

Atividade em andamento



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

DRENAGEM 49 - Execução de obra 900.00 metro; **2016 - Execução OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.1 - BOCA DE LOBO 49 - Execução de obra 900.00 metro; 2016 - Execução OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.2 - BUEIRO 49 - Execução de obra 900.00 metro; 2016 - Execução OBRAS HIDRÁULICAS E RECURSOS HÍDRICOS > SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > DE SISTEMAS DE DRENAGEM PARA OBRAS CIVIS > #5.3.1.6 - GALERIA 49 - Execução de obra 900.00 metro;**

Observações

EXECUÇÃO DE DESMONTE DE ROCHA, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, CONCRETAGEM DE PISO E CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL, 1º ADITIVO DE PRAZO, VALOR E SERVIÇOS.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2806909/2021
25/05/2021, 09:25
8C92C

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 8C92C



GRUPO DURO NA QUEDA



MINERAÇÃO DURO NA QUEDA

CNPJ: 66.348.103/0002-36



Atestado de Capacidade Técnica

A MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 66.348.103/0002-36, com endereço na Estrada da Faisqueira em Pouso Alegre, atesta para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.614.327/0001-47 e inscrição Estadual nº 00287047300-46, registro no CREA-MG nº 70242, situada a Estrada de São João, Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG executou através do seu responsável técnico, Fabio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA-MG 186678/D e RNP 1413899536, ART nº MG 20210249542, os serviços relacionados abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1	PAVIMENTAÇÃO		
1.1	Reperfilamento de pavimento c/ CBUQ Faixa D (Execução, espalhamento e compactação)	T	1.950,00
1.2	Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente p/ Reperfilamento Faixa C, (Execução incluindo fornecimento e transporte do material betuminoso e o transporte dos agregados)	m3	812,50
1.3	Micro-revestimento asfáltico a frio c/ espessura de 15 mm (Execução incluindo o fornecimento de todos os materiais exceto a emulsão)	m2	71.952,00
2	CIVIL		
2.1	Cobertura em telha metálica, galvanizada trapezoidal e=0,50mm simples	M2	950,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2806909/2021, emitida em 25/05/2021



Certidão nº 2806909/2021
25/05/2021, 10:35

Chave de Impressão: 802C

O documento neste ato registrado foi emitido em 25/05/2021 e contém 2 folhas

Estrada da Faisqueira, s/n Fazenda da Cava – Faisqueira – Pouso Alegre – MG – Cep: 37.550-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – concorrencias@gdq.com.br



GRUPO DURO NA QUEDA

MINERAÇÃO DURO NA QUEDA
CNPJ: 66.348.103/0002-36



Declaramos, que os referidos serviços estão sendo executados de acordo com o objeto contratual que é a Execução de Desmonte de Rocha, Terraplenagem, Drenagem, Concretagem de Piso e Construção de Edificações para uso Industrial. Conforme Contrato nº 012/2020 em andamento. Refere-se ao período de 19/01/2021 a 10/05/2021.

Pouso Alegre, 11 de maio de 2021.

MINERAÇÃO DURO NA QUEDA LTDA
Valcenir Paronetti Dorta
CPF nº 315.541.558-43
Sócio-Administrador

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2806909/2021, emitida em 25/05/2021



Certidão nº 2806909/2021
25/05/2021, 10:35
Chave de Impressão: 80e20

O documento neste ato registrado foi emitido em 25/05/2021 e contém 2 folhas

Estrada da Faisqueira, s/n Fazenda da Cava – Faisqueira – Pouso Alegre – MG – Cep: 37.550-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – concorrencias@gdq.com.br





Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200002964

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201800000004913867... Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: 28/11/2018..... Baixada em: 1/11/2019.....

Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121

Logradouro: RUA CARIJÓS..... Nº: 45.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050

Contrato: 106/2018..... celebrado em Vinculado à ART:

Valor do contrato: R\$ 7444988,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:

Complemento: Bairro: DIVERSOS.....

Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37550-050

Data Início: 1/11/2018. Conclusão efetiva: 1/11/2019. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE..... CPF/CNPJ: 18675983000121

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES REPARACAO DE PAVIMENTACAO ,

Quantidade 16000,00 , Unidade t.....

Observações

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS EM DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 462504 a 462504, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200002964/2020

22/06/2020, 14:48:56

1420200002964

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



Pouso Alegre 10 de Novembro de 2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, por meio de seu responsável técnico, o engenheiro civil Fábio Guilherme Rodrigues Salomon - CPF: 037.522.336-30, registro no CREA-MG nº 186.678/D e RNP nº 1413899536, **executou os serviços de Tapa Buracos (recomposição e manutenção asfáltica) em vias diversas no Município de Pouso Alegre/MG**, registrado na ART nº 14201800000004913867 (de 28/11/2018) de acordo com o processo licitatório nº 699/2018, Pregão Presencial nº 94/2019, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS - TAPA BURACO", conforme os quantitativos abaixo descritos:

TAPA BURACOS

RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS - POUSO ALEGRE / MG

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 0699/2018


MODALIDADE PREGÃO Nº 94/2018

CONTRATO Nº 106/2018

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PAVIMENTAÇÃO		
1.1	EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TAPA BURACOS (SERVIÇO DE RECOMPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO ASFÁLTICA)	T	16.000,00

As obras de **Tapa Buracos (recomposição e manutenção asfáltica)** foram executadas em diversas vias do município de Pouso Alegre / MG e iniciaram no dia 01/11/2018 forma finalizadas no dia 01/11/2019.

Os serviços foram desenvolvidos por meio de equipe técnica qualificada e competente e da utilização de equipamentos adequados ao desenvolvimento dos trabalhos contratados. Os serviços foram realizados dentro dos prazos estabelecidos e executados na estrita obediência aos normativos vigentes e em respeito aos procedimentos contratados, com excelente qualidade técnica, nada havendo que possa desaboná-lo.


Rodrigo Teixeira de Oliveira

CREA nº: 5062990258

Gerente de Infraestrutura e Obras

Praça João Pinheiro, 73 - Centro, 37.550-000 Pouso Alegre - MG
Tel.: 35 3449-4977 35 3449-4980



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190003670

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201800000004710937.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: 21/8/2018..... Baixada em: 5/6/2019.....

Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ..... CPF/CNPJ: 18025940000109

Logradouro: AVENIDA DOUTOR JERSON DIAS..... Nº: 500...

Complemento: Bairro: ESTIVA.....

Cidade: ITAJUBÁ..... UF: MG..... CEP: 37500-279

Contrato: 061/2018..... celebrado em Vinculado à ART:

Valor do contrato: R\$ 741727,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:

Complemento: Bairro: DIVERSOS.....

Cidade: ITAJUBÁ..... UF: MG..... CEP: 37500-279

Data Início: 16/8/2018. Conclusão efetiva: 5/6/2019.. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ..... CPF/CNPJ: 18025940000109

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 619,95 , Unidade m³; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO , Quantidade 778,70 , Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 407442 a 407442, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190003670/2019

14/06/2019 , 16:01:56

1420190003670

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA



Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAJUBÁ MG, estabelecida na Avenida Doutor Jerson Dias, nº 500, bairro Estiva, Itajubá - MG, CEP 37.500-279, inscrita no CNPJ/MF 18.025.940/0001-09.

Contratada: Do outro, DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita sob o CNPJ/MF nº.26.614.327/0001-47, com sede na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, bairro São João, na cidade de São João da Bela Vista/MG - CEP 37567-000.

A contratante acima citada atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a contratada também acima citada, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através da ART nº4710937.

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1			PAVIMENTAÇÃO NOVA		
1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	4,50
1.2			PAVIMENTAÇÃO		
1.2.1	SINAPI	72.943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO RR-2C	M²	12399,00
1.2.2	SINAPI	95.995	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 5,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	M³	619,95
1.2.3	SINAPI	95.303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3 DE MASSA ASFALTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	43830,47
1.2.4	COMPOSIÇÃO	2	SARJETA EM CONCRETO, PREPARO MANUAL, COM SEIXO ROLADO, ESPESSURA = 8CM, LARGURA = 40CM	M	2587,59
1.2.5	SINAPI	1	RAMPA DE ACESSIBILIDADE	UNIDADE	118,00
1.3			SINALIZAÇÃO		
1.1.9	SINAPI	72.947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	778,70

A obra executada foi a pavimentação asfáltica, rampas de acessibilidade e sinalização em diversas vias da cidade de Itajubá MG. Os serviços se iniciaram no dia 16/08/2018 e teve seu encerramento em 05/06/2019.

Itajubá 10 de junho de 2019.

Edna Maria Lopes Dias
Secretária Municipal de Planejamento
Prefeitura Municipal de Itajubá
CPF nº 069.247.726-84





Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATTESTADO

1420190007608

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 14201700000004030987.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART...
Registrada em: 8/9/2017..... Baixada em: 17/5/2018.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO..... CPF/CNPJ: 22646525000131
Logradouro: RUA MAURICIO ZUCATO..... Nº: 111...
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: MONTE SIÃO..... UF: MG..... CEP: 37580-000
Contrato: 94/2017..... celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 245755,62..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: VIA VIAS DO MUNICÍPIO..... Nº:
Complemento: Bairro: PARQUE INDUSTRIAL E JARDIM AMÉRICA.....
Cidade: MONTE SIÃO..... UF: MG..... CEP: 37580-000

Data Início: 11/9/2017. Conclusão efetiva: 17/5/2018. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SIÃO..... CPF/CNPJ: 22646525000131
Atividade Técnica: EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO, Quantidade 9686,37, Unidade m².....

Observações

PAVIMENTAÇÃO DE VIAS DO MUNICÍPIO.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0425525 a 0425526, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190007608/2019

14/11/2019, 13:46:55

1420190007608

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31) 3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Handwritten signature



Prefeitura Municipal de Monte Sião - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



ATESTADO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE SIÃO inscrita no CNPJ 22.646.525/0001-31, situada a Rua Maurício Zucato nº 111, Bairro Centro na cidade de Monte Sião/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa, DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através de planilha.

ITEM	FONTE	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
1.1			SERVIÇOS PRELIMINARES		
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	3,6
1.2			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
1.2.1	SINAPI	72943	PINTURA DE LIGAÇÃO COM RR 2C	M2	9686,37
1.2.2	SINAPI	93177	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO	TXKM	254,27
1.2.3	SINAPI	72965	FABRICAÇÃO E ALICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE CBUQ	T	697,42
1.2.4	SINAPI	72843	TRANSPORTE COMERCIAL COM CAMINHÃO BASCULANTE 6M3	TXKM	36614,55
1.3			SINALIZAÇÃO		
1.3.1	SINAPI	72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETROREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M2	813,99
1.3.2	SINAPI	5050	POSTE CONICO CONTINUO EM AÇO GALVANIZADO, RETO, FLAGELADO, H= 3 METROS DIAMETRO INFERIOR A 95 MM	UNID	12,00
1.3.3	SINAPI	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	3,92

A obra executada foi a pavimentação de vias dos bairros Parque Industrial e Jardim América em Monte Sião MG, nas seguintes ruas:

- Rua Benedito de Lima Cardoso;
- Rua Antônio Rigueto;
- Rua José de Alair Castro Junior;

[Handwritten signatures and initials]



Prefeitura Municipal de Monte Siao - MG

ESTANCIA HIDROMINERAL
CEP: 37580-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS



- Rua Primo Parlato;
- Rua Carmindo da Cunha;
- Rua João Pires do Couto;
- Rua Oscar Pereira da Silva;
- Rua Gumerindo Teixeira da Cruz;
- Rua Peru;
- Rua Celso Sebastião Simonetti.

Os serviços se iniciaram no dia 11/09/2017 e terminaram em 17/05/2018.

Monte Siao 20 /05/2018

Daniel Teixeira
ENGENHEIRO CIVIL
CREA 88325/D
Responsável Técnico

JOSÉ POCAI
Prefeito Municipal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
1420190000270
Atividade concluída

Página 1/1

FLS.: 437

Assinatura

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**.....
Registro: **04.0.0000186678**..... RNP: **1413899536**.....
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**.....

Número ART: **1420170000003881154**.. Tipo de ART: **Obra/Serviço - Nova ART**.....
Registrada em: **26/6/2017**..... Baixada em: **22/8/2017**.....
Forma de Registro: **Inicial**..... Participação Técnica: **Individual**.....
Empresa Contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**.....

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**..... CPF/CNPJ: **17935370000113**
Logradouro: **RUA JOSÉ CLETO DUARTE**..... Nº: **86**.....
Complemento: Bairro: **CENTRO**.....
Cidade: **SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**..... UF: **MG**..... CEP: **37567-000**
Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: **R\$ 321469,22**..... Tipo de contratante: **PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO**.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: **RUA MAURO SILVÉRIO DE SOUZA/BENEDITO LEMES**..... Nº:
Complemento: Bairro: **GOIABAL**.....
Cidade: **SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**..... UF: **MG**..... CEP: **37567-000**

Data Início: **22/6/2017**. Conclusão efetiva: **22/8/2017**. Coord. Geográficas:
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**..... Código:
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**..... CPF/CNPJ: **17935370000113**
Atividade Técnica: **EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES CALÇAMENTO**, Quantidade **4324,18**, Unidade **m²**.....

Observações

EXECUÇÃO DE CALÇAMENTO INTERTRAVADO COM BLOCOS SEXTAVADOS.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 371300 a 371300, o documento contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190000270/2019

16/01/2019, 14:17:00

1420190000270

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP 30170-917
Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br

CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
ADMINISTRAÇÃO 2017/2020
CNPJ: 17.935.370/0001-13

Governo do

São Sebastião da
Bela Vista

438

Assinatura

ATESTADO



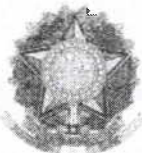
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, ESTADO DE MINAS GERAIS, devidamente inscrita no CNPJ 17.935.370/0001-13 situada Praça Erasmo Cabral nº 334 – Centro, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, serviços de pavimentação em blocos sextavados das ruas Mauro Silvério de Souza e João Benedito Lemes bairro Goiabal do município de São Sebastião da Bela Vista - MG. Os serviços foram prestados do dia 22/06/2017 a 22/08/2017 dentro das normas e expertises necessárias e esperadas.

PLACA DE OBRA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO	M2	2,5
SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, A COMPANHAMENTO E GREIDE	M2	4.822,15
EXCUÇÃO DE SARJETA EM CONCRETO, fck=20MPa, PREPAROCOM BETONEIRA 400 Litros, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 40 cm DE BASE X 8 cm DE ALTURA.	M	1.373,90
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO SEXTAVADO DE 25X 25 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_12/2015	M2	4.324,18
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA VIAS URBANAS (USO VIARIO) AF 06/2016.	M	1.334,90
PINTURA AGRILICA PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM PISO CIMENTADO	M2	198,7
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF 07/2016	M3	132,72
PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UND	2
FORN. E IMPLANTAÇÃO PLACA SINALIZ. TOT. REFLETIVA	M2	23,73
CONFECÇÃO SUPORTE E TRAVESSA P/ PLACA SINALIZAÇÃO	UNID	12

Atenciosamente,

São Sebastião da Bela Vista - MG. 23 de Agosto de 2017.

Augusto de Aguiar Ferreira
Prefeito Municipal



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190000030

Atividade concluída



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420180000004350504.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: 27/2/2018..... Baixada em: 28/2/2018.....
Forma de Registro: Inicial..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.....

Contratante: PENHA E VINTÉM INCORPORADORA SPE LTDA..... CPF/CNPJ: 24151059000149
Logradouro: AVENIDA EDSON RESENDE SILVA..... Nº: 81.....
Complemento: Bairro: DISTRITO INDUSTRIAL.....
Cidade: MACHADO..... UF: MG..... CEP: 37750-000
Contrato: celebrado em Vinculado à ART:
Valor do contrato: R\$ 456009,60..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: ESTRADA MUNICIPAL PARA O BAIRRO VINTÉM..... Nº:
Complemento: Bairro: VINTÉM.....
Cidade: SANTA RITA DO SAPUCAÍ..... UF: MG..... CEP: 37540-000

Data Início: 5/9/2017.. Conclusão efetiva: 28/2/2018. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: PENHA E VINTÉM INCORPORADORA SPE LTDA..... CPF/CNPJ: 24151059000149
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM , Quantidade 2877,00 ,
Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTAÇÃO , Quantidade 8400,00 ,
Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO (BASE, E APLICAÇÃO DE CBUQ) E DRENAGEM.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 371272 a 371273, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190000030/2019

04/01/2019, 14:31:59

1420190000030

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas

A CAT é válida em todo o território nacional

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br)

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte - CEP 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br





A PENHA E VINTÉM INCORPORADORA SPE LTDA inscrita no CNPJ 24.151.059/0001-49, situada a Avenida Edson Rezende Silva, 81, Bairro Distrito Industrial na cidade de Machado/MG, atesta para os devidos fins que se fizerem necessário que a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista – MG, executou através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D e RNP 1413899536, os serviços abaixo relacionados, através de planilha, conforme ART 4350504.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QUANT.
1.0	SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO		
1.1	Placa de obra de chapa de aço galvanizado	m2	3,50
1.2	Marcação Topográfica de vias	dia	2,00
1.3	Desmatamento, destocamento e limpeza de árvores e arbustos e decapagem de vegetação rasteira espessura do desmatamento e destocamento de 15 cm a 30 cm	m2	4.687,32
1.4	Regularização e compactação de sub leito proctor normal 95%	m3	3.520,00
1.5	Execução de base em solo brita a 10% isc >= 40% e = 15cm contemplado mistura na proporção de 60% de BGS e 40 % de cascalho	m3	4.489,00
1.6	Imprimação com emulsão CM30 com fornecimento de material betuminoso	m2	8.400,00
1.7	Pintura de ligação com emulsão RR1C com fornecimento do material betuminoso	m2	8.400,00
1.8	Fornecimento e aplicação de CBUQ faixa "C" e = 3cm	m2	8.400,00
2.0	DRENAGEM		
2.1	Fornecimento e assentamento de guia meio fio MFC 01	m	2.877,00
2.2	Execução de sarjeta em concreto STC 01	m	2.877,00
3.0	SINALIZAÇÃO		
3.1	Sinalização Horizontal com tinta retrorefletiva a base de resina acrílica com microesferas de vidro	m2	489,77

A obra executada foi a pavimentação de vias do acesso ao loteamento Interlagos na estrada Municipal para o Bairro Vintém em Santa Rita do



Sapucai. Os serviços se iniciaram no dia 05/09/2017 e se encerraram no dia 28/02/2018.

Machado 06/03/2018

PENHA E VINTÉM INCORPORADORA SPE LTDA

LUIZ HENRIQUE DE ALMEIDA PENHA

SÓCIO DIRETOR

CPF: nº 542.656.576-72

www.PENHAEMPREENDIMENTOS.com.br

353295-0330
Rua Edson Rezende Silva 81
Distrito Industrial – Machado/MG



Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG

Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420200004822

Atividade concluída

Página 1/1

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....

Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420200000006242235.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....

Registrada em: Baixada em: 17/8/2020.....

Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....

Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156

Logradouro: PRAÇA SANTA ISABEL..... Nº: 18.....

Complemento: Bairro: CENTRO.....

Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000

Contrato: 134/2020..... celebrado em Vinculado à ART: 1420200000006017133

Valor do contrato: R\$ 641876,40..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO.....

Ação institucional:

Endereço da obra/serviço: VIA DIVERSAS VIAS..... Nº:

Complemento: Bairro: DIVERSOS.....

Cidade: HELIODORA..... UF: MG..... CEP: 37484-000

Data Início: 18/5/2020. Conclusão efetiva: 17/8/2020. Coord. Geográficas:

Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA..... CPF/CNPJ: 18712133000156

Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO , Quantidade 11348,45 , Unidade m²; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO , Quantidade 84,59 , Unidade m².....

Observações

EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM DIVERSAS VIAS DE DIVERSOS BAIRROS DE HELIODORA MG.....

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0480361 a 0480362, o documento contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420200004822/2020

02/09/2020 , 09:31:55

1420200004822

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA

Estado de Minas Gerais



A Prefeitura Municipal de Heliadora MG, inscrita no CNPJ nº 18.712.133/0001-56, situada a Praça Santa Isabel nº 18, Bairro Centro em Heliadora - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 101/2020 Tomada de Preço nº 01/2020 e contrato nº 134/2020 cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CBUQ, EM VIAS URBANAS"

LOTE A

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
1.1			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	2,50
1.2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.2.1	SINAPI	72942	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	9101,65
1.2.2	SINAPI	95990	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) CAMADA DE ROLAMENTO COM ESPESSURA DE 3,0 CM, EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017	M³	273,05
1.2.3	SINAPI	93594	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM LEITO NATURAL, (UNIDADE: TXKM). AF_01/2018	TXKM	36632,39
1.3			SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
1.3.1	SINAPI	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO N 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	5,26
1.3.2	SINAPI	72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	51,61
1.3.3	SINAPI	92341	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA CLASSE MÉDIA, DN 50 (2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	33,80



Lisandra Ferreira Nunes
Arquiteta e Urbanista
CAU/MG: A 131338-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIODORA
Estado de Minas Gerais



LOTE B

1.0			RECAPEAMENTO ASFALTICO		
1.1			RECAPEAMENTO ASFALTICO		
1.1.1	SINAPI	74209/001	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	2,50
1.2			MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		
1.2.1	SINAPI	72942	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR 2C	M²	4924,52
1.2.2	SINAPI	95990	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) CAMADA DE ROLAMENTO COM ESPESSURA DE 3,0 CM, EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017	M³	147,91
1.2.3	SINAPI	93594	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M3, EM LEITO NATURAL, (UNIDADE: TXKM). AF_01/2018	TXKM	19843,59
1.3			SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
1.3.1	SINAPI	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO N 16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	4,88
1.3.2	SINAPI	72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	84,59
1.3.3	SINAPI	92341	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA CLASSE MÉDIA, DN 50 (2"). CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO AF 12/2015	M	36,40

Os serviço executado foi o recapeamento asfáltico nas seguintes ruas do município de Heliódora:

Lote A: Rua Claudio Manoel da Costa, Rua da Liberdade, Rua Julio Dias Chaves, Rua João Nepomuceno Cabral Neto e parte da Rua Amaral Gurgel.

Lote B: Rua José Vieira de Souza, Rua Domingos Vieira e parede da Rua Amaral Gurgel.

Os serviços se iniciaram no dia 18/05/2020 e foram encerrados no dia 17/08/2020.

Heliódora 21 de agosto de 2020.

Alex Leopoldino de Lima
Cpf: 738.984.496-53
Prefeito

Lisandra Ferreira Nunes
CAU/MG: A131338-0
Arquiteta Urbanista



Lisandra Ferreira Nunes
Arquiteta e Urbanista
CAU/MG: A131338-0

Praça Santa Isabel, nº 18 - Centro - CEP 37484-000 - Heliódora-MG - Tel. (35) 3457-1262



Certidão de Acervo Técnico - CAT
 Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2758024/2021

Atividade concluída 445



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**
 Registro: **MG0000186678D MG** RNP: **1413899536**
 Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **14201900000005247483** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: _____ Baixada em: _____
 Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
 Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA** CPF/CNPJ: **17.912.023/0001-75**
 Endereço do contratante: **Praça ANTONIO MEGALE** Nº: **86**
 Complemento: _____ Bairro: **CENTRO**
 Cidade: **Borda da Mata** UF: **MG** CEP: **37564000**
 Contrato: **042/2019** Celebrado em: **25/04/2019**
 Valor do contrato: **R\$ 467.060,21** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**
 Ação institucional: **Outros**
 Endereço da obra/serviço: **Rua DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO** Nº: _____
 Complemento: _____ Bairro: **SANTA RITA**
 Cidade: **Borda da Mata** UF: **MG** CEP: **37564000**
 Data de início: **26/04/2018** Conclusão efetiva: **26/07/2019**
 Finalidade: **INFRAESTRUTURA**
 Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA** CPF/CNPJ: **17.912.023/0001-75**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #1015-1077 - PAVIMENTACAO 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 5985.7 metro quadrado; 7 - EXECUÇÃO #1015-1192 - SINALIZACAO 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 125 metro quadrado; 7 - EXECUÇÃO #1016-340 - DRENAGEM 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 1698.01 metro;**

Observações

EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS NO BAIRRO SANTA RITA EM BORDA DA MATA MG.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2758024/2021
22/01/2021, 15:39
xZ4x6

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: xZ4x6





PREFEITURA MUNICIPAL
BORDA DA MATA
ADMINISTRAÇÃO 2017 / 2020

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS

Praça Antônio Megale, nº 86 - Centro. Borda da Mata

CEP: 37564-000 | (35) 3445.4900

www.bordadamata.mg.gov.br



A Prefeitura Municipal de Borda da Mata MG, inscrita no CNPJ nº 17.912.023./0001-75, situada a Praça Antônio Megale nº 86, Bairro Centro em Borda da Mata - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo licitatório nº 056/2019 Concorrência Pública nº 01/2019 e contrato nº 042/2019 cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em diversas ruas no Bairro Santa Rita em Borda da Mata MG

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0			EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA		
1.1			INSTALAÇÕES INICIAIS DA OBRA		
1.1.1	SINAPI	74209/1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M²	2,50
1.1.2	SINAPI	78472	SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS PARA PAVIMENTAÇÃO, INCLUSIVE NOTA DE SERVIÇOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	M²	5985,70
1.2			OBRAS VIÁRIAS (PAVIMENTAÇÃO DE RUAS)		
1.2.1	SINAPI	72961	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DO SUB LEITO ATÉ 20 CM DE ESPESURA	M²	5985,70
1.2.2	SINAPI	72923	BASE DE SOLO-BRITA (40/60), MISTURA EM USINA, COMPACTAÇÃO 100% PROCTOR MODIFICADO, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE	M³	598,57
1.2.3	SINAPI	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUIDO CM-30 AF 09/2017	M²	5985,70
1.2.4	SINAPI	95177	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 20.000 LITROS EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÁDIAS DE TRANSPORTE IGUAL OU INFERIOR A 100 KM AF 02/2016	TXKM	359,14
1.2.5	SINAPI	95993	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESURA DE 4,0 CM, EXCLUSIVE TRANSPORTE AF 03/2017	M³	239,43
1.2.6	SINAPI	95303	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ DE MASSA ASFÁLTICA PARA PAVIMENTAÇÃO URBANA	M³XKM	11971,50
1.2.7	SINAPI	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM16 COM PINTURA REFLETIVA	M²	1,14
1.2.8	COMPOSIÇÃO	001	POSTE EM TUBO DE AÇO, PESADO, D= 2" (50 MM), ALTURA ÚTIL= 2,50 M, ALTURA TOTAL = 3,20 M	UNIDADE	9,00
1.2.9	SINAPI	72947	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	118,40

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais vinculado à Certidão nº 2758024/2021, emitida em 22/01/2021



Certidão nº 2758024/2021

25/01/2021, 07:50

Chave de Imprimação: x24x6

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/01/2021 e contém 2 folhas





PREFEITURA MUNICIPAL
BORDA DA MATA
ADMINISTRAÇÃO 2017 / 2020

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS

Praça Antônio Megale, nº 86 - Centro, Borda da Mata

CEP: 37564-000 | (35) 3445.4900

www.bordadamata.mg.gov.br

Página 3/3



1.3			DRENAGEM		
1.3.1	SINAPI	94281	EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM DE BASE X 15 CM DE ALTURA. AF 06/2016	M	1698,01
1.3.2	SINAPI	94275	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS AF06/2016 - P	M	1691,06
1.3.3	COMPOSIÇÃO	002	RAMPA PARA ACESSO DE DEFICIENTES, EM CONCRETO SIMPLES FCK 25 MPA, DESEMPOLADA, COM PINTURA INDICATIVA EM NOVA COR, 02 DEMÃOS	UNIDADE	16,00

Os serviço executado foi a pavimentação asfáltica em diversas vias do Bairro Santa Rita na cidade de Borda da Mata MG.

Os serviços se iniciaram no dia 26/04/2019 e foram encerrados no dia 26/07/2019

Borda da Mata 27 de Julho de 2019.

BAREZZE REZENDE BRANDÃO

DIRETOR DE OBRAS

CREA SP/D 5069395806



Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2758024/2021, emitida em 22/01/2021

Certidão nº 2758024/2021
25/01/2021, 07:58

Chave de Impressão: XZ4x6

O documento neste ato registrado foi emitido em 22/01/2021 e contém 2 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 0800 031 2732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA-MG

Impresso em: 25/01/2021, às 07:50





Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2757705/2021

Atividade concluída



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**
Registro: **MG0000186678D MG** RNP: **1413899536**
Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**

Número da ART: **1420200000006194670** Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO** Registrada em: **30/01/2021**
Forma de registro: **INICIAL** Participação técnica: **INDIVIDUAL**
Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA**

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE** CPF/CNPJ: **18.675.983/0001-21**
Endereço do contratante: **Rua CARIJÓS** Nº: **45**
Complemento: **Bairro: CENTRO**
Cidade: **Pouso Alegre** UF: **MG** CEP: **37550050**

Contrato: **09/2020** Celebrado em: **05/08/2020**
Valor do contrato: **R\$ 336.189,00** Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**

Ação institucional: **Outros**
Endereço da obra/serviço: **Avenida PREFEITO JORGE ANTÔNIO ANDERE** Nº:
Complemento: **Bairro: CONJUNTO HABITACIONAL JOÃO BATISTA**
PEREIRA BERALDO
UF: **MG** CEP: **37560133**

Cidade: **Pouso Alegre**
Data de início: **10/08/2020** Conclusão efetiva: **29/10/2020**
Finalidade: **INFRAESTRUTURA**
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE** CPF/CNPJ: **18.675.983/0001-21**

Atividade Técnica: **7 - EXECUÇÃO #1015-1077 - PAVIMENTACAO 26 - EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO 6634.75 metro quadrado;**

Observações
EXECUÇÃO DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA AVENIDA PREFEITO JORGE ANTÔNIO ANDERE EM POUSO ALEGRE MG

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico – CAT, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2757705/2021
30/01/2021, 09:57
4YyC6

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4YyC6





Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Secretaria de
Infraestrutura, Obras
e Serviços Públicos



Pouso Alegre 30 de outubro de 2020

A Prefeitura Municipal de Pouso Alegre, inscrita no CNPJ nº 18.675.983/0001-21, situada a Rua dos Carijós, nº 45, bairro Centro em Pouso Alegre - MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo, de acordo com o processo Administrativo nº 130/2020, Tomada de Preço nº 09/2020, cujo objeto é "Contratação de empresa para realizar serviços de recuperação e manutenção da Avenida Prefeito Jorge Andere".

PLANILHA 01

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0			OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO		
1.1			PLACA DE OBRA		
1.1.1	ED-50152	SETOP	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,5 0 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRUECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCCLAVADO PINTADAS	UNIDADE	1,00
1.2			PAVIMENTAÇÃO		
1.2.1			PAVIMENTO		
1.2.1.1	96402	SINAPI	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSAO ASFALTICA RR-2C. AF_11/2019	M²	5.743,75
1.2.1.2	93176	SINAPI	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFALTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	TXKM	595,91

Praça João Pinheiro, 73 - Centro, 37.550-000 Pouso Alegre - MG
Tel.: 35 3449-4977 35 3449-4980

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2757705/2021, emitida em 30/01/2021



Certidão nº 2757705/2021

02/02/2021, 07:58

Chave de Impressão: 4YyC6

O documento neste ato registrado por emitido em 30/01/2021 e contém 3 folhas





Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Secretaria de
Infraestrutura, Obras
e Serviços Públicos

Página 3/4



1.2.1.3	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M³	229,75
1.2.1.4	72891	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, DESCARGA EM VIBRO-ACABADORA	M³	229,75
1.2.1.5	RO-41362	SETOP	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 10,10 A 15,00 KM (DENSIDADE DE MATERIAL SOLTO)	M³XKM	3.331,38

PLANILHA 02

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
1.0			ADMINISTRAÇÃO E INSTALAÇÃO DA OBRA		
1.1	ED-50139	SETOP	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - ESCRITÓRIO COM AR CONDICIONADO E SANITÁRIO COMPLETO	MÊS	3,00
1.2	ED-50145	SETOP	CONTAINER (6,0X2,3X2,5M) COM ISOLAMENTO TÉRMICO - DEPÓSITO E FERRAMENTARIA COM LAVATÓRIO	MÊS	3,00
1.3	ED-50137	SETOP	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE CONTAINER, INCLUSIVE INSTALAÇÃO E TRANSPORTE COM CAMINHÃO GUINDAUTO (MUNCK)	UNIDADE	2,00
1.4	ED-50158	SETOP	CONE EM PVC H = 75 CM	M	12,00
1.5	ED-50157	SETOP	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	M	1.651,22
1.6	ED-50150	SETOP	LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA 1/2" CAVALETE SIMPLES - COPASA	UNIDADE	1,00
1.7	ED-50151	SETOP	LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE LUZ E FORÇA-PADRÃO PROVISÓRIO 30KVA	UNIDADE	1,00
2.0			SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	99064	SINAPI	LOCAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO. AF_10/2018	M	807,60
2.2	96001	SINAPI	FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (PROFUNDIDADE ATÉ 5,0 CM) - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_11/2019	M³	6.634,77
2.3	EO-48507	SETOP	DEMOLIÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO	M³	424,00
2.4	72898	SINAPI	CARGA E DESCARGA MECANIZADAS DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3	M³	328,99
2.5	95877	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M³XKM) AF_12/2016	M³XKM	3.322,81
3.0			PAVIMENTAÇÃO		
3.1	96402	SINAPI	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF_11/2019	M²	891,00
3.2	93176	SINAPI	TRANSPORTE DE MATERIAL ASFÁLTICO, COM CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 30000 L EM RODOVIA PAVIMENTADA PARA DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTE SUPERIORES A 100 KM. AF_02/2016	TXXM	92,44
3.3	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M³	35,64
3.4	72891	SINAPI	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE MISTURA BETUMINOSA A QUENTE, COM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M3, DESCARGA EM VIBRO-ACABADORA	M³	35,64
3.5	RO-41362	SETOP	TRANSPORTE DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 10,10 A 15,00 KM (DENSIDADE DE MATERIAL SOLTO)	M³XKM	516,78

Praça João Pinheiro, 73 - Centro, 37.550-000 Pouso Alegre - MG
Tel.: 35 3449-4977 35 3449-4980

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2757705/2021, emitida em 30/01/2021



Certidão nº 2757705/2021
02/02/2021, às 07:58

Chave de impressão: 4YyC6

O documento neste ato registrado foi emitido em 30/01/2021 e contém 3 folhas

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG
Tel: 0800 031 2732 Fax: 0800 031 2732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br



CREA
MG

Impresso em: 02/02/2021, às 07:58





Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**

Secretaria de
Infraestrutura, Obras
e Serviços Públicos

Página 4/4



DRENAGEM					
4.0					
4.1	ED-14762	SETOP	SARJETA DE CONCRETO URBANO (SCU), TIPO 1, COM FCK 15 MPa, LARGURA DE 50CM COM INCLINAÇÃO DE 3%, ESP. 7CM, PADRÃO DEER-MG, EXCLUSIVE MEIO-FIO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	M	1.413,35
SINALIZAÇÃO					
5.0					
5.1	RO-41237	SETOP	LINHAS DE RESINA ACRILICA DE 0,6MM DE ESPESSURA E LARGURA = 0,10M (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	2.021,10
5.2	RO-41243	SETOP	LINHAS DE RESINA ACRILICA 0,6MM COM LARGURA > 0,30M (EXECUÇÃO, INCLUSIVE PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	260,85
5.3	RO-41779	SETOP	SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRILICA 0,6MM DE ESPESSURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	7,37
5.4	RO-41841	SETOP	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M²	0,40
5.5	RO-41844	SETOP	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA QUADRADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M²	3,20
5.6	RO-41842	SETOP	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA OCTOGONAL (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M²	0,86
SERVIÇOS FINAIS					
6.0					
6.1	ED-50266	SETOP	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M²	5.254,90

As obras de recuperação e manutenção asfáltica foram executadas na Avenida Prefeito Jorge Andere em Pouso Alegre MG. As obras se iniciaram no dia 10/08/2020 e encerraram no dia 29/10/2020.

Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em obediência aos normativos vigentes e na conformidade com os prazos estabelecidos, nada havendo que possa desaboná-lo.

Paulo A. Lemes
Engenheiro Civil
CREA-MG: 191154/D
SECRETARIA DE OBRAS

Paulo Alexandre Lemes

CREA nº: 191154/D MG

Engenheiro fiscal de obras da
prefeitura de Pouso Alegre

Praça João Pinheiro, 73 - Centro, 37.550-000 Pouso Alegre - MG
Tel.: 35 3449-4977 35 3449-4980

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2757705/2021, emitida em 30/01/2021



Certidão nº 2757705/2021
02/02/2021 07:58

Chave de Impressão: 4YyC6

O documento neste ato registrado foi emitido em 30/01/2021 e contém 3 folhas





Certidão de Acervo Técnico - CAT

Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
 Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973
 Resolução Nº 1094 de 31 de Outubro de 2017
 Resolução Nº 1050 de 13 de Dezembro de 2013

CREA-MG

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

2817787/2021

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-MG, o Acervo Técnico do profissional **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON**Registro: **MG0000186678D MG** RNP: **1413899536**Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO CIVIL**Número da ART: **MG20210458536**Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**Registrada em: **09/08/2021**Baixada em: **11/08/2021**Forma de registro: **SUBSTITUIÇÃO**Participação técnica: **INDIVIDUAL**Empresa contratada: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA**CPF/CNPJ: **17.935.396/0001-61**Endereço do contratante: **AVENIDA TARGINO VARGAS**Nº: **45**Complemento: **SEGUDBO ANDAR**Bairro: **RECANTO DOS IPÊS**Cidade: **CAMANDUCAIA**UF: **MG**CEP: **37650000**Contrato: **034/2020**Celebrado em: **20/01/2021**Valor do contrato: **R\$ 32.008,82**Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Público**Ação institucional: **Outros**Endereço da obra/serviço: **VIA DIVERSAS**Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **DIVERSOS**Cidade: **CAMANDUCAIA**UF: **MG**CEP: **37650000**Data de início: **01/02/2021**Conclusão efetiva: **03/03/2021**Finalidade: **INFRAESTRUTURA**Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA**CPF/CNPJ: **17.935.396/0001-61**

Atividade Técnica: **2016 - Execução TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA 49 - Execução de obra 5552.35 metro; 2016 - Execução TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA 49 - Execução de obra 725.98 metro quadrado; 2016 - Execução TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA 49 - Execução de obra 452.00 unidade; 2016 - Execução TRANSPORTES > SINALIZAÇÃO > DE SINALIZAÇÃO > #4.9.1.1 - URBANA 49 - Execução de obra 12.34 metro quadrado;**

Observações

Informações Complementares

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2817787/2021

12/08/2021, 11:58

4Z930

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 4Z930

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Avenida Álvares Cabral 1600, Santo Agostinho, 30.170-917 - Belo Horizonte/MG

Tel: 08000312732 E-mail: crea-mg@crea-mg.org.br

CREA-MG



Impresso em: 13/08/2021, às 09:52



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Avenida Targino Vargas, 45 - Recanto dos Ipês - Camanducaia/MG
CEP: 37.650-000 CNPJ: 17.935.396/0001-61
(35) 3433 1323 - obras@camanducaia.mg.gov.br



Atestado de Capacidade Técnica

A Prefeitura Municipal de Camanducaia MG, inscrita no CNPJ sob nº17.935.396/0001-61, sita na Avenida Targino Vargas nº 45, segundo andar no Bairro Recanto dos Ipês, no município de Camanducaia/MG, atesta para os fins que se fizerem necessários que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 26.614.327/0001-47, Crea MG nº 070242, sita na Estrada Rural São João, sem nº, no bairro São João, no município de São Sebastião da Bela Vista / MG, executou por meio de seu responsável técnico, o profissional Engenheiro Civil Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, inscrito no Crea-MG sob nº 186678/D MG, os serviços **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA** do Contrato nº 34/2020 da Tomada de Preços 046/2020 – conforme consta na Anotação de Responsabilidade Técnica – A.R.T. nº MG 20210048322.

Informamos que os serviços foram iniciados em 01 de fevereiro de 2021 e foram encerrados no dia 23 de fevereiro de 2021.

Os serviços executados foram:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
2	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL			
2.1	RO-41237	LINHAS DE RESINA ACRILICA DE 0,6MM DE ESPESSURA E LARGURA = 0,10M (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	5.550,40
2.2	RO-41240	LINHAS DE RESINA ACRILICA 0,6MM DE ESPESSURA E LARGURA = 0,30M (EXECUÇÃO, INCLUSIVE PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1,95
2.3	RO-41243	LINHAS DE RESINA ACRILICA 0,6MM COM LARGURA > 0,30M (EXECUÇÃO, INCLUSIVE PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	720,28
2.4	RO-41779	SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRILICA 0,6MM DE ESPESSURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M²	5,70
2.5	RO-41230	TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓPTICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	UNID	382,00

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2817787/2021, emitida em 12/08/2021



555,04

6,58

Certidão nº 2817787/2021

13/08/2021, 09:52

Chave de Impressão: 42930

O documento neste ato registrado foi emitido em 07/07/2021 e contém 2 folhas





PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Avenida Targino Vargas, 45 – Recanto dos Ipês - Camanducaia/MG
CEP: 37.650-000 CNPJ: 17.935.396/0001-61
(35) 3433 1323 - obras@camanducaia.mg.gov.br



2.6	RO-41228	TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG, COM CATADIÓPTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	UNID	70,00
3	SINALIZAÇÃO VERTICAL			
3.1	RO-41844	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA QUADRADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M²	9,25
3.2	RO-41841	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M²	3,09

Os serviços foram desenvolvidos com excelente qualidade técnica em obediência aos normativos vigentes e na conformidade com os prazos estabelecidos no contrato, nada havendo que possa desaboná-lo.

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, vinculado à Certidão nº 2817787/2021, emitida em 12/08/2021



Camanducaia, 22 de junho de 2021.

GABRIELA CALDEIRA
DE
SOUZA:1163072362
2
Assinado de forma digital
por GABRIELA CALDEIRA
DE SOUZA:11630723622
Dados: 2021.06.22
17:44:25 -03'00'

Prefeitura Municipal de Camanducaia
Gabriela Caldeira de Souza
Engenheira Civil – 222.508/D

Certidão nº 2817787/2021
13/08/2021, 09:52

Chave de Impressão: 42930

O documento neste ato registrado foi emitido em 07/07/2021 e contém 2 folhas

2





Certidão de Acervo Técnico - CAT CREA-MG
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1420190005528

Atividade concluída

Página 1/1



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Acervo Técnico do profissional FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON..... referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descrita(s):

Profissional: FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....
Registro: 04.0.0000186678..... RNP: 1413899536.....
Título Profissional: ENGENHEIRO CIVIL.....

Número ART: 1420190000005460379.. Tipo de ART: Obra/Serviço - Nova ART.....
Registrada em: Baixada em: 15/8/2019.....
Forma de Registro: Substituição..... Participação Técnica: Individual.....
Empresa Contratada: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA.....

Contratante: CONSTRUTORA CARVALHO E DUARTE LTDA..... CPF/CNPJ: 32091094000148
Logradouro: RUA ANTONIO FLORENCIO NOGUEIRA..... Nº: 225...
Complemento: Bairro: CENTRO.....
Cidade: CAREAÇU..... UF: MG..... CEP: 37582-000
Contrato: celebrado em Vinculado à ART: 1420190000005361433
Valor do contrato: R\$ 169870,00..... Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.....
Ação institucional:
Endereço da obra/serviço: ESTRADA VICINAL DA FAZENDA DA CAVA..... Nº:
Complemento: Bairro: CAVA.....
Cidade: POUSO ALEGRE..... UF: MG..... CEP: 37555-100

Data Início: 20/6/2019. Conclusão efetiva: 15/8/2019. Coord. Geográficas:
Finalidade: INFRAESTRUTURA..... Código:
Proprietário: CONSTRUTORA CARVALHO E DUARTE LTDA..... CPF/CNPJ: 32091094000148
Atividade Técnica: EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO SANEAMENTO DRENAGEM, Quantidade 265,00,
Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES SINALIZACAO, Quantidade 300,00,
Unidade m; EXECUÇÃO EXECUÇÃO DE OBRA/SERVIÇO TRANSPORTES PAVIMENTACAO, Quantidade 7,80,
Unidade km.....

Observações

MANUTENÇÃO E CONSERVA DA ESTRADA DA CAVA ATÉ AS IMEDIAÇÕES DA PEDREIRA, INCLUSO PROJETO EXECUTIVO E SONDAGENS.....

Informações Complementares

NAO FAZEM PARTE DA PRESENTE CERTIDAO OS ITENS 6; 9.2; 9.3; 9.4; 9.5 CONSTANTES NO ATESTADO EMITIDO PELA CONSTRUTORA CARVALHO E DUARTE LTDA EM 16/08/2019, UMA VEZ QUE NAO SAO DA ATRIBUICAO DO ENGENHEIRO CIVIL FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON.....

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 0414986 a 0414990, o documento contendo 5 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.....

Certidão de Acervo Técnico nº 1420190005528/2019

04/09/2019, 15:32:03

1420190005528

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-MG (www.crea-mg.org.br) ou no site do Confea (www.confea.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Av. Álvares Cabral, 1600 - Santo Agostinho - Belo Horizonte, CEP: 30170-917

Telefone: (31)3299-8700 - Ouvidoria: 0800 283 0273 - Atendimento: 0800 031 2732 - www.crea-mg.org.br



A Construtora Carvalho e Duarte Ltda, inscrita no CNPJ nº 32.091.094/0001-48, situada a Rua Antônio Florença Nogueira, no Centro em Careaçú MG, atesta que a empresa Duro na Queda Construções Ltda, inscrita no CNPJ 26.614.327/0001-47 e inscrição estadual 002.870.473.00-46, registro no CREA 70242, situada a Estrada do São João Zona Rural em São Sebastião da Bela Vista - MG, através do seu responsável técnico, Fábio Guilherme Rodrigues Salomon, cujo CPF 037.522.336-30, engenheiro civil, registro no CREA MG 186678/D, RNP 1413899536 realizou os serviços descritos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
1	SERVIÇOS TÉCNICOS		
1.1	PROJETO EXECUTIVO INCLUSO SONDAGENS	UNID	1,00
1.2	LOCAÇÃO DE OBRA - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS	MÊS	2,00
2	INSTALAÇÕES DA OBRA		
2.1	ESCRITÓRIOS		
2.1.1	ESCRITÓRIOS /BARRACÃO DE OBRA	M²	80,00
2.1.2	VESTIÁRIO/SANITÁRIO	M²	25,00
2.1.3	BARRACÃO DE PESSOAL	M²	240,00
2.2	INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS DE ÁGUA E ENERGIA		
2.2.1	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA	UNID	2,00
2.2.2	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA	UNID	2,00
3	TERRAPLENAGEM		
3.1	DESMATAMENTO DESTOCAMENTO E LIMPEZA DE TERRENO		
3.1.1	MANUTENÇÃO E CONSERVA DE ESTRADA	SV	1,00
3.1.1	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA, INCLUSO TRANSPORTE DO MATERIAL DMT ATÉ 150 METROS	M²	36200,00
3.1.2	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM MATERIAL DE PRIMEIRA CATEGORIA INCLUSIVE TRANSPORTE DMT 400 METROS	M³	25000,00
3.1.3	ATERRO COMPACTADO MECANIZADO COM ROLO COMPACTADOR PRÓCTOR NORMAL A 100%	M³	22089,00
3.1.4	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE TERRENO COM ROLO VIBRATÓRIO	M²	69254,00

4	DRENAGEM		
4.1	DRENAGEM PROFUNDA		
4.1.1	MEIO FIO DE CONCRETO PRÉ MOLDADO (12X18X45)CM FCK 18 MPA	M	3303,00
4.1.2	SARJETA MOLDADA IN LOCO (50X10)CM	M	3303,00
4.1.3	ASSENTAMENTO DE TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 500 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_12/2015	m	2350,00
4.1.4	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	M³	215,00
4.1.5	BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	14,00
4.1.6	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	14,00
4.1.7	BOCA DE LOBO DUPLA (BLTD) EXCLUSIVE QUADRA E GRELHA	UNID	38,00
4.1.8	CONJUNTO QUADRO E GRELHA PARA BOCA DE LOBO DUPLA (BLTC) FERRO FUNDIDO	UNID	38,00
4.1.9	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA DN 500 MM	UNID	22,00
4.1.10	POÇO DE VISITA PARA REDE TUBULAR TIPO A DN500, EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA FORA	UNID	23,00
4.1.11	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "A", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-50	M	14,00
4.1.12	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA TIPO "B", EM ALVENARIA COM DEGRAUS DE AÇO CA-51	M	14,00
4.1.13	TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO PARA POÇO DE VISITA	UNID	23,00
4.1.14	REBAIXAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E TRANSPORTE DO MATERIAL RETIRADO (20 CM)	UNID	23,00
4.1.15	ALTEAMENTO DE TAMPA POÇO DE VISITA INCLUSO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DO MATERIAL (20 CM)	UNID	23,00
4.1.16	DESCIDA D'ÁGUA TIPO CALHA DN 500, EXCLUSIVE BOTA FORA DN 500 MM	M	126,00
4.1.17	CANAleta EM CONCRETO PRÉ MOLDADA DN 300 MM	M	4998,00
4.1.18	ESCORAMENTO DESCONTÍNUO MADEIRA ROLIÇADA DE 6 AC 10 CM (H=3,21 A 4,50M)	M²	4900,00

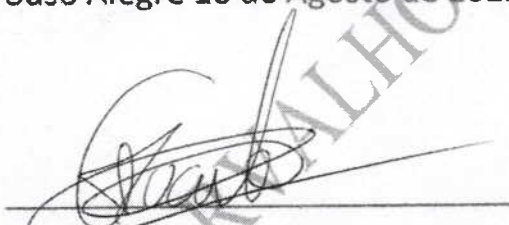
4.1.19	ESCORAMENTO METÁLICO TUBULAR CONVENCIONAL (H=1,80À3,20M) COM ACESSÓRIOS PARA LAJES E VIGAS MACIÇAS, EXCLUSIVE TRANSPORTE E MONTAGEM (ALUGUEL MENSAL)	M³*MÊS	5500,00
4.1.20	ARMAÇÃO DE AÇO CA 50 OU AÇO CA 60, INCLUSIVE CORTE, DOBRA E COLOCAÇÃO	KG	63,00
4.1.21	JUNTA ELÁSTICA O-12 FUNGEMBAND	M	56,00
4.1.22	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, USINADO BOMBEADO, AUTO-ADENSÁVEL, COM FCK 20 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ACABAMENTO	M³	339,00
4.1.23	FORNECIMENTO, LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE MATERIAL DRENANTE, CASCALHO COM ADENSAMENTO HIDRÁULICO	M³	153,00
4.1.24	FORNECIMENTO, LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE MATERIAL DRENANTE, BRITA	M³	48,00
4.1.25	FORNECIMENTO, LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE MATERIAL DRENANTE, AREIA COM ADENSAMENTO HIDRÁULICO	M³	53,00
4.1.26	FORNECIMENTO, LANÇAMENTO E APLICAÇÃO DE MATERIAL DRENANTE, SEL DE ARGILA COM ADENSAMENTO HIDRÁULICO	M³	87,00
4.1.27	GABIÃO TIPO CAIXA MALHA 8X10, FIO 2,7 MM TELA GALVANIZADA	M³	152,50
6	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		
6.1	POSTEAMENTO		
6.1.1	INSTALAÇÃO DE POSTE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (INSTALAÇÃO COMPLETA)	UNID	92,00
7	SINALIZAÇÃO VIÁRIA		
7.1	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		
7.1.1	PINTURA PARA SINALIZAÇÃO, DEMARCAÇÃO, DE PÁTIOS E VIAS	M²	4896,37
7.2	SINALIZAÇÃO VERTICAL		
7.2.1	PLACA 1,00X0,60 M DUPLA FACE CH. GALVANIZADA 26 INCLUSO CALETE	UNXME	11,00
7.2.2	PLACA 1,00X0,60 M CHAPA 26 INCLUSO CAVALETE EM METALON 20X20 MM	UNXME	12,00
7.2.3	PLACA 0,50X0,50 M DUPLA FACE CHAPA GALVANIZADA 22 EM CAVALETE	UNXME	15,00
7.2.4	PLACA 0,50X0,50 M CHAPA GALVANIZADA 22 EM CAVALETE	UNXME	15,00

7.2.5	DEFENSA METÁLICA SEMI MALEÁVEL - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	M	1597,00
7.2.6	CAIAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS MATERIAIS)	M²	6289,00
8	DRENAGEM SUPERFICIAL E PAISAGISMO		
8.1	MEIO FIO, SARJETA E CALÇADA		
8.1.1	MEIO FIO PRÉ MOLDADO FCK 18 MPA TIPO A (12X16,7X35)CM	M	1598,00
8.1.2	PASSEIO/ESTACIONAMENTO DE CONCRETO ESP 6 CM, JUNTA SECA M EXECUÇÃO MANUAL	M²	3908,00
9.2	PLANTIO DE GRAMA		
9.2.1	FORNECIEMNTO E PLANTIO DE GRAMA SÃO CARLOS	M²	4800,00
9.3	PLANTIO DE MUDAS		
9.3.1	PREPARO DE COVAS DE ÁRVORES HMIN= 1,80 M COVA 60X60X60, EXCLUSIVE FORNECIEMNTO DE MUDA	UNID	750,00
9.3.2	PREPARO DE COVAS DE ARBUSTOS ORNAMENTAIS EM GERAL, EXCLUSIVE FORNECIEMNTO DE MUDA	UNID	125,00
9.3.3	FORRAÇÃO DE COVAS	M²	895,00
9.4	FORNECIEMNTO DE MATERIAIS PARA PAISAGISMO		
9.4.1	FORNECIEMNTO DE TERRA VEGETAL	M³	140,00
9.4.2	FORNECIMENTO DE ADUBO ORGÂNICO	M³	40,00
9.4.3	FORNECIMENTO DE ADUBO MINERAL 10-10-10	KG	896,00
9.4.4	FORNECIMENTO DE ADUBO MINERAL 4-14-18	KG	789,00
9.4.5	FORNECIMENTO DE CALCAREO DOLOMÍTICO	KG	789,00
9.5	FORNECIEMNTO DE MUDAS		
9.5.1	MUDA DE ÁRVORE SIBIPIRUNA - CESALPINIA PELTOPOROIDES	UNID	34,00
9.5.2	MUDA DE ÁRVORE - IPÊ ROSA - - TABEBUIA AVELLANADE	UNID	35,00
9.5.3	MUD DE ÁRVORE PAU - FERRO - CEASALPINA FERREA LEIOSTACHYA	UNID	35,00
9.5.4	MUDA DE ÁRVORE - ACASSIA MINOSA PODAL YRIFOLHA	UNID	32,00
9.5.5	MUDA DE ÁRVORE JACARANDÁ MIMOSO - JACARANDA CUSPIDIFOLIA	UNID	34,00
9.5.6	MUDA DE ÁRVORES DIVERSAS	UNID	896,00
9.5.7	FORRAÇÃO DIVERSAS	M²	400,00
9.5.8	MUDA DE ARBUSTO DIVERSOS	UNID	43,00
9.5.9	MUDA DE PALMEIRA - LICURI	UNID	20,00

9.6	CERCA DE PROTEÇÃO PARA ÁRVORES		
9.6.1	CERCA DE PROTEÇÃO PARA ÁRVORES CONFORME PROJETO	UNID	800,00
9.6.2	TUTORAMENTO E AMARRIO PARA ÁRVORES	UNID	800,00
9.7	ITENS ADICIONAIS		
9.7.1	LIXEIRA TIPO 1 PLÁSTICA 50 LITROS COM SUPORTE METÁLICO PADRÃO SLU	UNID	25,00
9.7.2	BICICLETÁRIO TIPO CAVALETE PARA 10 BICICLETAS	UNID	12,00
9.7.3	ABRIGOS DE ÔNIBUS COM INFORMAÇÕES AO USUÁRIO	UNID	5,00

As obras foram executadas na Estrada Vicinal da Fazenda da Cava, no bairro da Cava em Pouso Alegre MG. Iniciaram-se as obras no dia 20/06/2019 e se encerraram no dia 15/08/2019.

Pouso Alegre 16 de Agosto de 2019.


Guilherme Elias Duarte
Sócio Proprietário
CPF 118.642.636-52.

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

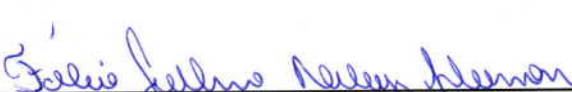
DECLARAÇÃO TERMO DE COMPROMISSO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47, com sede localizada na estrada São João, s/n, Zona Rural, Bairro São João, Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. **Gilberto Dantas Delgado Júnior**, brasileiro, casado, Gerente administrativo, portador do RG 43.947.898-4 SSP/SP e do CPF n. 319.471.958-08, residente domiciliado na Rua Argetina Grossi Tonini, n. 230, Apto 304, bloco 9, Pão de Açúcar na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, **DECLARA** que se compromete a manter na condução da obra, objeto desta o profissional, **Fábio Guilherme Rodrigues Salomon**, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/MG sob o n. MG 186678/D e no CPF sob o nº 037.522.336-30, portador do RG nº M 6.754.886 SSP/MG, **detentor do Atestado Técnico** emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Minas Gerais, cujos atestados atendem às exigências do Edital, apresentado por esta empresa no Processo Licitatório **PREGÃO nº 005/2022**, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP**, que será o Engenheiro Civil responsável técnico pela execução da obra.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP/SP



Fábio Guilherme Rodrigues Salomon
CPF: 037.522.336-30
CREA: 186678/D

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA DO SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO - CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

REGISTRO DE EMPREGADO



CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Cor Branca
 Cabelo
 Olhos
 Altura
 Peso
 Sinais



VISTO DA FISCALIZAÇÃO



Felipe Guilherme Rodrigues Salomon, portador da C.T.P.S.
 nº 7071643 Série 001-0 / MG (rural) nº Série
 C.P.F. / C.I.C. nº 037.522.336-30; Título de Eleitor nº 13.354.909.0299 da 134 zona;
 Cédula de Identidade P.G. nº M-5.134.330 foi emitida em 02 de agosto de 2015 para exercer a
 função de Engenheiro Trainee com o salário de R\$ 3.500,00
 (Três mil e quinhentos reais)
 por Três no seguinte horário de trabalho: das 8:00 às 17:00 horas, com 01:30 horas de
 intervalo para repouso e alimentação

SITUAÇÃO PERANTE O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO

É optante? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	Data de opção <u>03/08/2015</u>	Data da retratação	Banco depositário <u>CEF</u>
--	------------------------------------	-----------------------------	---------------------------------

Nacionalidade <u>Brasileira</u>	QUANDO ESTRANGEIRO	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
Filho de <u>Marcos Antônio Salomon</u>	Carteira modelo 19 nº	Cadastrado em <u>13</u> / <u>06</u> / <u>2015</u>
e de <u>Maria Francisca Rodrigues Salomon</u>	Nº Registro Geral	Sob nº <u>400.3527356-4</u>
nascido em <u>Hydrolândia</u>	Nº Registro Geral	dep. no Banco <u>CEF</u>
a <u>29</u> de <u>maio</u> de <u>1999</u>	Cadastro de brasileiro(a)(o) r	endereço
Estado civil <u>casado</u>	Nome do cônjuge	Códigos { Banco
Nome do cônjuge <u>Luciana Apia Salomon</u>	Tem filhos brasileiros?	Agência
Grau de instrução <u>09</u>	Qualificação	endereço da agência
Residência <u>Rua P. Nogueira, 615</u>	Data da chegada ao Brasil	Obs.:
Cart. Nac. habilitação nº
Cart. Militar nº	Série
.....	Categ.

Beneficiários:

55 Bela Vista 03 de agosto de 2015
Felipe Guilherme Rodrigues Salomon
 Assinatura do empregado



2º TABELIONATO / 3421-4922
Pouso Alegre - MG

Alteração de salário			(Hora-Dia-Mês)
Em 01/12/2015	R\$ 3.410,00	por	mês
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por
Em	R\$	por

Data	Alteração de cargo	Data	Alteração de cargo

Contribuição Sindical		
Guia nº	Data	Sindicato
201667	03/03/16	Sma da Classe

Acidentes ou doenças profissionais	
Em	Alta em

Férias concedidas	
de 25/12/2015 a 02/01/2016	referente ao período de 03/03/2015 a 02/03/2016
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de
de	de

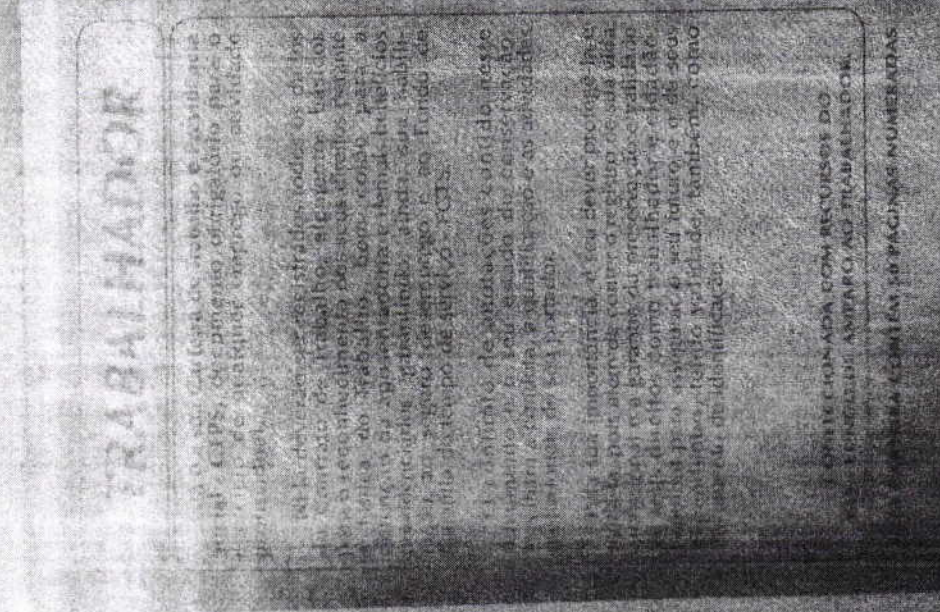
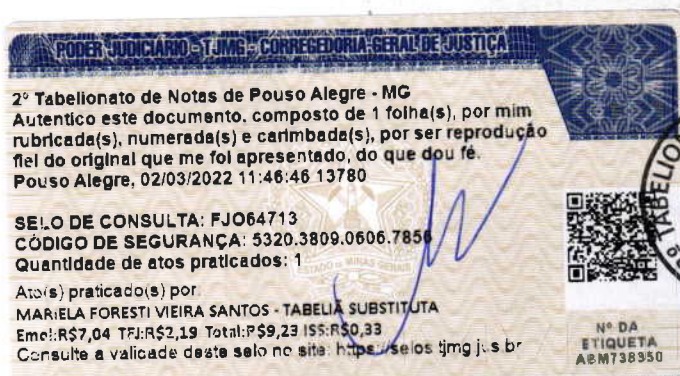
OFÍCIO DO 2º TABELIONATO DE NOTAS

AUTENTICAÇÃO
Conferido e achado conforme original apresentado.

Local e Data: São Gonçalo do Sapucaí 03/03/2016 16:04:28
 Dou 10. Substituta - Kleide Papini Rodrigues
 Fmml - R\$ 4,00 T.E. - R\$ 1,40 TOTAL - R\$ 5,40

Observações: Impossibilidade de comparecimento para tirar a assinatura construtora em 01/03/2016. Em garantia de saber o conteúdo, transcrevi a ocorrência da data e número da página que consta o nome.

Recebi os seguintes documentos que me pertencem: _____
 Data da demissão: _____ de _____ de _____
 Assinatura: _____



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREDEORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Tabellionato de Notas de Pouso Alegre - MG
 Autêntico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
 Pouso Alegre, 02/03/2022 11:46:46 13780

SELO DE CONSULTA: FJO64714
 CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0625.9903.2777.7589
 Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:
 MARIELA FORESTI VIEIRA SANTOS - TABELIÃ SUBSTITUTA
 Emissão: R\$7,04 TPA: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
 Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.j.s.br>

Nº DA ETIQUETA
 ARM738351



0625.9903.2777.7589

ANOTAÇÕES GERAIS

Anotação registrada por lei

Empenho de 100 reais para
 Dando o devido conhecimento
 em 01/03/2022, para pagamento
 de honorários advocatícios
 de R\$ 100,00, sendo R\$ 50,00 a
 favor de R\$ 50,00 a
 favor de R\$ 50,00 a
 favor de R\$ 50,00 a

0625.9903.2777.7589

ANOTAÇÕES GERAIS

Anotação registrada por lei

100 reais a favor de
 Tempo de 100 reais
 02/03/2022
 Dando o devido
 conhecimento
 de R\$ 100,00 a
 favor de R\$ 50,00 a
 favor de R\$ 50,00 a
 favor de R\$ 50,00 a

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
141389953-6

Nome

FABIO GUILHERME RODRIGUES SALOMON

Filiação

MARCOS ANTONIO SALOMON

MARIA APARECIDA RODRIGUES SALOMON

C.P.F.

027.522.136-30

027.522.136-30

Tipo Sang.

O+

Nascimento

27/04/1971

Naturalidade

CEARA

UF

MG

Nacionalidade

BRASIL

Crea do Registro

0200-MG

Emissão

26/08/2015

Data de Registro

19/12/2014

Ass. Presidente

Ass. Presidente

Registro no Crea

MG000166678D



Título Profissional
Engenheiro Civil

Ass. do Profissional

Ass. do Profissional

Este documento é válido para a prática da profissão de Engenharia Civil, conforme a Lei nº 5.194 de 24/12/66 e a Lei nº 6.206 de 07/05/79.



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Tabellionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Pouso Alegre, 02/03/2022 11:46:46 13780

SELO DE CONSULTA: FJO64715
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 3937.1045.0226.2879
Quantidade de atos praticados: 1

Atos praticado(s) por:
MARIELA FORESTI VIEIRA SANTOS - TABELIÃ SUBSTITUTA
Emol: R\$7,04 TFR: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: A8M738352



PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2º Tabellionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.
Pouso Alegre, 24/09/2020 17:18:19 16227

SELO DE CONSULTA: DZS83487
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 0107.5424.2353.4663
Quantidade de atos praticados: 1

Atos praticado(s) por:
MARIELA FORESTI VIEIRA SANTOS - TABELIÃ SUBSTITUTA
Emol: R\$5,48 TFR: R\$3,70 Total: R\$9,18 ISS: R\$0,26
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>

Nº DA ETIQUETA: AAS57599



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
SANTA RITA DO SAPUCAÍ



CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ: 26.614.327/0001-47

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 08 de Março de 2022 às 11:01

SANTA RITA DO SAPUCAÍ, 08 de Março de 2022 às 11:01

Código de Autenticação: 2203-0811-0141-0660-0359

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA**
Período da Escrituração: **01/01/2020 a 31/12/2020** CNPJ: **26.614.327/0001-47**
Número de Ordem do Livro: **5**
Período Selecionado: **01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020**

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
NIRE	31210756735
CNPJ	26.614.327/0001-47
Número de Ordem	5
Natureza do Livro	Livro Diário
Município	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	28/11/2016
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2020
Quantidade total de linhas do arquivo digital	77970

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário
Número de ordem	5
Quantidade total de linhas do arquivo digital	77970
Data de início	01/01/2020
Data de término	31/12/2020

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 8.0.5 do Visualizador



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 40.036.222,49	R\$ 81.850.664,21
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 31.930.745,64	R\$ 64.760.921,75
DISPONÍVEL		R\$ 3.478.648,81	R\$ 2.923.448,59
CAIXA		R\$ 89.277,63	R\$ 123.569,20
CAIXA GERAL		R\$ 89.277,63	R\$ 123.569,20
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R\$ 861.404,23	R\$ 2.398.420,08
SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 46.028,34
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 861.404,23	R\$ 2.352.391,74
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 2.527.966,95	R\$ 401.459,31
APLICAÇÃO CAIXA ECONOMICA FEDERAL		R\$ 2.527.966,95	R\$ 401.459,31
CLIENTES		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
DUPLICATAS A RECEBER		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
CLIENTES A RECEBER		R\$ 26.964.599,20	R\$ 58.941.074,67
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
ADIANTEAMENTO A EMPREGADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTEAMENTO DE SALÁRIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADIANTEAMENTO DE 13º SALÁRIO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
ICMS A RECUPERAR		R\$ 150.802,23	R\$ 310.328,41
INSS A COMPENSAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTOQUE		R\$ 1.336.695,40	R\$ 2.586.070,08
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS		R\$ 1.336.695,40	R\$ 2.586.070,08
MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ 55.160,00	R\$ 0,00
MATÉRIA-PRIMA		R\$ 1.281.535,40	R\$ 2.586.070,08
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 8.105.476,85	R\$ 17.089.742,46
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R\$ 5.037.600,00	R\$ 11.687.600,00
OUTROS CRÉDITOS		R\$ 5.037.600,00	R\$ 11.687.600,00
EMPRÉSTIMOS EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
EMPRÉSTIMO EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
OUTRAS CONTAS-LONGO PRAZO		R\$ 3.877.600,00	R\$ 10.527.600,00
EMPRÉSTIMOS EMPRESA MINERAÇÃO DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES		R\$ 2.650.000,00	R\$ 8.350.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
EMPRÉSTIMOS EMPRESA TUTOIA PARTICIPAÇÕES LTDA		R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00
EMPRÉSTIMOS EGBERTO BASTOS MOSTI		R\$ 558.800,00	R\$ 558.800,00
EMPRÉSTIMOS ANDREIA CRISTINA RODRIGUES MOSTI		R\$ 358.800,00	R\$ 358.800,00
EMPRÉSTIMOS VALCENIR PARONETTI DORTA		R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
EMPRÉSTIMOS EMPRESA BRITA VALE LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 950.000,00
INVESTIMENTOS		R\$ 32.500,00	R\$ 32.046,61
CONTROLADAS E COLIGADAS - EQUIV. PATRIM.		R\$ 32.500,00	R\$ 32.046,61
PART EMPRESA LOTEAMENTO SÃO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA		R\$ 32.500,00	R\$ 32.500,00
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL LOT. SÃO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA		R\$ 0,00	R\$ (453,39)
IMOBILIZADO		R\$ 3.035.376,85	R\$ 5.370.095,85
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		R\$ 1.325.376,85	R\$ 3.660.095,85
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 1.325.376,85	R\$ 3.660.095,85
VEÍCULOS		R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.710.000,00
VEÍCULOS		R\$ 1.710.000,00	R\$ 1.710.000,00
PASSIVO		R\$ 40.036.222,49	R\$ 81.850.664,21
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 4.392.025,85	R\$ 8.660.352,34
FORNECEDORES		R\$ 356.390,46	R\$ 2.258.512,63
FORNECEDORES		R\$ 356.390,46	R\$ 2.258.512,63
TRANSPORTADORA BRITO & BRITO LTDA		R\$ 61.487,50	R\$ 0,00
NILZA DE CASSIA ROSA EPP		R\$ 0,00	R\$ 508,72
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VIA VAREJO S/A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SULPECAS COM. E REPRES. LTDA		R\$ 9.317,78	R\$ 0,00
COMPANHIA ULTRAGAZ S A		R\$ 97.184,67	R\$ 49.861,36
LDA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
SOLOTEST APARELHOS PARA MECANICA DO SOLO		R\$ 0,00	R\$ 2.230,00
BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S.A		R\$ 0,00	R\$ 293.990,44
LOJAS CEM S.A.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
NTA- NOVAS TECNICAS DE ASFALTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 2 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
STRATURA ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 523.261,35
COMERCIAL AUTOMOTIVA S.A.		R\$ 795,00	R\$ 6.613,64
JOAO PAULO MARTINS 04568964652		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RHOMA PECAS E SERVICOS P/ VEICULOS AUTOP		R\$ 0,00	R\$ 10.259,00
ANJOS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO E FERRAME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EVERTON FPS DISTR COM DE PECAS LTDA.		R\$ 5.130,00	R\$ 0,00
PACAEMBU AUTOPECAS LTDA.		R\$ 5.499,03	R\$ 58.688,29
CGM IMPORTADORA DE ROLAMENTOS E PECAS LT		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SILVIO JOSE DA ROCHA - ME		R\$ 3.000,00	R\$ 7.432,60
VIDRACARIA ALVES LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO PECAS BRAESPA LTDA - EPP		R\$ 814,00	R\$ 9.453,04
ARTRONIC AUTOMACAO INDUSTRIAL LTDA - EPP		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUIZ CARLOS B VIEIRA CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FPS INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA-E		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AVANNX COMERCIO DE PEÇAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CENTER BOB COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA		R\$ 3.317,61	R\$ 565,00
CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTE		R\$ 5.831,96	R\$ 0,00
CEZAR AUGUSTO DA SILVA BERNARDES ME		R\$ 1.218,00	R\$ 376,00
CALIFORNIA ACOS FINOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ITA		R\$ 0,00	R\$ 1.155,89
ORESTES ALVES CORREA E CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 600,00
FOGACA E CUNHA LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ADS COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA		R\$ 397,37	R\$ 0,00
MENDONCA & BERNARDO LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COPER RODAS & ART INOX LTDA - EPP		R\$ 0,00	R\$ 1.440,00
GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A		R\$ 0,00	R\$ 618.150,60
ATUAL VIDROS PARA MAQUINAS PESADAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MASTER DISTRIBUIDORA DE PECAS E CORREIAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número , 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 3 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TORETTA E FURLAN TRATORES E PECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MORELATE DISTR DE AUTO PECAS LTDA		R\$ 6.421,27	R\$ 2.958,00
MAGALHAES EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA EIRE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DISPAV IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO		R\$ 730,00	R\$ 4.220,00
DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SACARIA COLOMBO LTDA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MANUEL RATAO TRATORES LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LAFARGEHOLCIM BRASIL SA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUBRIPECAS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GS TRATOR PECAS IMPORTACAO COMERCIO E SE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ODAIR BERTOLACINI DO NASCIMENTO ACESSORI		R\$ 0,00	R\$ 700,00
JL COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME		R\$ 5.141,94	R\$ 0,00
MADEIREIRA FERNAO DIAS LTDA - ME		R\$ 1.752,14	R\$ 1.305,00
GERALDO RAIMUNDO PAIVA		R\$ 0,00	R\$ 6.743,46
BAMAQ SA BANDEIRANTES MAQUINAS EQUIPAMEN		R\$ 0,00	R\$ 9.700,00
JRA EXTINTORES EIRELI ME		R\$ 0,00	R\$ 966,00
EQUIPE DISTRIBUIDORA LTDA		R\$ 5.922,00	R\$ 0,00
ELEMIG LTDA		R\$ 0,00	R\$ 336,24
ADMIR CORREIA DA SILVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSTA E MENDES ENGENHARIA ELETRICA LTDA		R\$ 4.087,43	R\$ 33.157,13
ARCELORMITTAL BRASIL SA		R\$ 475,44	R\$ 25.354,55
CODEMA COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRODOESTE VEICULOS E SERVICO LTDA		R\$ 14.801,89	R\$ 10.191,52
SESSA & OLIVEIRA BALANCAS E SERVICOS LTD		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PACALUB COMERCIO E LOGISTICA LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 8.997,39
GOMINHA PNEUS LTDA		R\$ 23.080,21	R\$ 0,00
ADEMIR LEANDRO - ME		R\$ 0,00	R\$ 2.690,00
MADEREIRA POUSO ALEGRE EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 4 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
A SOBERANA DOS PARAFUSOS IND E COM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 375,10
PAGLIARINI COMERCIO DE TINTAS LTDA - ME		R\$ 594,60	R\$ 0,00
AUTO PECAS BOM JESUS LTDA-EPP		R\$ 24.546,00	R\$ 0,00
COPEGE - COMERCIO IMP.E EXP.DE PECAS E S		R\$ 41.388,70	R\$ 0,00
COR & CIA LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GAPLAN CAMINHOES LESTE LTDA		R\$ 0,00	R\$ 550,00
GRAFICA AMARAL EMBALAGENS E EDITORA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IMA BORRACHAS LTDA		R\$ 6.408,55	R\$ 0,00
IMPERIO DISTRIBUIDORA DE DESCARTAVEIS E LIMPEZA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.930,81
GABRIELA PRADO DE SOUZA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDSON MARTINS DE ARAUJO		R\$ 252,00	R\$ 1.805,10
C D B COMERCIO AGRICOLA LTDA - ME		R\$ 420,00	R\$ 0,00
NAIANNY TAINY DA SILVA XAVIER		R\$ 0,00	R\$ 13.982,00
INOVAR EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA MINERAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO PETRODIAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 7.187,24
EUSTACHIO JOSE DE OLIVEIRA		R\$ 0,00	R\$ 11.960,30
LUBSERT EQUIP. PARA ABAST. E LUBRIFICACAO LTDA-ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MESQUITA E ARANTES COM DE EQUIP DE SEGURANÇA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
Quimesp Quimica Ltda.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JOSIANE STRFEZZA DE MELLO 39068290819		R\$ 796,00	R\$ 0,00
HIDRAMAVE COMERCIO PRODUTOS HIDRAULICOS		R\$ 699,72	R\$ 0,00
KELLER SANTOS VITAL 42619012856		R\$ 295,00	R\$ 0,00
AMINOCAP INDUSTRIA E COMERCIO LTDA -EPP		R\$ 0,00	R\$ 17.500,00
IRMEN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 3.910,41	R\$ 11.451,61
FBM COMERCIO DE MANCAIS E ACESSORIOS IND		R\$ 0,00	R\$ 0,00
RENTAL SERVY LOCAÇÃO E COMERCIO DE EQUIP		R\$ 4.320,00	R\$ 0,00
COMERCIAL RODRIGUES COMERCIO VAREJISTA D		R\$ 0,00	R\$ 0,00
POUSO ACO INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS		R\$ 0,00	R\$ 29.849,26

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 5 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
REGINA STTELA SILVA DORIGATI M.E.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PMA DISTRIBUIDORA DE AUTO PECAS LTDA		R\$ 769,66	R\$ 11.282,40
ANDRE CESAR MENDES NALDINI - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ACOPAIVA TUBOS E PERFIS LTDA		R\$ 4.140,00	R\$ 0,00
MAXI PARTS INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LUIZ ANTONIO MAGALHAES ANDARE ME		R\$ 1.566,00	R\$ 0,00
INOVAR EQUIPAMENTOS E SERVICOS PARA MINERAÇÃO EIRELI		R\$ 3.400,00	R\$ 0,00
ESTILO AUTOMOVEIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SIMONE APARECIDA GODOY DE ALMEIDA 05394668671		R\$ 1.378,58	R\$ 0,00
FUSAO ACESSORIOS INDUSTRIAIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
IRMAOS SILVA S.A		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JBL PNEUS E AUTO CENTER LTDA		R\$ 0,00	R\$ 7.107,60
AUTO PECAS COMENDADOR LTDA		R\$ 0,00	R\$ 26.143,52
TOKSU-COMERCIO DE VEICULOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TECNOMOBIL SISTEMAS ELETRONICOS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
O MARTINS COMERCIO DE MAQUINAS E FE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO BRAZOPOLIS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONSIGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 185.905,43
LUIZ FERNANDO GONCALVES E CIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
POSTO SAO JOSE LTDA		R\$ 0,00	R\$ 5.454,14
BRITA VALE LTDA- FILIAL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GUSTAVO ADOLFO RODRIGUES SALOMON		R\$ 0,00	R\$ 0,00
F RUFINO FURTADO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ML AUTOPECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 3.444,60
EVER TON FPS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTD		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BELGO BEKAERT ARAMES LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LETICIA GALIANO BASTOS 07935748624		R\$ 0,00	R\$ 2.778,94
GESUEL BERALDO SILVA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GABRIEL CARVALHO MARTINS		R\$ 0,00	R\$ 14.401,40

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 6 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CRABI IND. E COM. DE PRE MOLDADOS E MATE		R\$ 0,00	R\$ 0,00
JESUS DE MARI ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
GIL PARAFUSOS E FERRAGENS		R\$ 0,00	R\$ 525,90
ALESAT COMBUSTIVEIS S.A.		R\$ 0,00	R\$ 17.145,00
CORPORACOES CELINHO AUTOPECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.947,70
IMPAR VEICULOS E PECAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FLASH PLACAS E LUMINOSOS LTDA .		R\$ 0,00	R\$ 150,00
GET PAINT INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
SIRIUS VIDRO FABRICACAO DE VIDROS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BIGLAB EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIOS EI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
PRISCILA CRABI MATERIAIS DE CONSTRUCAO L		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AUTO POSTO AEROPAN LTDA		R\$ 0,00	R\$ 4.515,26
AUTO POSTO PARANA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AKAD COMPUTACAO GRAFICA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONSTRUTOR MAIS MATERIAIS PARA CONSTRUCA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EDMILSON GOMES DA CRUZ 29702926882		R\$ 0,00	R\$ 0,00
VMC VALVULAS MAQUINAS E CAMARAS DE AR VI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
COMAFFER FERRAGENS E ACESSORIOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 29.350,00
MARJ TINTAS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
ACM ALCOPLA COMERCIO DE CHAPAS METALICAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARCELO IZAAC JUNIOR TEXTIL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DAOMING BRASIL TECIDOS E FILMES REFLETIV		R\$ 0,00	R\$ 0,00
LECIO BATISTA DE SOUZA - ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CPE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRAFICO		R\$ 0,00	R\$ 0,00
INDUSTRIAS MONTALBAM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
MAISFER FUNDIDOS FERRAGENS E FERRAMENTAS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CENTRO AUTOMOTIVO TEIXEIRA & FERRAZ LTDA		R\$ 0,00	R\$ 266,08
LUBRISINT LUBRIFICANTES		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 7 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
SINTETICOS ESPEC			
GUILHERME BRAGA ROSA ME		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DU'BLOCOS ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AIR SERVICE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TP MADEIRAS E MOUROES LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
AT GARCIA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.106,72
QUEIROS E MAGALHAES EQUIPAMENTOS DE SEGU		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TERRAMIL CONSTRUCOES E TERRAPLENAGEM LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FERRO E ACO TAKONO SA		R\$ 0,00	R\$ 20.295,02
SEGURACO EQUIPAMENTOS DE PROTECAO LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 3.822,28
FERMIX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
WOLF EQUIPAMENTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
EQUIPAMENTOS ELETRONICOS SANTA MARIA EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 159,00
POSTO DE SERVICO SANTA BARBARA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 1.955,74
ALANA MARA ALVES DURANS		R\$ 0,00	R\$ 2.500,00
CRH SUDESTE INDUSTRIA DE CIMENTOS S.A.		R\$ 0,00	R\$ 55.252,00
MASTERPONTO EQUIPAMENTOS E SISTEMAS EIRE		R\$ 0,00	R\$ 207,20
STEEL MINAS INDUSTRIA E COMERCIO DE TELHAS E FERRAGENS LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 0,00
TUBOS TIGRE-ADS DO BRASIL LIMITADA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.		R\$ 0,00	R\$ 1.133,91
TREVISO BETIM VEICULOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 12.767,19
TASSIO MARTINS DA COSTA GARCIA LTDA		R\$ 0,00	R\$ 209,30
FRANCISCO SALES RODRIGUES NETO - CPF: 01		R\$ 0,00	R\$ 14.275,00
UPSIDE DISTRIBUICAO DE ALIMENTOS LTDA		R\$ 0,00	R\$ 0,00
DENILSON FRANCISCO DA SILVA 04955693644		R\$ 0,00	R\$ 1.341,00
BHM DIESEL LIMITADA		R\$ 0,00	R\$ 602,00
DANIEL EVERTON FERNANDES ME		R\$ 0,00	R\$ 10.001,98

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 8 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
TOP PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA - ME		R\$ 0,00	R\$ 4.577,50
CAVR RECUPERACAO E REMANUFATURAMENTO DE PECAS EM G		R\$ 0,00	R\$ 7.000,00
FF MAIS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA		R\$ 0,00	R\$ 13.975,00
DINATEC PECAS E SERVICOS EIRELI		R\$ 0,00	R\$ 3.317,18
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R\$ 2.641.842,12	R\$ 4.019.186,13
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R\$ 2.641.842,12	R\$ 4.019.186,13
ICMS A RECOLHER		R\$ 8.568,70	R\$ 1.911,71
ISS A RECOLHER		R\$ 11.965,53	R\$ 25.544,01
IMPOSTO DE RENDA A RECOLHER		R\$ 882.631,68	R\$ 1.334.301,91
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER		R\$ 491.634,56	R\$ 735.697,96
IRRF A RECOLHER		R\$ 2.027,97	R\$ 33.171,68
PIS A RECOLHER		R\$ 221.146,63	R\$ 335.607,55
COFINS A RECOLHER		R\$ 1.020.676,59	R\$ 1.548.966,19
CRF A RECOLHER		R\$ 137,17	R\$ 1.011,60
ISS RETIDO A RECOLHER		R\$ 1.138,83	R\$ 2.301,38
INSS RETIDO A RECOLHER		R\$ 1.242,32	R\$ 0,00
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 672,14	R\$ 672,14
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA		R\$ 233.793,27	R\$ 1.222.653,58
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL		R\$ 110.094,12	R\$ 325.111,98
SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR		R\$ 81.974,22	R\$ 325.111,98
FÉRIAS A PAGAR		R\$ 2.381,63	R\$ 0,00
RESCISÕES A PAGAR		R\$ 25.738,27	R\$ 0,00
13º SALÁRIO A PAGAR		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGAÇÕES SOCIAIS		R\$ 123.699,15	R\$ 897.541,60
INSS A RECOLHER		R\$ 101.986,39	R\$ 807.366,56
FGTS A RECOLHER		R\$ 21.712,76	R\$ 90.175,04
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
CONTAS A PAGAR		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00
EMPRÉSTIMO EM COMODATO		R\$ 1.160.000,00	R\$ 1.160.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 9 de 10



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
FINANCIAMENTOS		R\$ 0,00	R\$ 3.086.533,32
EMPRÉSTIMO SICOOB		R\$ 0,00	R\$ 1.133.333,32
EMPRÉSTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL		R\$ 0,00	R\$ 1.953.200,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R\$ 35.644.196,64	R\$ 70.103.778,55
CAPITAL SOCIAL		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
CAPITAL SOCIAL		R\$ 10.000.000,00	R\$ 10.000.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCROS ACUMULADOS		R\$ 25.644.196,64	R\$ 60.103.778,55
LUCRO DO PERÍODO		R\$ 0,00	R\$ 0,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 10 de 10



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Número de Ordem do Livro: 5

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA		R\$ 39.347.944,82	R\$ 77.875.460,50
VENDA DE MERCADORIAS		R\$ 4.255.887,23	R\$ 4.481.739,22
SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ 35.092.057,59	R\$ 73.393.721,28
(-) DEDUÇÕES		R\$ (3.897.277,29)	R\$ (6.967.954,57)
(-) (-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS		R\$ (146.910,13)	R\$ (99.180,00)
(-) (-) ICMS		R\$ (412.670,91)	R\$ (336.562,20)
(-) (-) ISS		R\$ (6.236,12)	R\$ (13.725,22)
(-) (-) COFINS		R\$ (1.176.031,06)	R\$ (2.332.704,14)
(-) (-) PIS		R\$ (254.806,73)	R\$ (505.419,21)
(-) (-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R\$ (423.371,18)	R\$ (839.983,84)
(-) (-) IMPOSTO DE RENDA		R\$ (760.020,69)	R\$ (1.531.525,62)
(-) (-) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA		R\$ (0,00)	R\$ (753,36)
(-) (-) ISS RETIDO		R\$ (717.230,47)	R\$ (1.308.100,98)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 35.450.667,53	R\$ 70.907.505,93
(-) CMV		R\$ (8.077.513,95)	R\$ (18.624.486,43)
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		R\$ (615,00)	R\$ (0,00)
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ (8.076.898,95)	R\$ (18.624.486,43)
LUCRO BRUTO		R\$ 27.373.153,58	R\$ 52.283.019,50
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (2.625.212,12)	R\$ (14.427.246,46)
(-) DESPESAS COM VENDAS		R\$ (698.908,05)	R\$ (1.850.966,36)
(-) FGTS		R\$ (10.019,12)	R\$ (0,00)
(-) FRETES E CARRETOS		R\$ (200.996,60)	R\$ (610.403,29)
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS		R\$ (487.886,83)	R\$ (1.240.463,07)
(-) BONIFICAÇÕES ENVIADAS		R\$ (5,50)	R\$ (100,00)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (1.926.304,07)	R\$ (12.576.280,10)
(-) COMBUSTÍVEL		R\$ (588.050,86)	R\$ (1.254.860,55)
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS		R\$ (773.465,91)	R\$ (6.533.455,69)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (70.201,23)	R\$ (290.983,52)
(-) FÉRIAS		R\$ (71.301,26)	R\$ (541.827,59)
(-) INSS		R\$ (260.304,93)	R\$ (2.312.779,42)
(-) FGTS		R\$ (82.681,88)	R\$ (696.338,34)
(-) ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (0,00)	R\$ (302.883,80)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 1 de 2



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: **DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA**

Período da Escrituração: **01/01/2020 a 31/12/2020**

CNPJ: **26.614.327/0001-47**

Número de Ordem do Livro: **5**

Período Selecionado: **01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020**

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ (85,37)
(-) MULTAS DE MORA		R\$ (53.737,77)	R\$ (508.299,87)
(-) GNRE DIFAL		R\$ (0,00)	R\$ (207,44)
(-) MULTA DE TRÂNSITO		R\$ (0,00)	R\$ (187,42)
(-) IRRF/IOF APLICAÇÕES		R\$ (9.099,48)	R\$ (4.858,30)
FINANCEIRAS			
(-) JUROS DE MORA		R\$ (13.152,95)	R\$ (80.648,17)
(-) JUROS E COMISSÕES		R\$ (4.307,80)	R\$ (6.221,80)
BANCÁRIAS			
(-) JUROS SOBRE EMPRÉSTIMOS		R\$ (0,00)	R\$ (42.189,43)
E FINANCIAMENTOS			
(-) EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		R\$ (0,00)	R\$ (453,39)
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 17.058,55	R\$ 11.178,53
JUROS DE APLICAÇÕES		R\$ 17.058,55	R\$ 11.178,53
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R\$ (2.325.861,09)	R\$ (3.407.369,66)
(-) MATERIAL DE USO E		R\$ (2.325.861,09)	R\$ (3.407.369,66)
CONSUMO			
RESULTADO OPERACIONAL		R\$ 22.439.138,92	R\$ 34.459.581,91
(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS		R\$ (241.275,75)	R\$ (0,00)
(-) PERDAS DE CRÉDITO DE INSS		R\$ (241.275,75)	R\$ (0,00)
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		R\$ 22.197.863,17	R\$ 34.459.581,91
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ 22.197.863,17	R\$ 34.459.581,91

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 8.0.5 do Visualizador

Página 2 de 2



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped

Versão: 8.0.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE 31210756735	CNPJ 26.614.327/0001-47
NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2020 a 31/12/2020
NATUREZA DO LIVRO Livro Diário	NÚMERO DO LIVRO 5
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
contabilista	84185740620	EGBERTO BASTOS MOSTI:84185740620	298704771105038575 6	03/12/2020 a 03/12/2021	Não
Procurador	84185740620	EGBERTO BASTOS MOSTI:84185740620	298704771105038575 6	03/12/2020 a 03/12/2021	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

99.D3.F1.46.91.1D.C5.1F.7C.61.FB.15.
D6.70.E1.8C.C1.8D.B4.6B-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 07/05/2021 às 15:53:19

54.EE.78.BE.9E.4C.A7.DC
57.54.55.7E.C2.D5.6B.CC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : EGBERTO BASTOS MOSTI
REGISTRO..... : MG-059256/O-7
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : 841.857.406-20

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 21/02/2022 as 09:40:49.

Válido até: 22/05/2022.

Código de Controle: 351448.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico www.CRCMG.org.br

GRUPO DURO NA QUEDA



2º Tabelionato de Notas de Pouso Alegre - MG
Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, de que dou fé.
Pouso Alegre, 24/01/2022 15:11:30 14400

SELO DE CONSULTA: FJO57133
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 9620.3265.5901.9139
Quantidade de atos praticados: 1

Ato(s) praticado(s) por:
FABIANO CASSEMIRO DOS SANTOS - ESCRIVENTE
Emol: R\$7,04 TF: R\$2,19 Total: R\$9,23 ISS: R\$0,33
Consulte a validade deste selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.
CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47

ANÁLISE CONTÁBIL-FINANCEIRA

NOME DA EMPRESA: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA				
CNPJ: 26.614.327/0001-47				
1-LIQUIDEZ CORRENTE	2-LIQUIDEZ SECA	3-LIQUIDEZ GERAL	4 - SOLVÊNCIA GERAL	5 - COMPOSIÇÃO DE CAPITAIS
1- LIQUIDEZ CORRENTE $LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{64.760.921,75}{8.660.352,34} = 7,48$				
2- LIQUIDEZ SECA $LS = \frac{\text{DISPONIBILIDADE} + \text{APLICAÇÕES FINANCEIRAS} + \text{CONTAS A RECEBER} + \text{OUTRAS ATIVOS RAPIDAMENTE CONVERSÍVEIS}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} = \frac{64.450.593,34}{8.660.352,34} = 7,44$				
3- LIQUIDEZ GERAL $LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})} = \frac{76.448.521,75}{11.746.885,66} = 6,51$				
4- SOLVENCIA GERAL $SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})} = \frac{81.850.664,21}{11.746.885,66} = 6,97$				
5- COMPOSIÇÃO DE CAPITAIS $\frac{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})} = \frac{70.103.778,55}{11.746.885,66} = 5,97$				
6- ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO GERAL $IEG = \frac{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO})}{\text{ATIVO TOTAL}} = \frac{11.746.885,66}{81.850.664,21} = 0,14$				

NOME DO CONTADOR: **EGBERTO BASTOS MOSTI**

CRC: MG 59.256 - Técnico Contábil

ASSINATURA:

DATA: 11/05/2021

Egberto Bastos Mosti
TC-CRC/IMG 59256

NOME DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: **GILBERTO DANTAS DELGADO JUNIOR**

ASSINATURA:

DATA: 11/05/2021

OBSERVAÇÕES:

Gilberto Dantas Delgado Junior
Administrador / Não sócio
Grupo Duro na Queda

Estrada São João, S/N, Zona Rural - Bairro: Distrito São João, São Sebastião da Bela Vista - MG- Caixa Postal: 34 -CEP: 37.567-000



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2020

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Duro na Queda Construções Ltda é uma sociedade empresária Limitada, constituída em 28/11/2016, com objetivo de prestar serviços nas áreas de infra estrutura e construção civil, atuando com terraplanagem, asfaltamento, construção de obras de engenharia, estando apta a trabalhar na iniciativa privada ou no setor público, sua atuação se destina ao mercado nacional e sua forma de tributação é o Lucro Presumido.

NOTA 2 – DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis e Financeiras foram elaboradas em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base na Lei 6404/76, (alterada pela Lei 11638/2007 e Lei 11941/2009) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

2.2 – DO RESULTADO

O resultado é apurado pelo regime de competência.

2.3 – DA RECEITA

A receita Operacional Bruta inclui os impostos e os descontos incidentes os quais estão representados como contas redutoras das receitas.

2.4 – DISPONIBILIDADES

O Disponível contemplam os numerários em caixa, saldos em conta corrente em bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Há um valor expressivo na conta de Clientes a Receber que espelha obras a receber de diversas prefeituras municipais em relação a projetos com participação da Caixa Econômica Federal e parte de um contencioso administrativo. Houve um agravamento nas condições de recebimento em função da Pandemia do novo Corona Virus.

NOTA 3 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

3.- FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Empresa mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

NOTA 4 – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E AJUSTES

4.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS - As práticas Contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade use do seu julgamento para o melhor critério na determinação das avaliações, estimativas e ajustes contábeis, bem como para os registros desses ativos e passivos, decorrentes dessas avaliações, estimativas, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências e avaliação de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser diferente dos valores estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Sociedade deverá revisar as referidas estimativas e as premissas no mínimo uma vez por ano.

4.2 - CRÉDITOS – As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor da venda com os impostos de responsabilidade da Empresa já incluídos. Não houve necessidade de ajuste ao valor presente em função dos vencimentos serem de curto prazo (90 dias) e não há expectativa de perda nos recebimentos. As expectativas negativas já foram devidamente classificadas nas sub contas de Outros Créditos a Longo Prazo.

4.3 - ESTOQUE – Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição que não excedam o valor de mercado.

4.4 – ARRENDAMENTO MERCANIL (Leasing – Os contratos de Leasing financeiro estão contabilizados no imobilizado pelo valor principal.

4.5 - IMOBILIZADO – São contabilizados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta a estimativa do tempo da vida útil dos bens.

4.6 - PASSIVO CIRCULANTE – Os valores representados por fornecedores são de curto prazo. Não houve necessidade de ajuste ao valor presente.

NOTA 5 - INVESTIMENTOS EM OUTRAS EMPRESAS

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



5.1 – INVESTIMENTO EM SOCIEDADE COLIGADA E CONTROLADA – AVALIADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:

A empresa possui participação influente na empresa LOTEAMENTO SAO FRANCISCO DE PAULA SPE LTDA – CNPJ 32.211.726/0001-60 participando com 32,5% do capital da mesma.

NOTA 6 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:

6.1 – AUMENTO DO ATIVO RESULTANTES DE NOVAS AVALIAÇÕES

A empresa não reavaliou seus ativos por meio de laudos, estando os mesmos com valores contábeis de aquisição.

NOTA 7 – ÔNUS REAIS SOBRE ELEMENTOS DO ATIVO

Não existem empréstimos pendentes das aquisições do Ativo, as duplicatas descontadas estão lastreadas pelas venda a prazo da empresa.

NOTA 8 - TAXA E JUROS E GARANTIAS A LONGO PRAZO

Os juros e taxas as quais as operações da empresa estão sujeitas são as praticadas pelo mercado.

NOTA 9 - NÚMERO ESPÉCIE E CLASSES DAS AÇÕES DO CAPITAL

Não se aplica.


NOTA 10 – OPÇÕES DE COMPRAS DE AÇÕES

Não se aplica.

NOTA 11 – AJUSTES DE EXERCÍCIO ANTERIOR

A diretoria da empresa decidiu reclassificar a conta de Lucros a Distribuir de exercícios anteriores para Reserva de Lucros Para Aumento de Capital.

São Sebastião da Bela Vista, 31 de Dezembro de 2020.


Gilberto Dantas Delgado Junior
RG – 439478984
CPF: 319.471.958-08
Administrador

*Gilberto Dantas Delgado Junior
Administrador
Grupo Duro na Queda*


Egberto Bastos Mosti
CRC-TC 59256
CPF: 841.857.406-20
Técnico Contabil.
Egberto Bastos Mosti
TC-CRC/IMG 59256



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARO para os devidos fins que a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João, São Sebastião da Bela Vista/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, participante do processo licitatório n. 017/2022 – **PREGÃO nº 005/2022**, possui capital social integralizado no valor de **R\$ 10.000.000,00** (Dez milhões de reais), comprovado através da sua última alteração contratual anexa a esta.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047300-00
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – licitacao@gdq.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
26.614.327/0001-47
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
28/11/2016

NOME EMPRESARIAL
DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
19.21-7-00 - Fabricação de produtos do refino de petróleo
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
28.69-1-00 - Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente, peças e acessórios
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
38.39-4-01 - Usinas de compostagem
41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.12-0-00 - Construção de obras de arte especiais
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.22-7-02 - Obras de irrigação
42.91-0-00 - Obras portuárias, marítimas e fluviais
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
EST SAO JOAO

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO
ZONA RURAL CXPST 34

CEP
37.567-000

BAIRRO/DISTRITO
SAO JOAO

MUNICÍPIO
SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO
EBM@EBMCONTABIL.COM.BR

TELEFONE
(35) 3241-1592

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/11/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/03/2022 às 15:40:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO
26.614.327/0001-47
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
28/11/2016

NOME EMPRESARIAL

DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção
43.99-1-01 - Administração de obras
43.99-1-03 - Obras de alvenaria
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.84-2-99 - Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-03 - Transporte rodoviário de produtos perigosos
52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis
52.12-5-00 - Carga e descarga
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
71.11-1-00 - Serviços de arquitetura
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.20-1-00 - Testes e análises técnicas
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO

EST SAO JOAO

NÚMERO
S/N

COMPLEMENTO

ZONA RURAL CXPST 34

CEP

37.567-000

BAIRRO/DISTRITO

SAO JOAO

MUNICÍPIO

SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

UF

MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

EBM@EBMCONTABIL.COM.BR

TELEFONE

(35) 3241-1592

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

28/11/2016

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 08/03/2022 às 15:40:44 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.614.327/0001-47 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 28/11/2016	
NOME EMPRESARIAL DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO EST SAO JOAO		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL CXPST 34		
CEP 37.567-000	BAIRRO/DISTRITO SAO JOAO	MUNICÍPIO SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA		UF MG	
ENDEREÇO ELETRÔNICO EBM@EBMCONTABIL.COM.BR		TELEFONE (35) 3241-1592			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/11/2016		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/03/2022** às **15:40:44** (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



Secretaria de Estado de
Fazenda
de Minas Gerais

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL

DADOS CADASTRAIS

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002870473.00-46

CPF/CNPJ: 26.614.327/0001-47

NOME/NOME EMPRESARIAL: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

NOME FANTASIA:

CNAE PRINCIPAL / DESCRIÇÃO: 4120-4/00 - Construção de edifícios

DESMEMBRAMENTO:

CNAE SECUNDÁRIA / 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita

DESMEMBRAMENTO:

NATUREZA JURIDICA: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

REGIME DE RECOLHIMENTO: DEBITO E CREDITO

CATEGORIA: Único

DATA INSCRIÇÃO: 28/11/2016

MEI: não

SITUACAO INSCRIÇÃO: Ativo

DATA DA SITUAÇÃO DA 30/06/2021

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

CEP: 37567000

UF: MINAS GERAIS

MUNICIPIO: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

DISTRITO / POVOADO:

BAIRRO: SAO JOAO

LOGRADOURO: ESTRADA - SAO JOAO

NUMERO: S/N

COMPLEMENTO DO CEP:

COMPLEMENTO: ZONA RURAL CXPST 34

EMITIDO EM

03/01/2022 17:58:33

[Handwritten signatures and marks]

**Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Minas Gerais****Dados Principais**

CNPJ: 26.614.327/0001-47
Inscrição Estadual: 002870473.00-46
UF: MG
Nome Empresarial: DURO NA QUEDA CONSTRUCOES LTDA

Informações Complementares

CNAE-F Principal: 4120-4/00 - Construção de edifícios
CNAE-F Secundária: 0161-0/03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Data da Inscrição Estadual: 28/11/2016
Situação Cadastral: Habilitado - Ativo
Data Situação Cadastral: 28/11/2016
Regime de Recolhimento: ISENTO OU IMUNE
Observações:
unidade auxiliar da CNAE: ESCRITÓRIO ADMINISTRATIVO

Dados de Endereço:

CEP: 37567000
UF: MG Município: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA
Distrito/Povoado:
Bairro: SAO JOAO
Logradouro: ESTRADA SAO JOAO
Número: S/N
Complemento: ZONA RURAL CXPST 34
Telefone: 3532411592

DESISTIR



MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 17.935.370/0001-13



CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista-MG, Estado de Minas Gerais, por seu Departamento de Tributos e Arrecadação, representada pela Diretora de Tributos e Arrecadação, Srta. Cláudia E. Marciano/ infra-assinado CERTIFICA, que consta no Cadastro Municipal a inscrição 43134000002, Contribuinte DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CPF/CNPJ 26.614.327/0001-47, localizado Estrada SÃO JOÃO CX POSTAL 34 - SAO JOAO - SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA - MG - CEP 37.567-000, data de início: 30/11/2016, Estágio: ALTERAÇÃO

com as seguintes atividades: 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 0161-0/03 - SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA

2330-3/01 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SÉRIE E SOB ENCOMENDA

2869-1/00 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL ESPECÍFICO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, PEÇAS E ACESSÓRIOS

3701-1/00 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTO

3811-4/00 - COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

3821-1/00 - TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS

3839-4/01 - USINAS DE COMPOSTAGEM

4110-7/00 - INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

4211-1/01 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS

4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS

4212-0/00 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS-DE-ARTE ESPECIAIS

4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS

4222-7/01 - CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGAÇÃO

4222-7/02 - OBRAS DE IRRIGAÇÃO

4291-0/00 - OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS

4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS

4299-5/99 - OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS

4313-4/00 - OBRAS DE TERRAPLENAGEM

4319-3/00 - SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4321-5/00 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA

4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E SINALIZAÇÃO EM VIAS PÚBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS

4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL

4330-4/99 - OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUÇÃO

4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS

4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA

4679-6/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL

4684-2/99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

4744-0/99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL



CARTÃO DE INSCRIÇÃO MUNICIPAL

4930-2/01 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, MUNICIPAL
4930-2/02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL
4930-2/03 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS
5211-7/99 - DEPÓSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZÉNS GERAIS E GUARDA-MÓVEIS
5212-5/00 - CARGA E DESCARGA
6810-2/01 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS
7111-1/00 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA
7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
7120-1/00 - TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
7732-2/01 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES
7820-5/00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
8299-7/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE
1921-7/00 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO REFINO DE PETRÓLEO.

O referido é verdade, dou fé.

São Sebastião da Bela Vista, 15 de Abril de 2021

CLAUDIA E. MARCIANO
DIRETORA DE TRIBUTOS E ARRECAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ESTADO DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

NÚMERO: 5

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

NOME: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

CPF/CNPJ: 26.614.327/0001-47

ENDEREÇO: ESTRADA SÃO JOÃO CX POSTAL 34 - SAO JOAO - SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA - MG -
CEP 37.567-000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 43134000002

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA:

QUADRA: LOTE:

VALIDADE: 05/04/2022


OBSERVAÇÃO:

A Fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos, até a presente data, **NÃO FORAM LOCALIZADOS** débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte ou inscrição que especifica a presente, atestando na forma da lei pertinente.

Ressalva-se a Fazenda Pública no direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente a emissão da presente certidão, ressalvando-se, mais, no direito de consolidar ao contribuinte acima epigrafado os débitos porventura vinculados à outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Sebastião da Bela Vista, 05 de Janeiro de 2022


CLAUDIA E. MARCIANO
DIRETORA DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO

Praça Erasmo Cabral, nº 334, Centro.
São Sebastião da Bela Vista - MG





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:04:27 do dia 28/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/03/2022.

Código de controle da certidão: **4A98.AC3B.E840.9916**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Positiva com efeito de negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
26/01/2022CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
26/04/2022

NOME/NOME EMPRESARIAL: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002870473.00-46

CNPJ/CPF: 26.614.327/0001-47

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: ESTRADA SAO JOAO

NÚMERO: S/N

COMPLEMENTO: ZONA RURAL CXPST 34,

BAIRRO: SAO JOAO

CEP: 37567000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN);

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
002870473.00-46	03.000522981-70	Exigibilidade suspensa - parcelado

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2022000520234967



Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 26.614.327/0001-47

Razão Social: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Endereço: EST SAO JOAO SN RURAL CP34 / SAO JOAO / SAO SEBASTIAO DA BELA
VISTA / MG / 37567-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/02/2022 a 23/03/2022

Certificação Número: 2022022202522483489219

Informação obtida em 01/03/2022 07:49:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.614.327/0001-47

Certidão nº: 4899198/2022

Expedição: 09/02/2022, às 12:15:05

Validade: 07/08/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DURO NA QUEDA CONSTRUÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.614.327/0001-47**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Prezados Senhores,

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, CEP 37.567-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. **Gilberto Dantas Delgado Júnior**, Brasileiro, casado, gerente administrativo residente domiciliado na Rua Argetina Grossi Tonini, n. 230, Apto 304, bloco 9, Pão de Açúcar na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, **DECLARA**, expressamente, que opta por não realizar visita técnica ao local de execução do objeto, assumindo todo e qualquer risco por esta decisão, bem como a responsabilidade na ocorrência de eventuais prejuízos que possam se dar em virtude da não realização da visita técnica. Neste ato, compromete-se ainda a prestar fielmente os serviços de acordo com o prescrito no edital e documentos em anexo, sendo tal declaração e manifestação fiel de sua livre vontade.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.



Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP

26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047-00

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 26.614.327/0001-47

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio


Processo licitatório n. 017/2022


Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES
ADEQUADOS A EXECUÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47, com sede localizada na estrada São João, s/n, Zona Rural, Bairro São João, Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, CEP 37.567-000, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr. **Gilberto Dantas Delgado Júnior**, portador da Cédula de Identidade nº 43.947.898-4, SSP/SP, e do CPF nº 319.471.958-08, residente domiciliado brasileiro, casado, Gerente Administrativo, portador do RG 43.947.898-4 SSP/SP e do CPF n. 319.471.958-08, residente domiciliado na Rua Argetina Grossi Tonini, n. 230, Apto 304, bloco 9, Pão de Açúcar na cidade de Pouso Alegre/MG, CEP 37.550-000, **DECLARA**, para fins desta licitação, e sob as penas da Lei, que possui em disponibilidade os Equipamentos, Pessoal e Instalações Adequados a Execução da Presente Licitação que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP".

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP


26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287947300-00

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/N ZONA RURAL CAIXA POSTAL
DISTRITO SÃO JOÃO CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista – MG – Cep: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br – licitacao@gdq.com.br




À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022



Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

DECLARAÇÃO DE FATOS SUPERVENIENTES

Pelo presente Termo, a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ n.º 26.614.327/0001-47, com sede na Estrada do São João Zona Rural s/nº, Bairro São João em São Sebastião da Bela Vista - MG, relativamente ao Processo licitatório n. 017/2022, **PREGÃO n. 005/2022**, promovido pela **Associação dos Municípios da Microregião do Médio Sapucaí - AMESP**, por meio de seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos supervenientes que obstaculizem a habilitação neste Processo Licitatório.

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de Março de 2022.


Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4 SSP-SP



26.614.327/0001-47
INSC. EST. 00287047302-10
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
ESTRADA SÃO JOÃO S/Nº ZONA RURAL, CAIXA POSTAL
63180-000 SÃO JOÃO - CEP 37.567-000
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA - MG

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL – CREDENCIAMENTO, ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS.

Ata nº 06/2022

Data: 09 de Março de 2022.

Horário: 09h00mins.

Licitação: **Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 05/2022.**Critério de julgamento: Menor Preço Global (Por Lote).Local da Abertura: Sala de Licitações da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP.Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.Prazo de execução: 12 meses.Órgão solicitante: AMESP.Validade da proposta: 60 diasPregoeiro e Equipe de Apoio:

Wagner do Couto – Pregoeiro.

José Vitor Rosa – Equipe de Apoio.

Roque José dos Santos – Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	CNPJ Nº
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA	01.744.153/0001-06
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA	26.614.327/0001-47

ASSESSOR JURÍDICO
José Otávio Ferreira Amaral – OAB 74.071B

DIRETOR EXECUTIVO DA AMESP
Moacir Franco

O pregão nº 05/2022 foi publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios Mineiros na data de 24/02/2022, no Jornal Diário de Pouso Alegre/MG, na data de 24/02/2022, no site amesp@mg.gov.br bem como o aviso de edital foi fixado no quadro de avisos da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP. No dia e hora supramencionados, realizou-se a sessão pública para o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas comerciais das empresas, na presença do pregoeiro e de sua equipe de apoio. Foi aberta a sessão pública, iniciando o período de recebimento dos elementos necessários à habilitação preliminar (envelopes de proposta comercial e documentação) e de identificação/credenciamento dos representantes legais, para procederem às atividades pertinentes ao presente pregão, conforme previsto no edital, tendo sido recebidos os envelopes da empresa acima elencadas. O pregoeiro e sua equipe de apoio efetuaram a verificação do atendimento das condições estabelecidas para a habilitação preliminar por parte das empresas participantes. As empresas licitantes foram consideradas aptas a prosseguirem no certame nada tendo a registrar. O pregoeiro e sua equipe de apoio iniciaram, imediatamente, a abertura dos envelopes de propostas

comerciais. O pregoeiro e equipe de apoio informou aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do pregão, e ressaltou que a ausência quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicaria na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. As propostas comerciais apresentadas pelas licitantes foram analisadas pelo pregoeiro e equipe de apoio, tendo como base de avaliação as determinações do caderno convocatório. Chegou-se à fase de lances, ocasião em que as empresas classificadas tiveram a oportunidade de reduzir os preços ofertados. Foi prosseguida a sessão, onde se verificou os valores apresentados e seus lances. Levando em consideração o critério de julgamento à empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 26.614.327/0001-47**, vencedora do **único lote** pelo menor preço global de **R\$ 84.040.000,00 (OITENTA E QUATRO MILHÕES E QUARENTA MIL REAIS)**. Ato contínuo procedeu-se a abertura do envelope nº 02 – DOCUMENTOS, da empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**, onde se constatou que a mesma cumpriu com todos os documentos solicitados no edital, sendo, portanto, declarada **HABILITADA**. Os representantes das empresas licitantes declaram, neste ato, não terem interesse de interpor recursos administrativos. Nada mais havendo a tratar e para constar, eu, Roque José dos Santos, membro da equipe de apoio, lavro a presente ata conforme termos e elementos a mim apresentados no ato desta reunião, que, tendo sido lida e achada de conforme, segue assinada pelos presentes.

Pouso Alegre/MG, aos 09 de Março de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:



Wagner do Couto – Pregoeiro.



José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.



Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

EMPRESAS PARTICIPANTES	ASSINATURA DOS REPRESENTANTES
PAVIDEZ ENGENHARIA LTDA	
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA	

ATA Nº 06/2022

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

O Pregoeiro da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí - AMESP e a equipe de apoio, após análise da proposta apresentada pela empresa participante deste certame, tendo em vista o MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, Conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Resolve ratificar o resultado do presente pregão e adjudicar a seguinte empresa:

EMPRESA
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 26.614.327/0001-47, PREÇO GLOBAL DE R\$ 84.040.000,00 (OITENTA E QUATRO MILHÕES E QUARENTA MIL REAIS).

O resultado do presente certame será levado ao conhecimento da autoridade superior para a devida homologação se achar de conforme.

Pouso Alegre/MG, aos 09 de Março de 2022.

PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO



Wagner do Couto – Pregoeiro.



José Vitor da Rosa Júnior – Membro da Equipe de Apoio.



Roque José dos Santos – Membro da Equipe de Apoio.

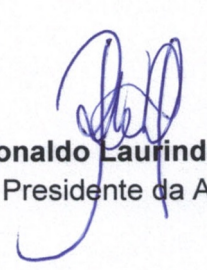
ATA Nº 06/2022

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

O Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Sapucaí – AMESP **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, no uso de suas atribuições legais, e ciente do parecer procedido pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, achando-o de conforme, homologa a seguinte empresa:

EMPRESA VENCEDORA
DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ Nº 26.614.327/0001-47, PREÇO GLOBAL DE R\$ 84.040.000,00 (OITENTA E QUATRO MILHÕES E QUARENTA MIL REAIS).

a qual foi a vencedora do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, conforme especificações e condições descritas no Edital e no Termo de Referência. Autorizando assim que seja realizado o contrato entre as partes licitantes.



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP

Homologado em 09/03/2022.

À
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP
Pregoeiro e Equipe de Apoio

Processo licitatório n. 017/2022

Modalidade: PREGÃO nº 005/2022

A empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, estabelecida à Estrada São João, Zona Rural s/nº bairro São João, na cidade de São Sebastião da Bela Vista - MG, vem pela presente apresentar em anexo, sua proposta de preços para a contratação.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência.	1,00	SV	R\$ 84.039.987,46

O preço global proposto para a contratação é de **R\$ 84.039.987,46 (Oitenta quatro milhões, trinta e nove mil, novecentos e oitenta sete reais e quarenta seis centavos)**, conforme planilha de preços anexa.

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO

Agencia: 4537

Banco: Caixa Econômica Federal

Conta Corrente: 592-0

Destinatário: DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA.

Prazo de Execução: Conforme Edital.

Condição de Pagamento: Conforme Edital.

Declaro que no preço ofertado encontra-se incluídos todos os tributos, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, equipamentos, ferramentas, insumos, impostos e lucro, ou seja, todas as despesas diretas e indiretas, que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto deste processo licitatório.

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**

São Sebastião da Bela Vista (MG), 09 de março de 2022.

GILBERTO DANTAS
DELGADO

JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.10 10:16:54 -03'00'

Gilberto Dantas Delgado Júnior

Representante Legal

CPF: 319.471.958-08

RG: 43.947.898-4 SSP-SP



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
1 SERVIÇOS INICIAIS									
1.1	SETOP - OUT/21	ED-50152	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,5 0 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIMADAS COM REBITES 540 E PARAFUSOS 3/8" EM ESTRUTURA METALICA VIGA U 7 ENRIPECIDA COM METALON 20 X 20. SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	U	34	1.035,97	1.280,67	R\$ 35.222,98	R\$ 43.542,78
1.2	SETOP - OUT/21	ED-50158	CONTE EM PVC H= 75 CM	M	3.400	32,20	39,81	R\$ 109.480,00	R\$ 135.354,00
1.3	SETOP - OUT/21	ED-50160	TAPULINE REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A H= 2,20 M (PADRÃO DER-ANG - COM REMOÇÃO)	M	750	213,42	263,83	R\$ 160.065,00	R\$ 197.872,50
1.4	SETOP - OUT/21	ED-50166	REMANEJAMENTO DE TAPULINE	M2	1.080	7,31	9,04	R\$ 7.894,80	R\$ 9.763,20
1.5	SETOP - OUT/21	ED-50157	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	M	2.000	2,83	3,50	R\$ 5.660,00	R\$ 7.000,00
1.6	SINAPI - JAN/22	90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	84,23	104,13	R\$ 222.367,20	R\$ 274.903,20
1.7	SINAPI - JAN/22	90778	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	95,67	118,27	R\$ 252.568,80	R\$ 312.232,80
1.8	SINAPI - JAN/22	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.640	30,95	38,26	R\$ 81.708,00	R\$ 101.006,40
1.9	SINAPI - JAN/22	90767	APONTADOR OU APROPRIADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	5.060	17,04	21,06	R\$ 86.222,40	R\$ 106.563,60
1.10	SINAPI - JAN/22	100309	TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	400	25,17	31,12	R\$ 10.068,00	R\$ 12.448,00
2 INFRAESTRUTURA URBANA									
2.1	SINAPI - JAN/22	98058	LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA AF_10/2018	UN	8.280	10,23	12,65	R\$ 84.704,40	R\$ 104.742,00
3 TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO									
3.1	SETOP - OUT/21	RO-0157	ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA COM CAMINHÃO, DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1 801 A 2 000 M	M3	70 000	6,28	7,76	R\$ 439 600,00	R\$ 543 200,00
3.2	SETOP - OUT/21	TER-ESC-015	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	14 000	2,90	3,58	R\$ 40 600,00	R\$ 50 120,00
3.3	SETOP - OUT/21	ED-51108	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	M3	7 000	3,87	4,78	R\$ 27 090,00	R\$ 33 460,00
3.4	SETOP - OUT/21	ED-51110	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	800	29,08	35,95	R\$ 23 264,00	R\$ 28 760,00
3.5	SETOP - OUT/21	ED-51131	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	800	29,08	35,95	R\$ 23 264,00	R\$ 28 760,00
3.6	SETOP - OUT/21	ED-51132	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	800	1,26	1,56	R\$ 1 008,00	R\$ 1 248,00
3.7	SETOP - OUT/21	ED-51119	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM SOLO MOLE COM DESCARGA DIRETA SOBRE CAMINHÃO	M3	800	6,07	7,50	R\$ 4 856,00	R\$ 6 000,00
3.8	SINAPI - JAN/22	96385	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - EXCLUSIVO SOLO ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	70 000	7,90	9,77	R\$ 553 000,00	R\$ 683 900,00
3.9	SETOP - OUT/21	RO-0242	ESCALONAMENTO DE TALUDES DE ATERRO	M3	21 000	4,29	5,30	R\$ 90 090,00	R\$ 111 300,00
3.10	SETOP - OUT/21	ED-51130	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3XKM	120 000	2,81	3,47	R\$ 337 200,00	R\$ 416 400,00
3.11	SETOP - OUT/21	ED-51127	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT <= 1 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	23 000	2,97	3,67	R\$ 68 310,00	R\$ 84 100,00
3.12	SINAPI - JAN/22	100973	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PA CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE M3). AF_07/2020	M3	4 080	6,33	7,83	R\$ 25 828,40	R\$ 31 828,40





PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										Data: 09/03/22	
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BDI		23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%		
						PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%				
4 ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, FRESAGEM E TRANSPORTE											
4.1	SUDECAP - DEZ/21	03.03.01	ESCAVAÇÃO MECANICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	45.500	4,09	5,06	R\$	186.095,00	R\$	230.230,00
4.2	SETOP - OUT/21	ED-40492	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	22.750	7,45	9,21	R\$	169.487,50	R\$	209.527,50
4.3	SUDECAP - DEZ/21	20.20.01	FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	625.000	10,37	12,82	R\$	6.481.250,00	R\$	8.012.500,00
4.4	SUDECAP - DEZ/21	02.12.01	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO ASFALTO	M	60.000	1,69	2,09	R\$	101.400,00	R\$	125.400,00
4.5	SUDECAP - DEZ/21	03.12.03	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECANICA	M3	32.388	1,99	2,46	R\$	64.451,13	R\$	79.673,25
4.6	SINAPI - JAN/22	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 8 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA. DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.006.375	2,02	2,50	R\$	2.032.877,50	R\$	2.515.937,50
5 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS											
5.1 BASE											
5.1.1	SETOP - OUT/21	RO-41093	REFORÇO DO SUBLEITO (EXECUÇÃO INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENEIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	75.000	10,75	13,29	R\$	806.250,00	R\$	996.750,00
5.1.2	SINAPI - JAN/22	96399	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO - INCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	22.500	93,18	115,19	R\$	2.096.550,00	R\$	2.591.775,00
5.1.3	SINAPI - JAN/22	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES - INCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	27.500	136,06	168,20	R\$	3.741.650,00	R\$	4.625.500,00
5.1.4	SETOP - OUT/21	RO-41079	RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL INCLUSIVE O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	M3	2.500	55,44	68,53	R\$	138.600,00	R\$	171.325,00
5.1.5	SINAPI - JAN/22	96975	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA. DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.500.000	1,43	1,77	R\$	2.145.000,00	R\$	2.655.000,00
5.1.6	SINAPI - JAN/22	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA. ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.750.000	0,56	0,69	R\$	980.000,00	R\$	1.207.500,00
5.2 CORREÇÃO DO PAVIMENTO											
5.2.1	SETOP - OUT/21	RO-41207	REPERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ. E PRÉ-MISTURADO A FRIO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000	11,69	14,45	R\$	35.070,00	R\$	43.350,00
5.2.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA. DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	90.000	1,35	1,67	R\$	121.500,00	R\$	150.300,00
5.2.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA. ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	105.000	0,53	0,66	R\$	55.650,00	R\$	69.300,00





PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
5.3 PAVIMENTAÇÃO								
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM-30 AF_11/2019	M3	400.000	5,90	R\$ 2.360.000,00	R\$ 2.916.000,00
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFALTICA RR-2C AF_11/2019	M2	2.000.000	2,30	R\$ 4.600.000,00	R\$ 5.680.000,00
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95986	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	10.000	1.180,74	R\$ 11.807.400,00	R\$ 14.596.300,00
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95985	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	12.250	1.362,50	R\$ 16.690.625,00	R\$ 20.632.920,00
5.3.5	SETOP - OUT/21	ED-48813	LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APLICADO MANUALMENTE	M3	400	108,85	R\$ 43.540,00	R\$ 53.824,00
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97818	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE TXKM) AF_07/2020	TXKM	1.602.000	1,35	R\$ 2.162.700,00	R\$ 2.675.340,00
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97819	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE TXKM) AF_07/2020	TXKM	4.144.000	0,53	R\$ 2.196.320,00	R\$ 2.735.040,00
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRIO								
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-42831	MICRO-REVESTIMENTO ASFALTICO A FRIO (COM ESPESSURA DE 15MM (EXECUÇÃO INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS EXCETO A EMULSÃO)	M2	65.000	2,25	R\$ 146.250,00	R\$ 180.700,00
5.4.2	COTAÇÃO		EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	T	325	5.269,84	R\$ 1.712.698,00	R\$ 2.117.238,50
5.5 TAPA BURACO								
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101810	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFALTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO AF_12/2020	M3	1.250	1.222,33	R\$ 1.527.912,50	R\$ 1.888.800,00
5.5.2	SINAPI - JAN/22	97818	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE TXKM) AF_07/2020	TXKM	90.000	1,35	R\$ 121.500,00	R\$ 150.300,00
5.5.3	SINAPI - JAN/22	97819	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE TXKM) AF_07/2020	TXKM	105.000	0,53	R\$ 55.650,00	R\$ 69.300,00
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3.360	15,68	R\$ 52.684,80	R\$ 65.116,80
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	SERVELENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2.240	14,25	R\$ 31.920,00	R\$ 39.468,80
6 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL								
6.1	SETOP - OUT/21	RO-41228	TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG. COM CATADÍOPTICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	1.625	20,73	R\$ 33.686,25	R\$ 41.648,75
6.2	SETOP - OUT/21	RO-41231	TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP. COM CATADÍOPTICO EM APENAS UMA FACE (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	4.875	9,90	R\$ 48.262,50	R\$ 59.670,00
6.3	SINAPI - JAN/22	102512	PINTURA DE EIXO VARIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETROREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECANICA COM DEMARCADORA AUTOPROPULSADA AF_05/2021	M	20.000	3,51	R\$ 70.200,00	R\$ 86.800,00
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41779	SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRILICA 0,6MM DE ESPESSURA (EXECUÇÃO INCLUINDO PRE-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	1.750	31,19	R\$ 54.582,50	R\$ 67.480,00





PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BDI		23,62%	Data: 09/03/22
						PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%		
6.5	SINAPI - JAN/22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDOAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS), AF_06/2017	M3	4	109,16	134,94	R\$ 436,64	R\$ 539,76
6.6	SINAPI - JAN/22	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE CORDOAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPa, COM USO DE JERICA LANCAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO, AF_06/2017	M3	4	517,58	639,63	R\$ 2.070,32	R\$ 2.559,32
6.7	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, 7,32* KG/M (NBR 5580)	M	750	121,59	150,31	R\$ 91.192,50	R\$ 112.732,50
6.8	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 18 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	974,20	1.204,31	R\$ 87.678,00	R\$ 108.387,90
7	MANUTENÇÃO E REPARO GUIAS BARRIJAS E CALÇADAS							R\$ 1.104.370,00	R\$ 1.385.180,00
7.1	SETOP - OUT/21	RC-40838	MEDICHO DE CONCRETO, TIPO DE MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	7.500	38,54	47,64	R\$ 289.050,00	R\$ 357.300,00
7.2	SETOP - OUT/21	RC-41316	CAIXAÇÃO A DUAS DEBÊAS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000	2,38	2,94	R\$ 23.800,00	R\$ 29.400,00
7.3	SETOP - OUT/21	RC-40230	MURO DE ARRIMO EM GABÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3	250	409,41	506,11	R\$ 102.352,50	R\$ 126.527,50
7.4	SETOP - OUT/21	RC-41783	DEFENSA SINGELA, SEMIALEIÁVEL, SV-DSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750	393,81	486,83	R\$ 689.167,50	R\$ 851.952,50
8	ITENS DIVERSOS							R\$ 1.120.882,50	R\$ 1.385.640,00
8.1	SINAPI - JAN/22	1518	CONCRETO BETUMINGADO USINADO A QUENTE (CBUD) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	2.250	498,17	615,84	R\$ 1.120.882,50	R\$ 1.385.640,00
TOTAL SERVIÇOS:								R\$ 67.968.462,62	R\$ 84.039.987,46

São Sebastião da Bela Vista, 09 de Março de 2022.

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808
Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.10 10:16:09 -03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal





**CONSÓRCIO
AMESP**



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022

PROCESSO Nº 17/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

Aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), nesta cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, as partes de um lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Consórcio Público, sediada na Rua Comendador José Garcia, nº 774, Bairro Centro, Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 20.362.307/0001-40 neste ato representado pelo Presidente, **Sr. Ronaldo Laurindo Bueno**, brasileiro, casado, professor, portador da Cédula de Identidade RG nº MG-8.347.682 SSP/MG, devidamente inscrito junto ao Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 962.095.006-25, **AMESP**, e os **ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Município de BORDA DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Antônio Megale nº 86 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.912.023/0001-75, representado pelo Prefeito Municipal, Afonso Raimundo de Souza, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 016.718.278-13; **BUENO BRANDÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Afonso Pena nº 225 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.940.098/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Antônio Felix, brasileiro, casado, radialista, portador do CPF nº 876.059.376-87; **Município de CACHOEIRA DE MINAS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça da Bandeira, nº 276 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.959/0001-92, representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu D'Ângelo de Faria, brasileiro, casado, Servidor Público Municipal, portador do CPF nº 563.371.836-49; **Município de CAREAÇU – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Saturnino Faria, nº 140 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.388/0001-15, representado pelo Prefeito Municipal, Tovar do Santos Barroso, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 326.963.376-91; **Município de CAMANDUCAIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Avenida Targino Vargas, nº 45 Recanto dos Ipês, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935396/0001-61, representado pelo Prefeito Municipal, Rodrigo Alves de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 800.117.996-68; **Município de CARMO DA CACHOEIRA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Doutor Veiga Lima, nº 582 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.240.135/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Hécio Antônio Chagas Reis, brasileiro, viúvo, produtor rural, portador do CPF nº 148.981.016-15; **Município de CONCEIÇÃO DOS OUROS – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça José Maria de Souza, nº 1, inscrito no CNPJ nº 18.677.609/0001-65, representada pelo Prefeito Municipal Sr. Luís Fernando Rosa de Castro, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 589.558.106-44; **Município de CONGONHAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Comendador Ferreira de Matos, nº 29 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.671.271/0001-34, representado pelo Prefeito Municipal, Moisés Ferreira Vaz,

Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre / Minas Gerais
Fone: (35) 3025-5500 – e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br



CONSÓRCIO AMESP



brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 734.178.749-04, **Município de ESPÍRITO SANTO DO DOURADO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Antônio Paulino, nº 47 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.900/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Adauto Luiz Leal, brasileiro, professor, portador do CPF nº 907.199.806-15; **Município de ESTIVA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Prefeito Gabriel Rosa, nº 177 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.918/0001-04,, representado pelo Prefeito Municipal, Vagner Abílio Belizário, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 015.328.666-07; **Município de INCONFIDENTES – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Engenheiro A. Maciel, nº 190 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.028.829/0001-68, representado pela Prefeita Municipal, Rosângela Maria Dantas, brasileira, casada, empresária, portadora do CPF nº 533.618.226-53; **Município de IPIUNA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua João Roberto da Silva, ° 40 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.179.226/0001-67, representado pelo Prefeito Municipal, Êlder Cássio de Souza Oliva, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF nº 537.177.836-53; **Município de JACUTINGA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça dos Andradas, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.914.128/0001-63, representado pelo Prefeito Municipal, Melquíades de Araújo, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 133.814.318-20; **Município de MONTE SIÃO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Maurício Zucato, nº 111 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 22.646.525/0001-31, representado pelo Prefeito Municipal, José Pocai Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 314.366.926-87; **Município de NATÉRCIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Justino Lisboa Carneiro, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.412/0001-16, representado pelo Prefeito Municipal, Gabriel Tiago de Vilas Boas, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 085.062.066-00; **Município de PARAISÓPOLIS – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça do Centenário, nº 103 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.025.965/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Everton de Assis Ferreira, brasileiro, casado, militar, portador do CPF nº 063.815.946-67; **Município de POÇO FUNDO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Tancredo Neves, nº 3.000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.242.792/0001-76, representado pelo Prefeito Municipal, Rosiel de Lima, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 043.207.206-36; **Município de SANTA RITA DO SAPUCAÍ – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, nº 333 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.192.898/0001-02, representado pelo Prefeito Municipal, Wander Wilson Chaves, brasileiro, casado, engenheiro, portador do CPF nº 263.533.856-68; **Município de SÃO JOÃO DA MATA – MG**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Maria José de Paiva, Nº 546 - Centro - São João da Mata/MG, inscrito no CNPJ nº 17.935.206/0001-06, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Rosemiro de Paiva Muniz, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.947.326-17; **Município de SÃO BENTO ABADE – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Rua Odilon Gadbem Santos, nº 100 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.877.176/0001-29, representado pelo Prefeito Municipal, Eneias Machado de Souza, brasileiro, casado, torneiro mecânico, portador do CPF nº 073.086796-08; **Município de SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA – MG**, pessoa jurídica de direito público com



**CONSÓRCIO
AMESP**



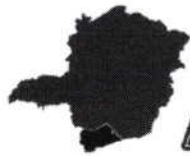
sede à Praça Coronel Erasmo Cabral, nº 334 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 17.935.370/0001-13, representado pelo Prefeito Municipal, Ronaldo Laurindo Bueno, brasileiro, casado, professor, portador do CPF nº 962.095.006-25; **Município de SENADOR AMARAL – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Av. Vereador José Alves de Resende, nº 34 Bairro Elisa Bueno, inscrito no CNPJ sob o nº 41.778.556/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Adenilson Lopez da Silveira, brasileiro, casado, comerciante portador do CPF nº 732.231.586-34; **Município de SENADOR JOSÉ BENTO – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Praça Daniel de Carvalho, nº 150 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.675.926/0001-42, representado pelo Prefeito Municipal, Fernando César Fernandes, brasileiro, casado, empresário portador do CPF nº 622.693.646-00; **Município de TOCOS DO MOJI – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Antônio Mariano da Silva, nº 36 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.601.656/0001-22, representado pelo Prefeito Municipal, Givanildo José da Silva, brasileiro, casado, produtor agropecuário, portador do CPF nº 045.573.716-98; **Município de TURVOLÂNDIA – MG**, pessoa jurídica de direito público com sede à Dom Otávio, nº 240 Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 18.712.141/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, José Nelson Martins, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF nº 852.840.336-04, doravante denominados **ÓRGÃO GERENCADOR / ÓRGÃO PARTICIPANTE**, e, de outro lado, a empresa **DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sediada na Estrada São João, s/nº, Zona Rural, Distrito São João, no Município de São Sebastião da Bela Vista, Estado de Minas Gerais, cadastrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 26.614.327/0001-47, com Inscrição Estadual registrada sob nº 31210756735, neste ato representado pelo **Sr. Gilberto Dantas Delgado Júnior**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.947.898-4 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 319.471.958-08, doravante denominada **DETENTORA**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/02, bem como o Edital referido, a proposta da **DETENTORA**, e as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente Ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP**.

De acordo com as especificações do Termo de Referência e demais disposições do Edital.

1.2. A **DETENTORA** desta Ata de Registro de Preços se obrigará ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a sua vigência.



**CONSÓRCIO
AMESP**



CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

2.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto do Termo de Referência bem como da licitação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE CONTRATANTE, signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

3.1. A DETENTORA poderá ser convocada a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação expedida pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

3.2. A Ata de Registro de Preços e os Contratos regular-se-ão, no que concerne à sua execução, alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

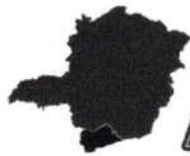
3.3. A Ata de Registro de Preços e o Contrato poderão, com base nos preceitos de direito público, serem rescindidos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observada a legislação pertinente.

3.4. A ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no tocante aos prazos de execução, conclusão e entrega do objeto na ocorrência de hipóteses previstas no § 1º e incisos do art. 57 da Lei Federal de 8.666/93 e alterações.

3.5. Os contratos decorrentes de licitação terão sua vigência conforme as disposições contidas no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

3.6. A execução dos serviços contratados será pelo regime de empreitada por preço global.

3.7. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador sendo que, o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.



**CONSÓRCIO
AMESP**



CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS.

4.1. DO VALOR.

4.1.1. O valor de referência para a execução dos serviços objeto desta Ata de Registro de Preços é de **R\$ 84.039.987,46 (OITENTA E QUATRO MILHÕES TRINTA E NOVE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS)**, que representa o total dos serviços e materiais constantes dos itens descritos da planilha de orçamento que integra a presente Ata de Registro de Preços.

4.2. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.2.1. As medições deverão ser realizadas conforme andamento dos serviços, de acordo com o projeto básico/croqui previamente aprovado pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE, devendo ser aferidas por funcionário a ser indicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.2. Caberá ao ÓRGÃO GERENCIADOR e a cada ÓRGÃO PARTICIPANTE no prazo de **10 (dez) dias**, contados a partir da data de recebimento de qualquer fatura se pronunciar sobre o seu aceite ou verificação de irregularidades, e os pagamentos serão processados em até **30 (trinta) dias** após a emissão da Nota Fiscal emitida diretamente em favor de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.2.3. Se a fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo o ÓRGÃO PARTICIPANTE do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

4.2.4. Os serviços serão pagos de acordo com o valor previsto na planilha orçamentária, composto dos valores pertinentes aos serviços executados.

4.3. DO PAGAMENTO.

4.3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data de liberação da nota fiscal pelo setor de recebimento e concluída a etapa prevista, mediante ordem bancária na conta corrente indicada pela empresa DETENTORA.

4.3.2. O ÓRGÃO PARTICIPANTE contratante pagará à DETENTORA pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de revisão ou reajustamento conforme disposição legal. Fica expressamente estabelecido que nos preços propostos estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviço(s), de acordo com as condições previstas nas especificações e nas Normas indicadas no Termo de Referência e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.



**CONSÓRCIO
AMESP**



4.3.3. A retenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN obedecerá à legislação de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE.

4.3.4. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à cada ÓRGÃO PARTICIPANTE em 03 (três) vias, devendo a referida nota ser anexada ao boletim de medição mensal devidamente aprovado pela fiscalização do ÓRGÃO PARTICIPANTE, a qual deverá ser aprovada pelo servidor responsável pelo acompanhamento do contrato.

4.3.5. Na hipótese de subempreitada, ou em qualquer outra situação não prevista pelo Art. 158, "caput", deverão ser observadas as normas gerais de retenção a título de Contribuição Social destinada à Previdência Social previstas pela Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009.

4.3.6. A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de:

- 4.3.6.1. Documentação comprobatória de regularidade perante o INSS, constituída de:
- a) Cópia autenticada da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, específica deste contrato, com o preenchimento dos campos 15 e 16 com o nome do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e tomador dos serviços referentes à contratação;
 - b) Cópia autenticada da Guia de Previdência Social;
 - c) Comprovante de entrega ao INSS e quitação das guias indicadas nos incisos I e II, supra, conforme determinações do INSS.

4.3.7. Boletim de medição, devidamente aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização da execução contratual.

4.3.8.. As Notas Fiscais ou Faturas emitidas pela contratada deverão consignar no campo de identificação do destinatário ou juntamente com a descrição dos serviços, a matrícula CEI e o endereço onde os mesmos foram prestados.

4.3.9. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com o pagamento da parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.3.10. A despesa referente à execução dos serviços será empenhada na dotação orçamentária dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA E ENCARGOS.

5.1. Os preços que vigorarão no ajuste serão aqueles ofertados pela DETENTORA.

5.1.1. Os preços propostos serão fixos e irreajustáveis pelo período de um ano.

5.2 Os preços serão reajustados anualmente, após um período de doze meses, em conformidade com a variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando a data de apresentação da proposta.

5.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da DETENTORA e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

5.3.1. A revisão de preços se traduz em **condição excepcional** de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual.

5.3.2. Para autorizar a revisão de preço, o desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido deverá ser retardador ou impeditivo da execução do ajustado, o que ocorre quando a retribuição paga não é suficiente para saltar a totalidade dos custos contratuais em virtude de ocorrência de fato excepcional.

5.4. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

5.5. Na hipótese da DETENTORA solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição de produtos, insumos, etc.

5.5.1. O pedido de revisão de preços obriga o detalhamento e a avaliação de todos os preços do contrato, constantes da respectiva planilha de custos, mediante pesquisa e comprovação documental pela contratada, podendo importar em aumento ou redução do valor contratado, conforme as constatações de oscilações apuradas.



**CONSÓRCIO
AMESP**



5.5.2. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.5.3. Nos casos de repactuações, estas serão precedidas de solicitação da DETENTORA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo **acordo ou convenção coletiva** que fundamenta a repactuação.

5.6. Fica facultada ao ÓRGÃO GERENCIADOR realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela DETENTORA.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica, porém contemplará os serviços executados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do ORGÃO GERENCIADOR, sendo lavrado termo aditivo.

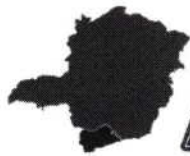
5.7.1. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a DETENTORA **não poderá suspender a prestação dos serviços** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

5.7.2. O ORGÃO GERENCIADOR deverá, quando autorizada à revisão dos preços, lavrar o termo aditivo com os preços revisados e possibilitar aos municípios consorciados emitirem as notas de empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos produtos fornecidos após o protocolo do pedido de revisão.

5.8. O novo preço só terá validade após parecer da autoridade competente e, para efeito de pagamento do serviço por ventura executado entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela DETENTORA.

5.9. O diferencial de preço entre a proposta inicial da DETENTORA e a pesquisa de mercado efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR na ocasião da abertura do certame bem como eventuais descontos concedidos pela DETENTORA, serão sempre mantidos.

5.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, bem como do contrato, o preço registrado não poderá ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de convocação pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a contratada obriga-se a comunicar à unidade o novo preço que substituirá o então registrado.



**CONSÓRCIO
AMESP**



CLÁUSULA SEXTA- DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

6.1. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos dos contratos firmados, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

6.2. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da empresa contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

6.3. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO GERENCIADOR.

6.4. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelos municípios consorciados deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços constantes do registro de preços, a serem firmadas entre o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE e a DETENTORA poderão ser formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e na legislação vigente.

7.2. Na hipótese da DETENTORA primeira classificada ter seu registro revogado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidos, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e preferencialmente nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei Federal n.º 8.666/93.

7.3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE poderá solicitar a mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de disponibilização dos bens compatível com as solicitadas, observadas as condições do Edital e o preço registrado.

7.4. Face ao disposto no artigo 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93, os quantitativos poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

7.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços deve ser executado diretamente pela DETENTORA, não podendo ser sub-empregado, cedido ou sub-locado, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da prefeitura consorciada, sem prejuízo da responsabilidade da DETENTORA pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

7.6. Os serviços serão executados conforme demanda, de acordo com a necessidade, em vias públicas urbanas e rurais e demais localidades do ÓRGÃO PARTICIPANTE.

7.7. As quantidades e os volumes mínimos das ordens de serviços a serem emitidas pelo ÓRGÃO PARTICIPANTE deverão obedecer aos seguintes critérios:

a) Recomposição de vias e pavimentação de novas: Mínimo de 150 toneladas.

b) Manutenção asfáltica, Transporte, fornecimento e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – “TAPA BURACO”: Mínimo de 10 toneladas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE.

8.1. Firmar os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços diretamente com a empresa detentora.

8.2. Responsabilizar-se pela elaboração e aprovação do necessário projeto básico/croqui e pela fiscalização e medição dos serviços.

8.3. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições ora estipuladas.

8.4. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a prestação de serviços objeto desta contratação.

8.5. Zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações, quando for o caso.

8.6. Indicar funcionário da área técnica para identificar a demanda dos serviços e encaminhar à empresa contratada através de reuniões e/ou emissão de ordem de serviço.

8.7. Indicar funcionário da área técnica para acompanhar e receber os serviços executados.



**CONSÓRCIO
AMESP**



8.8. Indicar funcionário para acompanhar o armazenamento e descarte de todo o material inservível que for substituído.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA.

9.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.2. Indicar preposto, aceito pelo ORGÃO GERENCIADOR/ORGÃO PARTICIPANTE, para representá-lo na execução do contrato;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

9.4. Ressarcir os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

9.5. Pagar todas as obrigações fiscais, previdenciárias, comerciais e trabalhistas decorrentes das atividades envolvidas no escopo dos serviços contratados; não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a prévia e expressa concordância do contratante.

9.6. Os serviços objeto da contratação deverão ser vistoriados diariamente pelo Engenheiro Fiscal da unidade (Município) contratante, sendo esta responsável pela fiscalização e perfeita execução dos serviços previstos na Ordem de Serviço, garantindo a técnica e qualidade de acordo com as normas técnicas.

9.7. Não havendo condições para a execução dos serviços por razões para as quais a empresa contratada não contribuiu, entre as quais se destacam intempéries e chuvas torrenciais que possam comprometer a qualidade dos serviços, os motivos para a não realização dos serviços serão consignados pelo engenheiro fiscal no relatório diário que será parte integrante do pagamento.

9.8. O não comparecimento da empresa para a execução dos serviços, ou na impossibilidade de a mesma trabalhar normalmente pelo não atendimento das exigências especificadas no contrato, acarretará a aplicação de sanções à contratada.

9.9. Os locais onde serão realizados os serviços deverão estar devidamente sinalizados em acordo com as normas vigentes, devendo ser tomadas todas as medidas para garantir a segurança dos trabalhadores.



**CONSÓRCIO
AMESP**



9.10. A empresa contratada deverá fornecer e exigir dos seus funcionários o uso de uniformes, bem como de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor, além dos que forem solicitados pela fiscalização. São equipamentos de proteção individuais e coletivos essenciais à execução dos serviços: capacete; óculos de segurança; colete de sinalização; cone de sinalização; botina com biqueira de aço; luva de raspa; perneira de proteção em raspa; respirador semi facial descartável vapores orgânicos VOP2; bandeira; protetor solar; protetor auditivo.

9.11. Caminhões e demais maquinários deverão conter, em ambos os lados da carroceria, placas identificadoras com os seguintes dizeres: **A SERVIÇO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.**

9.12. Fornecer todo material e mão de obra pertinente à execução dos serviços;

9.13. Dar garantia de seus serviços pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do seu Termo de Recebimento.

9.14. Participar de reuniões programadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.15. Respeitar as normas estabelecidas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE.

9.16. Assumir, automaticamente, ao firmar a Ata de Registro de Preços, a responsabilidade exclusiva por danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR e ao ÓRGÃO PARTICIPANTE que o compõem ou a terceiros, inclusive por acidentes com ou sem mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo de qualquer de seus empregados ou prepostos.

9.17. Resguardar a ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE contra perdas e danos de qualquer natureza provenientes de serviços executados por força de contrato.

9.18. Responsabilizar-se pelo Controle de Qualidade dos Serviços executados.

9.19. Desenvolver seu trabalho em regime de colaboração com o ÓRGÃO GERENCIADOR e o ÓRGÃO PARTICIPANTE, acatando as orientações e decisões do setor de fiscalização, bem como dos profissionais que respondem por aquele setor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO TERMO CONTRATUAL.



**CONSÓRCIO
AMESP**



10.1. As obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de termo contratual, podendo consubstanciar-se na própria nota de empenho, na hipótese prevista no artigo 62 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

10.2. A recusa da DETENTORA em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato caracteriza descumprimento de obrigações, podendo-lhe acarretar as sanções previstas.

10.3. No caso previsto no subitem anterior, a critério do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, poderá ser celebrado contrato com as remanescentes, obedecida à ordem classificatória e preferencialmente as mesmas condições oferecidas pela DETENTORA, inclusive quanto ao preço.

10.4. O eventual contrato resultante da presente Ata de Registro de Preços poderão ser alterados nos termos do artigo 65, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PENALIDADES.

11.1. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.2. A advertência poderá ser aplicada no caso de atraso superior a 05 (cinco) dias na execução do cronograma de atividades ou de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato, que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves, sem prejuízo das multas eventualmente cabíveis.

11.3. A advertência poderá ainda ser aplicada na primeira ocorrência de atraso e na primeira ocorrência de quaisquer dos itens relacionados no contrato.

11.4. Caso haja a inexecução total do objeto contratado será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado do contrato.

11.5. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 10 dias além dos 30 dias concedidos após a emissão da Ordem de Serviço - OS.

11.6. Além dessas penalidades, com fundamento nos Arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir:

• Tabela 1

Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre / Minas Gerais
Fone: (35) 3025-5500 – e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br



CONSÓRCIO AMESP



GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	R\$ 150,00
02	R\$ 250,00
03	R\$ 350,00
04	R\$ 500,00
05	R\$ 2.500,00

• Tabela 2

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
	DESCRIÇÃO	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia.	04
02	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	04
03	Utilizar as dependências da Prefeitura para fins diversos do objeto do Contrato; por ocorrência.	04
04	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	05
05	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência.	05
Para os itens a seguir, deixar de:		
06	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de até 5 dias após a emissão da Ordem de Serviço, por dia de atraso.	01
07	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
08	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
09	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelos serviços, nas quantidades previstas neste termo de referência; por dia.	04

11.7. Quando a DETENTORA deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos na proposta comercial por ele apresentada serão aplicadas multas conforme tabela 3.

11.8. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a DETENTORA multa, conforme tabela 3 a seguir:

Rua Comendador José Garcia, nº 774 – Centro – CEP: 37.550-000 – Pouso Alegre / Minas Gerais
Fone: (35) 3025-5500 – e-mail: licitacao@amesp.mg.gov.br

Tabela 3

GRAU	MULTA	TIPO DE ATRASO
01	2%	Sobre o valor total estimado do contrato, se ultrapassar, injustificadamente, o prazo de 30 (trinta) dias, após a emissão ordem de serviço, para o início dos serviços.
02	3%	Por dia de atraso na entrega, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela do serviço não prestado.
03	5%	Sobre o valor do saldo da contratação, no caso de atraso na entrega superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

11.9. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração Pública, se, por culpa ou dolo, por até 02 (dois) anos, no caso de inexecução do objeto, conforme previsto nos itens anteriores sobre multas, entre outros casos.

11.10. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:

- a) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do objeto contratado, sem consentimento prévio do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE;
- d) ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei Federal n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE após o recebimento da Nota de Empenho;
- e) apresentação, ao ÓRGÃO GERENCIADOR/ÓRGÃO PARTICIPANTE, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do objeto, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- f) inexecução total do objeto.

11.11. As sanções de multa podem ser aplicadas à empresa contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária do direito de participação em licitação e

impedimento de contratar com os ÓRGÃOS PARTICIPANTES/ÓRGÃO GERENCIADOR e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, descontando-a do pagamento a ser efetuado.

11.12. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à DETENTORA.

11.13. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a DETENTORA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.


11.14. A abertura do procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual e eventual aplicação de penalidades será de responsabilidade de cada ÓRGÃO PARTICIPANTE Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO.

12. Fica eleito o foro da cidade de Pouso Alegre/MG, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata e pelo futuro contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

Pouso Alegre/MG, aos 10 de Março de 2022.


AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Presidente Ronaldo Laurindo Bueno


BORDA DA MATA
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Afonso Raimundo de Souza


BUENO BRANDÃO
ORGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Silvio Antônio Félix



**CONSÓRCIO
AMESP**



CACHOEIRA DE MINAS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Dirceu D'Ângelo de Faria

CAREACU
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Tovar dos Santos Barroso

CAMANDUCAIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rodrigo Alves de Oliveira

CARMO DA CACHOEIRA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Hélcio Antônio Chagas Reis

CONCEIÇÃO DOS OUROS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Luís Fernando Rosa de Castro

CONGONHAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Moisés Ferreira Vaz

ESPÍRITO SANTO DOURADO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Adalto Luiz Leal



**CONSÓRCIO
AMESP**



ESTIVA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Vagner Abílio Belizário

INCONFIDENTES
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeita Rosângela Maria Dantas

IPUIUNA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Elder Cássio de Souza Oliva

JACUTINGA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Melquíades de Araújo

MONTE SIÃO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Pocai Júnior

NATÉRCIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Gabriel Tiago de Vilas Boas

PARAISÓPOLIS
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Everton de Assis Ferreira



POÇO FUNDO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosiel de Lima

SANTA RITA DO SAPUCAÍ
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Wander Wilson Chaves

SÃO BENTO ABADE
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Eneias Machado de Souza

SÃO JOÃO DA MATA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Rosemiro de Paiva Muniz

SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ronaldo Laurindo Bueno

SENADOR AMARAL
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Ademilson Lopes da Silveira

SENADOR JOSÉ BENTO
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Fernando Cesar Fernandes



**CONSÓRCIO
AMESP**



TOCOS DO MOJI
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito Givanildo José da Silva

TURVOLÂNDIA
ÓRGÃO PARTICIPANTE
Prefeito José Nelson Martins

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.10 11:27:07
-03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Gilberto Dantas Delgado Júnior
EMPRESA DETENTORA

</



GRUPO DURO NA QUEDA



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



DURU NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%	Data: 09/03/22
4 ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, PRESAGEM E TRANSPORTE											
4.1	SUDECAP - DEZ21	03.03.01	ESCAVAÇÃO MECANICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	45.500	4,09	5,06	R\$	9.035,561,13	R\$	11.173.268,25
4.2	SETOP - OUT21	ED-48492	DEMOLIS-070	M2	22.750	7,45	9,21	R\$	189.487,50	R\$	209.527,50
4.3	SUDECAP - DEZ21	20.20.01	FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	625.000	10,37	12,82	R\$	6.481.250,00	R\$	8.012.500,00
4.4	SUDECAP - DEZ21	02.12.01	CORTE MECAN C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO ASFALTO	M	60.000	1,69	2,09	R\$	101.400,00	R\$	123.400,00
4.5	SUDECAP - DEZ21	03.12.03	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECANICA	M3	32.388	1,99	2,46	R\$	64.451,13	R\$	79.673,25
4.6	SINAPI - JAN22	97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.008.375	2,02	2,50	R\$	2.032.877,50	R\$	2.515.937,50
5 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS											
5.1 BASE											
5.1.1	SETOP - OUT21	RO-41093	REFORÇO DO SUB-LEITO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENEIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	75.000	10,75	13,29	R\$	806.250,00	R\$	996.750,00
5.1.2	SINAPI - JAN22	96399	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	22.500	93,18	115,19	R\$	2.096.550,00	R\$	2.591.775,00
5.1.3	SINAPI - JAN22	96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF_11/2019	M3	27.500	136,06	168,20	R\$	3.741.650,00	R\$	4.625.500,00
5.1.4	SETOP - OUT21	RO-41079	REGULAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR, INCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE DO CIMENTO, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO	M3	2.500	55,44	68,53	R\$	138.600,00	R\$	171.325,00
5.1.5	SINAPI - JAN22	96875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.500.000	1,43	1,77	R\$	2.145.000,00	R\$	2.655.000,00
5.1.6	SINAPI - JAN22	93580	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF_07/2020	M3XKM	1.750.000	0,56	0,69	R\$	980.000,00	R\$	1.207.500,00
5.2 CORREÇÃO DO PAVIMENTO											
5.2.1	SETOP - OUT21	RO-41207	REPERTEILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRE-MISTURADO A FRO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA EXCLUÍ O FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000	11,69	14,45	R\$	35.070,00	R\$	43.350,00
5.2.2	SINAPI - JAN22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	90.000	1,35	1,67	R\$	121.500,00	R\$	150.300,00
5.2.3	SINAPI - JAN22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF_07/2020	TXKM	105.000	0,53	0,66	R\$	55.650,00	R\$	69.300,00

AMESP
FLS.: 532
Assinatura



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPOEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ



PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	Data: 09/03/22
5.3 PAVIMENTAÇÃO										
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	-	M3	400.000	5,90	7,29	R\$	39.860.585,00	R\$ 49.289.424,00
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	-	M2	2.000.000	2,30	2,84	R\$	2.360.000,00	R\$ 2.916.000,00
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95986	-	M3	10.000	1.180,74	1.459,63	R\$	4.600.000,00	R\$ 5.680.000,00
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95985	-	M3	12.250	1.362,50	1.684,32	R\$	11.807.400,00	R\$ 14.596.300,00
5.3.5	SETOP - OUT/21	ED-49813	FUNLAS-010	M3	400	108,85	134,56	R\$	16.690.625,00	R\$ 20.632.920,00
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97918	-	TXKM	1.602.000	1,35	1,67	R\$	43.540,00	R\$ 53.824,00
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97919	-	TXKM	4.144.000	0,53	0,66	R\$	2.162.700,00	R\$ 2.675.340,00
								R\$	2.196.320,00	R\$ 2.735.040,00
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRIO								R\$	1.858.948,00	R\$ 2.297.338,50
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-42831	-	M2	65.000	2,25	2,78	R\$	146.250,00	R\$ 180.700,00
5.4.2	COTAÇÃO	-	EMULSÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-REVESTIMENTO	T	325	5.269,84	6.514,58	R\$	1.712.698,00	R\$ 2.117.238,50
5.5 TAPA BURACO								R\$	1.789.667,30	R\$ 2.212.985,60
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101810	-	M3	1.250	1.222,33	1.511,04	R\$	1.527.912,50	R\$ 1.888.800,00
5.5.2	SINAPI - JAN/22	97918	-	TXKM	90.000	1,35	1,67	R\$	121.500,00	R\$ 150.300,00
5.5.3	SINAPI - JAN/22	97919	-	TXKM	105.000	0,53	0,66	R\$	55.650,00	R\$ 69.300,00
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	-	H	3.360	15,68	19,38	R\$	52.684,80	R\$ 65.116,80
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	-	H	2.240	14,25	17,62	R\$	31.920,00	R\$ 39.468,80
6 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL								R\$	388.108,71	R\$ 479.618,29
6.1	SETOP - OUT/21	RO-41228	OBR-VA-230	U	1.625	20,73	25,63	R\$	33.686,25	R\$ 41.648,75
6.2	SETOP - OUT/21	RO-41231	OBR-VA-235	U	4.875	9,90	12,24	R\$	48.262,50	R\$ 59.670,00
6.3	SINAPI - JAN/22	102512	-	M	20.000	3,51	4,34	R\$	70.200,00	R\$ 86.800,00
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41779	OBR-VA-265	M2	1.750	31,19	38,56	R\$	54.582,50	R\$ 67.480,00

AMESP
FLS.: 533
Assinatura

<div>GRUPO DURO NA QUEDA</div> <div></div> <div>DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA</div>		<div>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</div> <div></div>													
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ															
PROCESSO LICITATÓRIO															
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022															
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA															
ITEM	FONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%	Data: 09/03/22			
6.5	SINAPI - JAN/22	98522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDOAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS), AF_06/2017	M3	4	109,16	134,94		R\$	436,64	R\$	539,76			
6.6	SINAPI - JAN/22	98555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE CORDOAMENTO E VIGAS BALDRAME, FCK 30 MPa, COM USO DE JERICA LANCAMENTO ADENSAMENTO E ACABAMENTO AF_06/2017	M3	4	517,58	639,83		R\$	2.070,32	R\$	2.559,32			
6.7	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, 7' 32" KGM (NBR 5580)	M	750	121,59	150,31		R\$	91.192,50	R\$	112.732,50			
6.8	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	974,20	1.204,31		R\$	87.678,00	R\$	108.387,90			
7 MANUTENÇÃO E REPARO GUÍAS SARIJETAS E CALÇADAS												R\$	1.104.370,00	R\$	1.385.180,00
7.1	SETOP - OUT/21	RO-40838	MEDICHO DE CONCRETO, TIPO DE MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	7.500	38,54	47,64		R\$	289.050,00	R\$	357.300,00			
7.2	SETOP - OUT/21	RC-41316	CAIXAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000	2,38	2,94		R\$	23.800,00	R\$	29.400,00			
7.3	SETOP - OUT/21	RC-40230	MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3	250	409,41	506,11		R\$	102.352,50	R\$	126.527,50			
7.4	SETOP - OUT/21	RC-41763	DEFENSA SINGELA SEMI-MALELÁVEL, SV-05M-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750	393,81	486,83		R\$	689.167,50	R\$	851.952,50			
8 ITENS DIVERSOS												R\$	1.120.882,50	R\$	1.385.640,00
8.1	SINAPI - JAN/22	1518	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA	T	2.250	498,17	615,84		R\$	1.120.862,50	R\$	1.385.640,00			
TOTAL SERVIÇOS:									R\$	67.968.462,62	R\$	84.039.987,46			

São Sebastião da Bela Vista, 09 de Março de 2022.

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.03.10 10:16:09 -03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Gilberto Dantas Delgado Junior
Representante Legal





ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – Ata de Registro de Preços nº 05/2022, com a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 26.614.327/0001-47 - Processo Licitatório nº 17/2022 – Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 05/2022 na forma de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP. Valor Total da Ata de Registro de Preços R\$ 84.039.987,46 (OITENTA E QUATRO MILHÕES TRINTA E NOVE MIL NOVECENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS). Vigência: O prazo de vigência, objeto da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93. Data da assinatura: 10/03/2022. Dotações orçamentárias: As despesas referentes à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:BDD7409E

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 16/03/2022. Edição 3221
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>


DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP.
Cliente	AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
Pregão Presencial	mai-22
Processo Administrativo:	17/2022
Data:	26/07/2022

CONTEÚDO

1. CARTA
2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
3. TABELAS REFERENCIAIS

Associação dos Municípios da Micro
Região do Médio Sapucaí - AMESP
- PROTOCOLO -
Em, 26 / 07 / 22
Horas: 15 : 43


Duro na Queda

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
Cliente	AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
Pregão Presencial	mai-22
Processo Administrativo:	17/2022
Data:	26/07/2022

1. CARTA

À

AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

Referências: Processo 05/2022

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP

Vimos por meio deste solicitar aditivo ao presente contrato, eis que se trata de fato não previsto pela Administração durante o período da licitação e contratação.

A vigência prevista em contrato firmado entre as partes, vigorou desde 10 de março de 2022, sendo que os valores outrora pactuados se encontram defasados. Desta forma será necessário o realinhamento de preços, seja celebrado entre as partes um aditivo contratual.

Para que o aditivo se torne viável, necessitamos que os preços contratuais sejam reajustados conforme suas tabelas referenciadas na planilha contratual consensuada no edital.

É de praxe que os preços contratuais sejam corrigidos anualmente (revisão inflacionária), porém, tivemos um ano atípico devido ao transtorno econômico advindo da pandemia em que atravessamos globalmente, que acarreta inflação muito acima do histórico das duas últimas décadas, bem como a diminuição da produção, em decorrência das ordens de paralisação das atividades, lock down, dentre outras medidas que impactaram na cadeia produtiva, gerando o aumento de preço dos insumos, a exigir o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Desta forma o nosso entendimento é que a atualização de valores se caracteriza nos itens contratuais abaixo:

“13.5. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a retribuição do ÓRGÃO GERENCIADOR para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.”

**Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br**

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



13.6. A revisão de preços se traduz em condição excepcional de ajuste financeiro, admitida a qualquer tempo, para, repondo perdas excessivas e imprevisíveis, restabelecer a relação entre encargos do contrato e retribuição pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, de modo a manter as condições essenciais de continuidade do vínculo contratual"

Que se baseia na lei :

alínea "d" parágrafo 6º do Artigo 65 do referido diploma legal:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

De acordo com as características enquadradas no artigo e seu inciso supracitado, apresentamos no Anexo I, a planilha contratual com os valores originais do edital, valores atualizados conforme tabelas de referência, valores atualizados aplicando o desconto cedido no certame e percentual de reajuste sobre o valor contratado.

No Anexo II, foram incluídas todas as páginas das tabelas de referência, com os itens pertinentes destacados, para auxílio na conferência, mesmo se tratando de arquivos públicos para consulta.

Ante o exposto solicitamos o deferimento de aditivo com a atualização dos itens que somados resultam no valor de **R\$ 10.406.379,03 (Dez milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e setenta e nove reais e três centavos)** e postergação do prazo contratual no mesmo prazo contratado válido a partir da sua assinatura, ou, enfim, a liberação da continuidade da obra nos termos projetados, com responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE acerca dos fatos aqui informados.

Atenciosamente,

São Sebastião da Bela vista, 26 de junho de 2022.

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.07.26 13:51:49 -03'00'

Gilberto Dantas Delgado Júnior
Representante Legal
CPF: 319.471.958-08

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
Cliente	AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
Pregão Presencial	mai-22
Processo Administrativo:	17/2022
Data:	26/07/2022

2. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO																			
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2022																			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA																			
SERVIÇOS																			
ITEM	FORTE	CÓDIGO	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI 55,85%	BID	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	Data: 26/07/2022	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 55,85%	MÊS DE REFERÊNCIA	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI E COM DESCONTO	PREÇO UNIT. COM BDI 55,85%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 55,85%					
1 SERVIÇOS INICIAIS																			
1.1	SETOP - OUT/21	ED-50152	U	34	1.035,97	1.280,67	R\$	35.222,98	R\$	43.542,78	abr/22	R\$	1.067,79	R\$	1.357,09	R\$	37.324,86	R\$	46.141,06
1.2	SETOP - OUT/21	ED-50158	M	3.400	32,20	39,81	R\$	109.480,00	R\$	135.354,00	abr/22	R\$	38,03	R\$	41,31	R\$	119.028,00	R\$	140.454,00
1.3	SETOP - OUT/21	ED-50160	M	750	213,42	263,83	R\$	180.065,00	R\$	197.872,50	abr/22	R\$	246,38	R\$	267,65	R\$	182.382,50	R\$	200.737,50
1.4	SETOP - OUT/21	ED-50166	M2	1.080	7,31	9,04	R\$	7.894,80	R\$	9.763,20	abr/22	R\$	9,07	R\$	9,85	R\$	6.807,60	R\$	7.840,00
1.5	SETOP - OUT/21	ED-50167	M	2.000	2,83	3,50	R\$	5.660,00	R\$	7.000,00	abr/22	R\$	3,52	R\$	3,82	R\$	6.180,00	R\$	7.400,00
1.6	SINAPI - JAN/22	90077	H	2.040	84,23	104,13	R\$	222.367,20	R\$	274.603,20	jun/22	R\$	98,21	R\$	106,68	R\$	227.632,00	R\$	281.635,20
1.7	SINAPI - JAN/22	90078	H	2.040	95,67	118,27	R\$	252.968,80	R\$	312.232,80	jun/22	R\$	111,76	R\$	121,41	R\$	259.374,40	R\$	320.522,40
1.8	SINAPI - JAN/22	90078	H	2.040	30,95	38,26	R\$	81.708,00	R\$	101.058,40	jun/22	R\$	37,12	R\$	40,32	R\$	86.116,80	R\$	106.444,80
1.9	SINAPI - JAN/22	90078	H	5.080	17,04	21,08	R\$	86.222,40	R\$	106.563,60	jun/22	R\$	17,30	R\$	18,79	R\$	76.912,00	R\$	95.077,40
1.10	SINAPI - JAN/22	100309	H	400	25,17	31,12	R\$	10.068,00	R\$	12.448,00	jun/22	R\$	32,60	R\$	36,42	R\$	11.460,00	R\$	14.160,00
2 INFRAESTRUTURA URBANA																			
2.1	SINAPI - JAN/22	90038	LN	8.280	10,23	12,85	R\$	84.704,40	R\$	104.742,00	jun/22	R\$	12,74	R\$	13,85	R\$	92.736,00	R\$	114.678,00
3 TERRAPLENAGEM/CONTENÇÃO																			
3.1	SETOP - OUT/21	RO-40157	M3	70.000	6,28	7,76	R\$	439.600,00	R\$	543.200,00	abr/22	R\$	9,13	R\$	9,91	R\$	581.400,00	R\$	683.700,00
3.2	SETOP - OUT/21	ED-51105	M3	14.000	2,90	3,58	R\$	40.600,00	R\$	50.120,00	abr/22	R\$	6,30	R\$	6,85	R\$	77.960,00	R\$	95.900,00
3.3	SETOP - OUT/21	ED-51106	M3	7.000	3,87	4,78	R\$	27.090,00	R\$	33.480,00	abr/22	R\$	8,39	R\$	9,11	R\$	51.590,00	R\$	63.770,00
3.4	SETOP - OUT/21	ED-51110	M3	800	26,08	35,95	R\$	23.264,00	R\$	28.760,00	abr/22	R\$	36,04	R\$	38,15	R\$	25.336,00	R\$	31.320,00
3.5	SETOP - OUT/21	ED-51131	M3	800	20,08	35,95	R\$	23.264,00	R\$	28.760,00	abr/22	R\$	36,04	R\$	38,15	R\$	25.336,00	R\$	31.320,00
3.6	SETOP - OUT/21	ED-51132	M3	800	1,26	1,56	R\$	1.008,00	R\$	1.248,00	abr/22	R\$	2,57	R\$	2,79	R\$	1.806,00	R\$	2.232,00
3.7	SETOP - OUT/21	ED-51119	M3	800	6,07	7,50	R\$	4.856,00	R\$	6.000,00	abr/22	R\$	13,13	R\$	14,23	R\$	10.504,00	R\$	12.984,00
3.8	SINAPI - JAN/22	98385	M3	70.000	9,77	12,39	R\$	553.000,00	R\$	683.800,00	jun/22	R\$	10,11	R\$	10,88	R\$	821.600,00	R\$	768.800,00
3.9	SETOP - OUT/21	RO-40242	M3	21.000	4,26	5,30	R\$	90.060,00	R\$	111.300,00	abr/22	R\$	8,42	R\$	8,97	R\$	118.440,00	R\$	148.370,00
3.10	SETOP - OUT/21	ED-51130	M3XCM	120.000	2,81	3,47	R\$	337.200,00	R\$	416.400,00	abr/22	R\$	4,13	R\$	4,49	R\$	435.800,00	R\$	538.800,00
3.11	SETOP - OUT/21	ED-51127	M3	23.000	2,07	3,67	R\$	66.310,00	R\$	84.410,00	abr/22	R\$	4,31	R\$	4,69	R\$	87.170,00	R\$	107.870,00
3.12	SINAPI - JAN/22	100373	M3	4.080	6,33	7,83	R\$	25.826,40	R\$	31.946,40	jun/22	R\$	6,47	R\$	6,92	R\$	30.355,20	R\$	37.536,00
4 ESCAVAÇÃO, DEMOLIÇÃO, PISAGEM E TRANSPORTE																			
4.1	SUDECAP - DE/22/1	03.03.01	M3	45.500	4,09	5,06	R\$	186.095,00	R\$	230.230,00	ma/22	R\$	4,99	R\$	5,43	R\$	196.745,00	R\$	247.065,00
4.2	SETOP - OUT/21	ED-48462	M2	22.750	7,45	9,21	R\$	169.487,50	R\$	209.527,50	abr/22	R\$	9,11	R\$	9,90	R\$	182.227,50	R\$	225.225,00
4.3	SUDECAP - DE/22/1	20.20.01	M2	825.000	10,37	12,82	R\$	6.481.250,00	R\$	8.012.500,00	ma/22	R\$	12,07	R\$	13,12	R\$	6.031.250,00	R\$	8.200.000,00
4.4	SUDECAP - DE/22/1	02.12.01	M	60.000	1,66	2,09	R\$	101.400,00	R\$	125.400,00	ma/22	R\$	1,90	R\$	2,06	R\$	100.200,00	R\$	123.600,00
4.5	SUDECAP - DE/22/1	03.12.03	M3	32.388	1,99	2,46	R\$	64.451,13	R\$	79.673,25	ma/22	R\$	2,45	R\$	2,66	R\$	66.633,13	R\$	86.150,75
4.6	SINAPI - JAN/22	97914	M3XCM	1.096.375	2,02	2,50	R\$	2.032.877,50	R\$	2.515.937,50	jun/22	R\$	2,69	R\$	2,92	R\$	2.375.045,00	R\$	2.958.615,00
5 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS																			

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

REALINHAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO										REALINHAMENTO									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022										Data: 26/07/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										BDI									
ITEM	FORTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%	MES DE REFERENCIA	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI E COM DESCONTO	BDI 31,62%	PREÇO UNIT. COM BDI 31,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 31,62%			
5.1 BASE																			
5.1.1	SETOP - OUT/21	RO-1093	ORVIA-15	M3	75.000	13,29	10,76	808.250,00	R\$	12.247.850,00	abr/22	15,47	R\$	13,59	R\$	1.019.250,00	R\$	1.930.000,00	
5.1.2	SINAPI - JAN/22	06366	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA RACHÃO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF. 11/2019	M3	22.500	115,19	93,18	2.098.550,00	R\$	2.591.775,00	jun/22	118,79	R\$	105,27	R\$	2.368.575,00	R\$	2.927.925,00	
5.1.3	SINAPI - JAN/22	06366	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA UNIFORME SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF. 11/2019	M3	27.500	166,20	138,06	3.741.650,00	R\$	4.625.500,00	jun/22	175,18	R\$	153,92	R\$	4.532.800,00	R\$	5.332.700,00	
5.1.4	SETOP - OUT/21	RO-1079	RECEITAÇÃO E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADICAO DE 3% DE CIMENTO COMPACTADA NA ENFERIA DO PROCTOR PARA PAVIMENTO DE TRAFEGO DE VEICULOS REAPROPOSITAMENTO DO MATERIAL, INCLUSIVE O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO MATERIAL	M3	2.500	68,53	55,44	138.600,00	R\$	171.325,00	abr/22	74,37	R\$	65,35	R\$	163.375,00	R\$	201.675,00	
5.1.5	SINAPI - JAN/22	05875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM) AF. 07/2020	M3XKM	1.500.000	1,77	1,43	2.145.000,00	R\$	2.655.000,00	jun/22	2,36	R\$	2,07	R\$	3.105.000,00	R\$	3.940.000,00	
5.1.6	SINAPI - JAN/22	05875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM AF. 07/2020	M3XKM	1.750.000	0,69	0,56	980.000,00	R\$	1.207.500,00	jun/22	0,63	R\$	0,82	R\$	1.435.000,00	R\$	1.767.500,00	
5.1.7	SINAPI - JAN/22	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM AF. 07/2020	M3XKM	1.750.000	0,69	0,56	980.000,00	R\$	1.207.500,00	jun/22	0,63	R\$	0,82	R\$	1.435.000,00	R\$	1.767.500,00	
5.2 CORREÇÃO DO PAVIMENTO																			
5.2.1	SETOP - OUT/21	RO-1207	REPARILMENTO DE PAVIMENTO (PARA GRUPO E PRE-ABTERRO A FRO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA MASSA)	T	3.000	14,45	11,69	35.070,00	R\$	43.350,00	abr/22	18,31	R\$	14,33	R\$	42.990,00	R\$	53.130,00	
5.2.2	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	90.000	1,67	1,35	121.500,00	R\$	150.300,00	jun/22	1,80	R\$	1,56	R\$	142.200,00	R\$	175.500,00	
5.2.3	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	105.000	0,66	0,53	55.650,00	R\$	68.300,00	jun/22	0,71	R\$	0,62	R\$	65.100,00	R\$	80.850,00	
5.3 PAVIMENTAÇÃO																			
5.3.1	SINAPI - MAR/21	96401	EXECUÇÃO DE IMPRIMAÇÃO COM ASFALTO DILUÍDO CM 30 AF. 11/2019	M3	400.000	7,29	5,90	2.360.000,00	R\$	2.919.424,00	6/16	6,72	R\$	5,91	R\$	7,31	R\$	2.924.000,00	
5.3.2	SINAPI - JAN/22	96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA R9 3C AF. 11/2019	M2	2.000.000	2,84	2,30	4.600.000,00	R\$	5.680.000,00	jun/22	2,85	R\$	2,50	R\$	3,09	R\$	6.180.000,00	
5.3.3	SINAPI - JAN/22	95966	POLDIÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CANAL DE BARRERA EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF. 11/2019	M3	10.000	1.450,63	1.180,74	14.596.300,00	R\$	18.032.820,00	jun/22	1.506,21	R\$	1.323,81	R\$	1.836,25	R\$	16.362.500,00	
5.3.4	SINAPI - JAN/22	95965	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CANAL DE POLDIAMENTO EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE AF. 11/2019	M3	12.250	1.864,32	1.362,50	20.832.820,00	R\$	25.032.820,00	jun/22	1.737,33	R\$	1.526,71	R\$	1.887,32	R\$	23.118.670,00	
5.3.5	SETOP - OUT/21	ED-0813	LAFIRO DE BRITA 2,0X3 APLICADO MANUALMENTE	M3	400	134,56	108,85	53.824,00	R\$	53.824,00	abr/22	131,15	R\$	115,25	R\$	142,47	R\$	56.988,00	
5.3.6	SINAPI - JAN/22	97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	1.802.000	1,67	1,35	2.182.700,00	R\$	2.675.340,00	jun/22	1,80	R\$	1,56	R\$	1,95	R\$	3.123.900,00	
5.3.7	SINAPI - JAN/22	97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	4.144.000	0,66	0,53	2.198.320,00	R\$	2.735.040,00	jun/22	0,71	R\$	0,62	R\$	0,77	R\$	3.190.860,00	
5.4 PAVIMENTAÇÃO A FRO																			
5.4.1	SETOP - OUT/21	RO-42831	MICROABERTIMENTO ASFÁTICO A FRO (COM ESPESURA DE 15MM EXECUÇÃO INCLUSIVE O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS EXCETO A BARRALÃO)	M2	65.000	2,76	2,25	180.700,00	R\$	226.125,00	abr/22	3,40	R\$	2,99	R\$	194.350,00	R\$	240.500,00	
5.4.2	SINAPI - JAN/22	07919	SINALIZAÇÃO DE RUPTURA CONTROLADA PARA MICRO-ABERTIMENTO	T	325	6.514,56	5.269,84	1.712.608,00	R\$	2.117.238,50	s/n	5.999,00	R\$	5.270,84	R\$	6.515,61	R\$	2.117.638,25	
5.5 TAPA BURACO																			
5.5.1	SINAPI - JAN/22	101810	EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (USINAGEM PROPRIATE E PINTURA DE LIGAÇÃO AF. 07/2020	M3	1.250	1.511,04	1.222,33	1.888.800,00	R\$	2.315.845,90	jun/22	1.510,29	R\$	1.332,46	R\$	1.647,19	R\$	2.059.987,50	
5.5.2	SINAPI - JAN/22	07919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	90.000	1,67	1,35	121.500,00	R\$	150.300,00	jun/22	1,80	R\$	1,58	R\$	1,95	R\$	175.500,00	
5.5.3	SINAPI - JAN/22	07919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³ EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM) AF. 07/2020	TXKM	105.000	0,66	0,53	68.300,00	R\$	86.300,00	jun/22	0,71	R\$	0,62	R\$	0,77	R\$	90.650,00	
5.5.4	SINAPI - JAN/22	88314	MASTELIRO COM ENCHIDOS COMPLEMENTARES	H	3.360	10,38	15,68	52.064,80	R\$	65.116,80	jun/22	17,55	R\$	15,42	R\$	19,08	R\$	64.041,80	
5.5.5	SINAPI - JAN/22	88316	SERVENTE COM ENCHIDOS COMPLEMENTARES	H	2.240	17,62	14,25	31.920,00	R\$	39.468,00	jun/22	18,02	R\$	15,84	R\$	19,56	R\$	43.859,20	
6 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL																			
6.1	SETOP - OUT/21	RO-1228	PINTURA REFLETIVA R90 BRANCO COM CATADÓPTICO NAS SUAS FAIXAS (EXECUÇÃO INCLUSIVE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	1.825	25,63	20,73	37.736,25	R\$	46.816,25	abr/22	58,24	R\$	51,18	R\$	63,27	R\$	83.167,50	
6.2	SETOP - OUT/21	RO-1231	PINTURA REFLETIVA R90 BRANCO COM CATADÓPTICO EM APENAS UMA FAIXA (EXECUÇÃO INCLUSIVE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	U	4.875	12,24	9,90	48.262,50	R\$	59.870,00	abr/22	18,30	R\$	14,32	R\$	17,70	R\$	99.810,00	

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

REALINHAMENTO

ITEM	FORTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	23,62%	Data: 26/07/2022	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%	MES DE REFERENCIA	PREÇO UNIT. SEM BDI E COM DESCONTO	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%
6.3	SINAPI - JAN22	102512	PINTURA DE FUNDAMENTOS EM ALVENARIA COM TINTA RETROREFLETIVA A BASE DE ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECANICA, COM DEMARCAÇÃO AUTOMATIZADA, AF. 50/2021	M	20.000	3,51	4,34	R\$	70.200,00	R\$	86.800,00	Jun22	R\$	5,19	R\$	81.200,00
6.4	SETOP - OUT21	RO-41779	RETA, LAMBELOS E DURETES DE BERNA ACO, 1,50M DE ESPESURA (EXECUÇÃO INCLUINDO PREPARAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	1.750	31,19	38,56	R\$	54.962,50	R\$	67.480,00	abr22	R\$	36,61	R\$	56.287,50
6.5	SINAPI - JAN22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CORDOAMENTO DO SAPUCAÍ (SEM ESCAVACÃO PARA COLOCAÇÃO DE FORMAS AF. 06/2017)	M3	4	100,16	134,64	R\$	436,64	R\$	536,76	Jun22	R\$	134,07	R\$	471,28
6.6	SINAPI - JAN22	96555	CONCRETAGEM DE BLOCOS DE CORDOAMENTO E VIGAS BALDRAME, FOR 30 MPa, COM UNDO DE JERCA, LANÇAMENTO, ABRIMENTOS E ACABAMENTO AF. 06/2017	M3	4	517,56	639,83	R\$	2.070,32	R\$	2.556,32	Jun22	R\$	864,23	R\$	2.334,80
6.7	SINAPI - JAN22	21015	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM, 1,21 E = 3,38 MM, 17,30' COM (NBR 5696)	M	750	121,56	150,31	R\$	91.192,50	R\$	112.732,50	Jun22	R\$	134,13	R\$	88.402,50
6.8	SINAPI - JAN22	34723	PLACA DE BINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO NUN 18 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	874,20	1.204,31	R\$	87.678,00	R\$	106.387,90	Jun22	R\$	1.108,61	R\$	87.864,20
7	MANUTENÇÃO E REPARO GUARAS, BARREIRAS E CALÇADAS							R\$	1.184.370,00	R\$	1.461.180,00					1.359.462,66
7.1	SETOP - OUT21	RO-40638	MEDIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DRY-CAST, INCLUINDO ESCAVACÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS	M	7.500	38,54	47,64	R\$	288.050,00	R\$	357.300,00	abr22	R\$	50,25	R\$	331.200,00
7.2	SETOP - OUT21	RO-41316	CAIXÃO A DUES LAMBELOS (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2	10.000	2,39	2,94	R\$	23.800,00	R\$	29.400,00	abr22	R\$	3,02	R\$	28.500,00
7.3	SETOP - OUT21	RO-40230	MURO DE ALVENARIA EM CARGA CAIXA, TELA GALVANIZADA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS	M3	250	406,41	506,11	R\$	102.352,50	R\$	126.527,50	abr22	R\$	543,63	R\$	119.430,00
7.4	SETOP - OUT21	RO-41763	DEFINHA BARRIL, SEM MALEIÃO, 31x50x60 (EXECUÇÃO INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M	1.750	363,81	448,63	R\$	686.167,50	R\$	851.052,50	abr22	R\$	388,32	R\$	598.710,00
8	ITENS DIVERSOS							R\$	1.120.882,50	R\$	1.385.640,00	Jun22	R\$	636,45	R\$	1.256.402,50
8.1	SINAPI - JAN22	1518	CONCRETO BETUMINOSO, USINADO A QUENTE (GRUPO) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, FORNAD DNT FAX E COM CAP 80% - AQUECIDA, POSTO URBAN	T	2.250	488,17	615,84	R\$	1.120.882,50	R\$	1.385.640,00	Jun22	R\$	636,45	R\$	1.256.402,50
TOTAL SERVIÇOS:																
TOTAL SERVIÇOS:																

São Sebastião do Bala Vista, 26 de julho de 2022

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:31947195808
-0300

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
Gilberto Dantas Delgado Junior
Representante Legal

PREÇO EDITAL	95.634.092,07
PREÇO FINAL	84.039.987,46
DIFERENÇA	11.594.104,61
DESCONTO (%)	12,12%

PREÇO FINAL	84.039.987,46
PREÇO REALINHADO	R\$ 94.446.366,49
DIFERENÇA	R\$ 10.406.379,03
DESCONTO (%)	12,38%

DOCUMENTOS DA PROPOSTA

Objeto	REGISTRO DE PREÇOS para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.
Cliente	AMESP – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ
Pregão Presencial	mai-22
Processo Administrativo:	17/2022
Data:	26/07/2022

3. TABELAS REFERENCIAIS



TABELAS REFERENCIAIS:

TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA OBRAS DE EDIFICAÇÃO
REGIÃO SUL
S/ DESONERAÇÃO

ABRIL/2022

ED-50152	IIO-PLA-005	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA (3,00 X 1,50 M) - EM CHAPA GALVANIZADA 0,26 AFIXADAS COM REBITES S40 E PARAFUSOS 3/8, EM ESTRUTURA METÁLICA VIGA U 2" ENRIJECIDA COM METALON 20 X 20, SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADAS	U	1249,24
ED-50158	IIO-SIN-015	CONE EM PVC H = 75 CM	m	38,03
ED-50160	IIO-TAP-010	TAPUME REMOVÍVEL DE COMPENSADO TIPO A, H = 2,20 M (PADRÃO DER-MG - COM REMOÇÃO)	M	246,38
ED-50166	IIO-TAP-040	REMANEJAMENTO DE TAPUME	M2	9,07
ED-50157	IIO-SIN-010	FITA ZEBRADA AMARELA PARA SINALIZAÇÃO L = 7 M	M	3,52

CAIXA

PREÇOS DE INSUMOS

Página: 1 / 138

Indicação da origem do preço:

- C – para preço coletado pelo IBGE
- CR – para preço obtido por meio do coeficiente de representatividade do insumo (ver Manual de Metodologia e Conceitos);
- AS – para preço atribuído com base no preço do insumo para a localidade de São Paulo.

Mês de Coleta: 06/2022

Pesquisa: IBGE

Localidade: BELO HORIZONTE

Encargos Sociais (%) Horista: 115,19 Mensalista: 73,23

Código	Descrição do Insumo	Unid	Origem de Preço	Preço Mediano (R\$)
00002706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR	H	C	98,21
00002707	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO	H	CR	111,76
00004083	ENCARREGADO GERAL DE OBRAS	H	C	37,12

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA



00006122 APONTADOR OU APROPRIADOR DE MÃO DE OBRA (HORISTA) H CR 17,30

00040943 TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO (HORISTA) H CR 32,60

SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 1

1 de 796

PCI.017.01 - CUSTO DE COMPOSIÇÕES - SINTÉTICO

DATA DE EMISSÃO: 12/07/2022 23:32:37

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA: 115,19% (HORA) 73,23% (MÊS)

DATA REFERÊNCIA TÉCNICA: 12/07/2022

99058 LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_10/2018 UN CR 12,74

TABELA REFERENCIAL DE PREÇOS UNITÁRIOS PARA OBRAS RODOVIÁRIAS

REGIÃO SUL

S/ DESONERAÇÃO

ABRIL/2022

CÓDIGO	SETOP	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	CUSTO UNITÁRIO
RO-40157	-	ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, ESPALHAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA, COM CAMINHÃO. DISTÂNCIA MÉDIA DE TRANSPORTE DE 1.801 A 2.000 M	M3	9,13
ED-51105	TER-ESC-015	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	6,30
ED-51106	TER-ESC-020	ESCAVAÇÃO E CARGA MECANIZADA EM MATERIAL DE 2ª CATEGORIA	M3	8,39
ED-51110	TER-ESC-050	ESCAVAÇÃO MANUAL DE TERRA (DESATERRO MANUAL)	M3	36,04
ED-51131	TRA-CAR-005	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MANUAL	M3	36,04
ED-51132	TRA-CAR-010	CARGA DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA SOBRE CAMINHÃO - MECÂNICA	M3	2,57
ED-51119	TER-ESC-095	ESCAVAÇÃO MECÂNICA EM SOLO MOLE COM DESCARGA DIRETA SOBRE CAMINHÃO	M3	14,94

96385 EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO - M3 AS 10,11
EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



RO-40242	-	ESCALONAMENTO DE TALUDES DE ATERRO	M3	6,42	
ED-51130	TRA-CAM-020	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT > 5 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3XKM	4,13	
ED-51127	TRA-CAM-005	TRANSPORTE DE MATERIAL DE QUALQUER NATUREZA EM CAMINHÃO DMT <= 1 KM (DENTRO DO PERÍMETRO URBANO)	M3	4,31	
100973	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF 07/2020		M3	CR	8,47

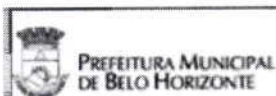


TABELA MENSAL DE PREÇO UNITÁRIO

MÊS DE REFERÊNCIA: 05/22

Desonerada SEM BDI



SUDECAP

CÓDIGO	ORIGEM	DESCRIÇÃO	UND	VALOR
03.03	SUDECAP	ESCAVAÇÃO MECANICA INCLUSIVE TRANSPORTE ATÉ 50 M		
03.03.01	SUDECAP	EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA	M3	4,99
ED-48492	DEM-PIS-070	DEMOLIÇÃO DE REVESTIMENTO ASFÁLTICO COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	M2	9,11
20.20.01	SUDECAP	FRESAGEM ATÉ 5,0 CM	M2	12,07
02.12.01	SUDECAP	CORTE MECAN. C/ SERRA CIRCULAR EM CONCRETO/ASFALTO	M	1,90
03.12.03	SUDECAP	MECANICA	M3	2,45
97914	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, M3XKM DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020		CR	2,69
RO-41093	OBR-VIA-135	REFORÇO DO SUB-LEITO (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, CARGA, DESCARGA, HOMOGENIZAÇÃO, UMIDECIMENTO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL)	M3	15,47
96399	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDR M3 A RACHÃO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019		CR	119,79

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000

Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



96396	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E OU SUB BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRIT M3	AS	175,16
A GRADUADA SIMPLES - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019			

RO-41079	-	RECICLAGEM E RECONFEÇÃO DO PAVIMENTO COM ADIÇÃO DE 3% DE CIMENTO, COMPACTADA NA ENERGIA DO PROCTOR INTERMEDIÁRIO (EXECUÇÃO COM REAPROVEITAMENTO DO MATERIAL, INCLUINDO O FORNECIMENTO E TRANSPORTE DO CIMENTO)	M3	74,37
----------	---	--	----	-------

95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA M3XKM	CR	2,36
, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020			

93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA M3XKM	CR	0,93
, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF 07/2020			

RO-41207	-	REPERFILAMENTO DE PAVIMENTO (PARA CBUQ E PRÉ-MISTURADO A FRIJO) (APLICAÇÃO COM MOTONIVELADORA, EXCLUI O FORNECIMENTO DA MASSA)	T	16,31
----------	---	--	---	-------

97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM	CR	1,80
DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020			

97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM	CR	0,71
ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020			

96402	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-2C. AF 11/2019 M2	AS	2,85
-------	---	----	------

95996	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE B M3	AS	1.506,21
INDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019			

95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE R M3	AS	1.737,33
OLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF 11/2019			

ED-49813	FUN-LAS-010 LASTRO DE BRITA 2 OU 3 APILOADO MANUALMENTE	M3	131,15
----------	---	----	--------

97918	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM	CR	1,80
DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020			

97919	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM	CR	0,71
ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020			

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



RO-42831

MICRO-REVESTIMENTO ASFÁTICO A FRIO (COM ESPESSURA DE 15MM (EXECUÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS, EXCETO A EMULSÃO) M2

3,40

101810

EXECUÇÃO DE TAPA BURACO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO (USINAGEM PRÓPRIA) E PINTURA DE LIGAÇÃO. AF 12/2020 M3

AS

1.516,29

97918

TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020

CR

1,80

97919

TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, TXKM ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF 07/2020

CR

0,71

88314

RASTELEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES H

CR

17,55

88316

SERVEENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES H

C

18,02

RO-41228

OBR-VIA-230

TACHÃO REFLETIVO TIPO SHTRG, COM CATADIÓPTRICO NAS DUAS FACES (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)

U

58,24

RO-41231

OBR-VIA-235

TACHA REFLETIVA TIPO SHTRP, COM CATADIÓPTRICO EM APENAS UMA FACE (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)

U

16,30

102512

PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA COM MICROESFERAS DE VIDRO, APLICAÇÃO MECÂNICA COM D ELMARCADORA AUTOPROPELIDA. AF 05/2021 M

AS

5,19

RO-41779

OBR-VIA-265

SETAS, SIMBOLOS E DIZERES DE RESINA ACRÍLICA 0,6MM DE ESPESSURA (EXECUÇÃO, INCLUINDO PRÉ-MARCAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)

M2

36,61

96522

ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE COROAMENTO OU SAPATA (SEM ESCAVAÇÃO PARA A COLOCAÇÃO DE FORMAS). AF 06/2017 M3

C

134,97

96555

CONCRETAGEM DE BLOCOS DE COROAMENTO E VIGAS BALDRAME, PCK 30 MPa, COM USO DE JERICA LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF 06/2017 M3

AS

664,23

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351



DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

00021015	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (3"), E = 3,35 MM, *7,32"	M	CR	134,13
00034723	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ACO NUM 16 COM PINTURA REFLETIVA	M2	CR	1.108,81
RO-40638	- MEIO-FIO DE CONCRETO, TIPO DR.MF-01 (EXECUÇÃO, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M		50,25
RO-41316	- CAIAÇÃO A DUAS DEMÃOS (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M2		3,02
RO-40230	OBR-VIA-095 MURO DE ARRIMO EM GABIÃO CAIXA, TELA GALVANIZADA (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS)	M3		543,63
RO-41763	- DEFENSA SINGELA SEMI-MALEÁVEL SV-DSM-02 (EXECUÇÃO, INCLUINDO FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS)	M		389,32
00001518	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA, PADRAO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISICAO POSTO USINA	T	C	636,45

GILBERTO DANTAS
DELGADO
JUNIOR:3194719580
8

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.07.26 13:50:35
-03'00'

Estrada do São João, Zona Rural – B. São João – São Sebastião da Bela Vista/MG. CEP: 37.567-000
Tel.: (35) 3427-3351- www.gdq.com.br

CONHEÇA NOSSOS OUTROS SERVIÇOS:

BR MIX - CONCRETO USINADO: Pouso Alegre (35) 3425-4181 – Cambuí (35) 3431-2897

AREAL: (35) 98843-5234

PEDREIRA: (35) 3421-3351

Pouso Alegre/MG, aos 29 de Agosto de 2022.

De: Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP

Para: Wagner do Couto
Pregoeiro


ASSUNTO: PEDIDO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022 -
PREGÃO Nº 05/2022

Senhor Pregoeiro,

Pedimos por gentileza, que seja realizado o **REAJUSTE DE PREÇOS** dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de **R\$ 10.406.379,03 (dez milhões quatrocentos e seis mil trezentos e setenta e nove reais e três centavos), representando o percentual de 12,38% (doze vírgula trinta e oito por cento)**, do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA.

Ata de Registro de Preços nº 05/2022, pertencente ao Pregão Presencial nº 05/2022, cuja empresa vencedora foi à empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, conforme solicitação e justificativa apresentada pela empresa em tela.

Atenciosamente,



Ronaldo Laurindo Bueno
Presidente da AMESP



**1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL
REAJUSTE DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FIRMADO ENTRE A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP E A EMPRESA DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP.

A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP e a empresa DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.614.327/0001-47, qualificados na Ata de Registro de Preços firmado em 10 de Março de 2022, em decorrência do Processo Licitatório de Pregão Presencial para o Registro de Preços nº 05/2022, firmam o presente Termo Aditivo para o REAJUSTE DE PREÇOS, conforme justificativa em anexo, assinada pelo Presidente, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente, o Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 05/2022, celebrado entre as partes o REAJUSTE DE PREÇOS dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de R\$ 10.406.379,03 (dez milhões quatrocentos e seis mil trezentos e setenta e nove reais e três centavos), representando o percentual de 12,38% (doze vírgula trinta e oito por cento), do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços, firmada em 10 de março de 2022.



E por estarem de acordo, firmam as partes o presente aditivo contratual, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Pouso Alegre/MG, aos 29 de Agosto de 2022.


AMESP
ORGÃO GERENCIADOR
Ronaldo Laurindo Bueno

GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808

Assinado de forma digital por GILBERTO
DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.08.29 15:48:19 -03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA
DETENTORA

Gilberto Dantas Delgado Júnior
Sócio Administrador
CPF: 319.471.958-08
RG: 43.947.898-4

REALINHAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO										REALINHAMENTO									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022																			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA																			
ITEM	FORTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BOI	23,62%	Data: 29/08/2022											
						PREÇO UNIT. SEM IPI	PREÇO A EXECUTAR SEM IPI	PREÇO A EXECUTAR COM IPI 23,62%	PREÇO UNIT. COM IPI 23,62%	PREÇO UNIT. SEM IPI	PREÇO UNIT. COM IPI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM IPI	PREÇO A EXECUTAR COM IPI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR SEM IPI	PREÇO A EXECUTAR COM IPI 23,62%				
5.1 BASE																			
5.1							R\$	8.888.556,00	R\$	12.247.850,00				R\$	13.238.100,00				
	ORV-VA-135	RO-41053	REFORÇO DO SUBLEITO, INCLUSIVE, INCLUSIVE, INCLUSIVE, CARPA, DESCARPA, HOMOGENEIZAÇÃO, UNIFORMIZAÇÃO, ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO DO MATERIAL	M3	75.000	10,75								R\$	1.019.250,00				
			EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E DE 10 CM DE BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE PEDRA	M3	22.500	93,18								R\$	2.388.575,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 8 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	27.500	138,05								R\$	4.232.800,00				
			EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE BASE E DE 10 CM DE BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRTA	M3	2.900	55,44								R\$	66,35				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_27/2020	M3	2.900	55,44								R\$	163.375,00				
			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M EM VIA URBANA PAVIMENTADA ATÉ 30 M LINEAR, EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE, AF_2																

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICIPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICIPIOS DA MICROREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ

PROCESSO LICITATÓRIO										REALINHAMENTO									
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2022										Data: 29/08/2022									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA																			
ITEM	PONTE	CÓDIGO	SERVIÇOS	UNID.	QUANT. A EXECUTAR	BDI			PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%	PREÇO A EXECUTAR COM BDI 23,62%	Mês de Referência	PREÇO UNIT. COM BDI 23,62%							
						PREÇO UNIT. SEM BDI	BDI	PREÇO UNITARIO SEM BDI E COM DESCONTO				PREÇO UNITARIO SEM BDI	BDI	PREÇO A EXECUTAR SEM BDI					
6.3	SINAPI - JAN/22	102912	ENTRADA DE ENX VARIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO APLICADA MECANICA COM ZERAMENTO E AUTOPROTEÇÃO DE BORDO	M	20.000	3,51	4,34	R\$	70.200,00	R\$	86.800,00	jun/22	R\$	5,19	R\$	91.200,00	R\$	112.800,00	
6.4	SETOP - OUT/21	RO-41779	REPARO EM OBRAS DE RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO DE CIMENTO PORTLAND COM RECONSTRUÇÃO DE TODOS OS MATERIAIS	M2	1.750	31,19	36,56	R\$	54.962,50	R\$	67.480,00	abr/22	R\$	32,17	R\$	56.297,50	R\$	68.397,50	
6.5	SINAPI - JAN/22	96522	ESCAVAÇÃO MANUAL PARA BLOCO DE CIMENTAMENTO OU SAPATA SEM ESCAVACÃO PARA COLOCAÇÃO DE FUNDOS ALZ_200/17	M3	4	109,16	134,94	R\$	436,64	R\$	539,76	jun/22	R\$	117,62	R\$	471,26	R\$	592,80	
6.6	SINAPI - JAN/22	96555	CONCRETAÇÃO DE BLOCO DE CIMENTAMENTO E VIGAS BALDRAME FOX 30 MPa COM USE DE CERRA LANCAMENTO ALISAMENTO E ACABAMENTO ALZ_200/17	M3	4	517,56	638,83	R\$	2.070,32	R\$	2.559,32	jun/22	R\$	583,70	R\$	2.334,80	R\$	2.886,28	
6.7	SINAPI - JAN/22	21015	TUBO AÇO GALVANIZADO COM CORTURA, CLASSE LEVE, DN 80 MM (1" F + 3,35 MM "1,32" PARA PORT 3500)	M	750	121,59	150,31	R\$	91.192,50	R\$	112.732,50	jun/22	R\$	117,87	R\$	88.402,50	R\$	109.282,50	
6.8	SINAPI - JAN/22	34723	PLACA DE BINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO MIM 18 COM PINTURA REFLETIVA	M2	90	974,20	1.204,31	R\$	87.678,00	R\$	106.387,90	jun/22	R\$	974,38	R\$	87.684,20	R\$	108.407,70	
7 MANUTENÇÃO E REPARO GUMAS SANJETAS E CALÇADAS										R\$	1.104.578,00	R\$	1.345.189,00					1.329.992,00	
7.1	SETOP - OUT/21	RO-10638	ABRILHO DE CONCRETO TIPO C30 MPa E1 ESCAVACÃO INCLUIDO ESCAVACÃO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS	M	7.500	38,54	47,64	R\$	289.050,00	R\$	357.300,00	abr/22	R\$	44,16	R\$	331.200,00	R\$	409.425,00	
7.2	SETOP - OUT/21	RO-41316	CANÇAO A DIAS DEBROS ESCAVACÃO INCLUIDO FORNECIMENTO E TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS	M2	10.000	2,36	2,94	R\$	23.600,00	R\$	29.400,00	abr/22	R\$	2,65	R\$	25.500,00	R\$	32.800,00	
7.3	SETOP - OUT/21	RO-40200	MURO DE ARRIMO EM GABAO CAVAL TELÁ GALVANIZADA EXECUÇÃO INCLUIDO FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS	M3	250	408,41	506,11	R\$	102.352,50	R\$	126.527,50	abr/22	R\$	477,72	R\$	119.400,00	R\$	147.640,00	
7.4	SETOP - OUT/21	RO-41783	DEFENSA BANCHEA SEMI ALTA EM VIGAS BALDRAME FOX 30 MPa COM USE DE CERRA LANCAMENTO ALISAMENTO E ACABAMENTO ALZ_200/17	M	1.750	393,81	486,83	R\$	688.167,50	R\$	851.952,50	abr/22	R\$	342,12	R\$	598.710,00	R\$	740.127,50	
8 ITENS OBRAS										R\$	1.120.842,00	R\$	1.345.640,00					1.338.827,00	
8.1	SINAPI - JAN/22	1518	CONCRETO BETA MEDIO UNIFORME A QUENTE TIPO C30 MPa PARA PAVIMENTACAO ASFALTICA PAVIMATO DE FUNDOS ALZ_200/17 COM CERRA LANCAMENTO ALISAMENTO E ACABAMENTO ALZ_200/17	T	2.250	498,17	615,84	R\$	1.120.842,50	R\$	1.385.640,00	jun/22	R\$	559,29	R\$	1.258.402,50	R\$	1.585.027,50	
TOTAL SERVIÇOS:											R\$ 87.989.482,87						R\$ 78.391.443,87	R\$ 94.448.386,49	

Porto Alegre/RS, 29 de Agosto de 2022.

Assinado de forma digital por
GILBERTO DANTAS DELGADO
JUNIOR:31947195808
Dados: 2022.08.29 15:48:53
-03'00'

DURO NA QUEDA CONSTRUÇÕES LTDA

Gilberto Dantas Delgado Junior

Presidente

CONSORCIO AMESP

Ronaldo Leonardo Gomes

Presidente

PREÇO EDITAL	95.634.092,07
PREÇO FINAL	84.039.987,48
DIFERENÇA	11.594.104,61
DESCONTO (%)	12,12%

PREÇO FINAL	84.039.987,48
PREÇO REALINHADO	R\$ 94.446.386,49
DIFERENÇA	R\$ 10.406.379,03
REALISTE (%)	12,38%



ESTADO DE MINAS GERAIS
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO
MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP

SECRETARIA EXECUTIVA
EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ - AMESP – 1º TERMO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL – REAJUSTE DE PREÇO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2022 – Decorrencia: Pregão Presencial nº 05/2022 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOMPOSIÇÃO DE VIAS E MANUTENÇÃO ASFALTICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ – AMESP – Empresa Detentora: Duro na Queda Construções Ltda. O ORGÃO PARTICIPANTE pagará a empresa detentora da Ata de Registro de Preços, a seguinte importância: O REAJUSTE DE PREÇOS dos itens constantes da Planilha de Custos, que somados resultam no valor total de R\$ 10.406.379,03 (dez milhões quatrocentos e seis mil trezentos e setenta e nove reais e três centavos), representando o percentual de 12,38% (doze vírgula trinta e oito por cento), do valor inicial da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 65 § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços. CONFORME PLANILHA DE VALORES ANEXA. Dotação Orçamentária: A despesa referente à execução dos serviços, objeto da contratação, será empenhada na dotação orçamentária do ÓRGÃO PARTICIPANTE signatário da Ata de Registro de Preços.

Publicado por:
Moacir Franco
Código Identificador:05135A75

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 09/09/2022. Edição 3345
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>